

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
LINHA DE PESQUISA: ESTUDOS CULTURAIS EM EDUCAÇÃO

Histórias de viagem e a produção cultural da natureza
A paisagem do Rio Grande do Sul segundo os viajantes estrangeiros do século XIX

Tese de Doutorado apresentada
como requisito parcial para a
obtenção de grau de doutor(a)
em Educação.

Doutoranda: Marise Basso Amaral
Orientadora: Profa. Dra. Maria Lúcia Castagna Wortmann

Verão de 2003

**DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO
BIBLIOTECA SETORIAL DE EDUCAÇÃO da UFRGS, Porto Alegre. BR-RS**

A485h Amaral, Marise Basso

Histórias de viagem e a produção cultural da natureza : a paisagem do Rio Grande do Sul segundo os viajantes estrangeiros do século XIX / Marise Basso Amaral. - Porto Alegre : UFRGS, 2003.
f.

Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, BR-RS, 2003. Wortmann, Maria Lúcia Castagna, orient.

1. Viagens - Relatos - Rio Grande do Sul. 2. Produção cultural - Representação - Natureza. 3. História natural - Viagens. 4. Estudos culturais. I. Wortmann, Maria Lúcia Castagna. II. Título

CDU - 910.4(816.5)

Resumo

O presente Estudo apresenta as discussões tecidas ao longo de uma pesquisa de doutorado na qual examinaram-se os relatos de viagem feitos por quatro viajantes-naturalistas franceses – Auguste de Saint-Hilaire, Arsene Isabelle, Nicolaus Dreys e Aimé Bompland -, que estiveram no Rio Grande do Sul na primeira metade do século XIX. A pesquisa inscreve-se no campo teórico dos Estudos Culturais e nela investigou-se a produção cultural da natureza engendrada nas formas como esses naturalistas narraram as diferentes paisagens do Rio Grande do Sul, naquele tempo. Neste trabalho, buscou-se mostrar que em diferentes tempos históricos produziram-se diferentes formas de falar, de narrar e, neste processo, de constituir discursivamente a natureza. E também destacar como a nossa percepção daquilo que consideramos como natureza está profundamente marcada por construções estéticas e culturais que estabelecem o que se deve ‘ver’, ‘admirar’, ‘conservar’ e ‘proteger’ no mundo dito “natural”. E é nesse sentido que se colocou em destaque, que a configuração da natureza como ‘selvagem’, ‘bela’, ‘inóspita’, ‘exótica’, ‘sublime’, ‘primitiva’, ou ‘pitoresca’, é sempre resultado de experiências arbitrárias constituídas histórica e culturalmente e processadas em meio a intensas negociações e disputas. Ainda, o presente estudo esteve atento para a diversidade inerente à complexa experiência cultural da viagem; ou seja, as viagens, embora inscritas e comprometidas com um projeto colonizador, abrigavam também, projetos particulares. Assim, os relatos dos viajantes aqui estudados, foram olhados na sua diversidade: diferentes modos de se deslocar pela região e de permanecer nos lugares, diversas formas de narrar, de compor a paisagem e de olhar o ‘outro’. Ao longo dessa pesquisa uma das questões norteadoras do trabalho foi investigar como, diante de uma paisagem ‘desconhecida’, os viajantes franceses *transculturaram* a paisagem natural do Rio Grande do Sul, na primeira metade do século XIX.

Abstract

This research presents the discussions organized through a Doctor's study which investigated the travel literature of four french naturalists – Auguste de Saint-Hilaire, Arsene Isabelle, Nicolaus Dreys e Aimé Bonpland - who visited the Rio Grande do Sul in the first half of the 19th century. Such work of research is inscribed in the field of the Cultural Studies and has as it's main interest to investigate the cultural production of nature organized through the narratives produced by these travelers about the landscape of Rio Grande do Sul at that time. This work discusses that, in different times there were various ways of seeing and of signifying nature, producing, therefore, different natures. Also this research points out that our own perception of what nature is about is deeply related to the esthetics and cultural constructions that tell us what must be seen as beautiful and natural, what should be conserved, protected and sustained in the so called "natural world". What matters here is to be able to deal with the complex territory of the production of our understandment and of our possibilities of signifying the natural spaces. Considering what has been discussed to configurate nature as beautiful, pure, wild, pitoresque or sublime is always a result of contextual experiences, historical and cultural constructed, and produced through many negotiations and quarrels. It's importante to underline that this study also payed attention to the diversity of traveling experiences found in the repports analiysed. So traveling abroad, although was an experience inscribed in a colonial project, involved also particular projects. This research has the intention to look to these multiples ways of seeing and signifying landscapes in travel literature, asking to the documents analysed how french-naturalists, here investigated, transculturated the landscape of Rio Grande do Sul in the first half of the 19th century.

Sumário

Agradecimentos 1

Apresentação 7

1. A produção cultural da natureza: viagem, literatura e ciência 21

Mas, afinal, que natureza é essa? 29

Organizando o itinerário: ou dizendo de onde se fala. 38

Compondo itinerários: do que se quer falar. 46

2. “Se alguém faz uma viagem tem o que contar” 59

Viajar... 62

Viajar, narrar 74

Viajar, narrar, ilustrar 93

“No coração do Século XVIII, Rousseau herboriza”. 101

3. Viajantes-naturalistas no Rio Grande do Sul: seguindo suas pistas e estabelecendo caminhos investigativos 113

O Rio Grande de São Pedro 120

Viajantes estrangeiros pelo Rio Grande do Sul 125

Viajantes, Biografias e literatura 131

“Desde que se aprenda a usá-los” 139

4. A geografia de várias naturezas 151

As histórias da Notícia Descritiva de Dreys 154

A “Carta ao Público” – sobre os propósitos da narrativa de Dreys 160

Um Novo Éden num canto do Mundo 172

A viagem ao Rio Grande do Sul de Arsène Isabelle 205

Chuvas, atoleiros e “caçadores de bichinhos”: Isabelle em terras brasileiras 212

Um Éden que precisa, no entanto, ser civilizado 223

Quadros do pitoresco 237

5. História Natural e Viagens: coletar, conhecer e prescrever usos 247

Olhares para Bonpland 258

Um caminho de várias paisagens 265

Da utilidade da paisagem 279

A viagem pelo Faxinal 294

A difícil viagem de Saint-Hilaire 307

Procedendo ao ordenamento da paisagem 312

“Os mosquitos que aqui picam, não picam como os de lá” 322

Sobre a civilização e o cultivo 325

Sobre o clima, apatia e a falta de noção de futuro 330

Anotações de final de viagem 336

Bibliografia 344

Agradecimentos

Este trabalho de pesquisa que lidou com histórias, viagens, textos, contextos, encontros, desencontros, surpresas, projetos e apostas de quatro viajantes-naturalistas estrangeiros também tem, como todo e qualquer trabalho, suas histórias. Na verdade, são quatro anos e três meses que reúnem muitas memórias: de acontecimentos, de conquistas, de aprendizagens, de apostas, de perdas, de pequenas vitórias, de decepções, de erros, de descobertas, de alegrias. Muitas “paisagens-em-trânsito”, muitos cenários, enfim, como em toda e qualquer vida ordinária, muitas coisas fantásticas aconteceram.

E essas coisas fantásticas, embora aqui silenciadas, estão dadas nos limites e nas conquistas de cada palavra, de cada conceito, de cada idéia, de cada capítulo dessa tese. O que cabe aqui é dar reconhecimento àquelas pessoas que compartilharam comigo a vida desse tempo, seus sonhos, seus tombos, seus limites, seus encantamentos. A essas pessoas devo. Algumas me deram seu tempo e sua atenção, suas orientações em relação a esse trabalho, seu apoio, seu interesse; sua amizade, carinho e disponibilidade. Outras ainda, me deram colo, compartilharam comigo tantos sentimentos, me deixaram participar de suas vidas e acolheram a minha em todos os seus limites, facetas, interstícios. E, por último, existem também aquelas pessoas que se inscrevem em minhas histórias pela sua ausência, pela falta que fazem, pela impossibilidade de poder ainda compartilhar vida e sonhos, pessoas que, por razões diferentes, tiveram que sair das redes das minhas histórias. Mas o que com elas pude viver, aprender, sentir e compartilhar ecoa ainda na minha saudade.

Com todas elas fui aprendendo a cumplicidade, a honestidade, a aventura que é ir acompanhando e sendo acompanhada nessa composição diária que é viver. Sempre nos tecendo, eternamente nos reinventando, sempre inacabados. Enfim, sendo.

E, como fez a escritora Claudia Lage, em outra história, escolho, para falar a essas pessoas, de todas as palavras que existem, a mais bela e rara:

O b r i g a d a!

Profa. Dra. **Maria Lúcia Castagna Wortmann**, pela orientação presente, sensível, competente, crítica, inteligente, bem humorada, carinhosa e inspiradora desse trabalho de tese. Obrigado pela compreensão, pelo respeito em relação às minhas escolhas intelectuais e aos seus limites, pelo acolhimento de meus medos, das minhas angústias, do meu não-saber, das minhas vontades, das minhas tristezas e das minhas alegrias.

Professor Dr. **Alfredo Veiga-Neto**, e professoras Dra. **Rosa Hessel Silveira** e Dra. **Maria Angélica Zubaran**, pela leitura cuidadosa da proposta desse trabalho de pesquisa. Tais leituras possibilitaram o redirecionamento e a reorganização de alguns de seus caminhos, instigaram novas questões, lançaram novos desafios, apontaram importantes possibilidades. Ainda, agradeço especialmente à professora **Maria Angélica Zubaran**, que tantas vezes me acolheu em sua sala, reiterando seu interesse pelo trabalho, apontando caminhos e livros, me auxiliando, em meio às nossas tantas aulas e compromissos de trabalho, a retomar o fôlego que essa investigação exigia.

Prof. Dr. **Eduardo Périgo**, diretor do Curso de Ciências Biológicas da Universidade Luterana do Brasil (ULBRA) por ter, dentro dos limites da estrutura da Universidade, me possibilitado alguns momentos de maior dedicação a esse trabalho, acolhendo sempre com muita disponibilidade as minhas solicitações em relação a isso. Mas também devo agradecer seu apoio, sua amizade, seu bom humor, seu carinho, sua escuta atenta, não só das questões de trabalho, mas também, das muitas outras coisas que compõem as nossas vidas.

Ao professores e funcionários do curso de **Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**, por terem sido sempre sensíveis e prestativos em relação às solicitações encaminhadas. Agradeço especialmente ao **Eduardo** pela sua sempre alegre e competente ajuda, sua atenção e sua amizade.

Jairo Sentinger por ter me auxiliado em algumas especificidades que esse trabalho de tese demandou. Mas Jairo mais que isso pôde compartilhar e acolher, muitas vezes, interfaces dessa vida que foi sendo composta ao longo desse trabalho. Pela sua disponibilidade, carinho e escuta; obrigada!

Luis Henrique, Daniella, Eunice, Elaine, Miriam, Malu e Maira, colegas de linha de pesquisa, agradeço o carinho e o apoio ao longo desses anos de trabalho.

Marcos Machado, pelo apoio, incentivo e carinho. Pelos cafés, chás e pela escuta atenta e solidária das coisas desse trabalho. Sua amizade e presença mais próximas neste último ano me ajudaram muito, não só na composição desse trabalho, mas, principalmente, a escrever novas histórias.

Rita Karina Laino e **Marcelo Jomshon**, que num período muito particular da minha história, não só puderam acolher a minha dor, mas também, compartilhar comigo sua alegria. **Murilo**, meu afilhado, que veio renovar esperanças, espalhar alegria, e me ensinar a brincar e a amar mais, a ser melhor. Há um ano e meio atrás, juntou-se a eles o **Gustavo**, cujo abraço e sorriso, me renovam sempre. **Rita, Marcelo, Murilo e Gustavo** são a minha família nesse “canto do mundo”. A eles, obrigado sempre será pouco.

Christiane Paixão, amiga de tantos anos, de tantos acontecimentos, de tanto a agradecer!!! Por fazer parte da minha memória, fazer parte da minha história, por permanecer, desde o nosso tempo de crianças até hoje, me ajudando a crescer.

Cynthia Silveira e **Miriam Benício** não só por tudo o que fizeram, mas pelo que me ajudaram a fazer. Pelo carinho, pela atenção, pela disponibilidade, pela presença constante, pelo apoio, pela alegria, pelos questionamentos, pelos exemplos, pela paciência, pelo respeito, por se importarem o suficiente, por estarem lá.

Sylvio Silveira, pelo carinho, apoio, alegria e atenção, principalmente nesses tempos de “final de tese”.

Fritz pelo apoio, pela escuta das questões desse trabalho, bem como pelo interesse. Também pela amizade, pelo carinho e pela solidariedade ao longo desses anos.

João Luís, por ter me auxiliado, neste último ano, a constituir uma casa que pudesse abrigar esse trabalho. Por ter me ajudado a derrubar velhas paredes e colorir novas, a recompor espaços, a redesenhar quartos, enfim, a reconfigurar a vida.

Lígia Ferreira por ter me acompanhado em algumas das muitas facetas da minha vida, e me permitido, muitas vezes, resignificá-las e colocá-las em movimento. Foi também, através de nossas muitas conversas, que os viajantes-naturalistas estudados nessa Tese foram ganhando novos contornos, novas cores, novos lugares, redimensionado, assim, algumas questões desse trabalho.

Elaine Inês Basso, minha mãe amada, pelo seu apoio, seu cuidado, sua inspiração, sua força, sua energia. Com você eu sigo aprendendo a alegria de reinventar caminhos, de recomeçar, de brincar de viver. A **José Américo Flores Amaral**, meu pai amado, que apesar da distância que temos experimentado em nossas vidas cotidianas, conseguiu permanecer sempre tão íntimo meu e ser tão acolhedor de todas as coisas que, ao longo desse tempo, permearam esse trabalho e a minha vida. Com você eu sigo aprendendo a aventura de continuar, de ir buscando pela vida.

Aos meus queridos irmãos **Júnior, Thaís** e **Nicolas**, meu cunhado **Luís** e meu maravilhoso sobrinho **Tiaguinho**, obrigado por seu amor, sua infinita paciência, seu apoio, sua alegria, por

acreditarem que Tese, um dia, termina! Em especial agradeço às recentes “convenções” via e-mail entre mim, o **Júnior**, e a **Thaís**. Embora muito nos aplicássemos na resolução dos dramas diários, não conseguimos salvar o mundo, nem resolver nenhum dos nossos problemas cotidianos, mas nos divertimos muito. Fui, assim, em meio a essa escrita tão solitária, conclamada a dar conselhos amorosos, esclarecer intrigas da nossa “velha infância”, mediar crises internas, participar de fofocas, pedir conselhos... **Thaís** e **Júnior** me ajudaram – aliás, como eles têm feito desde que nasceram – a ser mais feliz, a ser mais sábia, a dar boas gargalhadas e a levar esse tempo de escrita com mais tranquilidade e leveza. Ainda, cabe assinalar que nossa pequena família, nesses quatro últimos anos, finalmente cedeu aos imperativos reprodutivos da espécie humana, tendo nascido, para alegria de todos, o **Tiaguinho**: travesso, alegre, feliz, lindo e ... loiro??!! **Tiaguinho**, que nesse um ano de vida, já deu muitas histórias e emoções para contar, veio nos ensinar a todos o quanto ainda temos a aprender.

Paisagem
Os dias passeiam nas páginas do caderno. Montanha e água.
Um caderno se passa como se passa a vida.
Um diário de viagem. Uma viagem diária.
Na umidade da aquarela, a memória da águas.
Nela se funde a paisagem. Nos olhos se misturam visões exteriores e interiores.
Os olhos vêem através das águas.
Entre as cores, a aquarela mancha a memória dos dias e dos papéis.
De volta da viagem, rever página a página. No conforto da distância, o retorno.
A aquarela para situação de bruma.
Transforma partes da paisagem em esquecimento.
Na paisagem chinesa, um espaço na superfície – bruma e névoa –
nele se adiciona poesia.
A névoa é o ponto de partida da memória.
A bruma é a ausência onde se revela o branco, fazendo com que o presente desapareça e se instala o desejo
da partida.
A partida é um caderno intocado.

(Adriana Florence)

Apresentação

A apresentação de um trabalho de pesquisa, usualmente, reúne um breve apanhado das discussões que o trabalho contém, *apresentando* sua organização particular, bem como os conteúdos de seus distintos capítulos, situando de maneira bastante ampla o tema pesquisado. Porém, um trabalho de pesquisa se constitui ao longo de um tempo e em um espaço mais ou menos definidos, e adquire materialidade através da escrita. Assim, a partir deste entendimento, escrever um trabalho científico, por exemplo, uma tese de doutorado, não é apenas um ato mecânico *a posteriori*, de algo que já está pronto e dever ser apresentado, através de uma fiel e isenta tradução de tudo aquilo que os documentos e os materiais pesquisados, os artigos e livros lidos, as conversas e os estudos em aula, a revisão bibliográfica, os procedimentos, as hipóteses e as discussões permitiram concluir. Se o eu não é o que existe *por trás* da linguagem, mas o que existe *na* linguagem¹, muito mais um trabalho de pesquisa não é, simplesmente, um resultado traduzido e publicado num documento escrito, mas é a sua história de construção, ou seja, o que se conta, se reorganiza, se interpreta, se complexifica, se descobre e se inventa também na escrita. Em outras palavras, desenvolver um

¹ É do livro de Jorge Larrosa (1998), *Pedagogia Profana - danças, piruetas e mascarados* – que tiro inspiração para ir encontrando as palavras e a forma de ir tecendo este texto de apresentação. Este autor, ao discutir, por exemplo, os escritos autobiográficos de Rousseau, vai nos ensinar que o eu, o nosso eu mais íntimo é feito de palavras. Assim, nos diz Larrosa: “a linguagem é a condição necessária do eu, e não somente expressão, meio, instrumento ou veículo de um hipotético eu substancial: o eu não é o que existe por trás da linguagem, mas o que existe na linguagem”. (op. cit., p. 30-31) Ressalto, também, que da mesma forma que na escrita da proposta dessa tese, mais uma vez o trabalho desse autor me auxiliou no difícil caminho de ir encontrando as palavras, de ir compondo o dito. Talvez, na angústia da busca pelas palavras que também seriam minhas, eu tenha me agarrado em demasia às dele. Mesmo assim, considero esse trabalho atravessado por e, em alguma medida, tributário do trabalho desse autor, não tanto por utilizar conceitos específicos por ele trabalhados ou por ter, no trabalho desse autor encontrado caminhos investigativos interessantes a esse Estudo. Mas, Larrosa, me permitiu escrever. Seus escritos me acompanharam ao longo das muitas histórias escritas e silenciosamente inscritas nessa tese, tiveram uma presença importante, me inspiraram, me desafiaram e, muitas vezes também, suas palavras me calaram, me fizeram olhar pela janela, como se fosse pela primeira vez.

trabalho de pesquisa, é também organizar, restringir e produzir os sentidos daquilo que se quer dizer².

Portanto, ao invés de uma apresentação segura daquilo que lá já está, “nos aguardando”, este texto apresenta as questões que foram movendo a sua escrita, e também as inseguranças desse processo. Suas surpresas, seus segredos, mistérios e dificuldades. Ouso dizer que não sei ainda tudo o que o trabalho conta. Mais uma vez, o processo de escrita se reiniciou, se recuperou. E ele, certamente, não é inédito. Quantos e quantos fragmentos já foram escritos, quantas coisas já foram contadas, pensadas e arquivadas, outras esquecidas e outras ainda silenciadas. E tantas e tantas leituras que agora, no sentido que aprendi com o texto de Larrosa³, tornam-se uma tarefa aberta no escrever, onde, segundo este autor, os textos lidos são despedaçados, recriados, copiados, traídos e entremesclados com outros. Também textos já foram apresentados, analisados e avaliados neste tempo de tese. Estão todos aqui e, ao mesmo tempo, tudo é novo, é único e, em alguma medida, desconhecido. Mesmo agora está em movimento. Nesse movimento uma vontade que é também uma inspiração; “fazer com que o texto teça, tecer novos fios, emaranhar novamente os signos, produzir novas tramas, escrever de novo ou de novo: escrever”⁴. Daí a minha impossibilidade de uma apresentação da forma como inicialmente foi descrita.

² Novamente me inspiro no trabalho de Larrosa (op. cit. , p.182-183) na tentativa de abordar, ainda que de forma insuficiente, a complexidade envolvida neste ato de ir compondo palavras, arranjando significados, construindo sentidos e, em meio a tudo isso, ir nos compondo e recompondo, reorganizando nossa identidade, nossa autobiografia. Essa produção particular do escrever - irremediavelmente amarrada ao ato de ler tantos, vários e outros textos – é assim narrada por Larrosa: “Não apropriação do texto para nossos próprios fins, mas desapropriação de nós mesmos, no texto. Porque a palavra que o texto dá, para que a tomemos, só é dada ao preço da suspensão de nosso querer dizer, de nossas intenções, de nossa vontade. Porque a palavra que se toma não se toma porque se sabe, mas porque se quer, porque se deseja, porque se ama. Ao se tomar a palavra, não se sabe o que se quer dizer. Mas se sabe o que se quer:dizer.”

³ *ibidem*

⁴ *ibidem*, p.183.

Escolhas. A minha é contar algumas das histórias que falam deste trabalho e algumas daquelas sobre as quais o trabalho se debruça. Histórias. Sempre gostei muito delas. Afinal, o “que podemos cada um de nós fazer sem transformar a nossa inquietude em uma história? E, para essa transformação, para esse alívio, acaso contamos com outra coisa a não ser com os restos desordenados das histórias recebidas?” Essas perguntas são também de Larrosa⁵, mais uma vez me apodero delas, retiro-as do contexto em que ele as formulou e lhes confiro novos sentidos. Para tanta inquietude, para tanto ainda não-saber, para a transformação de contextos em texto, de desejos em acometimentos literários, de suspeitas em acontecimentos... o alívio dos restos desordenados das histórias recebidas, pesquisadas, lidas, vividas, contadas e inventadas. Assim, apresento aqui na forma de trechos, nem sempre tão articulados entre si, muitas vezes até um tanto desconexos, as notas que tentam reconstruir, embora essa seja sempre uma operação arbitrária, os caminhos, os episódios, as “heranças”, as motivações que me fizeram trabalhar me ocupar nesta tese com literatura, viagens, histórias, ciência e natureza.



Em um café francês uma moça lê atentamente uma revista. Após terminar a leitura, ela com uma certa excitação e ansiedade, busca pelo bar um cúmplice. Aborda, então, um charmoso cavalheiro, dizendo que havia acabado de ler algo maravilhoso e que precisava repartir aquela história com alguém. Dessa cena, várias aprendizagens. Às vezes uma boa história não é suficiente, o que a torna suficiente é o ato de compartilhá-la. Mas isso já é uma outra história. Quero agora

⁵ Jorge Larrosa, *op. cit.*, p. 27.

voltar a cena. O que contavam as linhas da revista lidas pela moça, contadas para o homem no bar, assistidas no cinema e aqui por mim reconstruídas, nos fragmentos da minha memória e na forma de compor e apresentar este trabalho? Era mais ou menos assim...

Numa viagem realizada pelo México, um grupo de viajantes estrangeiros, acompanhados de seus guias e de seus carregadores, rumavam para o interior do país explorando alguns de seus destacados “acidentes geográficos”. O ritmo da jornada era freqüentemente quebrado pelas paradas que os carregadores faziam de tempo em tempo, sem motivo aparente. Depois de isso se repetir por várias vezes, os estrangeiros resolveram questionar. Os carregadores, então, pacientemente, explicaram que estavam se deslocando muito rapidamente e que paravam para dar tempo de suas almas alcançarem seus corpos.



No que diz respeito ao deslocamento parece que a alma sempre chega um pouco depois. Lembro da sensação estranha que me provocavam as minhas viagens de avião até Campo Grande, Mato Grosso do Sul, quando saía de Porto Alegre, onde cursava o Curso de Ciências Biológicas, e ia visitar minha família. Nas vezes em que ia de avião a sensação era de ter chegado rápido demais, *de estar lá, mas não estar de todo*, (como também aprendi com as leituras desse trabalho de pesquisa) de ser ainda uma “estrangeira”. O mesmo acontecia no movimento de regresso. Um certo desconforto. Enfim, quem havia chegado? Quem retornava? Onde era a partida, onde era a casa? E, nesse longo e repetido processo de tantas e tantas viagens, ao longo de alguns vários anos, o “discreto

reconhecimento mútuo”⁶ de que nos fala Adriana Florence : “quem somos?” Também como ela, senti, muitas vezes, o meu coração disparado.

Guardava destas viagens alguns escritos nas agendas que eventualmente ganhava do meu pai, a cada começo de ano. Outros apareciam em algumas cartas guardadas pela minha mãe e por uma amiga daqueles tempos de adolescência a quem muitas coisas contei. Na verdade, nas vezes em que me ausentei mais no tempo e no espaço (um ano nos Estados Unidos, outro na Europa), tentei manter meus cadernos de viagem de uma forma mais disciplinada, para saber bem o que contar depois. Mas não tive muito sucesso. Naquele tempo, pelo menos, o hábito de registrar a vida para além da sua própria experimentação cotidiana, que algumas vezes já era tanto, exigia um corpo e uma disciplina que eu ainda não tinha. Ao regressar, mais uma vez, a mesma sensação: o que contar, qual das experiências lá vividas poderiam se transformar em histórias narradas para os parentes e amigos? O que dizer das pessoas de lá? O que os tornava tão diferentes? O que eu havia aprendido? Enfim, quem somos?



“Talvez os homens não sejamos outra coisa do que um modo particular de contarmos o que somos”⁷. As histórias e lições dessas breves e, algumas, longas viagens, ainda hoje não tem formas e

⁶ Retiro esta pergunta do belíssimo livro “No caminho da Expedição Langsdorff - Memória das Águas” de Adriana Florence. Este livro é o resultado do trabalho de reconstituição da expedição de Langsdorff, que teve seu itinerário percorrido e documentado por uma equipe de filmagem à qual se juntou Adriana Florence, tetraneta de Hercule Florence, que desenvolvia há oito anos estudos e pesquisa sobre o trabalho deste importante artista, viajante e cientista. “Um livro de arte, um livro de filme, um livro de história, um livro de fotos, um livro de textos. Um livro de imagens, um livro de emoções. Um livro de gente”. E nas palavras desta artista, “gente é só o que importa (...)”.

⁷ Jorge Larrosa *op. cit.*, p. 26

conteúdos definidos continuaram sempre a ser ressignificadas, passaram a ser memórias, mas também marcas, e ainda hoje escorrem pelas frestas da minha vida adulta. E, de alguma forma, se atualizam neste trabalho de pesquisa cujo tema de investigação fala de viajantes, fala de olhares, fala de memórias, de literatura, de diários, de descobertas, de vidas narradas e vividas, de caminhos, de encontros transculturais, de pessoas, de natureza, de cultura e de civilização.

Recentemente encontrei um livro cujo título é “O Dom da História – uma fábula sobre o que é suficiente”⁸. A minha atenção foi imediatamente capturada por aquilo que de certa forma ele anunciava; falar sobre “o que é suficiente”. O livro se apresenta ao leitor como um presente e conta os presentes que as pessoas dão umas às outras: o presente da história. E que isso, em alguns momentos, pode ser o suficiente.

Mas, o que é suficiente? Tenho me confrontado com essa questão de muitas formas, nas muitas nuances de vida que todos experimentamos. Especificamente em relação ao texto que aqui apresento esta pergunta traduz a angústia que o acompanhou na aventura da escrita. Já aprendi que as palavras sempre irão faltar (o que não significa ter aceitado isso tranqüilamente), e, por vezes, se repetirão de forma demasiada. Em alguns momentos desta tese eu apresento as discussões de maneira a também ir tentar contando algumas das histórias desse trabalho, próximo ao que faço agora. E daí quem sabe, justamente o perigo do excesso de termos e palavras como *histórias*, *itinerário*, *caminhos*, *mapeamentos*, *territórios*, *descobertas*, *memórias*, *narrativas*, e tantos e tantos *olhares*. Se estas palavras conseguirem escapar a uma certa ameaça de jargão, de banalização dos seus significados, do vazio provocado pela sua utilização demasiada, do encanto e da sedução da retórica e, puderem dar sentido e vida ao texto, às suas histórias, aos seus diversos personagens e seus entornos, então, quem sabe, retomando ao que eu dizia antes, será o suficiente?

E quais são essas histórias? Que história este trabalho de pesquisa pode contar? Pode contar o modo como fui me apropriando daquelas histórias que outros escreveram, e do que, a partir destes encontros, que remetem a tantos outros, foi possível “ficcionar”. Falo dos relatos de viagem de quatro franceses, viajantes-naturalistas (Aguste de Saint Hilaire, Arsene Isabelle, Nicolaus Dreys e Aimé Bonpland) que percorreram a Província de São Pedro (região hoje conhecida como Estado do Rio Grande do Sul) na primeira metade do século XIX.

⁸ Clarissa Pinkola Estés. O Dom da História – Uma fábula sobre o que é suficiente. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

Esses relatos passaram a compor este trabalho a partir de um desejo inicial de continuar a investigar o que tem sido chamado *a produção cultural da natureza*, ou seja, de meu interesse em investigar os modos como a cultura engendra, negocia, produz significados e representações de natureza, que passam a ser entendidas, percebidas e convencionadas não mais como construções culturais, arbitrárias, históricas e interessadas de significados sobre a natureza, mas antes, como a própria natureza. O meu encontro com os trabalhos dos viajantes-naturalistas estrangeiros permitiu, então, vislumbrar como possibilidade de investigação, a produção da natureza decorrente desse complexo universo das viagens.

Quem eram esses viajantes? Quais eram suas histórias? Sobre o que escreveram? Para quem escreveram? Quais foram seus inspiradores? Quais eram suas motivações? Que representações de “Novo Mundo” povoavam seus pensamentos? E ainda, remetendo-me a questões de outra ordem, mais vinculadas a forma de organizar essa pesquisa, como ler as linhas de um tempo e de um espaço tão distintos do nosso? Como respeitar seus contornos? Como revelar suas complexidades? Como respeitar suas histórias? O que aprender delas? Como deixar que os materiais falem? Como lidar com eles? Como colocá-los em articulação?

Essas são algumas das perguntas que, mesmo agora, ainda reverberam, e, embora tendo sido olhadas essas questões, não sei se foram suficientes para lidar com os desafios e possibilidades que esse trabalho e as histórias desses viajantes oportunizaram. Mas, essa também é a minha leitura e o meu jeito de poder contar essa história, e, se o trabalho de tese que aqui apresento puder ter respeitado a pluralidade e a complexidade e ter mantido um pouco do encantamento dos materiais deixados por esses viajantes, quem sabe, então, isso terá sido suficiente?



Movimento, partida e chegada. E em meio ao deslocamento.... *olhar*. Mas não olhar de qualquer jeito, ou para qualquer coisa, mas um olhar interessado, comprometido, já muitas vezes instruído naquilo que aqui se esperava ver, naquilo que aqui deveria ser percebido, notado e marcado no diário de viagem. Anotar, coletar, etiquetar, organizar, narrar, observar, desenhar, investir, ensinar, conhecer, não entender, prescrever, negociar, maravilhar-se, desdenhar, encantar-se, sofrer, adoecer, envelhecer, enfim, viver e também morrer. Ao longo do deslocamento no tempo e no espaço, pelas

linhas do caderno “na sucessão dos panos, a costura das páginas”⁹, o delineamento de uma viagem, que segue outras viagens. Viagens que não são necessariamente aquela que eles fizeram, mas aquela que eu vou fazer através do foco de atenção e dos instrumentos escolhidos na construção desse trabalho. E ao longo dessas viagens, nos entrecruzamentos de tantos textos e tantas leituras, a natureza é transformada em paisagem, paisagem ocupada por gente, gente que olha e que é olhada e, mais uma vez, as perguntas emergem. Quem somos? Como nos constituímos? Como constituímos diferentes significados da natureza? Quais são as nossas estratégias de apreensão e representação do espaço natural? Como vamos organizando essa “exterioridade”? Sobre isso eu sei que nenhuma resposta foi suficiente, pois não tive e não tenho a intenção de dar a elas uma “finalização”. Porque essas são algumas das perguntas que me movem no sentido de me aproximar a determinadas temáticas e de me permitir realizar determinados trabalhos de pesquisa a partir de campos de estudos definidos. Mais do que respondê-las estou preocupada em alimentá-las, mantê-las em aberto, em suspenso.

É a partir delas que aconteceu a minha leitura dos relatos de viagem analisados nesta tese. E as histórias desses quatro viajantes e as histórias por eles escritas foram e continuam desafiando a minha possibilidade de olhar – na complexidade da produção cultural de um outro tempo, no imbricamento de campos interessados como ciência, arte, literatura, na discussão de temáticas como natureza, civilização, colonialismo, nacionalismo; na contundente experiência da viagem – como foram sendo constituídas possibilidades de respostas, e ao mesmo tempo, foram sendo colocadas novas perguntas para algumas das inquietações que me moveram na direção desse trabalho.

Assim, mesmo sendo todos esses viajantes franceses, mesmo tendo todos eles vindo para o Rio Grande do Sul, numa época relativamente próxima, na primeira metade do século XIX, mesmo tendo todos eles, em comum, o interesse pela História Natural, esse trabalho se abre um pouco mais na direção de buscar a heterogeneidade desse olhar rotulado tantas vezes em inúmeros trabalhos como *só europeu, imperialista, colonialista*¹⁰. Entre eles, suas histórias e as histórias por eles

⁹ Adriana Florence, *op.cit.*, p 3.

¹⁰ Como já referenciei anteriormente, este trabalho tem histórias. E certamente tem várias contribuições vindas de pessoas que participaram de alguns de seus momentos importantes. Ressalto, aqui, as contribuições da professora Maria Angélica Zubaram, que, no momento de avaliação da minha proposta de tese, indicou a possibilidade de fazer um recorte teórico mais específico em relação a examinar os viajantes franceses na primeira metade do século XIX. Além disso, a contribuição de Zubaran também vai no sentido de chamar atenção para o tipo de observador que vamos ter na virada do século XIX, assinalando assim caminhos investigativos importantes para este trabalho.

escritas, surgem diferentes possibilidades de “errância”, de deslocamento, de trânsito e de permanência. Além disso, quero marcar aqui que os lugares só são os mesmos, sob ponto de vista geográfico. De resto os mesmos lugares visitados pelos viajantes também são outros, também são novos, também se reorganizam e se reconstróem a partir das várias histórias que os vão continuamente reescrevendo. E ainda existem, na bagagem de cada um desses viajantes, diferentes interesses, sonhos, projetos e idealizações.

E se existe uma heterogeneidade no olhar desses viajantes, também existem possibilidades de várias leituras de seus relatos. Ou seja, existem ainda, histórias das leituras, histórias de como ler esses materiais, histórias sobre como foram sendo traduzidos, de como foram transcritos, entendidos e transformados que precisam ser consideradas. Até porque, no delineamento da investigação, fui podendo perceber que aquilo que se configurava inicialmente, numa primeira abordagem, numa categoria ampla e coesa de material investigativo, foi mostrando ter peculiaridades e diferenças insuspeitadas. Ainda, se existe uma preocupação por parte deste trabalho com o observador, com o sujeito que olha e que aprende a olhar à sua volta a partir de alguns códigos específicos de “olhar”, existe também um “narrador”, o qual também está, de certa forma “constrangido pelas convenções narrativas do gênero”¹¹. Estou a contar uma história possível, a contar a história desse trabalho e de seus riscos. Mais uma vez, me apóio nas palavras por outros já ditas, vividas e experimentadas para falar de mais essa dimensão que o trabalho também apresenta. Ou seja, da leitura que é aqui e agora por mim feita sobre o que eles lá viram e disseram há muito tempo, e, ainda, do caráter intransferível e ao mesmo tempo da fragilidade inerente ao fato de que sou eu que leio hoje, os textos que por eles foram escritos há tanto tempo (e escritos e reescritos de várias formas) e traduzidos e recontextualizados por outros e, finalmente, que estão, aqui relidos, reinventados por mim e pelas histórias que este trabalho conta. Valho-me das palavras de Larrosa para assinalar o que eu quero colocar em destaque: “a questão é que aqui estou contando um conto que eu li num livro que está atravessado por outros livros e que, por sua vez, atravessa outros livros, até chegar um dia a mim e, hoje, a vocês.”¹²

¹¹ As colocações aqui feitas são algumas das importantes contribuições que a professora Rosa Hessel Silveira realizou para este trabalho no momento de sua apresentação enquanto proposta de tese. A partir delas me coloquei atenta para o fato de que nos relatos dos viajantes não temos apenas um sujeito “que vê de uma determinada maneira”, mas também aquele que “narra de uma determinada maneira”, além disso, cumpre destacar que essas narrativas também se fazem de diferentes maneiras.

¹² Jorge Larrosa, *op. cit.*, p. 38.

E mais uma vez, diante de tantas perguntas, de tantas variáveis, de tantas possibilidades investigativas, retorno ao questionamento anterior que vem articulando estes trechos. Mais uma vez, pergunto-me, o que é suficiente?



Passo, então para outros trechos que dessa história. Por que viajantes? Por que naturalistas? As respostas a tais questões também são histórias que se articulam neste trabalho. É no contar as histórias de viagem que os diferentes textos se entrelaçam e se interpelam. A viagem já no século XVI era considerada como fonte de saber, capaz de aperfeiçoar o conhecimento existente, trazendo novas contribuições às ciências naturais, à astronomia, à geografia e aos demais ramos do conhecimento¹³. Viagem que se transformava em texto no exercício da escrita. Os manuscritos deixados pelos viajantes são considerados como importantes fontes históricas dos locais por eles visitados. Contudo, a historiografia mais recente tem criticado uma certa utilização acrítica destes materiais, ressaltando, no caso dos viajantes que visitaram nosso país (mas não estritamente eles), os aspectos eurocêntricos e civilizadores das interpretações registradas em seus diários de viagem¹⁴. A narrativa de viagem é analisada por vários estudiosos como uma importante etapa no processo de viajar. Alguns autores chamam atenção para o fato de que é no ato da escrita que o viajante adquire autoridade sobre sua própria experiência no campo e é também através da escrita que o leitor sedentário reorganiza suas imagens sobre o exótico, sobre o diferente, a partir das imagens grafadas no papel¹⁵. Mas trabalhar com estes textos significa lidar com as diferenças destes textos históricos e, principalmente, não esquecer o desafio contido nas palavras de Carter (apud Martins 2001): “ler agora não é o mesmo que escrever então, nem viajar tampouco”. Olhar estas histórias, estando

¹³Ronald Raminelli. Viagens e História Natural dos Século XVII e XVIII. In: Paulo Roberto Pereira. *Brasiliana da Biblioteca Nacional- guia de fontes sobre o Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2001, p. 45.

¹⁴ *Ibidem*.

¹⁵ Esta questão aparece nos trabalhos de Pratt (1999), Lisboa (1997), Leite (1996), porém o trecho acima é inspirado no trabalho de Luciana de Lima Martins. *O Rio de Janeiro dos Viajantes. O olhar britânico (1800-1850)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

atenta à produtividade que se encerra nas entrelinhas das particularidades acima referidas pode prevenir uma simplificação, talvez fácil e tentadora demais, de aprisionar e de reduzir os escritos dos viajantes apenas a testemunhos totalizantes, eurocêtricos, imperialistas, raciais e sexistas sobre a alteridade. Trabalhar nesta fronteira é, então, um dos muitos desafios deste trabalho.

Uma das questões que me interessou nesse estudo foi analisar as formas e os modos como a natureza do Rio Grande do Sul foi sendo apreendida, descrita, reorganizada e ressignificada nos relatos dos viajantes aqui apresentados. Assim, interessaram a este trabalho aqueles viajantes que por formação, ou por objetivos e afinidades pessoais, tiveram na descrição da paisagem, e, portanto, numa certa tradição e conhecimento no campo da História Natural, o suporte para a construção das suas narrativas.

Estas escolhas revelam um pouco da minha história, um pouco dos desejos e das subjetividades que me fazem escolher investigar a produção discursiva da natureza. Refiro-me às minhas crenças e convicções de que examinar as formas de relatar, representar e falar da natureza, entendendo-as como produções discursivas históricas, contextuais, contingentes e engendradas por disputas de poder, é também uma forma de luta política e uma forma de exercer e fazer pedagogia.



Mas por que fazer este estudo num programa de Pós-graduação em Educação? Por que educação? Onde educação? A maneira que posso responder a isso, ao finalizar este trabalho, é que um relato de viagem também tem importante papel educativo na formação da visão de si e do outro, dos “entornos” e dos seus “conteúdos”, bem como da paisagem típica, ou da sua ausência e do desapontamento que isso causa. E isso, muitas vezes implica falar de uma natureza selvagem, exuberante, ameaçadora, primitiva, ou, ao contrário; de uma natureza útil, rica e produtiva se ocupada, cultivada e reorganizada “adequadamente”. Mas de qualquer forma, nas duas situações implicando ter sempre presente uma ação civilizatória a ser exercida sobre a natureza. E ainda, o quanto nesses casos o padrão de civilização é estrangeiro e europeu. Enfim, implica ensinar e

aprender um território marcado e construído através de importantes aparatos lingüísticos e icônicos, na ação dramaticamente cultural e transformadora de olhar a paisagem e descrevê-la o mais aproximadamente possível da realidade narrada.

É preciso marcar, então, o quanto os viajantes foram importantes na constituição de um modo de ver e de conceber a paisagem, ensinando-nos hoje, mas também anteriormente, ao colonizador, ao habitante local, como ‘realmente’ era essa paisagem, quais os seus conteúdos, suas riquezas, seu potencial, suas particularidades, suas utilidades e, muitas vezes, qual a sua “natural” vocação.

Penso, ainda, ser possível passar a olhar os relatos de viagem também como uma forma de produção de conhecimento e de ciência de uma época, e não apenas uma forma de divulgação das descobertas e particularidades de uma terra estrangeira, através de uma literatura instigante que informava o cidadão comum das descobertas e das produções da ciência. Penso que era um pouco mais do que isso, uma vez que os textos desses viajantes estão atravessados pelas questões e pelas disputas científicas de seu tempo. Penso que uma outra interface desse estudo se delineia na direção de atentar para o estabelecimento de uma tradição de exploração científica a partir das expectativas, compromissos, exigências e disputas que se delinearão no campo das ciências, principalmente na História Natural, na França, entre o final de século XVIII e início do Século XIX.



A história escrita e apresentada aqui é a de um trabalho de pesquisa que acontece na fronteira produtiva entre campos de estudos como a História Natural, a Biologia, a História, os Estudos Literários, os Estudos Pós-Colonialistas e, ainda, os estudos referentes às análises discursivas. Por transitar nos “entornos” destes diferentes campos, é que eu o localizo nos Estudos Culturais. E isso faz com que eu tenha me envolvido em um processo até certo ponto desconfortável de pensar o que

é suficiente trazer de cada um destes campos teóricos (o que não deixa de ser também uma certa arrogância da minha parte). Porém o que sinto também é uma certa satisfação em poder realizar um trabalho nesta perspectiva que não é só da História Natural ou da Biologia, que não é só da Educação, mas é de muitas outras coisas mais.

Enfatizo novamente que este estudo também narra uma viagem. Do campo teórico dos Estudos Culturais arrisco a inserção, talvez ainda tímida a outros campos de conhecimento para tentar ouvir melhor as falas, para debruçar-me sobre os relatos de viagem, e para dizer também sobre quem aqui esteve há muito tempo, e que tanto se maravilhou, se decepcionou, se surpreendeu, se envolveu com esta terra, seus habitantes e seus contornos. As páginas que foram escritas neste trabalho contam, recriam, analisam, inventam, reorganizam e, quem sabe, muitas vezes, mais do que eu gostaria, também subvertem estas histórias. Afinal a viagem (aquela que *aqui* ensaio sobre aquelas que os viajantes-naturalistas *lá* fizeram) enquanto texto, “adquire uma fascinante multidimensionalidade. Traduz um projeto, um trajeto, uma escrita e, porque não, várias leituras”¹⁶.

¹⁶ Ilka Boaventura Leite. *Antropologia da viagem: escravos e libertos em Minas Gerais no século XX*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996^a, p. 15.

C A P Í T Ú L O
I

**A produção cultural da natureza:
viagem, literatura e ciência**

*A partida é um caderno intocado.
As imagens se sucedem num fio, num fio de varal.
À medida que os dias passam, não somos mais os mesmos.
A vida tem muitas maneiras de se revelar.
Os varais contam histórias, como cadernos de viagem.*
(Adriana Florence, 2000)

A primeira vez em que vi a imagem do quadro de René Magritte, intitulado “A condição humana”¹⁷, apresentada durante a exposição de uma mesa-redonda cujo tema era “Ecologia na Mídia”, fiquei muito impressionada com o quanto ela desafiava e, ao mesmo tempo, contemplava várias das discussões das quais eu vinha me aproximando, me apropriando e mesmo ‘ensaiando’ nos últimos anos. Fiquei de certa forma perplexa diante da dificuldade de interagir mais intensamente com ela, para explorar suas múltiplas possibilidades interpretativas. Faltam-me, ainda, as palavras que dariam conta de expressar a forte sensação de que aquela imagem, naquele contexto dado, já tinha dito tudo. Sim, o *clichê* “uma imagem vale por mil palavras” naquele momento havia se apresentado em todo o seu constrangimento e força produtiva. Permanecendo a incômoda questão: onde estão as palavras?

Reencontrei esta imagem na capa do livro *A invenção Ecológica*¹⁸ cuja autora era justamente uma das integrantes daquela mesa. Também ela aparece no livro de Schama (1996), *Paisagem e Memória*. E a pergunta ainda é aquela: onde estão as palavras? Através desse autor e da possibilidade que ele apresenta de nos fazer conhecer o que René Magritte teria dito sobre o quadro “A condição Humana”, é que começo a encontrá-las. Não só as palavras para falar desta imagem, mas as palavras para tecer este capítulo, para introduzir este trabalho de tese, no sentido que nos falou Larrosa (1998)¹⁹.

¹⁷ *La condition humaine*, por René Magritte (ilustração colorida 1). Este importante pintor surrealista nasceu em 1898, em Lessines, na Bélgica. Sua obra é considerada de grande influência nas artes gráficas, sendo que suas imagens foram adaptadas por vários dos seus seguidores em vários tipos atuais de mídias, tais como: filmes, TV, ilustrações e pôster, publicidade etc. A maioria dos seus quadros aponta na direção de um certo paradoxo visual, no sentido de provocar o questionamento do nosso sentido comum de percepção da realidade como apenas uma das formas de se olhar o mundo. Uma das suas marcas é a afirmação de que a imagem não é a realidade. (retirado de sites da internet)

¹⁸ Isabel Cristina de Moura Carvalho. *A invenção Ecológica – Narrativas e Trajetórias da Educação Ambiental no Brasil*. Porto Alegre: Ed Universidade/UFRGS, 2001.

¹⁹ Jorge Larrosa. *Pedagogia Profana – Danças, Piruetas e Mascarados*. Tradução. Alfredo Veiga-Neto. Porto Alegre, Contrabando, 1998, 258p.

“É assim que vemos o mundo”, afirma René Magritte numa conferência que apresentou em 1938, referindo-se a esse quadro no qual ele sobrepõe o quadro à paisagem retratada de maneira a provocar uma continuidade e complementaridade entre o que está dentro do quadro e o que está fora. Sobre tal composição e seus efeitos reflete seu autor: “vemos o quadro como exterior a nós, embora seja apenas uma representação do que experimentamos em nosso interior”²⁰. Segue ele ainda atentando para o fato que:

O que está além da vidraça de nossa apreensão, requer um desenho para que possamos discernir adequadamente sua forma, sem falar no prazer proporcionado por sua percepção. E é a cultura, a convenção e a cognição que formam esse desenho; que conferem uma impressão retiniana à qualidade que experimentamos como beleza.²¹

“A Condição Humana” é trazida aqui neste texto com uma provocação para pensarmos o quanto este quadro – que apresenta um quadro menor, centralmente disposto sobre um cavalete contra uma janela de vidro, contraposto a um fundo que não somente é seu igual, mas, a sua ‘natural’ correspondência e continuidade no espaço – pode compor uma quadro maior das relações entre natureza e cultura. Quais as metáforas que podemos pensar frente aos espaços claramente expostos e opostos em sua dualidade (espaço interno, privado, fechado, espaço externo aberto e público)? Que tipo de limite se materializa na transparência do vidro fechado da janela? Que possibilidades de respostas se articulam diante do convite que René Magritte nos propõe? Como reagir ao “escancaramento” do ato representacional que o autor marca?

²⁰ René Magritte *apud*. Schama (1996). *Paisagem e Memória*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 22.

²¹ *Ibidem*.

Na continuidade das questões levantadas aqui, recorro a outro exemplo de certa forma distinto, que também se aproxima das perguntas levantadas. Refiro-me ao trabalho de Ansel Adams (1902-1984), importante fotógrafo e ambientalista americano que teve como objeto principal de seus esforços artísticos, políticos e ambientais o registro fotográfico da natureza selvagem americana. Ansel Adams tem uma história de trabalho, de militância, de envolvimento afetivo, artístico e político muito especial com um dos mais famosos parques nacionais dos Estados Unidos, que é também um dos mais conhecidos do nosso planeta; o Parque Nacional Yosemite²². O seu envolvimento com este local, desde a sua adolescência, passou pela luta por sua preservação no sentido de maximizar os seus “intangíveis benefícios”, que envolvem oportunidades de contemplação, de autoconhecimento e de inspiração. Para Ansel Adams, fundamental era proteger o mundo natural de Yosemite, seu caráter selvagem, sua diversidade, sua integridade cênica²³. Ele entendia que os interesses privados das concessionárias encarregadas de administrar o Parque estavam comprometidos em entreter turistas, disponibilizar estacionamento e demais facilidades, enfim, em maximizar a rentabilidade de tal atividade, transformando a região em um *resort*, em detrimento das questões por ele (e por muitos outros militantes) consideradas essenciais.

Profundamente comprometido com este sentimento, Ansel Adams procurou traduzir nas suas fotografias o sentimento de sublime que aquela região selvagem provoca. Mas o que nos interessa aqui perceber, e o que vai mais uma vez na direção das discussões que este trabalho tensiona, é que muito mais do que uma *descrição fiel* de um *estado natural* lá dado, aguardando para *ser descoberto* e adequadamente *traduzido* e *revelado*, as fotografias de Ansel Adams *produzem* e *reorganizam* aquele cenário de forma a atender às nossas *construções culturais* do sublime, do sagrado,

²² Em 1864, O presidente Lincoln assinou uma lei declarando que a região conhecida como Yosemite passava a ser uma área de proteção, pertencente ao povo americano, a ser administrada pelo estado da Califórnia. John Muir, importante ambientalista da época, diante da má administração da região e interessado em reproduzir lá a experiência do Parque Nacional de Yellowstone, consegue, após várias intervenções junto ao governo americano, uma declaração por parte do Congresso que transforma aquela região selvagem no Parque Nacional Yosemite.

²³ Michel L. Fischer. *Yosemite - Ansel Adams*. Little, Brown & Company, 1995.

do espetáculo extraordinário que se espera encontrar nas paisagens naturais. O próprio Ansel Adams argumenta em relação a essa construção²⁴. Em 1952, ele explicou ao diretor do *National Park Service*, que havia fotografado Yosemite daquela maneira com a finalidade de santificar uma “idéia religiosa” e de “inquirir de minha alma o que realmente significa o cenário primitivo”. Para ele, “Half Dome é apenas uma pedra. [...] Existe uma profunda abstração pessoal de espírito e de conceito que transforma esses fatos terrenos numa experiência emocional e espiritual transcendente”. Para este importante fotógrafo e ambientalista a preservação de Yosemite passava pela possibilidade de manter intocada sua natureza pura e bravia; “infelizmente, para mantê-la pura, temos de ocupá-la”²⁵.

Operação semelhante, no sentido da produção de significados específicos sobre a natureza desta região dos Estados Unidos também já havia sido marcada por ambientalistas anteriores a Ansel Adams. Os fundadores do moderno ambientalismo, Henry David Thoreau e John Muir, garantiram que “nos ermos bravios se encontra a preservação do mundo”²⁶. Aqui, cabe ressaltar que os ‘ermos bravios’ eram representados pela natureza selvagem americana, situada em algum lugar no coração do Oeste, esperando para ser ‘descoberta’. Schama (1996) aponta que estes ‘ermos bravios’ eram, antes, produto do desejo da cultura e da elaboração da cultura “tanto quanto qualquer jardim imaginado” e refere-se a Yosemite como o primeiro Éden americano, e também o mais famoso.

Embora o estacionamento seja quase tão grande quanto o parque e os ursos estejam fuçando entre embalagens de McDonald’s, ainda imaginamos Yosemite como Albert Bierstadt o pintou ou Carleton Watkinse e Ansel Adams o

²⁴ Simon Schama, na introdução do seu livro *Paisagem e Memória*, apresenta os questionamentos de Ansel Adams sobre essas questões. Simon Schama, *op. cit.*, p. 18-19.

²⁵ Todas as falas de Ansel Adams foram referidas por Simon Schama, *op. cit.*

²⁶ Simon Schama, *op. cit.*, p. 17.

fotografaram: sem nenhum vestígio da presença humana. É evidente que o próprio ato de identificar (para não dizer fotografar) o local pressupõe nossa presença e, conosco, toda a pesada bagagem cultural que carregamos.²⁷

Enfim, podemos pensar que a natureza selvagem não ‘cria’ seus significados ou seus modos de endereçamento. Esses são sempre resultados de experiências arbitrárias constituídas histórica e culturalmente. E é através dessas experiências intensamente negociadas e disputadas que são estabelecidos os critérios ‘de beleza’, ‘do exótico’, ‘do sublime’, ‘do pitoresco’, ‘do primitivo’, ‘do inóspito’, ‘do selvagem’, *naturalmente* ‘descobertos’ por nós, e adequadamente re-apresentados à sociedade. Inúmeros são os recursos, os marcadores e as possibilidades de produção dessas representações. Podemos pensar nos primeiros relatos de viagem – mas poderíamos ir mesmo a tempos e culturas ainda anteriores ao advento das grandes navegações –, inicialmente comprometidos com uma literatura fantástica sobre regiões, naturezas e povos distantes, passando pelos estudos científicos dos primeiros naturalistas e viajantes e, também, pelos quadros, desenhos e fotografias dos artistas e das escolas pictóricas que se ocuparam com o tema natureza, até chegar aos mais atuais recursos de produção de imagens e signos utilizados, por exemplo, pela publicidade²⁸, pelos filmes de ficção e pelos desenhos animados. Pode-se dizer, então, que:

Afinal, a natureza selvagem não demarca a si mesma, não se nomeia. Foi uma lei do Congresso, em 1864, que designou o Yosemite Valley como o lugar de significado sagrado para a nação, durante a Guerra que assinalou o momento de

²⁷ *Ibidem*, p.16,17,18, 19.

²⁸ Faço uma discussão específica sobre tal tema em minha dissertação de mestrado intitulada *As representações de natureza e a educação pela mídia*. Porto Alegre:UFRGS/FACED/Programa de Pós-graduação em Educação, 1997.

Queda no Jardim Americano. Tampouco a natureza selvagem venera a si mesma. Foram necessárias visitas santificantes de pregadores da Nova Inglaterra como Thomas Starr King, fotógrafos como Leander Weed, Eadwaerd Muybridge e Carleton Watkins, pintores que usam tintas como Bierstadt e Thomas Moran e pintores que usam palavras como John Muir para representá-la como o parque sagrado do Oeste; o local de um novo nascimento; uma redenção para a agonia nacional; uma recriação americana.²⁹

A nossa percepção daquilo que consideramos como natureza está profundamente marcada por construções estéticas e culturais que nos permitem estabelecer ‘o que ver’, ‘o que admirar’ o que ‘conservar’ e ‘proteger’ no mundo dito “natural”. Se, como muitos autores vem demonstrando, “a paisagem é obra da mente, compõe-se tanto de camadas de lembranças quanto de estratos de rocha”³⁰, como, então, desconsiderar que nossas representações sobre os valores e os prazeres do mundo natural tenham se modificado profundamente em função da transformação que nós humanos orquestramos na natureza? Sobre essas transformações, cabe aqui uma importante ressalva: elas têm uma especificidade ainda pouco reconhecida por algumas instâncias envolvidas e comprometidas com importantes causas ambientais, pois não dizem respeito somente às destruições, aos desperdícios, ao desrespeito e aos vários crimes ambientais que a espécie humana vem cometendo, embora essas discussões também sejam relevantes e tenham o seu papel. O convite é para que olhemos essas transformações que nós, habitantes humanos, engendramos na paisagem, também no terreno complexo da produção do nosso entendimento e das nossas possibilidades de significação dos espaços naturais. Este terreno vem sendo profundamente marcado, mapeado, disciplinado e produzido pelos orquestramentos e disputas de sentido processados na histórica relação que estabelecemos com essa ‘exterioridade’ que se convencionou chamar de ‘mundo

²⁹ Simon Sachama, *op. cit.*, p. 17.

³⁰ *Ibidem*, p. 17.

natural'. Tais processos – que aqui não serão discutidos e analisados de maneira detalhada³¹ – podem ser representados, por exemplo, pela mudança de uma estética que fala do cultivo da terra para a estética que nos remete ao sublime, ao exótico da natureza, ambas relacionadas com o impacto provocado pelo Iluminismo, e conseqüentemente pelas formas de pensamento e de ações neles estabelecidas, que põem em destaque, a partir de uma doutrina econômica liberal, a ciência e a indústria como as instâncias através das quais, a natureza caótica³² pode ser entendida, conhecida e dominada.

Assim, no tempo presente em que vivemos, a natureza é suficientemente, e freqüentemente, construída materialmente de distintos modos, os quais tanto a adaptam para as necessidades contemporâneas, quanto, ao mesmo tempo, promovem uma percepção cultural específica de seus atrativos estéticos³³. Neste sentido, cabe destacar as considerações abaixo:

Nossas concepções, então, sobre os valores e os prazeres do mundo natural claramente têm mudado em resposta às atuais transformações humanas do meio ambiente. Do mesmo modo elas têm sido continuamente mediadas pelas representações artísticas e culturais cujas percepções de natureza tem freqüentemente sido parcialmente e politicamente moduladas. Deveríamos notar, portanto, que a relação entre a experiência estética da paisagem e a sua descrição em arte e literatura não é unilateralmente, mas mutuamente determinante; e os

³¹ Há uma discussão mais detalhada destas questões em Robert Lenoble, *História da idéia de Natureza*, Edições 70, 1969; e, também, em Keith Thomas, *O Homem e o Mundo Natural*, Companhia das Letras, 1996; também Thomas Kesselring, *O conceito de Natureza na História do pensamento ocidental. Episteme*, Porto Alegre, 2000. Também há discussões importantes no trabalho de mestrado de Mauro Grün *Questionando os pressupostos Epistemológicos de educação Ambiental: a caminho de uma ética*. Porto Alegre: FACHED/UFRGS, 1995, e no de Isabel Carvalho, *A tradição como horizonte da significação do ambiental, A invenção Ecológica*, Editora da Universidade, Porto Alegre, 2001, entre outros.

³² Kate Soper, *Nature/ 'nature'. Nature, Future, Culture*. Routledge: London and New York, 1998, p. 23 –34.

³³ Alexander Wilson *apud* Kate Soper, op. cit., p. 26.

significados políticos embebidos nesta última tanto refletem as atuais inscrições das relações sociais no meio ambiente, quanto refratam de volta nas respostas estéticas daí produzidas. Aqueles que se referem a um valor estético não mediado da natureza deveriam se pôr a pensar o quanto preferências em relação à natureza têm, no sentido acima descrito, sido construídas através de atividades culturais e dos seus modos particulares de representações artísticas³⁴.

Mas, afinal, que natureza é essa?

Perguntar o que é mesmo a natureza, é, antes de tudo, uma má pergunta, tal como refere Veiga-Neto (1998) perguntas do tipo “o que é isso mesmo?”³⁵, quando consideradas a partir de uma perspectiva pós-estruturalista, levam-nos a lidar com a possibilidade de que a resposta sobre, ou o conceito de determinada coisa, não dê conta da própria coisa em si, mas, antes, que apenas permitam-nos lidar com uma aproximação limitada e arbitrária. Assim, a resposta à pergunta - “o que é a natureza mesmo?” esbarra na impossibilidade de fornecermos um conceito pronto, finalístico e suficiente. Porém, como nos diz Veiga-Neto (1997) “isso não significa alguma suposta ‘deficiência’ ou incapacidade do entendimento humano, senão que a própria noção tradicional de conceito é problemática: ela promete algo que não pode cumprir”. Esse talvez seja um deslocamento importante a ser marcado. O entendimento de que a linguagem é contingente. Ou seja, “há regras de linguagem, às quais podemos recorrer para estabilizar nosso pensamento e nossa comunicação; mas tais regras são mutáveis porque são resultados de acordos tácitos ou explícitos”³⁶. A partir dessas considerações, o que quero enfatizar é um novo entendimento sobre a linguagem – resultante

³⁴ Kate Soper, *op. cit.*, p. 25-26.

³⁵ Alfredo Veiga-Neto. *Estudos de Ciência, O que é isso afinal?* Texto digitado, 13 p.

³⁶ Alfredo Veiga-Neto. *Ciência e pós-modernidade. Episteme*, Porto Alegre. v.3, n.5, p.143-145, 1998.

principalmente daquilo que é usualmente referido como a *virada lingüística*³⁷ – a qual aponta para a linguagem não como um veículo de representação da realidade, mas atuando ela própria como instituidora da realidade. Portanto, responder à pergunta “o que é natureza mesmo?” implica entender que existem várias possibilidades de resposta e que, conseqüentemente, pode-se ter a produção de naturezas diversas, sendo essas sempre representações parciais, arbitrárias, contingentes, interessadas e reorganizadas por processos de produção e de disputa de significados em torno daquilo que a natureza, ou o natural, possam estar significando em contextos específicos. Assim, de uma preocupação inicial que se centrava muito nas questões ligadas à natureza – como se existisse realmente *uma* natureza que não estivesse sendo adequadamente entendida, percebida e enunciada – o movimento que se instala é no sentido de olhar a cultura e de nela buscar entender os locais e modos diversificados de apropriação, ressignificação e produção da natureza. Cabe destacar, que a tal deslocamento, gerado não sem resistência e reticências, outros se sucederam. Entre eles, o entendimento de que a natureza é constantemente produzida na cultura através de diferentes discursos, entre eles, o discurso biológico; a compreensão de que a ciência é também uma das importantes produções culturais da sociedade; o reconhecimento de que os processos de significação, as negociações de sentido que acontecem nestas diferentes esferas tramam as redes de disputas de poder que se materializam, por exemplo, nos currículos escolares, nas peças publicitárias, nos trabalhos científicos, nas exposições dos museus, nas revistas e documentários que investigam e narram o mundo “natural”.

Em relação à temática geral, com a qual esse trabalho de tese se identifica – a *produção cultural da natureza* – a questão sobre *onde* e *como* aprendemos sobre natureza na contemporaneidade do tempo presente não tem como única e “*natural*” resposta a escola ou os cursos superiores de Ciências Físicas e Biológicas. Buscar olhar na cultura os processos de produção de representações de natureza, acena para a possibilidade de ir-se além da crítica ao antropocentrismo no currículo de

³⁷ O que se convencionou chamar de virada lingüística é um movimento realizado no sentido de possibilitar outros entendimentos do papel tradicionalmente atribuído à linguagem. Segundo Veiga-Neto (1998), “ao invés de ser vista como a própria essência das coisas ou como representação das coisas, a linguagem passa a ser entendida como constituidora das coisas e, enquanto tal, como próprio objeto de conhecimento. Com isso, o que interessa não é pensar o que se as coisas têm, ou não, uma essência e/ou uma realidade real, estável e independente *de* nós, senão é pensá-las no significado que adquirem *para* nós”. Veiga-Neto, Alfredo. Currículo e História: uma conexão radical. In: Costa, Marisa Vorraber. *O currículo nos limiares do contemporâneo*. Rio de Janeiro: DP&A, 1998. 176p.

ciências e no currículo escolar como um todo, ou da discussão de como a natureza é re-apresentada como recurso-natural pelos livros didáticos e fatiada em categorias, estruturas e caracteres pelo discurso acadêmico científico. Acena, também, para a possibilidade de reconhecimento de um conjunto de produções, de valores e de significados relativos à natureza, que não estavam e não estão necessariamente restritos aos espaços tradicionalmente considerados como pedagógicos na sociedade.

É interessante referir, ainda, os questionamentos apresentados pelo livro “FutureNatural – nature, science, culture”³⁸, no qual vários artigos tensionam esta temática de estudos. As considerações dos organizadores desta obra³⁹ apontam, por exemplo, para diferentes formas de significar a natureza, bem como os desafios de trabalhar com este conceito, ou, como o texto coloca, “quais são especificamente os aspectos contemporâneos para podermos pensar sobre o natural?”⁴⁰. Esses autores discutem que a natureza é entendida, ainda, como um conceito que invoca um domínio independente, de valor intrínseco, verdadeiro e autêntico, e, por outro lado, outras compreensões apontam para o fato de que a natureza não é nada mais que um produto de discurso, existindo, apenas, através de uma cadeia de significados. Segundo eles:

em um certo nível a natureza é, como os demais conceitos, um produto de discurso, porém, seu referente é um assunto de política. Existem ameaças reais a seja lá o que for que consideramos ser o natural; o ar, a terra, os oceanos, nossos corpos. A ‘fragilidade’ do conceito ‘natureza’ e a instabilidade do seu referente são fortemente demonstradas nos confusos vocabulários das políticas ambientais e em

³⁸ O presente livro faz parte da série “Future: new perspectives for cultural analysis” a qual têm por objetivo a discussão de temáticas consideradas prioritárias para a análise cultural. Os organizadores dessas obras são George Robertson, Melinda Mash, Lisa Tickner, Jon Bird, Barry Curtis e Tim Putnam. London: Routledge, 1996. 310p.

³⁹ *Ibidem*.

⁴⁰ *Ibidem*, 1996, p. 2

nossas lutas para entrarmos em acordo tanto com as implicações de uma nova genética e de novas tecnologias reprodutivas, quanto com as conseqüências psíquicas da perda da natureza como um conceito fundacional, uma base sólida da existência, uma estável alteridade à condição humana.⁴¹

Soper (1996) argumenta que, considerando o ‘futuro da natureza’, é difícil não ser interpelado pela conjuntura do tempo presente, onde dois contundentes críticos da Modernidade apresentam uma postura política e uma *agenda*, de certo modo, complementares e sobrepostas, mas onde cada qual nos fala da natureza de um modo muito particular. São eles a Ecologia, por um lado e, de outro, o que tem sido amplamente reconhecido, segundo essa autora, como uma teoria cultural e criticismo pós-moderno⁴². A Ecologia se distancia do projeto Iluminista e de suas concepções Humanistas por entender que isso “tem encorajado um privilegiamento ‘antropocêntrico’ da nossa espécie, o qual tem distorcido a verdade das nossas relações com a natureza e resultado em uma forma cruel e destrutiva de dominação sobre ela”⁴³. A pós-modernidade rejeita a supressão imperialista e etnocêntrica da diferença cultural empreendida pela Modernidade. Porém, enquanto ecologistas tentam argumentar na direção de **uma** natureza específica, como possuindo um domínio independente, um valor intrínseco, a teoria cultural pós-moderna enfatiza o aspecto discursivo da sua produção. Os teóricos desse campo “nos convidam a ver a ‘ordem da natureza’ como existindo apenas dentro de uma cadeia de significados”⁴⁴.

Assim, enquanto os ecologistas falam de uma natureza pré-discursiva a qual vem sendo desperdiçada e poluída, as concepções pós-modernistas nos direcionam a entender que as relações com o mundo não-humano sempre foram historicamente mediadas, e mesmo construídas, através de

⁴¹ George Robertson et alii. (orgs.). *FutureNatural-nature, science, culture*. London/New York:Routledge, 1996. p.1

⁴² Kate Soper, Nature/ “nature”. In: ROBERTSON, Geroge et alii. (orgs.).*FutureNatural-nature, science, culture*. London/New York:Routledge, 1996. p. 22.

⁴³ *Ibidem*.

concepções específicas de identidade humana e de diferença. Soper (1996) tem por objetivo questionar ambas as posições, por entender que, tanto em uma quanto em outra, ou seja, tanto a perspectiva que afirma a existência de uma ‘natureza-pré-discursiva’, quanto a que defende uma ‘natureza-só-discursiva’, “necessitam incorporar uma grande precaução em relação ao que seus respectivos discursos sobre ‘natureza’ possam estar ignorando e até politicamente reprimindo”⁴⁵.

Robertson et alii (1996) apontam, ainda, que alguns posicionamentos teóricos comprometidos com essas questões – pós-estruturalismo, teoria feminista, desconstrução – tornaram impossível manter entendimentos prévios de natureza através de definições prontas, neutras e completas. ‘Natureza’ é sempre uma construção, dizem eles, “criada entre ‘presença’ e ‘ausência’: impossível de ser aprisionada e, ao mesmo tempo, necessária para a produção de significados (tanto para a cultura quanto para os sujeitos)”⁴⁶. Uma contestação, ou melhor, uma discussão sobre o que a natureza ‘significa’ precisa necessariamente lidar, no entendimento desses autores, com a crescente intervenção tecnológica e científica sobre ‘o natural’, com as restrições que isso provoca e com os efeitos ilusórios resultantes de um conceito que não consegue sustentar o peso de argumentações advindas de outros registros e concepções teóricas. A pergunta que esses autores se fazem é: “como podemos distinguir de maneira significativa entre uma natureza que é, ao mesmo tempo, ‘real’ e ‘ilusória’?”⁴⁷.

Essas são questões complexas relativas à *produção cultural da natureza*, uma produção que tem resultados ‘concretos’ e ‘reais’ na qualidade de vida de milhares de seres vivos, na possibilidade de continuidade da vida de tantos outros, na disponibilidade daqueles “recursos” básicos dos quais todos os habitantes do planeta dependem: água, ar e solo. Essa é também uma temática discutida e produzida em diferentes espaços, a partir de diferentes entendimentos. Nessas várias possibilidades

⁴⁴ *Ibidem.*

⁴⁵ *Ibidem.*

⁴⁶ George Robertson et alii, *op. cit.*, p.2.

⁴⁷ *Ibidem.*

de olhar e de tratar essas questões, associo-me ao posicionamento de Wilson (apud Robertson et alii, 1996):

Hoje em dia a natureza é filmada, retratada, escrita e discutida em muitos lugares. A medida em que o novo milênio se aproxima essas imagens e discussões vão sendo crescentemente marcadas nos moldes de crise e catástrofe, porém, a crise atual não existe apenas *lá* fora, no ambiente; é também uma crise da cultura.⁴⁸

Portanto, nos estudos que tenho desenvolvido, interessa-me, especialmente olhar, como já discuti anteriormente, os modos como a natureza é falada, narrada e apresentada na e pela cultura. Tais preocupações advêm do entendimento de que nossa relação com o que chamamos de “mundo natural” tem sido historicamente produzida pelas descrições artísticas, literárias e representações culturais cujas percepções de natureza são sempre parciais e politicamente interessadas⁴⁹. O que tem sido problematizado, pelos vários autores que se preocupam com estas questões, é o quanto as nossas próprias preferências em relação à natureza, tendo em vista as discussões aqui apresentadas, são resultantes de construções culturais e dos seus modos particulares de representação artística e literária. Essas construções são contextuais e históricas, são constituídas e se constituem nos diferentes discursos que vão compondo aquilo que significamos como natureza, incluindo-se entre esses o discurso científico. A Ciência, como já foi afirmado anteriormente, não se constitui em lugar privilegiado e a ‘salvo’ dessas ‘perturbações’; ou seja, ela não é, apenas, ‘influenciada’ por elas, mas antes, a Ciência passa a ser entendida nas acepções pós-modernas como uma instância cultural cuja

⁴⁸ George Robertson, *op. cit.*, p. 1.

⁴⁹ Kate Soper, *op. cit.*, p. 26.

compreensão e materialidade de seus registros e de suas produções também passa pela discussão dos processos envolvidos no estabelecimento dos sentidos.⁵⁰

Olhar a *produção cultural da natureza* significa transitar desde os lugares mais usuais (currículos escolares, livros didáticos e paradidáticos, projetos de Reestruturação Curricular dos cursos de Ciências Físicas e Biológicas, Museus e laboratórios) até aqueles menos “óbvios”, como as trilhas ecológicas, o turismo, os desenhos animados, os brinquedos, as grandes descobertas/espetáculos científicas, da produção de uma nova natureza *in vitro*, os programas de audiência, entre outros. Exige, também, ter um referencial teórico que permita o trânsito produtivo entre diferentes áreas do conhecimento, permitindo a análise destas diferentes e particulares produções culturais.

Um outro deslocamento que necessita ser marcado diz respeito à minha prática docente. Nessa produção cultural particular, que envolve encontros entre alunos/alunas e professora - expectativas, dúvidas, autores, tantas idéias e tantos outros textos - também foi se compondo o trabalho que aqui apresento.

Ao discutir a produção cultural da natureza com meus alunos e alunas, na preparação das aulas, nas leituras de autores, nas discussões em sala-de-aula foram tomando forma outras perguntas, outros desejos investigativos e outras inquietações.

Além desses, destaque, também, os ‘efeitos’ que os trabalhos de Donna Haraway (1992, 1989), tiveram sobre minhas compreensões principalmente quando ela afirma: “A Biologia é um discurso, não o próprio mundo vivo” (1992, p. 298), organismos não *nascem*, eles *são feitos*. Como a autora ressalta (op. cit.), os organismos são feitos como objetos de conhecimento das práticas do discurso científico (e essas são sempre historicamente situadas e comprometidas) de um mundo em constante transformação. Ou seja, os Estudos desenvolvidos por essa autora ressaltam o caráter arbitrário das

⁵⁰ Alfredo Veiga-Neto, *op. cit.*, p. 152.

Ciências Biológicas⁵¹ e das suas produções, argumentando que as próprias categorias que aprendemos serem *inerentes* e *próprias* à Biologia são, antes de mais nada, construções culturais, sociais, políticas, históricas e científicas, organizadas em um tempo definido. Segundo ela:

Organismos são incorporamentos biológicos, como entidades tecno-naturais, eles não são plantas, animais, protistas, etc., preexistentes, com fronteiras já definidas e aguardando o instrumento adequado para notá-los corretamente. Os organismos emergem de um processo discursivo. A Biologia é um discurso, não o próprio mundo vivo. Porém os humanos não são os únicos atores na construção das entidades de qualquer discurso científico; máquinas (...) são construtores ativos de objetos naturais científicos.⁵²

Inspirada em discussões como essas, passei a entender que o mundo adquire sentido a partir da sua nomeação e pela classificação; enfim, através dos processos –que envolvem disputas de interesses, disputas de poder no processo de significação dos sujeitos e das coisas do mundo – presentes nas formações discursivas. Este entendimento fez-me passar a pensar na produção própria do discurso particular à Biologia, bem como nas histórias de sua constituição. Também passou a interessar-me saber quem foram esses primeiros estudiosos da natureza, e em que campos de conhecimento e quais foram os procedimentos que elegeram como adequados e necessários para fazer-se História Natural. Levanto questionamentos sobre algumas práticas ou enfoques que têm sido privilegiados no Ensino de Ciências e de Biologia. Entre esses, como ensinar sobre a natureza hoje, sem pensar em classificação, em nomeação e em uma ordenação *lineana* do mundo e das coisas? Quais foram os

⁵¹ Donna Haraway. The promises of monsters: a regenerative politics for inappropriate/d others.. In: Grossberg et alii. *Cultural Studies*. New York/London: Routledge, 1994, p. 298. Luis Henrique Sacchi dos Santos (2000) também discute, a partir dessa autora, o caráter arbitrário das ciências ditas naturais em seu texto “A Biologia tem uma história que não é natural”.

⁵² Donna Haraway, *op. cit.*, p. 298.

interesses que possibilitaram e tramaram a emergência e o triunfo desta forma tão valorizada de *ver* e de *nomear* o mundo natural? Como discutir a natureza sem pensar na organização e na apresentação das coleções dos museus de História Natural, na organização do espaço, daquilo que existe para se ver e do como aparece para ser visto? Como falar sobre natureza, ou mesmo problematizar a Educação Ambiental, sem antes problematizar a produção do antropocentrismo, do utilitarismo e de um certo “classificacionismo”, tomados como referências básicas no pensamento ocidental e a partir dos quais se falava, e ainda se fala, se concebia e, ainda, se concebe o mundo natural?

Creio ser importante marcar aqui algumas posições. As questões listadas acima emergem de minhas ansiedades, experiências e práticas docentes; elas permanecem em aberto e não são foco de análise nesta Tese. As questões que tenho apresentado ao longo desse capítulo localizam o contexto em que este trabalho de tese está inscrito, ou talvez seja melhor dizer, as questões que me levaram a atentar para o tema desta tese. Porém, a minha preocupação não é ultrapassá-las ou “resolvê-las”. O presente estudo não se dedicou a examinar essa problemática específica.

A tentativa feita aqui é de composição e recomposição daquilo que quis falar, bem como de apresentação de como foram sendo compostos os interesses que levaram à investigação. Enfim, faço aqui uma tentativa de apresentar os caminhos diversos, e muitas vezes desconexos, nos quais teci meu objeto de pesquisa, bem como os recortes que foram se tornando necessários fazer para desenvolver este estudo. É nesse cruzamento de interesses, de estudos, de desejos, de recortes, de curiosidades de textos e de palavras que este trabalho de tese foi sendo composto.

Organizando o itinerário: ou dizendo de onde se fala

O presente trabalho de pesquisa se inscreve em um campo teórico que entende a produção da ciência como contextual, contingente e histórica. Diferente de algumas outras perspectivas teóricas que se dedicam a estudar as produções da ciência, a perspectiva dos “*Estudos Culturais do Conhecimento Científico*”⁵³, em que me inscrevo, entende a ciência não mais como *influenciada* por

⁵³ Considero importante ressaltar que existe uma relativa dificuldade em termos de **uma** definição ou delimitação precisa que possa dar conta de todas as possibilidades investigativas e abordagens teóricas que esse campo reúne. Dorothy Nelkin (1998) discute que os ‘recentes’ *Estudos da Ciência* “tem estabelecido um programa criativo, ainda que a princípio

questões externas a ela (questões sociais, econômicas e políticas), ou como exclusivamente relacionada a questões internalistas (políticas de financiamento de pesquisa, disputas entre grupos de pesquisa, obtenção de materiais) – na verdade, essa “dicotomização” entre esses dois enfoques, a partir dessa perspectiva, perde completamente o sentido – mas como uma *produção cultural* de seu tempo.

Joseph Rouse (1997) afirma que os Estudos Culturais do Conhecimento Científico tomam como seu objeto de investigação o próprio tráfego existente entre a produção e o estabelecimento do conhecimento científico e aquelas práticas culturais e formações as quais eram sempre entendidas pelos/as filósofos/as da ciência como “externas” à produção do conhecimento científico. O conhecimento científico, na concepção desse autor, deve ser tomado como uma formação cultural a qual necessita ser entendida através de um exame detalhado dos recursos que as suas articulações permitem disponibilizar, das situações as quais este conhecimento produzido consegue responder e, finalmente, das maneiras pelas quais o conhecimento científico produzido, transforma tais situações e o impacto que tem sobre a materialidade da vida concreta das pessoas.

um pouco caótico e anárquico” (op. cit.) A autora segue na apresentação desse campo marcando que esse é interdisciplinar e tem “atraído a historiadores, filósofos, científicos, sociólogos, e especialistas em ética interessados no estudo dos processos, métodos, instituições e aplicações da ciência”. Nelkin (1996) salienta também que esse campo não tem nenhum marco conceitual comum, nem uma metodologia “unificadora”, muito menos um nome. Os programas comprometidos com esse campo, informa essa autora, tem sido denominados com grande diversidade: “Tecnologias e valores humanos”, “Ciência da tecnologia, da sociedade e da ciência”, “Estudos políticos de Ciência”, “Estudos Culturais da Ciência”, “Estudos da Ciência”. Também Joseph Rouse (1997) em seu texto retirado da internet “What are Cultural Studies of Scientific Knowledge?” adota *Estudos Culturais do Conhecimento Científico* para se referir a um considerável heterogêneo corpo de estudos em História, Filosofia, Sociologia, Antropologia, Teoria Feminista e Crítica Literária. Esse autor salienta que, na utilização de tal expressão, é fundamental perceber que tal campo se localiza e se institui em meio a diferentes abordagens e produções teóricas que se localizam na fronteira possível de articulação entre os Estudos Culturais e os estudos relacionados à tradição Social Construtivista. Para aprofundar tal questão ver também Veiga-Neto (1998). Para uma discussão mais profunda dessas questões ver Wortmann & Veiga-Neto (2001). *Estudos Culturais da Ciência & Educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

Os “Estudos de Ciência”⁵⁴, ressalta Wortmann (1999), não apenas olham de um outro modo para as instâncias em que se dá a produção da ciência, mas “eles ampliam a gama de locais a serem vistos como participantes desta produção ‘ao penetrarem nos laboratórios’, ao incursionarem nas exposições dos museus (...) [e] ao incluírem em seus temas de interesse os estudos literários e de ficção científica e em vida artificial”⁵⁵. Ainda, de um modo geral, dentro deste campo, o trabalho científico é entendido como uma atividade “não apenas conectada com as demais atividades culturais, mas também cujas fronteiras são tênues e instáveis, isso é, estão em constante deslocamento”⁵⁶ (Veiga-Neto, 1998). Portanto, conforme explica esse autor, os Estudos Culturais do Conhecimento Científico negam a concepção de que a Ciência se constitui em um lugar *privilegiado* ou *melhor* para descrever o mundo tal como ele *realmente* é, ou ainda que a interpretação científica seja a mais correta ou a que dá conta mais totalmente da realidade, por ser essa uma leitura não “mediada” do seu objeto de estudo⁵⁷.

A vertente dos Estudos Culturais⁵⁸ tem sido amplamente debatida e discutida quanto à sua possibilidade de definição, quanto ao seu campo específico, quanto às suas metodologias e seus objetos de estudo. Vários têm sido os autores e as autoras que assinalam o caráter plural deste campo teórico, reafirmando, ao mesmo tempo, a dificuldade de problematizar isso. Wortmann (2001), a partir dos trabalhos de vários autores e autoras problematiza essa questão, tecendo considerações importantes sobre esse campo investigativo. Essa autora destaca, valendo-se de considerações feitas por Nelson et alii (1995), que os Estudos Culturais constituem um campo de teorizações e de

⁵⁴ Esta é a forma de se referir a este campo adotado pela autora no texto citado.

⁵⁵ Maria Lúcia Wortmann. *A educação em ciências a partir dos Estudos Culturais*. Texto digitado, 1999.

⁵⁶ Alfredo Veiga-Neto. *Ciência e Pós-modernidade*. *Episteme*, Porto Alegre, v. 3, n.5, p. 148-145, 1998.

⁵⁷ *Ibidem*.

⁵⁸ Para melhor discussão dos aspectos históricos e epistemológicos referentes a este complexo campo de estudos ver Johnson (1999). No sentido de contemplar as possibilidades deste campo de estudos e a pesquisa no campo educacional ver Costa (2000). Também nesta linha de discussões - um dos primeiros livros a reunir textos apresentando diferentes possibilidades de análises culturais e caminhos investigativos alternativos para o campo educacional, a partir desta perspectiva teórica - ver Silva (1995).

investigação “não disciplinar, às vezes caracterizado até como antidisciplinar, ou ainda transdisciplinar, polimorfo.” A autora segue sua exposição dedicando-se a mostrar o caráter plural dos Estudos Culturais, afirmando que estes “não assumiram nenhuma metodologia distinta que a eles possa ser atribuída como peculiar”.

Cabe ressaltar, também, que a marca dessa pluralidade de olhares e de possibilidades investigativas que este campo apresenta não pode ser reduzida ao entendimento de que os estudos desenvolvidos a partir dos Estudos Culturais não têm nenhuma preocupação com *os modos* de conduzir e produzir suas investigações. Penso serem bastante elucidativas as considerações de Wortmann (2001) a esse respeito:

Nesse campo, “a escolha das práticas de pesquisa dependem das questões que são feitas, e as questões dependem de seus contextos”⁵⁹. De modo semelhante, Michel Menser & Stanley Aronowitz (1998) ressaltam, que os Estudos Culturais buscam circular “zonas de fronteira” (...), “nos espaços intermediários onde os limites delimitam, privilegiam ou deslocam o espaço de uma prática disciplinar em relação a outra, permitindo o trânsito entre elas” (p. 34) e é nesse processo de trânsito entre os métodos das disciplinas existentes (a Sociologia, a Filosofia, a História, a teoria Literária, por exemplo), que se dá a “apropriação” e a “reconfiguração” das metodologias utilizadas nesses Estudos, mas não o estabelecimento de uma única metodologia que possa caracterizá-los.⁶⁰

⁵⁹ Nelson, Treichler & Grossberg *apud* Wortmann, texto digitado, 2001.

⁶⁰ *Ibidem*.

Portanto, esse não é um campo *vazio*, a ser preenchido por qualquer coisa ou de qualquer maneira. Para esse campo a própria *forma* de composição das investigações e as metodologias escolhidas ao longo desse processo são objetos de análise. Isso porque para esse campo teórico “as metodologias sempre carregam os traços de sua história, incluindo metodologias que agora têm uma história dentro dos próprios Estudos Culturais”⁶¹.

Os Estudos Culturais vêm se transformando nos últimos quarenta anos; têm suas histórias, seus contextos de produção, suas disputas e suas marcas. Também suas diferentes tradições, contradições e variados roteiros e possibilidades de pesquisa, que não só o legitimam, mas, também, lhe conferem um *lugar* produtivo a partir do qual podemos indagar a *cultura*, suas formas de *representação*, a *linguagem*, a produção de significados e os fluxos destes em meio a *relações de poder*. Cabe ressaltar que cada um desses termos apresenta, nesse campo teórico, significados muito particulares⁶² e que os processos de construção/desconstrução sobre eles empreendidos têm promovido deslocamentos e estranhamentos nos quais lhe são conferidos outros significados, permitindo que sejam tecidas outras relações - menos óbvias, menos lineares, menos finalistas e deterministas – que, ao mesmo tempo, têm implicado a constituição dos Estudos Culturais, bem como a possibilidade de seu desenvolvimento e amadurecimento enquanto campo investigativo.

Ribeiro&Ramalho (1999) afirmam que, embora a questão da possibilidade de definição dos Estudos Culturais não seja considerada importante por muitos teóricos desse campo, essa preocupação não deixa de se fazer presente. Estes autores apresentam, então, algumas delimitações possíveis que vão, num primeiro momento, problematizar se o conceito de cultura pode ser o ‘delimitador’ desse campo. Consideram que esta é uma discussão problemática. Tendo em vista o sentido que a expressão adquiriu, ‘os Estudos Culturais’ não dizem respeito a, ou ainda, não são,

⁶¹ Cary Nelson, Paula Treichler & Lawrence Grossberg. Estudos Culturais: uma introdução. In: Silva, Tomaz Tadeu (org.) *Alienígenas na sala de aula. Uma introdução aos Estudos Culturais em Educação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995, p. 8.

⁶² Para o necessário aprofundamento desta questão, o que não é o objetivo deste texto, ver Silva (1999a). Ver também Hall (1997) e Veiga-Neto (1998).

simplesmente, ‘estudos sobre a cultura’. Essa distinção, consideram Ribeiro&Ramalho (1999), é fundamental para a constante reconstrução do conceito de cultura que interessa aos Estudos Culturais e também, de alguma forma, os delimita.

Silva (1999) enfatiza que os Estudos Culturais concebem a cultura como campo de luta em torno da significação social. Numa definição ‘sintética’, como afirma esse autor, “poder-se-ia dizer que os Estudos Culturais estão preocupados com questões que se situam na conexão entre cultura, significação, identidade e poder”⁶³.

Entendo, ainda, ser importante referir, mesmo que de modo ainda insuficiente, aspectos relacionados àquilo que Hall (1997a) denomina “virada cultural”, questão que é central a este campo de estudos. Esse movimento, argumenta o autor, concebe a cultura não mais como um conjunto de *coisas* – sejam elas romances, pinturas objetos, literatura, publicidade ou programas de TV e quadrinhos – mas como um *processo*, um conjunto de práticas. Para esse autor, a cultura, antes de tudo, tem a ver com a produção e o intercâmbio de significados – ‘o dar e receber significados’ – entre os membros de uma sociedade ou grupo.

Tais compreensões vão conferir uma “centralidade da cultura” na produção teórica do tempo presente. Na perspectiva dos Estudos Culturais trabalhamos com um conceito de cultura ‘ampliado’, entendido por alguns autores/as como um conceito mais próximo das disputas em torno das várias formas de produção de significados, localizando a cultura num complexo processo cotidiano dessa produção e compartilhamento, tramados em meio a práticas de representação sempre interessadas, sempre intimamente relacionadas a questões de poder. Também cabe destacar o interesse que vem sendo dado à linguagem como local privilegiado de construção e circulação dessas representações. A

⁶³ Tomaz Tadeu da Silva. *O que é, afinal, Estudos Culturais?* (org.) Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte:Autêntica,1999b, p. 34.

partir de du Gay (1994), Hall (1997) apresenta o que ele chama de uma “revolução de atitudes em relação à linguagem”⁶⁴ :

(...)uma inversão da relação que tradicionalmente tem se pensado que existia entre as palavras que usamos para descrever as coisas e as próprias coisas. A suposição usual do senso comum é a de que os objetos existem “objetivamente”, tal como tal, “no mundo”, e assim, seriam anteriores às descrições que deles fazemos. Em outras palavras, parece normal presumirmos que as “moléculas” e os “genes” procedam e sejam independentes dos seus modelos científicos; ou que a “sociedade” exista independentemente das descrições sociológicas que dela se fazem. O que estes exemplos salientam é o modo como a linguagem é presumivelmente subordinada e está a serviço do mundo, do “fato”. Entretanto, nos últimos anos, a relação entre a linguagem e os objetos descritos por ela tem sido radicalmente revista. A linguagem passou a ter um papel mais importante. Teóricos de diversos campos – filosofia, literatura, feminismo, antropologia cultural, sociologia – tem declarado que a linguagem constitui os fatos e não apenas os relata.⁶⁵

Essa “recente” centralidade que a cultura tem ocupado nas análises que se constroem no campo das chamadas ciências humanas revela uma mudança de entendimento em relação àquilo que se entendia por conhecimento. É importante destacar que tradicionalmente sempre foi atribuído à cultura um papel inferior quando comparada aos processos econômicos e políticos, estes sim entendidos como capazes de influenciar e alterar as condições materiais do mundo “real”. Assim, a

⁶⁴ Stuart Hall. A centralidade da cultura: notas sobre a centralidade do nosso tempo. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, v. 22, n.2, p. 15-46, 1997.

⁶⁵ Paul du Gay *apud* Stuart Hall, *op. cit.*, p. 28

cultura, como ressalta Du Gay (1997) era vista como um processo efêmero, superficial, um mero reflexo do que era condicionado pelo social, econômico e político. Ela não lidava com nada realmente “tangível”, mas antes com signos, símbolos, linguagem, mitos e imagens que eram considerados por alguns cientistas políticos como pouco interessantes e relevantes ao abastecimento de um conhecimento ‘real’ e válido na perspectiva dos cientistas sociais.

O que assistimos nos últimos anos é um movimento em direção oposta às considerações anteriores. Como nos diz Silva (1999a), está em curso um processo de desestabilização epistemológica, no qual a cultura passa a ser entendida como sendo constitutiva do mundo social, econômico e político e não mais seu mero reflexo – numa visão “mimética da representação” (Hall, 1997) – no qual o processo de conhecimento é “colado” ao processo de representação, tornado-os inseparáveis; no qual o poder não é mais visto como algo que distorce a epistemologia, mas antes, como algo produtivo, presente em todas as manifestações culturais de nosso tempo (currículos acadêmicos, exposições, literatura, cinema, lojas do Mcdonaldização, publicidade, brinquedos, turismo ecológico) que disputam por aquelas representações que vão nos ensinar sobre o mundo.

Ressalto que as questões aqui apresentadas dizem respeito, justamente, àquilo que eu entendo como a contribuição particular dos Estudos Culturais para esse trabalho de pesquisa. Inicialmente, esse referencial teórico possibilita, na área específica do campo educacional, uma leitura singular daquilo que usualmente consideramos como o “educativo” e, ao mesmo tempo, daquilo que tem sido configurado como os *novos locais* de produção de conhecimento, sejam eles, filmes, teatro, documentários, peças publicitárias, desenhos infantis, revistas, moda, exposição de museus, literatura. Enfim, há uma série de interesses, de posicionamentos, de questionamentos que implicam assumir outras direções de análise. Nesses movimentos ganham destaque temáticas tais como: gênero, raça, etnia, políticas de identidade, a produção da diferença, a produção do outro, currículo cultural, processos de subjetivação. Ao mesmo tempo que “velhos problemas” – como a dicotomia cultura/natureza – podem passar a ser olhados e indagados de um ângulo novo, de uma

perspectiva diferente, o que implica na possibilidade de desconstruir concepções e entendimentos sobre eles já *naturalizados* na cultura.

Minha ‘identidade híbrida’, também se beneficia das compreensões que alcancei neste campo de estudos e nele, essa identidade se reestrutura e se reorganiza. Ao falar de identidade híbrida, falo dos vários lugares que ocupo – lugar de professora, de aluna, de pesquisadora, de ‘escritora’; falo dos campos de saber das Ciências Biológicas e da Educação – que me (in)formaram, formataram, disciplinaram, inspiraram e que me autorizam a ocupar os lugares em que me situo e, finalmente, falo das variadas áreas de interesses – Estudos de Mídia, Estudos Literários, Antropologia, Ecologia, Iconografia, Literatura de Viagem, Estudos Literários, História, Filosofia – que passaram a ocupar, no decorrer desses anos, as minhas pretensões de pesquisa. Os Estudos Culturais e os Estudos Culturais de Ciência me permitem ‘suportar’ e tornar produtivas essas identidades; ou seja, eles me permitem andar em torno dessas questões, me deslocar por entre alguns dos seus imbricamentos, explorar as riquezas e, por que não, as armadilhas que elas oferecem.

Foi a partir das investigações e das incursões que fiz nesse campo de pesquisa que me senti autorizada a passar a olhar para os *relatos de viagem* – produzidos pelos viajantes-naturalistas que ao longo do século XIX viajaram pela Província do Rio Grande de São Pedro. E foi a partir das discussões que esse campo de estudo possibilita, que passei a olhar os relatos de viagem como uma importante instância cultural e pedagógica de seu tempo, a partir da qual podemos investigar os modos como representações e significados sobre natureza eram engendrados e negociados em meio a diversidade dessa experiência tão particular: a viagem. Tais estudos também me levam a olhar para tais relatos – descrições detalhadas sobre paisagens, costumes e sujeitos – não como um testemunho de verdade, como um ‘esquadrinhamento’ da realidade, mas como construções disciplinarmente formadas para ver de uma determinada maneira – forjadas a partir do olhar estrangeiro, ou seja, como construções culturais de seu tempo. Tais produções passaram então, ao longo dessa tese, a ser objeto de minha análise e das construções que com elas pude elaborar minhas análises foram apoiadas nos referências de que disponho, os quais, por sua vez, também

“formataram” o meu olhar, também me indicaram o que ver. Há, ainda, nesse processo de “apreensão” dos meus objetos de estudo, tantas coisas novas a olhar e a aprender a ver. Viagem, Literatura e História Natural passaram, então, a ocupar um lugar de destaque nas cenas que esse trabalho compôs.

Compondo itinerários: do que se quer falar

O título desse capítulo “A produção cultural da natureza: viagem literatura e ciência” reúne, justamente, os principais temas que se cruzam nessa investigação: viagem, literatura e ciência. Também apresenta o desafio de olhar esses três temas – tendo em vista a temática geral que aqui venho apresentando, a *produção cultural da natureza* – nos seus entrelaçamentos com a uma questão específica: a produção de uma (ou várias) paisagens naturais para o Rio Grande do Sul. Para tanto, o meu objeto de estudo foi adquirindo a forma, a materialidade e a textura dos relatos de viagem produzidos ao longo do século XIX, por viajantes estrangeiros sobre o Rio Grande do Sul. Confesso que, inicialmente, o trabalho era outro, sempre é, e a sensação mesmo é de que ele não para de se tornar uma outra coisa, e que finalizá-lo é quase uma arbitrariedade. A intenção inicial era examinar as representações artísticas das paisagens do Rio Grande do Sul ao longo do século XIX, para discutir, a partir das composições pictóricas, os processos de produção de representações de natureza engendrados nessas produções artísticas. Enquanto eu procurava por esses registros, eu encontrei os relatos dos viajantes e, assim, novas composições foram sendo inventadas.

No momento da defesa da proposta dessa Tese, e com o auxílio da banca examinadora, as questões, recortes, caminhos desse trabalho foram ficando mais nítidas, mais delimitadas, ao mesmo tempo em que passavam a reunir novos desafios. O trabalho passou a ter, então, um novo contorno, a partir do qual desenvolvi esta tese, que pode ser configurada como um estudo dos quatro relatos de viagem produzidos sobre a Província de São Pedro (atual Rio Grande do Sul) por viajantes-

naturalistas⁶⁶ franceses que visitaram essa região na primeira metade do século XIX. São eles Nicolaus Dreys, Arsène Isabelle, Aimé Bonpland e Auguste de Saint-Hilaire. O que busquei nestes relatos? Respondendo sucintamente, foram as formas como esses diferentes viajantes estrangeiros foram compondo, através de suas narrativas de viagem, a paisagem do Rio Grande do Sul daquele tempo. Ressalto que o interesse no estudo das coisas da natureza, ou seja, nos estudos relativos a um campo específico da ciência daquele tempo, a História Natural, aliado ao ato de conhecer e “inventariar” regiões ainda menos conhecidas e “traduzidas” para um público geralmente estrangeiro, são temas importantes das diferentes histórias contadas por esses diferentes viajantes.

Como esse trabalho se relaciona ou se insere nas questões até aqui discutidas? O meu olhar constante e atento aos modos de ver e falar de natureza na cultura contemporânea, o meu trabalho docente junto a variados grupos de alunos e alunas, que constantemente se ocupa com Ensino de Ciências e de Biologia, bem como as leituras que tenho desenvolvido e que me fizeram atentar para a diversidade de *locais* em que se fala sobre a natureza e, também, para os também diversificados *modos de ver* e de *falar* sobre ela e para como esses foram sendo transformados e legitimados ao longo do tempo.

O que pretendi, neste Estudo, foi olhar para como se dava, e em que lugares acontecia, a produção da natureza no século XIX⁶⁷. Este é o movimento a que aqui me propus: olhar para um tempo passado específico e nele ver os modos de produção da natureza particulares àquela época. Para tanto orientei-me por alguns questionamentos, entre os quais destaco os seguintes: como se constituíam as práticas específicas de representação da natureza? Quais eram seus marcadores? Que

⁶⁶ Embora nem todos os viajantes aqui estudados tenham tido uma formação sistemática no campo da História Natural, passo a considerá-los, todos, viajantes-naturalistas, uma vez que o tema de interesse comum a todos eles foi realizar investigação, estudos, considerações e coletas relativos a esse campo do conhecimento, isso não significa desconsiderar as diferenças existentes entre as formas como eles conduzem seus interesses.

⁶⁷ O século XIX foi escolhido enquanto recorte temporal por ter sido um tempo de intensa visitação estrangeira às terras brasileiras. Nesta época houve muitas expedições científicas provenientes de diferentes nacionalidades que incursionaram pelo território brasileiro. Foi um tempo profundamente marcado pela “redescoberta” do Brasil por parte dos estrangeiros. Destaco que esta questão voltará a ser discutida em maior detalhe mais adiante nesse trabalho.

redes semânticas estavam comprometidas com a produção de uma/várias naturezas? Como estas práticas culturais rompem, reverberam ou são ressignificadas no tempo presente?

Aproprio-me das considerações de Popkewitz (1994) para falar um pouco daquilo que me desafia e encanta em um estudo que se propõe a examinar produções culturais de um outro tempo. Tomando as palavras deste mesmo autor, destaco que não estou preocupada apenas com o passado, mas, principalmente, com o modo como o passado é recuperado no presente para normalizar, legitimar e disciplinar aquilo que já sabemos ou para procurar aquilo que devemos vir a saber sobre natureza. Um estudo deste tipo inclui uma série de embates metodológicos e teóricos. É inicialmente com este autor, Popkewitz (1994), a partir **de** estudos em que utilizou teorizações de Michel Foucault, que me tornei atenta aos “perigos” de tomar de forma “natural” os atos de escrita e as representações constituídas nos relatos desses viajantes-naturalistas, com cujos relatos me ocupei ao longo desse trabalho de pesquisa. Pretendi questionar, localizá-los e relacionar o que neles estava relatado a outros acontecimentos que lhes foram contemporâneos, levando em consideração que formas de falar e relatar pressupõem uma investigação que se dedique a perceber como estas formas de narrar a paisagem fazem parte, como alerta Popkewitz (1994), “de um conjunto de práticas simbólicas e não-simbólicas e de tecnologias e instituições” que compõem e naturalizam aquilo que se entende como natureza.

Penso que o presente estudo pode destacar, justamente, que, em diferentes tempos, engendram-se diferentes formas de lidar com a natureza e isso se organiza, no caso das histórias aqui investigadas, em meio a experiências culturais complexas. No caso dos relatos dos viajantes aqui estudados, a produção da natureza, enquanto produção de significados sobre a paisagem natural, acontece em meio a experiências culturais marcantes como a viagem, no encontro com a alteridade que representavam tanto a natureza como os habitantes desse “novo mundo”, atravessada pelas negociações entre uma formação naturalista profissional e uma formação leiga inspirada pela História Natural marcada por diversas possibilidades de observação ‘*in loco*’, por diferentes formas de “errância” e por distintos interesses científicos, econômicos e colonialistas. Creio que a partir desses relatos mesmo foi possível perscrutar (no sentido mesmo de “sondar com escrupulos”), como vidas, sujeitos, escolhas se transformam em literatura, em diários, em crônicas, em testemunhos de verdade, ou em testemunhos não tão reconhecidos assim; enfim, em documentos históricos sobre um tempo, nos quais se configuram várias naturezas instituídas em múltiplos olhares.

O desafio tornou-se, portanto, ver as rupturas, mais do que as possíveis e acalentadoras continuidades presentes nessas histórias; ver as mudanças que acontecem em um período histórico não como evolução e progresso permanentes, mas antes, como interrupções; ver, enfim, as diferentes e variadas formas de composição de várias naturezas na literatura de viagem no século XIX.

Empreendi até aqui, um esforço no sentido de apresentar um pouco do que eu falo, daquilo que esse trabalho discute e apresenta enquanto investigação. Ao longo do seu desenvolvimento, fui aprendendo a lidar com as diferenças e as peculiaridades dessa composição. Entre elas, a dificuldade teórica de trabalhar com a construção discursiva daquilo que não é nem identidade, nem subjetividade, daquilo que não é sujeito, daquilo que também não é apenas um recorte demográfico, não é apenas pano de fundo onde se encena a vida cotidiana, não é apenas objeto. Enfim, de tudo aquilo que a palavra natureza nos inspira. Como nos diz Haraway (1992):

Natureza é para mim, e eu me aventuro a dizer que para muitos de nós, que somos fetos planetários gerados no líquido amniótico do capitalismo tardio, uma daquelas coisas impossíveis caracterizadas por Gayatri Spivak como aquelas que não podemos não desejar. Pungentemente conscientes da constituição discursiva da natureza como o ‘outro’ nas histórias do colonialismo, racismo, sexismo, e das várias formas de dominação de classe, nós, apesar disso, encontramos neste problemático, étnico-especieísta, de longo-termo e móvel conceito algo que não podemos ficar sem, mas não podemos nunca ter. Precisamos achar outra relação com a natureza, para além da reificação e posse.⁶⁸

Minha idéia, como já afirmei em outro momento, não é tentar definir o que a natureza é: esta não é a questão. Utilizo este trecho do texto de Haraway como uma forma de apresentar uma especificidade que ainda não domino, de que apenas suspeito e, também porque este trecho fala, de alguma forma, dos desejos e subjetividades que me fizeram escolher investigar a produção discursiva da natureza. Mais ainda, é uma das formas de eu me relacionar “com essa coisa impossível – a natureza – a qual não podemos não desejar e nunca jamais possuir”⁶⁹.

⁶⁸ Donna Haraway, *op. cit.*, 296.

⁶⁹ *Ibidem*.

Quais eram os lugares consagrados para se falar de natureza no passado histórico? Quem podia falar dela autorizadamente, de que modo e para quem? Que regularidades se pode encontrar nestas falas em diferentes tempos históricos? Quais são os marcadores da produção cultural da natureza do século XIX? Existiam padrões literários a serem seguidos? Como se tramam os interesses – científicos, artísticos, literários, comerciais, políticos – nesses relatos? Estas eram algumas das perguntas que eu tinha ao iniciar este trabalho de tese. Algumas foram respondidas, outras permanecem. Outras, ainda, foram esquecidas. E existem aquelas que nem tinham sido pensadas. Sem mencionar as que emergem agora, na medida em que o trabalho se encaminha para seu ‘interrompimento’.

Foram estes interesses, estas questões que me levaram a desenvolver um trabalho de pesquisa que aconteceu na fronteira produtiva entre campos de estudo como: História Natural, Biologia, História, estudos literários, das análises discursivas e da Educação. Já referi, na Apresentação dessa tese, os sentimentos advindos de tal escolha; bem como destaquei sentir um certo desconforto por transitar entre campos tão diferentes, que implicam a realização de um estudo que não se restringe, apenas, à Educação. Não só isso, há um sentimento que ainda me escapa, um aprendizado sutil que ainda me surpreende, que embora já seja meu, quem sabe ainda não tenha “decantado” o suficiente para poder ser afirmado em palavras, enfim, são as coisas que eu fui apreendendo no meu contato com aquilo que outros disseram, viveram, aprenderam e ensinaram. Outros, que foram tornado-se próximos, foram ficando mais íntimos, foram ganhando contornos específicos e diferenciados ao longo desse trabalho. Mas, quem eram esses “Outros”? Falo dos viajantes aqui estudados, refiro-me a Nicolaus Dreys, Arsène Isabelle, Aimé Bonpland e Auguste de Saint-Hilaire, com os quais experimentei diferentes roteiros de viagem, submeti-me a diferentes itinerários e precisei aprender diferentes olhares.

De um recorte que, a partir da discussão da proposta dessa tese, indicava a importância de buscar “o olhar francês sobre a paisagem do Rio Grande do Sul”, o encontro com as particularidades, a diversidade das experiências, a heterogeneidade das formas de viajar, de narrar, de permanecer nos lugares, de se deslocar, enfim, de ser um ‘observador-em-trânsito’ provocaram ruídos na possibilidade de falar de *um olhar francês*. Também os olhares eram múltiplos, diversos e diferenciados entre si. E em cada um desses observadores em trânsito, encontrar tanta vida..., no resgate das suas histórias, das histórias que seus relatos contavam, dos episódios por outros contados sobre suas vidas, na recomposição e no resgate das minhas próprias histórias. Mas, esse não é um

trabalho sobre as vidas desses viajantes; esse também não é um trabalho sobre História Natural; esse não é um trabalho sobre Instituições Científicas; esse não é um trabalho sobre o Imperialismo, o Colonialismo; enfim, essas eram as considerações que eu ia repetindo ao longo do meu percurso particular. Embora o recorte dessa tese estivesse bem definido, os relatos de viagem desses viajantes, questionava-me: como não investigar, excursionar um pouco pela vida deles? Como não entender, em alguma medida, as discussões da ciência daquele tempo? Como não tentar detalhar um pouco mais esse universo particular que é a História Natural e, em particular, a História Natural francesa? E como não tentar olhar, mesmo que de longe, para questões que sacudiam a Europa naquele tempo após a Revolução Francesa? Como olhar os diferentes textos que atravessavam os textos construídos por esses viajantes? E as questões do Romantismo, do Humanismo, do Iluminismo e das novas possibilidades de investigação, da emergência de uma *episteme* da ordem e da representação em que a História Natural se insere, como aponta Foucault (2000)? E, afinal, o *quanto* é suficiente falar de cada uma dessas coisas? *Onde* falar? De que modo apresentá-las?

Certamente essas deveriam ser perguntas já resolvidas, ou bem encaminhadas. Receio, no entanto, que elas ainda teimem em permanecer ecoando, neste trabalho que foi sempre tantas coisas.

As questões que introduzo aqui serão todas retomadas, rediscutidas, rerepresentadas muitas vezes. Aliás, são elas e muitas outras que mantiveram e ainda mantêm esse trabalho de tese em movimento. São elas que me permitiram escrevê-lo, são elas que me angustiaram, mas que também me ensinaram a partir do que foi sendo possível compor enquanto texto, enquanto pesquisa, enquanto relato.

Assim, esta tese “relata” e, ao mesmo tempo, ensaia uma viagem. Seus roteiros, ao seu final, estão mais claros. Eu diria, ainda, que agora sim, eu estaria pronta para começá-la, mesmo sabendo que a viagem é sempre outra. Agora sim, tenho a sensação de conhecer melhor os instrumentos; sei, também, quais os equipamentos necessários e já tenho um melhor domínio da língua, conheço melhor o terreno, já sei alguns caminhos a desviar, encontrei alguns atalhos, já sei quem melhor pode me acompanhar nessa viagem. Quem sabe poderia evitar até alguns arrependimentos, erros, equívocos, perda de tempo, falta de tempo?

Porém, pensando no que Carlos Drumond de Andrade pergunta em seu verso “Como é o lugar quando ninguém passa por ele? Existem as coisas sem serem vistas?” passo a pensar e a entender melhor o que eu já ouvi em outros textos, em algumas músicas e algumas poesias que me atravessam; o caminho só existe quando a gente passa, esse, portanto, é o ônus da viagem, qualquer que seja ela. Essa também é a sua beleza, sua possibilidade de aprendizagem, seu encanto e desafio.

Como alguns dos relatos dos viajantes aqui estudados, esse trabalho de tese não apresenta uma narrativa “limpa” de uma pesquisa. Até porque não acredito que isso seja possível, e, caso fosse, não é esse tipo de trabalho que mais combina com aquilo que eu venho compondo e aprendendo enquanto pesquisadora. A intenção é compartilhar, apresentar, introduzir e contextualizar as histórias que esse trabalho conta. Para contá-las, produzi-las, reinventá-las e subvertê-las, segui os caminhos, as pistas, os indícios e os estudos de outros tantos autores e autoras que já produziram seus diários. Temo ter ainda me fixado, num primeiro momento, demasiadamente em seus diários, nos territórios por eles e por elas tornados seguros e conhecidos, mas isto me pareceu necessário para que, ao final, eu pudesse compor um caminho e um relato que também pudessem ser meus. Do campo teórico dos Estudos Culturais, arrisquei a inserção rápida, e quem sabe ainda tímida, em outros campos do conhecimento que referi para olhar as falas de quem, por exemplo, esteve na região sul do Brasil, há muito tempo, e tanto se maravilhou, tanto se decepcionou, tanto se surpreendeu e se envolveu com essa terra e seus contornos. Nesta produção, que aconteceu entre encontros, desencontros e muitos deslocamentos fui trilhando junto com Nicolaus Dreys, Arsène Isabelle, Aimè Bonpland e Auguste de Saint-Hilaire, e, também, com os autores que sobre eles falaram, os diferentes caminhos, as diversas maneiras, os múltiplos olhares que foram construindo, por vezes paisagens muito semelhantes, por vezes muito distintas, para essa região conhecida hoje como Rio Grande do Sul.

Aproveito, também, para apresentar desde já um pouco das discussões e das “operações” que esse trabalho foi realizando em torno de alguns termos, de algumas palavras que, ao longo dessa tese,

irão se repetir várias vezes. Paisagem⁷⁰ é uma delas; aliás essa é uma palavra que se revelou difícil de ‘capturar’. Primeiramente tinha o sentido que eu atribuía à paisagem, o sentido que os viajantes aqui estudados atribuíam à paisagem, e o sentido que alguns estudiosos do campo de literatura de viagem atribuíam ao modo como a paisagem era vista pelos viajantes. Também, ao longo dos relatos, o que se percebe é que o tratamento da paisagem vai mudando e que diferentes formas de olhar e narrar essa paisagem entram em cena. Elas aparecem, então, atravessadas em diferentes momentos por diferentes textos e se podemos em alguns momentos detectar influências do Romantismo, ou influências de uma tradição pictórica da paisagem, essas estão atravessadas, também, por padrões estéticos que não necessariamente têm na arte, ou na poesia romântica, sua única inspiração. É também num padrão estético construído a partir de uma profunda reformulação do espaço e tempo⁷¹, engendrada a partir do Renascimento, que a ordenação das coisas do mundo e seu mapeamento detalhado permitem a apreensão espacial do mundo; tal apreensão também pode ser percebida na reorganização do espaço natural. Penso que isso se dá, não só no sentido de uma

⁷⁰ Num exercício de dar reconhecimento e ao mesmo tempo de recapitular a história desse trabalho, destaco que essa foi uma questão apontada, mais uma vez, pela professora Rosa Hessel Silveira, no momento de discussão da proposta dessa tese. As contribuições foram no sentido de me colocar atenta para a necessidade de uma maior delimitação desse conceito. Também ressalto a contribuição da professora Maria Angélica Zubarán, no sentido de tentar buscar na própria ciência, mais do que na representação artística, os elementos de composição de uma determinada forma de ver e significar a paisagem nos relatos dos viajantes.

⁷¹ Assinalo que tal entendimento foi possível a partir de sugestões feitas a esse estudo pelo professor Alfredo Veiga-Neto, no sentido de olhar um pouco na direção dessas questões. Mais uma vez assinalo a complexidade desse trabalho uma vez que seria possível também olhar os relatos dos viajantes aqui analisados a partir de um recorte que problematizasse as noções de espaço e de tempo, bem como as reconfigurações da noção de lugar a partir dessa experiência complexa da viagem. Porém, tal enfoque não caracteriza esse trabalho, embora eu entenda o seu potencial e, ao seu final, confesso perceber melhor as tantas e múltiplas correlações possíveis e a sua produtividade. Ao mesmo tempo, penso não ter deixado de ignorar o quanto as viagens de exploração, de circunavegação, de reconhecimento, empreendidas, principalmente a partir do século XVI estão inscritas dentro dessa reconceptualização do espaço. Mais a diante, retomo essa questão a partir, principalmente, do trabalho de David Harvey.

ordenação *lineana*⁷² do mundo natural, mas da organização da materialidade desse espaço em jardins e em pomares simetricamente organizados, em áreas destinadas ao cultivo da terra que impunham uma nova estética à paisagem. Estética essa que coadunava com as preocupações da História Natural na busca e investigação por novos produtos úteis à sociedade, pela expansão e melhoramento das técnicas agrícolas, pela investigação de plantas medicinais, pelo estudo botânico das plantas, da reprodução de sementes e mudas, e o estabelecimento de um sistema de trocas desses produtos entre, por exemplo, a França, países visitados como o Brasil e suas colônias.

Enfim, creio que ainda continua sendo problemática a definição do termo paisagem; destaco, também, que os autores lidos e estudados não se preocuparam muito com essa delimitação.

Foi, a partir de um dos trabalhos de Kury (2001), e a partir do que eu pude ir “perscrutando” nas ‘linhas dos cadernos’ (para usar um termo de Adriana Florence) dos viajantes aqui estudados, que fui tentando definir melhor o “enquadramento” a partir do qual a paisagem foi entendida nesse trabalho. Assim, a paisagem que vai se construindo ao longo dos cadernos de anotação das viagens é uma paisagem que revela um olhar, um intenção, uma busca. Geralmente esse olhar do viajante tenta abarcar a totalidade das coisas que ele percebe na cena, a partir daquilo que incita sua curiosidade e seu interesse.

Kury (2001) considera que os viajantes, e principalmente os viajantes naturalistas tentam produzir textos que consigam dar conta “das relações existentes entre os seres vivos e os lugares em que habitam”⁷³. Neste sentido, destaca essa autora, o lugar passa a ser visto como um conjunto coerente de animais, plantas, minerais, condições climáticas, topografia, regime de rios, e também de seres humanos. Kury (2001) considera que essa percepção da paisagem como um conjunto de dados climáticos, demográficos, topológicos, de flora e fauna, como resultante de uma preocupação com o

⁷²Retiro essa expressão a partir de apontamentos meus feitos durante as aulas com o professor Alfredo Veiga-Neto que considera que o sistema hierarquizado de classificação dos seres vivos de Lineu é uma aplicação do perspectivismo renascentista à descrição da Natureza.

apreender a totalidade das relações; enfim ela diz respeito mais aos estudos que buscam estabelecer relações entre seres vivos e uma determinada “economia natural”. Considero que é dentro desse “quadro”, que os viajantes e viajantes naturalistas operam a reunião de uma série de informações e registros sobre os locais e seus moradores aliados à investigação, ao estudo e à coleta de novas espécies e das suas aplicações e “utilidades” no contexto das interações por eles percebidas. É assim que entendo o que Kury (2001) aponta como “economia natural”⁷⁴, e é também nesse sentido que percebo a forma como os relatos dos viajantes-naturalistas aqui estudados olham e significam a paisagem. Porém, tal delimitação não impede que esse enquadramento adquira, ao longo das análises empreendidas, contornos específicos e distintos. Uma vez que uma das preocupações desse trabalho, como já foi referido em sua apresentação, foi a de atentar para a diversidade, para as múltiplas possibilidades de significação, articuladas nos capítulos, nos dias, nos locais, narrados ao longo das viagens dos diferentes sujeitos aqui estudados.

Portanto, a paisagem a que os viajantes se referem é uma paisagem *habitada* por muitas coisas, inclusive por seres humanos, os quais também foram muito olhados. Porém, por mais importantes que essas questões sejam, e reconhecendo que elas estão também completamente atravessadas por discursos científicos que encerram debates, representações e disputas importantíssimas sobre, “a natureza humana”, e aqui me refiro às passagens que encontramos nesses relatos sobre índios, negros, as mulheres, e os habitantes brancos locais, temas que, embora assinalados, não chegaram a ser trabalhados especificamente nesta Tese. Porém, ao longo das análises, em função das diferenças entre os relatos, tais questões ganharam um destaque um pouco maior quando discuti os relatos de alguns viajantes. Mesmo assim, enfatizo que o estudo de tais questões, aliás, tema bastante caro aos estudos Pós-colonialistas que se interessam pela literatura de viagem como campo investigativo, exigiria investimentos que esse trabalho não realizou em função dos limites de tempo existentes para

⁷³ Lorelai Kury. Viajantes e Naturalistas do século XIX. In: Paulo Roberto Pereira (org.) *Brasiliana da Biblioteca Nacional – Guia de Fontes sobre o Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2001. p. 60.

⁷⁴ Lorelai Kury, *op. cit.*, p. 64.

a sua realização. Isso, não significa, no entanto, que essas questões não tenham aparecido e não tenham sido consideradas ao longo do trabalho, pelas possibilidades, importância e pela visibilidade que adquiriram em alguns dos relatos aqui analisados⁷⁵. Como já referi, essa discussão é retomada neste trabalho, em outros momentos, principalmente ao longo das análises, recebendo a contribuição específica de outros autores. Esse é um movimento que também se repete em relação a outras temáticas. Uma vez que me pareceu bastante difícil reunir todas as discussões num capítulo único, a opção é de ir reconstruindo um pouco os caminhos da pesquisa e de, ao mesmo tempo, ir ‘costurando’ questões, dúvidas, incertezas, aprendizados, possibilidades às análises construídas.

Nos capítulos que se seguem tento, de certa forma, apresentar um pouco da composição que foi sendo feita nesta tese, respeitando, dentro do possível, a ordem em que ela foi sendo construída. Assim, nos próximos dois capítulos discuto questões relativas à literatura de viagem, campo de estudos com o qual precisei me familiarizar, bem como faço uma breve apresentação dos viajantes no Rio Grande do Sul e a caracterização dos viajantes-naturalistas com os quais me ocupei ao longo desse trabalho de tese. Em seguida apresento um capítulo que reúne as discussões sobre os procedimentos investigativos que utilizei na realização das análises dos seus relatos de viagem. Tal ordem é uma arbitrariedade nessa composição uma vez que a construção do mesmo atravessa todo o trabalho, mas, ao mesmo tempo, é uma tentativa de organizar e compartilhar os modos como eu fui percorrendo os relatos dos viajantes. Esses aparecem apresentados em dois capítulos, cada um subdividido em dois itens, ao longo dos quais, a maioria das discussões e dos apontamentos feitos anteriormente ganha materialidade. Na parte final, apresento algumas considerações acerca desse trabalho que nunca deixou de me angustiar, me desafiar, me acompanhar, me ensinar. Um trabalho que, mesmo agora, sempre me pareceu estar começando.

⁷⁵ Refiro-me, mais especificamente, ao diário de viagem escrito por Auguste de Saint-Hilaire

C A P Í T U L O
II

**“Se alguém faz uma viagem
tem o que contar”**

*Onde estão as pessoas?
Onde estão os lugares?
No encadear das páginas. No recôndito do pensamento.
Chegada é sair de novo.
Embarcar nas páginas.
Nos papéis.
Volta a viajar nas folhas do caderno.
(Adriana Florence)*

A frase que dá título a este capítulo eu retirei dos agradecimentos do trabalho de Lisboa (1997). Ela não tem uma autoria ‘reconhecida’, é um daqueles ‘ditos’ que muitos já disseram. Mas, certamente viajar e relatar, viajar e ter o que contar envolve ações muitas vezes já afirmadas como inseparáveis e interdependentes. Dizê-la, referi-la, também é um modo de afirmarmos o que somos e de constituirmos uma identidade no tempo e no espaço, na definição daquilo que estabelecemos como exótico, diferente, oposto e distante de nós. É na trama das palavras, arranjadas de uma forma particular, que vamos organizando e produzindo sentidos daquilo que nos aconteceu no tempo, daquilo que aprendemos a ver, a ouvir e a registrar, a partir daquelas palavras que já nos conceberam, já nos subjetivaram, já nos possuíram, já se dobraram em nós. Daquilo que, em nós, já se ‘fez carne’, expressão que uso no sentido que Santos (1998), inspirado nos estudos de Gilles Deleuze e Foucault, pôde apreender. Afirmo ele:

Os discursos confluem, estão circulando, disputando espaço e prestígio pelo exercício de relações de poder. Há, contudo uma superfície, uma ‘linha de fora’, por onde eles deslizam e adquirem significado aos fazerem tensão. Nesse ponto de tensão imerge uma invaginação, uma dobra que se aprofunda, que ‘puxa’ as duas extremidades da superfície tensionada pelo ‘peso’ da dobra e a elas se unem. A dobra está feita. A dobra somos nós, é a encarnação, o discurso feito carne.⁷⁶

Larrosa (1998) refere-se a um texto de Borges (1974)⁷⁷, onde um personagem desse autor – um estudante de medicina chamado Baltasar Espinosa – se convence de que “... os homens, ao longo do tempo, repetiram sempre duas histórias: a de um navio perdido que busca pelos mares mediterrâneos uma ilha querida, e a de um deus que se fez crucificar em Gólgota”⁷⁸. A partir desse

⁷⁶ Luís Henrique Sacchi dos Santos. *Um olhar caleidoscópico sobre as representações culturais de corpo*. Porto Alegre. Porto Alegre: FAGED/UFRGS, 1998 (Dissertação de Mestrado).

⁷⁷ BORGES, J. L. “El evangelio según San Marcos”, In: _____. *El informe de Brodie*. Madrid: Alianza, 1974. p. 128-129.

⁷⁸ Jorge Larrosa. *Pedagogia Profana: danças, piruetas e mascaradas*. Porto Alegre: Contra★Bando, 1998, p. 25.

trecho de Borges, Larrosa nos entrelaça a diferentes personagens – “Todos somos um pouco Ulisses, um pouco Cristo, um pouco Sócrates e um pouco Rousseau. E, também, um pouco Abraão, Prometeu, Antígona, Gulliver (...)” – e, nos compromete com as suas histórias: de uma viagem e de um sacrifício. Esses personagens e essas histórias vão compondo os contos, coisas que se contam, e as lendas, coisas para serem lidas, que “capturam a imaginação ocidental, que foram indefinidamente repetidos e renovados, e em cujas reiteraões e variações se poderia traçar, em parte, a história da alma européia: a história, definitivamente, de todos e de cada um de nós”⁷⁹.

Ulisses começa a sua Odisséia repetindo e renovando os restos já gastos das narrativas mitológicas; D. Quixote sai pelos campos de Castela, por sua vez, incorporando e fazendo despedaçar o que restava da novela cortesã, da novela pastoril, da novela picaresca e da novela de cavalaria; Rousseau retira-se para escrever na solidão do bosque, com os pedaços que sobravam da oratória clássica e com o pó das biografias pietistas e exemplares que faziam as delícias dos leitores daquela época; Wilhelm Meister abandona a casa de seu pai transcendendo as ruínas da novela sentimental, da novela biográfica, da novela de viagens e da novela didática. Cada um deles configura o que ele próprio é, sua própria história, a partir dos fragmentos descosidos das histórias que recebeu⁸⁰.

Este trabalho de tese também recorreu a histórias recebidas, tal como referi na apresentação desta tese. A intenção deste capítulo é recapitulá-las, reordená-las, recompô-las de um modo que elas ainda possam falar por si, mas que também componham a história desse trabalho. Assim, apresento os autores e as autoras que me ajudaram a ir delimitando melhor o território dessa investigação. Território esse, que precisou tornar-se conhecido a partir do que outros disseram, mas que aqui também foi “reinventado” a partir do que esse trabalho produziu. Na analogia da viagem que eu venho utilizando, eu também fiz os meus rascunhos, eu também, fiz os meus diários de viagem em meio ao contanto com esse novo campo de investigação que esses autores e essas autoras me oportunizaram. Apresento autores e autoras cujos trabalhos e estudos muito me ensinaram sobre História Natural, Roteiros e Viagens e Paisagem, e tantos outros conceitos, compreensões e possibilidades investigativas que nem sempre eu consegui trilhar e apreender da melhor forma, mas apenas da forma possível, dentro do tempo que disponho. Assim, as perguntas e dúvidas, as prováveis incongruências e desencontros que também permanecem nesta tese estão inscritos neste contexto.

⁷⁹ *Ibidem*, p. 26.

⁸⁰ *Ibidem*.

Viajar....

*As viagens, os viajantes – tantas espécies deles!
Tanta nacionalidade sobre o mundo!
tanta profissão! tanta gente!
Tanto destino diverso que se pode dar à vida,
À vida, afinal, no fundo sempre, sempre a mesma!
(Fernando Pessoa)*

É no trecho recortado desse poema de Fernando Pessoa que eu me apóio na tentativa de escrever sobre *viajar*. E escrever de forma que a diversidade que Pessoa afirma em seu poema possa aqui não ser calada, ou seja, que nesse trabalho se possa ouvir o que o poema grita: “as viagens, os viajantes – tantas espécies deles!”⁸¹. Dois trabalhos me auxiliaram de formas distintas a ir reconstruindo aqui os contornos desse *viajar*, ou melhor, a ir construindo aqui o *viajar* que esse trabalho pôde aprender. São os trabalhos de Sússekind (1990) e de Larrosa (1998) que abordam, de distintas maneiras em seus textos as relações entre romances de ficção e viagens. Com Sússekind (1990), eu pude me tornar atenta para várias coisas desse trabalho, e suas discussões serão muitas vezes retomadas neste estudo. Porém, o que me interessa destacar neste momento, é que com essa autora e suas discussões, fui aprendendo o quanto o diálogo com o relato de viagem e o perfil mesmo de um viajante naturalista foi importante no momento de constituição da figura de um narrador e da formação de uma prosa de ficção para o Brasil.⁸² Sússekind, em suas investigações sobre esse assunto, encontra exemplos dessa possibilidade de diálogo já a partir das primeiras novelas brasileiras, na primeira metade do século XIX. Segundo ela:

⁸¹ Fernando Pessoa. Ficções do Interlúdio/4. Poesias de Álvaro de Campos. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1983, p. 62.

⁸² Flora Sússekind. *O Brasil não é longe daqui. O narrador, a viagem*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 44 - 46.

Não deixa de ser significativo que, em 1830, numa das primeiras ‘novelas brasileiras’, a *Olaya e Júlio* ou *A Periqueta* – publicada originalmente de modo seriado e anônimo nos números 4, 5, e 6 da revista *O Beija-Flor* e atribuída a Marthe Meyer e Charles Auguste Taunay –, já se fizesse de um viajante o narrador, de uma expedição científica pelo interior do país elemento determinante no desenvolvimento da trama novelesca e na educação de Júlio, o protagonista, e do relato de viagem espécie de forma gêmea desses primeiros ensaios de ficção.⁸³

No início desse trabalho as considerações de Sússekind auxiliaram-me a ir compondo um quadro de influências e entendendo as várias facetas que os relatos de viagem adquiriram enquanto documentos “legítimos” para narrar o Brasil e a sua natureza. Tais discussões também me auxiliaram a contextualizar melhor as escolhas por esse objeto de estudo. Pude ir aprendendo com essa autora o quanto os relatos de viagem influenciaram a construção de uma prosa de ficção para o Brasil e o quanto essa prosa narra, muitas vezes, uma viagem em curso, que passa a ser uma viagem de formação, na sucessão de paisagens, de lugares, de memórias, de descrições de lugares distantes, “exóticos” mesmo para a população local. E essa viagem de formação é tanto do narrador dessa prosa de ficção que empreende a viagem, ou que a conta, quanto do leitor que o acompanha, e que, enquanto lê, também aprende a *olhar* a paisagem de uma determinada maneira.

Já o trabalho de Larrosa (1998) na sua discussão e apresentação da “novela de formação”, para usar um termo do autor, provocou ruídos naquilo que eu ‘tranqüilamente’ já havia pensado sobre “viajar”, e naquilo que eu já havia escrito. A partir da discussão que esse autor faz sobre a “viagem de formação”, eu passei a pensar não só nos modos como a literatura de ficção também contribuiu para produzir determinados sentidos do viajar, quanto as várias dimensões que o viajar pode abarcar. Assim, ao ler o trabalho de Larrosa sobre as histórias, os personagens, as várias viagens que se abrem num mesmo romance, as motivações, as diferentes buscas de cada viajante em cada uma de suas viagens e, ainda, da viagem, que faz o próprio leitor ao acompanhar todas as outras, a dimensão da viagem que eu tinha até então foi “cindida”.

O que estou tentando argumentar aqui, é que, se as viagens, até certo momento desse trabalho, ganhavam uma “justificativa”, por estarem inscritas num projeto europeu de reconhecimento, de

⁸³ *Ibidem*, p.40.

colonização, de “esquadrinhamento” de novos territórios, de coleta, “ilustração” e classificação, de comércio, enfim, por materializarem e viabilizarem os movimentos imperialistas expansionistas em direção ao novo mundo, elas também passaram ao longo do tempo a ganhar uma dimensão mais particular. Ou seja, quero marcar que os viajantes eram sujeitos que possuíam projetos particulares, compondo outros desejos e motivações, não necessariamente opostos ou divergentes aos listados anteriormente, mas que diziam respeito a seus desejos, sonhos e ao lugar que o viajar ocupava na vida de cada um deles. Afinal, viajar, sair de seu país, vender todas as coisas, arrumar dinheiro e arrumar “patrocínio”, negociar cartas de referência e de apresentação, encontrar companheiros para esse projeto e, ainda, mudar, partir, recomeçar, reconhecer, olhar, anotar, narrar, retornar, eram ações que dependiam de um comprometimento pessoal e que traduziam um desejo por uma forma de estar no mundo. Larrosa diz, em relação aos romances de formação, que “a viagem parece também a busca de uma maneira de ler que é, ao mesmo tempo, uma maneira de olhar”⁸⁴.

Retomando, também, a discussão feita por esse autor, sucintamente apresentada no início desse capítulo, ressalto que as perguntas que passaram a me intrigar em relação ao viajar e aos viajantes aqui estudados, passaram a direcionar-se mais a buscar perscrutar que histórias teriam sido por eles recebidas. Que leituras habitavam seus mundos? Que projetos ele tinham? O que buscavam nessas viagens? O que nelas encontraram? Enfim, por que eles viajaram? Que sujeitos eram esses?

Saliento, no entanto, que nenhuma resposta a tais perguntas está perfeitamente definida nesse texto. Na verdade, eu faço essas perguntas no sentido de impedir um esquecimento. O esquecimento do que gritava o verso de Pessoa, o esquecimento da complexidade, ou o esquecimento das palavras de Carter (apud Martins 2001) na apresentação dessa tese: “ler agora não é o mesmo que escrever então, nem viajar tampouco”. Se não existem respostas, existem “ditos” sobre isso, existe o que eu passei a compor. Porém, o que me interessa marcar aqui são essas múltiplas dimensões relacionadas ao viajar, que me leva, também, a buscar ressaltar a diversidade de experiências, de projetos e de traduções congregados num mesmo deslocamento. Creio que agora posso voltar para o meu texto anterior, retomando outras dimensões importantes que o viajar apresenta e que interessa ao contexto e as questões desse trabalho.

A viagem, enquanto possibilidade de conhecimento ganhou força no final do século XVI; segundo Raminelli (2001) ela é vinculada à idéia de fonte de saber, sendo vista como uma forma de aprofundar os conhecimentos das áreas mais distintas - da filosofia à política e à economia, das

⁸⁴ Jorge Larrosa (1998) *op. cit.*, p. 79.

ciências naturais à geografia e à medicina. Ou seja, a viagem, afirma esse autor, passa a ser considerada como “inventário indispensável ao avanço das ciências”⁸⁵. Esse autor assinala, também, que o mundo aos poucos foi se tornando um lugar mais finito, portanto, possível de ser melhor definido, conhecido e mensurável especialmente a partir da revolução científica e da expansão marítima. Assim, uma imagem mais “concreta” do mundo passava a ser definida e inscrita num projeto de “assegurar e racionalizar o controle sobre a natureza”⁸⁶.

Raminelli (ibidem) ainda considera que as viagens eram uma importante forma de reconhecimento dos limites entre os povos ditos “civilizados” e os povos ditos “selvagens”. Se as viagens de circunavegação revelavam para os circuitos ilustrados a existência de nações organizadas por leis que regiam os cidadãos e pelo domínio que elas tinham dos processos da natureza, sendo essas nações “civilizadas”, revelavam, também, e por comparação, a existência de povos ditos sem cultura, sem passado, sem leis e “desprovidos das benesses oriundas do progresso”⁸⁷. Nesse sentido, penso que o autor refere aspectos importantes que destaco aqui:

As fronteiras entre “selvagens e civilizados” atuavam como arma ideológica em favor dos avanços da colonização. A conquista e a “civilização” de povos do além-mar tornavam-se, portanto, um benefício concedido pelo homem branco, livrando os nativos do atraso e da miséria. Nesses territórios, as viagens eram sobretudo um meio a controlar espaços e povos, reafirmar posse e explorar suas potencialidades. Nos deslocamentos, os conquistadores vigiavam as terras, expulsavam os invasores e comandavam investidas no âmbito militar e econômico.⁸⁸

E podemos considerar que a viagem foi um empreendimento extremamente bem sucedido e produtivo. Os viajantes escreveram diários, relatos, redigiram cartas, escreveram artigos, rabiscaram

⁸⁵ Ronald Raminelli (2001). *Viagens e História Natural dos Séculos XVII e XVIII*. In: Pereira, P. R. (org.) *Biblioteca Nacional – Guia de fontes sobre o Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional; Nova Fronteira, 2001, p. 45.

⁸⁶ *Ibidem*.

⁸⁷ *Ibidem*.

⁸⁸ *Ibidem*.

mapas, aquarelas, litografias, coletaram matérias dos reinos da natureza estabelecidos àquela época (animal, vegetal e mineral), bem como, reuniram uma série de objetos e artefatos de cunho etnográfico, quando não “tomavam” para sua coleção um índio representante de uma tribo particular. Além disso, esses viajantes também faziam, algumas vezes, relatos minuciosos destinados a investigar as potencialidades econômicas que esses novos espaços ofereciam. Como afirma Raminelli (2001), “a viagem era entendida como parte do empreendimento colonial”. Não só isso, como destacam os trabalhos de Kury (2001), e também os de Sússekind (1990), os documentos produzidos pelos viajantes atuaram na apresentação do “contraste” e na demarcação das distâncias entre uma Europa civilizada e uma América inculta e selvagem, tendo, assim, também um importante papel na constituição de identidades para o Brasil bem como na formação de uma representação de um Brasil-só-natureza, ou de uma natureza-só-exuberante. Sobre isso também fala Martins (2001), na sua análise da produção iconográfica dos viajantes britânicos sobre o Rio de Janeiro do século XIX. Afirma ela:

No caso dos trópicos, a imagem que se forma “típica” é a de uma paisagem onde a natureza reina exuberante: uma paisagem-só-natureza onde as poucas referências a edificações servirão apenas para reiterar a idéia de uma paisagem não apenas de outros lugares, como também de outros tempos, por vezes acenando pra uma época áurea, por outras, para um mundo primitivo. Servindo a qual fosse o argumento invocado, houve um crescente interesse pelas imagens de lugares distantes nas primeiras décadas do século XIX na Europa.⁸⁹

Para Kury (2001) existe sempre uma comparação implícita do Brasil, tecida na nossa realidade presente ou pretérita, que tem no modelo europeu, ou, às vezes, no modelo norte americano, uma idealização. Para essa autora essa idealização é que evidencia para uma elite brasileira, “que ela vive, por oposição, em um país quente, com uma natureza exuberante e uma população pobre e rude, composta por indígenas selvagens ou semicivilizados, negros de origem africana, em grande

⁸⁹ Luciana de Lima Martins. *O Rio de Janeiro dos Viajantes – O olhar britânico (1800-1850)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001, p. 60.

parte escravos, e mestiços de todos os matizes e fisonomias.”⁹⁰ Essa diferença, assim marcada, é relatada nos diários dos viajantes, sendo vários os trabalhos que se ocupam com essa temática e que apontam para essas questões. Porém, a partir do campo de estudos em que essa tese se inscreve, essa diferença não é só relatada, mas é tomada como produzida, ensinada, naturalizada e perpetuada. E, por isso, os relatos de viagem constituem-se em produções culturais, literárias, científicas e pedagógicas privilegiadas para a investigação dessas questões.

Essas são considerações que, de uma forma ou outra, serão retomadas neste trabalho, tanto ao longo das análises, quanto ao longo das discussões sobre como o trabalho foi sendo realizado e, ainda, nas “conclusões”, enfim, a questão do *viajar* permanece, e se faz presente em muitos momentos da Tese.

Na verdade o que experimentei fazer aqui foi uma exposição de ordem “didática”, uma sistematização e ordenação de discussões relativas ao viajar, uma vez que viajar, olhar e narrar são ações, muitas vezes, fortemente vinculadas.

Faço tais considerações porque temo que, em alguns momentos, as discussões possam tornar-se repetitivas, provavelmente devido a minha impossibilidade de lidar melhor com o imbricamento e a complexidade das questões que esse trabalho envolve. Porém, antes de passar à discussão dos relatos de viagem propriamente ditos, ainda penso ser importante retomar a contextualização que Raminelli (2001) faz relativamente às viagens que passaram a acontecer no século XVI, tendo em vista uma discussão, a qual aqui será apenas sinalizada, de poder olhar as viagens a partir da reestruturação das noções de espaço que ocorreram ao longo do Renascimento. Para tanto, utilizo-me, principalmente, do trabalho de Harvey (1989). Esse autor, no capítulo intitulado “O tempo e o espaço do projeto do Iluminismo”, apresenta uma importante reconceptualização das noções de espaço e tempo que auxiliam numa contextualização um pouco mais detalhada do lugar que as viagens puderam ocupar no projeto expansionista e iluminista europeu, a partir do século XVI. Esse autor aponta, inicialmente, a longa transição que preparou o caminho para o pensamento iluminista sobre espaço e tempo. Ele destaca, assim, quais foram as modificações que aconteceram ao longo da Renascença que possibilitaram uma reconstrução radical das noções de espaço e tempo comparando-as com as dominantes no feudalismo, onde o lugar havia assumido “um sentido legal,

⁹⁰ Lorelai Kury. Viajantes Naturalistas do Século XIX. In: Pereira, P. R. (org.) *Biblioteca Nacional – Guia de fontes sobre o Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional; Nova Fronteira, 2001, p. 59.

político e social definido (...) O espaço exterior era mal apreendido e, em geral, conceituado como uma cosmologia misteriosa (...)”⁹¹. Ainda, destaca esse autor, em relação à Renascença:

De uma perspectiva etnocêntrica, as viagens de descoberta produziram um assombroso fluxo de conhecimentos acerca do mundo mais amplo que teve que ser, de alguma maneira, absorvido e representado; elas indicavam um globo que era finito e potencialmente apreensível. O saber geográfico se tornou uma mercadoria valiosa numa sociedade que assumia uma consciência cada vez maior do lucro. A acumulação de riqueza, de poder e de capital passou a ter vínculo com o conhecimento personalizado do espaço e o domínio individual dele. Do mesmo modo, todos os lugares ficaram vulneráveis à influência direta do mundo mais amplo graças ao comércio, à competição intraterritorial, à ação militar, ao influxo de novas mercadorias, ao ouro e à prata etc.⁹²

Harvey considera que as modificações das concepções das noções de espaço e tempo aconteceram lentamente. E é a partir do perspectivismo que passa a invadir a cena do pensamento artístico e arquitetônico da Renascença, que a revolução das noções de espaço e tempo foram adquirindo um contorno mais definido. As regras fundamentais da perspectiva permitem que o mundo seja apreendido por um observador individual que o olha de fora e, dessas exterioridades, ele apreende o espaço que pode ser calculado, racionalizado e que se tornou previsível. Harvey (ibidem) aponta que “o ponto de vista fixo dos mapas e dos quadros com perspectiva (...) gera um sentimento de espaço ‘friamente geométrico’ e sistemático”. E é no desenvolvimento dessas noções que ele discute, também, o papel que os *portolanos*, mapas e guias dos portos usados pelos navegadores e a importação do mapa ptolemaico de Alexandria para Florença, em 1400, tiveram no desenvolvimento do perspectivismo durante a Renascença.

Ptolomeu, afirma Harvey (ibidem), ao projetar a grade na qual iria situar lugares, “imaginara como o globo como um todo seria visto por um olho humano que o visse de fora”. Isso, afirma esse autor, trouxe uma série de implicações em relação às questões que ele discute e que aqui reproduzi. Inicialmente, aponta Harvey (ibidem), o globo passou a ser visto como totalidade; uma segunda

⁹¹ David Harvey .*Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1989, p. 220.

⁹² *Ibidem*, p.221.

implicação é que a matemática, tal qual havia acontecido com a óptica, pôde ter seus princípios aplicados na resolução dos problemas referentes à representação do globo numa superfície plana. E, finalmente, aponta Harvey (ibidem), “como resultado, parecia que o espaço, embora finito, era conquistável e contível para fins de ocupação e ação humanas. O espaço podia ser apreendido na imaginação de acordo com princípios matemáticos.”⁹³

É nesse sentido que a revolução renascentista dos conceitos de espaço e tempo possibilitou, tal como refere Harvey (ibidem), a construção das bases de muitas das interfaces do projeto Iluminista. Entre essas está uma certa apreensão do espaço “natural”, bem como, a partir da visualização totalizante permitida pelos mapas, a constituição do lugar da diferença e da alteridade, aspecto que interessam, particularmente, às discussões conduzidas nesta tese. Afinal, destaca Harvey (ibidem), tratava-se, agora, de distribuir organizadamente e hierarquicamente, – é claro, sempre a partir de uma perspectiva etnocêntrica – populações, modos de vida, sistemas políticos e “recursos naturais” ao longo do globo. Assim afirma Harvey:

A diversidade de povos podia ser apreciada e analisada no seguro saber de que o seu “lugar” na ordem espacial era conhecido sem ambigüidade. Exatamente da mesma maneira como os pensadores iluministas acreditavam que a tradução de uma língua para outra sempre era possível sem destruir a integridade de qualquer delas, a visão totalizante do mapa permitiu a construção de fortes sentidos de identidades nacionais, locais e pessoais, em meio a diferenças geográficas. Não seriam estas últimas, afinal, inteiramente, compatíveis com a divisão do trabalho, como comércio e com outras formas de troca? Não podiam também elas ser explicada também em termos de condições ambientais distintas?(...)desejo insistir em que o problema do iluminismo não estava na *carência* de um conceito do “outro”, mas no fato de perceber o “outro” como tendo necessariamente (e as vezes “restringindo-se à”) um *lugar* específico numa ordem espacial concebida, do ponto de vista etnocêntrico, como tendo qualidades homogêneas e absolutas.⁹⁴

⁹³ David Harvey, *op. cit.*, p. 225.

⁹⁴ *Ibidem*.p. 228.

As considerações deste autor, aqui apresentadas, auxiliam a tornar mais contundente a apreensão desse viajar e do seu “lugar” no projeto iluminista. Porém, ressalto que a discussão das alterações na forma de significar e representar o espaço e o tempo vão muito além do que aqui foi possível apresentar. Reforço, mais uma vez, que a discussão dessa dimensão do tempo e do espaço conduzida neste estudo exigiria a ampliação deste estudo numa direção distinta da assumida nesta tese, porém refiro-as por pensar que tais discussões também não podem ser desconsideradas. Afinal, a viagem é a materialização de um empreendimento cultural complexo, que congrega projetos institucionais, nacionais e particulares, e que se justifica, também, por interesses científicos, econômicos, políticos, filantrópicos, humanistas, imperialistas; a viagem enquanto projeto, portanto, se inscreve nos limites das representações culturais hegemônicas de mundo e de conhecimento de uma determinada época.

Creio que ainda seria interessante comentar aqui, em relação ao *viajar*, o que é escrito num pequeno livro datado de 1785, dedicado à sua Alteza Real o sereníssimo Príncipe do Brasil, denominado “Compêndio de Observações”. Seu autor, o Doutor José Antônio de Sá⁹⁵, dividiu-o em três partes: na primeira, o autor apresenta aspectos gerais da viagem; na segunda parte, o autor apresenta as obrigações e as qualidades que um viajante deveria ter, e, na terceira, os “methodos adoptados pelos melhores viajantes”⁹⁶. O livro todo destina-se a discutir quais devem ser os propósitos e as utilidades das viagens, bem como qual é a sua importância para os países e, ainda, como deve ser esse sujeito, o viajante, e quais as práticas que ele deve empreender – o que deve ser observado, o que deve ser coletado – enfim, ele também diz qual deve ser o correto procedimento do viajante. Vejamos o que nos diz o doutor José Antônio de Sá em relação a esse sujeito viajante:

Sendo a viagem hum objeto algo difficultoso, e o seu bom desempenho muito útil a Sociedade, deve necessariamente o Viajante ser revestido de qualidades, que o constituaõ capas de uma acção

⁹⁵ José Antônio de Sá. “Compêndio de Observaçoes, que fórmarão o plano Viagem Política, e Filosófica, que se deve fazer dentro da Pátria, dedicado à sua Alteza o sereníssimo Príncipe do Brasil pelo Douto José Antônio de Sá. Lisboa, Officina Borges de Souza, 1785”. Ressalto que as citações retiradas dessa obra conservarão, como já foi adotado no seu título, a grafia da época. Cabe esclarecer que José Antônio de Sá era correspondente da Academia das Ciências de Lisboa e também parecia estar vinculado à Universidade.

⁹⁶ *Ibidem*. P. s/n.

semelhante. A Viagem, a que propõem, sendo Política e Filosófica, demonstra que o Viajante deve ser Político e Filósofo; e por isso deve para este fim escolher-se hum sujeito, em que se conheçam as seguintes qualidades.

Em às qualidades do corpo, que seja um sujeito saudável, de sentidos agudos e de uma vista perspicaz (...).

Em quanto aos dotes da alma que seja ágil, perspicaz, dócil, capaz de se insinuar na vontade dos Povos, e das Gentes de quem há de indagar infinitas cousas (...).

Em quanto a instrução Política um sujeito justo, instruído no Direitos Natural, Publico, das Gentes, nas Leis Patris (...) que conheça o quanto puder ler a história do paiz, seus principais costumes, e gênio(...).

Em quanto a instrução Filosófica deve ser muito instruído na Geografia, na Arithmética, Geometria, Trigonometria Plana; na História Natural Física e Chimica; saber, por um systema, reduzir os produtos naturais a Reinos, Classes, Ordens, Gêneros, Espécies e Variedades (...).⁹⁷

O viajar, então, não reunia, apenas, vários projetos, mas exigia um sujeito especial, com uma formação ampla e uma personalidade marcante para poder atender a todas essas demandas. A viagem, e o *Viajar*, tornavam-se experiências marcantes na vida dos sujeitos, mas, ao mesmo tempo, o ser viajante era um fator de distinção, além de representativo de um certo saber, de um certo mistério, de uma certa liberdade, aventura, heroísmo, patriotismo e filantropia.

Viajar, narrar.....

“Desde que se aprenda a usá-los, os diários ou correspondências de viagens, *travelogues*, estão entre as mais eloqüentes fontes para a história cultural”. Assim Burke (1997) abre o capítulo “O discreto charme de Milão: viajantes ingleses no século XVII”, de seu livro *Variedades de História*

⁹⁷ *Ibidem* p. 45-47.

Cultural⁹⁸, argumentando sobre o potencial investigativo que estes materiais apresentam e alertando para a tentação, comum tanto a historiadores como leitores eventuais, de imaginarem-se “olhando através dos olhos dos escritores, ouvindo através de seus ouvidos e percebendo uma hoje remota cultura como era”⁹⁹.

Zubaran (1999) faz a mesma ressalva que Burke (1997), quando apresenta suas análises. Segundo esta autora, tem se desenvolvido uma tendência historiográfica em direção a uma releitura crítica da literatura de viagem. Ela afirma que ainda é marcante, “na produção acadêmica, a leitura dos relatos de viajantes europeus como transparência empírica da realidade”¹⁰⁰. Para exemplificar isso, ela refere que as produções acadêmicas dos chamados autores da historiografia rio-grandense tradicional teriam empreendido “uma interpretação *prima facie* dos relatos”¹⁰¹. Ela também afirma que esses autores, utilizando-se principalmente dos relatos de Nicolau Dreys e Saint-Hillaire, têm sustentado uma visão “idílica” das condições de vida dos escravos no Rio Grande do Sul, proclamando, portanto, a existência nesta Província de uma escravatura “amena”, comparada com as demais, questão essa que suscita muitas controvérsias¹⁰².

No trabalho desta autora, pude aprender um pouco sobre a “história” dos caminhos de investigação histórica dos documentos relativos à literatura de viagem. A autora afirma que um importante deslocamento aconteceu – na forma de utilizar-se estas análises – no sentido de olhar-se não mais o produto final, o texto acabado, finalizado como documento da verdade de quem lá esteve, testemunhou e experimentou realmente tudo aquilo que é agora narrado ao público encantado, sem levar-se em conta que nesta operação de construção de um relato, há camadas e camadas de mediação que se acumulam nas entrelinhas e nuances da experiência da viagem. Nuances que dizem respeito ao “estar lá” e ao “não estar lá de todo”; nuances atribuídas por um olhar estrangeiro já conformado por aquilo que tanto já foi visto e narrado por outros; nuances e entrelinhas de uma

⁹⁸O autor esclarece que ele está considerando como *travelogues* relatos periódicos ou um diário de viagem mantido por um viajante, em geral em um país estrangeiro, ou uma série de cartas descrevendo suas impressões. In: Peter Burke. O discreto charme de Milão: viajantes ingleses no século XVII. *Variedades de História Cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 139.

⁹⁹ *Ibidem*.

¹⁰⁰ Maria Angélica Zubaran. O eurocentrismo do testemunho: relatos de viagem no Rio Grande do Sul do século XIX. *Anos 90 – Revista do Programa de Pós-Graduação em História*, n.12, dezembro 1999, p.18.

¹⁰¹ *Ibidem*.

¹⁰² *Ibidem*.

experiência já suficientemente marcada em termos de ensinar e disciplinar o que deve e pode ser visto, quantificado, registrado, observado e metódica e detalhadamente descrito em toda a sua alteridade e originalidade. As produções atuais distanciam-se deste entendimento. O movimento processado, e que a autora acima referida registra, dá-se na direção de se centrar a atenção no processo pelo qual as imagens foram sendo construídas ao longo dos relatos. Ou seja, de se examinar os “... critérios europeus de representação que mediarão a construção das imagens do outro”¹⁰³. Ainda segundo os estudos desta autora, dois temas são importantes e devem ser considerados na investigação e na forma de interrogar-se os relatos de viagem. Primeiramente, há de se ter em mente que as detalhadas descrições dos viajantes são importantes inventários sobre a vida cotidiana das colônias e que essas descrições vêm contribuindo para a recuperação dos conhecimentos históricos e etnográficos daquela época. Da mesma forma, a articulação dos argumentos dos viajantes em um discurso permite a percepção de suas “práticas hegemônicas, refletindo, portanto, um projeto ideológico mais amplo: o do expansionismo cultural europeu”¹⁰⁴. Burke (2000) é outro autor que argumenta que não devemos sucumbir à tentação de ler os relatos de viagem como descrições “fiéis” da realidade. Não porque os relatos dos viajantes divirjam, mas porque eles estão comprometidos com uma retórica própria e a serviço de interesses específicos. Para esse autor, esta é uma questão importante a ser considerada na análise desses materiais: estar atento aos aspectos retóricos das narrativas de viagem e aos seus contextos de produção. Ele salienta, também, que muitas das descrições dos viajantes são feitas já tendo em vista a publicação do material, o que exige a conformidade a um determinado padrão literário. Outras, ressalta Burke (ibidem), “apenas refletem preconceitos no sentido literal de opiniões formadas antes que os viajantes deixassem seu próprio país, sejam essas opiniões resultado de conversas ou de leituras”¹⁰⁵. Esta “conformidade literária” pode ter sua explicação no fato de que muitos desses diários e cartas de viagem seguiam as receitas dos livros que se dedicavam a ensinar a “arte de viajar” que, segundo Burke (2000), era um importante gênero literário constituído por volta do século XVII (Burke, 2000). Como consequência disso, o que se vê na maioria dos relatos é a repetição de determinadas palavras e expressões, bem como de tópicos e temas, o que confere a muitas dessas descrições um certo tom de observância a ‘fórmulas’.

¹⁰³ *Ibidem*.

¹⁰⁴ Maria Angélica Zubaran, *op. cit.*, p. 18.

¹⁰⁵ Peter Burke, *op. cit.*, p. 139.

A despeito disso, as obras produzidas a partir dos relatos dos viajantes tinham um lugar e um status importante na cultura européia, diferenciando-se de obras que eram frutos de pesquisa em arquivos de bibliotecas e em fontes documentais. Afinal, o viajante ou a viajante havia estado lá e isso fazia toda a diferença.

Leite (1996a) considera que a denominada “literatura de viagem” destaca-se dos ensaios literários e da literatura ficcional, justamente por ser considerada como um produto da vivência direta dos escritores, “sem a intermediação dos documentos e, principalmente, por revelar o produto de descobertas recentes, o novo, o inédito”¹⁰⁶.

Embora a credibilidade atribuída ao olhar não mediado do estrangeiro seja atribuída ao fato de ele ter estado lá, considero extremamente importante atentar para o que Sússekind (1990) nos alerta: a possibilidade de também considerar, ao longo das análises dos materiais, o fato de ele estar lá, mas “*não estar de todo*”. Os relatos dos viajantes e dos viajantes-naturalistas não se constituem apenas a partir da condição *de ter estado lá*, e nem têm suas marcas apenas a ela restrita, mas, antes, são produzidos por uma condição interdependente e, quem sabe, inseparável dessa; de não ter estado lá completamente, “*não estar de todo*”¹⁰⁷. É também do estranhamento em relação ao que lá se vê, aquilo que não corresponde a uma imagem construída *a priori* como singular e típica sobre o que se deveria experimentar, confirmar e ver ao longo da viagem por aquelas terras, que as narrativas de viagem foram sendo compostas. Enfim, estar lá não significa estar totalmente lá. Afinal, o viajante é sempre um estrangeiro no espaço onde se materializa e se desenrola o seu itinerário ou o seu roteiro de viagem.

Em seu livro “O Brasil não é longe daqui”, Sússekind (1990) problematiza, como já foi referido no início desse capítulo, o processo de surgimento e constituição do narrador de ficção na prosa romântica brasileira, bem como indica as suas transformações históricas. Seu trabalho mostra que é especialmente a partir de dois gêneros diversos – a literatura não-ficcional de viagens e o paisagismo –, que se constrói “essa figuração inicial do narrador de ficção na produção literária da primeira metade do século XIX”¹⁰⁸. Esta sensação de não estar de todo no local, da qual a autora fala, remete, como já destaquei anteriormente, ao estranhamento que viajantes, viajantes-naturalistas, artistas, ou até personagens de ficção demonstram ao se confrontar com situações ou

¹⁰⁶ Ilka Boaventura Leite. *Antropologia da Viagem – Escravos e Libertos em Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996, p. 38.

¹⁰⁷ Flora Sússekind, *op. cit.*, p. 33.

¹⁰⁸ *Ibidem*, p. 20.

ambientes que não correspondem àquelas imagens já consagradas e singulares, originais do Brasil, como anteriormente referi, de um Brasil-só-natureza. Como diz Sússekind (1990): “a intensidade da expectativa, a imagem prévia, são decisivas. Como se uma rede de relatos, descrições páginas e páginas de viajantes armasse o seu olhar e a simples aparição da paisagem sonhada o desarmasse logo”¹⁰⁹.

Portanto, não é qualquer lugar que pode ser chamado de Brasil, nem qualquer cena que pode ser considerada ‘tipicamente brasileira’; também não é qualquer natureza que pode ser definida como original, ou ainda, qualquer literatura que pode ser estabelecida como brasílica, diz Sússekind (1990). Para que isso seja possível, é necessário que esses sejam submetidos “à malha fina da originalidade, da natureza exuberante e dos costumes peculiares”¹¹⁰. Então, quando o que se vê não corresponde à imagem pré-concebida do que lá deveria estar sendo visto ou do que lá deveria existir para se ler e ver, a sensação de estranhamento, no caso considerado, é inevitável. É como se aquilo não fosse “tipicamente brasileiro”, ou então, o que é “mais inquietante, há um descompasso entre o que se define como Brasil e o que se vive como tal”¹¹¹.

Para olhar a paisagem original, era preciso não vê-la, porque o seu sentido e seu desenho já estavam “pré-dados”, conforme nos fala Sússekind. Seria preciso, portanto, fechar os olhos para um contexto que apresentava uma população sem ocupação possível, a qual, em sua maioria, não sabia ler ou escrever; uma sociedade na qual ocorriam leilões de escravos, rebeliões e movimentos separatistas, e na qual se podia ver desde os trajes “típicos” das lavadeiras, com lenços vermelhos, turbantes na cabeça e suas amplas saias coloridas e rústicas, até os característicos tecidos, babados e bordados dos “calorentos” vestidos europeus. Sússekind (1990) assinala que o Brasil da ficção dos anos 30-40 do século XIX, se aproxima bem pouco dessa descrição. Tal como a autora assinala, essa narração está mais para:

a miragem do que para a paisagem, nutre-se abundantemente das descrições dos viajantes que passam por aqui. Dos cronistas acaba-se por tomar algo além dos desenhos de vistas e das visões paradisíacas. Pelo fato mesmo de trabalhar ou com certa imagem prévia de Brasil, em contraste com

¹⁰⁹ *Ibidem*, p. 32.

¹¹⁰ *Ibidem*, p.24.

¹¹¹ *Ibidem*, p.24.

o Brasil cotidiano, ou com um cotidiano – contemporâneo ou historicamente demarcado – para o qual olha como para um álbum de curiosidades e vistas, a serem pinçadas e classificadas com mãos de naturalistas, o escritor – e o seu narrador e personagem de ficção – parecem marcados por uma ‘sensação de não estar de todo’ semelhante à do visitante estrangeiro. E de seus escritos espera-se – ao contrário de tal ‘sensação’ e parecendo desse modo acentuá-la – que sirvam como guias seguros, museus de tudo, mapas imaginários – mas construídos segundo o modelo dos ‘itinerários’ e das ‘notícias descritivas’ dos viajantes – por meio dos quais se fixem marcos e fundações para uma literatura, uma história e uma história literária que funcionam como verdadeiras expedições de caça à própria origem e a uma sonhada ‘essência da nacionalidade’.¹¹²

A crença na possibilidade de uma experiência não mediada, autorizada pela vivência direta e legítima de quem lá esteve, de quem experimentou de fato as delícias e as mazelas da viagem e seus entornos – e que fez, do seu testemunho, história, ciência, literatura e entretenimento – tem sido contundentemente problematizada por estudos atuais sobre “literatura de viagem”. Estes estudos, salienta Zubaran (1999), acontecem na direção da História Cultural, bem como, na direção da vertente teórica dos críticos do Pós-colonialismo. Como um ponto comum e central a estes estudos está o entendimento de que “as representações dos viajantes europeus ocidentais construíram os habitantes do mundo não-europeu para os leitores metropolitanos e desta forma contribuíram para a descolonização do conhecimento sobre o outro”¹¹³.

Lisboa (1997) ressalta que o relato do viajante, mesmo sendo uma produção textual que se estrutura a partir da descrição daquilo que para ele é uma cultura estrangeira, acaba por revelar evidências da sua própria cultura de origem. Esta autora ressalta que devemos lembrar que “a percepção do desconhecido, da alteridade, do estrangeiro, do outro, pressupõe a existência do conhecido, do

¹¹² Flora Süssekind, *op. cit.*, p 33-34.

¹¹³ Zubaran (1999) nos fala em seu trabalho que a categoria do “outro” tem sido utilizada para ilustrar a perspectiva de alteridade nos relatos sobre os encontros entre o colonizador e colonizado, entre o “Ocidente metropolitano moderno e seus territórios ultramarinos” (*op. cit.*, p. 19). Esta autora utiliza ainda o trabalho de Edward Said (1995) ao analisar este tipo de pensamento “identitário”. Segundo este autor, este tipo de pensamento se afirma a partir de uma idéia que pressupõe a existência de um “nós”, com limites bastante definidos e com legitimidade outorgada, e um “outro”, e se tornou a marca registrada das culturas imperialistas “através da construção polarizada e hierárquica da suposta superioridade do europeu ocidental diante da suposta inferioridade do ‘outro’, não-europeu” (Zubaran, 1999, p. 19).

próprio, do pátrio, do eu como ponto de referência”¹¹⁴. Assim, afirma esta autora, este tipo de narrativa – relato de viagem – está imbuído do que ela chama de uma dupla relação entre o “conhecido” e o “desconhecido”. É importante ressaltar que Lisboa (1997) está atenta ao perigo da simplificação de uma relação estrita e causal onde a cultura de origem seria o determinante exclusivo da produção do relato do viajante. Para esta autora, a “alteridade” é entendida como um objeto de percepção intercultural, onde o visitante pode empreender a transformação do ‘estranho’ em ‘conhecido’, ampliando o seu horizonte de percepção fornecendo, assim, elementos para reflexões inéditas à cultura de origem. A complexidade deste encontro cultural deve-se ao fato de que ao mesmo tempo em que o visitante viajante fala do lugar que está sendo conhecido, ele reconstitui seu próprio lugar de origem, “permanecendo em constante diálogo com as suas referências, que podem ser revistas, negadas ou reiteradas”¹¹⁵. Este é um ponto importante no que se refere ao trabalho com relatos, cartas e diários de viagem, também enfatizado por outros autores e outras autoras como Burke (2000) e Pratt (1999) que também ressaltam, em seus trabalhos, a importância da ideia de encontro cultural onde se entende que as duas culturas ocupantes da ‘zona de fronteira’ são modificadas em consequência de seus encontros e não só aquela considerada a “doadora”. Em função desse entendimento, o sociólogo cubano Fernando Ortiz (apud Burke, 2000) afirma a necessidade de substituição do termo “aculturação” pelo termo “transculturação” – também amplamente utilizado por Pratt (1999) – no sentido de garantir um entendimento de que os encontros ou a “hibridização” cultural na zona de contato, acontece em mão dupla¹¹⁶.

Aproveito aqui para, mais uma vez, marcar conceitos que se fazem importantes para esse trabalho e que foram sendo apreendidos e reconfigurados ao longo desse estudo. “Transculturação” e “zona de contato” são alguns desses conceitos. Esses me foram ‘apresentados’ a partir do trabalho de Pratt (1999), o qual investigava “como os livros de viagem de europeus sobre regiões do mundo não europeu chegaram a criar a ‘temática doméstica’ do euroimperialismo; como eles engajaram o público leitor metropolitano nos empreendimentos expansionistas cujos benefícios materiais se destinavam, basicamente, a muito poucos”¹¹⁷. O trabalho dessa autora foi bastante importante num

¹¹⁴ Karen Macknow Lisboa. *A nova Atlântida de Spix e Martius: natureza e civilização na viagem pelo Brasil (1817-1820)*. São Paulo: Editora Hucitec, 1997, p. 46.

¹¹⁵ *Ibidem*, p.47.

¹¹⁶ Mary Louise Pratt. *Os olhos do Império* – relatos de viagem e transculturação. Bauru, SP: EDUSC, 1999, p. 30. 31.

¹¹⁷ *Ibidem*.p. 28.

primeiro momento desse estudo, principalmente nas considerações que ela levanta sobre as relações entre História Natural, relatos de viagem e o projeto expansionista europeu, que serão retomados e discutidos mais adiante. Agora me interessa traçar aqui alguns contornos possíveis sobre o termo transculturação e também o desafio que esse conceito envolve em termos do estudo aqui proposto. Pratt (ibidem) utiliza esse termo no sentido apontado no parágrafo anterior, porém, creio que ainda mantendo, de certa forma um grande enfoque na cultura “doadora” ao invés de um enfoque na modificação que acontece em ambas as culturas, uma vez em contato. A autora afirma na introdução de seu livro estar usando o termo transculturação no sentido de escapar de um certo padrão totalizante, e também de escapar de reproduzir, em seu estudo, “a dinâmica de posse e de inocência” cujos efeitos ela analisa nos textos que investiga ao longo do trabalho. Assim, esta autora apresenta o conceito transculturação como a “tradução” desse seu esforço. Afirma Pratt (1999):

Etnógrafos têm usado este termo para descrever como grupos subordinados ou marginais selecionam e inventam a partir de materiais a eles transmitidos por uma cultura dominante ou metropolitana. Se os povos subjugados não podem controlar facilmente aquilo que emana da cultura dominante, eles efetivamente determinam, em graus variáveis, o que absorvem em sua própria cultura e no que o utilizam. Transculturação é um fenômeno da zona de contato.¹¹⁸

Embora uma das questões do trabalho de Pratt (ibidem) seja como falar da transculturação das colônias à metrópole, alguns autores, como Martins (2001) vão apontar para um certo “aprisionamento” dos viajantes por ela estudados num olhar que é só imperial, só europeu, só etnocêntrico. Tal observação de Martins acontece tendo como pano de fundo as discussões que Pratt (1999) desenvolve em seu estudo sobre o trabalho de Alexander von Humboldt. Penso que as críticas de Martins (ibidem) são importantes porque ela aponta, justamente, a dificuldade de se lidar com o caráter ‘produtivo’ do conceito transculturação. E essas considerações trouxeram contribuições importantes para esse trabalho de tese, uma vez que essa autora vai marcar bastante a

¹¹⁸ Mary Louise Pratt, *op. cit.*, p 30-31.

questão da diversidade nos modos de ver, de narrar e de representar a paisagem por parte dos viajantes. Assim, Martins (ibidem) em seu estudo tensiona o termo transculturação no sentido de poder manter-se atenta às diferenças desse “olhar imperial”. Dessa forma, para Martins o que interessa é poder também perceber as formas como a representação da paisagem rompe, ou provoca fissuras, naquilo que já vinha sendo tradicionalmente construído em relação ao processo de produção de imagens do “Novo Mundo” pelo olhar estrangeiro europeu. Afirma ela:

Como Déborah Poole observa, é quase fácil demais destinar toda imagem à tarefa de reproduzir (ou talvez mesmo produzir) ideologias imperialistas, raciais e sexuais. A tarefa mais desafiadora é pensar a respeito das maneiras pelas quais a estética e o *código aberto* das imagens visuais ocasionalmente rompem o domínio poderoso que o discurso imperialista tem sobre a imaginação.¹¹⁹

É nesse sentido que essa autora vai afirmar, então, a partir dos autores por ela estudados, e a partir também do que coloca Said (1990) em relação ao *Orientalismo* – “a dificuldade inerente de reconciliar um amplo enfoque teórico-discursivo (inspirado em Foucault) com a atenção para as contingências de autores específicos”¹²⁰ – a necessidade de se abrir espaço para a heterogeneidade na análise das produções literárias e iconográficas européias sobre o resto do mundo. A esse respeito, argumenta Martins (2001), as geografias imaginativas dos “trópicos” estavam longe de ser homogêneas, da mesma forma que nem todos os autores “orientalistas” compartilhavam as mesmas interpretações, ideais e julgamentos sobre o Oriente.

Essas considerações foram extremamente importantes para o meu estudo, o qual, de certa forma, já estava vinculado a essa *heterogeneidade*, uma vez que os relatos aqui investigados se concentram sobre uma região do Brasil a qual não corresponde a uma imagem de um Brasil-só-natureza, ou de uma natureza-só-exuberante, para usar termos que se repetirão algumas vezes nesta tese. Tal fato provocou rupturas não só naquilo que os viajantes aqui esperavam encontrar ao longo da sua viagem, como naquilo que eu esperava encontrar sobre a natureza ao longo dos seus relatos. Após

¹¹⁹ Luciana de Lima Martins, *op. cit.*, p. 28

¹²⁰ *Ibidem*.p. 27.

tanto ter lido sobre a forma como o Brasil foi se constituindo enquanto natureza, tanto para a comunidade européia, quanto para a comunidade local, eu me encontrei, em alguns momentos desse trabalho, sem saber como lidar com a “paisagem” por mim encontrada, ou seja, com aquilo que *não estava lá*. Estas questões eu retomo mais adiante neste trabalho. Aqui elas aparecem no sentido de tentar ilustrar primeiro o quanto eu me encontrava “formatada” por uma representação da “tropicalidade”, e o quanto, a partir da *zona de contato* que os textos de viagem aqui analisados me proporcionaram, criaram-se ruídos, “buracos”, arranhões nesta em algumas outras formatações do meu olhar.

De forma algum considero fácil, ou simples, olhar os relatos a partir dessas preocupações, tendo em vista as considerações que Martins (2001) coloca em seu trabalho. Acho mesmo que esse foi um dos tantos aprendizados dessa tese, no sentido de ter me mantido atenta quanto ao possível e provável aprisionamento dos relatos de viagem de Nicolaus Dreys, Arsène Isabelle, Aimé Bonpland e Auguste de Saint-Hilaire, numa representação também totalizadora e hegemônica. Nesse sentido, o que este estudo almejou – e utilizo essa expressão para mais do que afirmar a sua concretização, para assinalar um desejo – é um entendimento de transculturação, tal como coloca Martins (2001) como um verbo transitivo e intransitivo:

no contínuo toma-lá-da-cá do contato com a cultura, indivíduos são transformados e transformam-se, a si mesmos bem como ao mundo circundante. O sujeito transculturado, então, é alguém que... está consciente e inconscientemente situado entre pelo menos duas culturas, dois mundos, duas línguas, e duas definições de subjetividade, e que constantemente medeia entre todos eles –ou, para dizer de outra forma, cujo “aqui” é problemático e talvez indefinível.¹²¹

Ianni (2003) assinala que o vocábulo transculturação expressa melhor a idéia das diferentes fases do processo “transitivo de uma cultura a outra”, pois este processo não diz respeito simplesmente à aquisição de uma nova cultura, mas antes diz respeito, também, à perda ou ao “desenraizamento de

¹²¹Silvia Spitta, apud Luciana de Lima Martins, *op. cit.*, p. 33.

uma cultura precedente”. Como afirma Ianni (ibidem), além disso, o termo indica a criação, a partir do encontro que acontece segundo essas condições, de novos fenômenos culturais¹²².

É, então, a partir dessas considerações, e me apropriando das perguntas de Martins (2001) relativas a “como os viajantes transculturaram sua viagem aos trópicos”, que indago como os viajantes aqui estudados transculturaram a paisagem do Rio Grande do Sul do século XIX.

Examino, agora, a expressão *zona de contato*. A *zona de contato* é o local onde acontece o encontro cultural. Esse local é apontado por Pratt (1999) para se referir ao espaço de “encontros coloniais, no qual as pessoas geográfica e historicamente separadas entram em contato umas com as outras e estabelecem relações contínuas, geralmente associadas a circunstâncias de coerção, desigualdade radical e obstinada.”¹²³ Essa autora explica, também, que o termo *zona de contato*¹²⁴ é usado em sua discussão freqüentemente como sinônimo de *fronteira colonial*. Em relação a isso, essa autora destaca o quanto o termo *zona de contato* parece ser mais interessante – uma vez que *fronteira colonial* parece referir-se a um movimento expansionista europeu, sempre no sentido metrópole-colônia – na tentativa de se invocar “a presença espacial e temporal conjunta de sujeitos anteriormente separados por descontinuidades históricas, geográficas cujas trajetórias agora se cruzam.”¹²⁵ É justamente nesse sentido, a partir dessa última consideração de Pratt (1999), que o termo *zona de contato* foi utilizado neste trabalho, e é também em função dessas considerações que penso ser possível utilizar esta expressão para me referir a esse espaço materializado pelo relato de viagem, como uma *zona de contato* entre os viajantes aqui estudados e a leitura que eu empreendi hoje, daquilo que eles escreveram há tanto tempo. Ou seja, mais do que o espaço do encontro colonial, *zona de contato* está sendo utilizado nesta tese também para referir o encontro intercultural, materializado no espaço do texto composto pelos relatos entre uma pesquisadora brasileira, branca, bióloga, professora, habitante dos séculos XX/XXI e quatro viajantes, franceses, homens, brancos, naturalistas dos séculos XVIII/XIX. Entendo, portanto, que, uma perspectiva de

¹²²Octávio Ianni. *Transculturização*. (texto capturado da Internet – <http://www.prondes.org.Br/Brasil/tremamentos/textos/transculturacao.htm>.p. 1-4.)

¹²³ Mary Louise Pratt, *op.,cit.*,p 31.

¹²⁴ Pratt assinala que tomou emprestado o termo contato a partir da lingüística, onde a expressão linguagem de contato refere-se “a linguagens improvisadas que se desenvolvem entre locutores de diferentes línguas que precisam se comunicar entre si de modo consistente, um com o outro, usualmente no âmbito comercial. Mary Louise Pratt, , *op.,cit.*,p 31-32.

¹²⁵ *Ibidem*.

“contato”, tal como refere Pratt (1999) – a qual coloca em destaque a forma como os diferentes sujeitos são constituídos pelas suas relações uns com os outros – pode ser estendida no tempo, sendo aplicada, também, ao próprio encontro intercultural que este tipo de estudo possibilitou e compôs.

É dessa forma que vislumbro a possibilidade que o termo transculturação possa ter lugar e sentido nas discussões desse trabalho. Ainda gostaria de destacar que transculturação é um conceito amplamente discutido na atualidade, tendo ganhado maior visibilidade ainda a partir das questões colocadas pela globalização, pelo neo-liberalismo, pela reorganização das fronteiras, pela “compressão” espaço-tempo da pós-modernidade, enfim, por um mundo cujo acesso a diversidade de línguas, religiões, costumes, valores, se torna quase imediato. Detive-me no contexto dos estudos que trabalham com questões similares às investigadas nesta tese e que me levaram a deter-me na forma como a transculturação pôde ser apreendida por esses trabalhos. Destaco, ainda, o que assinala Hopenhayn (2001) relativamente à transculturalidade:

Se se concebe o vínculo com o outro no marco de uma comunidade de vontades de poder que se ressignificam e se interpenetram em suas múltiplas produções de sentido, a transculturalidade adquire implicações muito mais intensivas. Nessa acepção da vontade de poder a compreensão do outro produz em mim um, deslocamento de perspectiva. *O pluralismo torna-se perspectivismo, isto é, recriação do olhar e recriação da forma em que cada um vê a si mesmo.* Não se trata apenas de repetir a crítica ao etnocentrismo e conceber ao bom selvagem o direito de viver à sua maneira e a adorar seus deuses. Mais do que respeito multicultural, auto-recriação transcultural: retornar a nós depois de habitar os olhares dos outros, colocar-nos *experiencialmente* em perspectiva, passar nosso corpo pelo corpo do Sul, do Norte, do Oriente.¹²⁶

¹²⁶ Martín Hopenhayn. Estilhaços de Utopia. Vontade de poder, vibração transcultural e eterno retorno. In: Jorge Larrosa & Carlos Skliar (orgs.). *Habitantes de Babel – Políticas e poéticas da diferença*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001, p. 261.

Apresento tais considerações no sentido de ir dando visibilidade aos movimentos que conduzi nesse trabalho ao longo da sua construção e das questões e dos “alertas” vindos dos trabalhos lidos, estudados, apropriados, transformados, assimilados, resignificados. É nesse sentido, também, que passei a me preocupar mais, ainda, em ir “tateando” e destacando o que se dizia sobre os relatos dos viajantes, principalmente no sentido de considerar aspectos para os quais deveria manter-me atenta, no momento das análises. E assim, nos fragmentos do que outros disseram e fizeram, nos desafios lançados por outros autores, no meu encontro com as dificuldades, surpresas e nos limites da minha própria forma de ver e significar esses relatos que um caminho de análise foi sendo constituído.

Zubaran (1999) ressalta ser fundamental, em relação ao processo de releitura crítica dos relatos de viagem, estar atento para o público-alvo dessa literatura. Quem eram eles? Do que gostavam? Por que gostavam? Para essa autora, os relatos dos viajantes eram pensados e formulados para divertir e informar uma platéia européia “composta por leitores assíduos dos trabalhos de artistas e cientistas que viajavam para lugares desconhecidos, exóticos, e diferentes, relatando sobre estética, geografia, agricultura, mineralogia, botânica, modos e costumes estrangeiros”¹²⁷. Leite (1996b) ressalta que as narrativas de viagem constituíram-se em um tipo de gênero literário muito apreciado, tendo sido publicadas, muitas vezes, sob a forma de livros, relatórios, artigos de jornal e de revistas, ou, ainda, como Diários de Campo. Esta autora destaca a importância que estes relatos tiveram como mediadores das produções científicas e o público mais amplo, porém esta não é a dimensão de que me ocupei neste Estudo, mas sim da forma como esses relatos articulam uma série de discursos que se tramam na composição de uma ou várias naturezas. A essas considerações pode-se, ainda, acrescentar, que os relatos têm, também, um importante papel constituidor das compreensões contidas nos diferentes tipos de produções que os tomam como referência, bem como sobre as temáticas sobre as quais versavam as narrativas. Ou seja, nessa perspectiva de análise, não se lida, apenas, com um processo de mediação, mas, antes, com um complexo processo de atribuição de significados que se tramam e se articulam nas narrativas e na iconografia desses viajantes.

Desde que se aprenda a usá-los ... Retorno às palavras que marcam o começo do texto de Burke (2000) – e que também deram início a esta discussão – para falar, justamente, daquilo que tentei mapear neste momento: as possibilidades e variadas formas de análise, os cuidados, as armadilhas e tradições e os autores e as autoras com os/as quais fui entrando em contato, ao longo desse Estudo. Tentei marcar, também, a importância dos relatos de viagem enquanto fontes históricas culturais e

¹²⁷ Maria Angélica Zubaran, *op. cit.*, p. 19.

destacar os cuidados que se deve tomar ao realizar-se uma leitura crítica destes materiais. Além disso, busquei mostrar a importância de considerarem-se, nas análises, as circunstâncias segundo as quais se dá a produção e a construção retórica de tais relatos, além da necessidade de atentar-se para quem eram os leitores e leitoras de tais textos. Tentei, também, ir delineando minhas escolhas, ir apresentando os caminhos investigativos que busquei seguir, além de colocar algumas das minhas inquietações, bem como ir discutindo conceitos e ir levantando alguns questionamentos que foram construindo esse trabalho de tese, ressaltando, sempre que, apesar de o estar dando como finalizado, muitos aspectos permanecem, ainda, em aberto ou indeterminados, no sentido que nos diz Larrosa: “in-de-terminar é não terminar é não de-terminar”¹²⁸.

Desde que se aprenda a usá-los... é também o imperativo de alerta que reverbera desde a proposta dessa tese. Porém, como é que se faz isso? Foi essa, também, a pergunta que acompanhou todo o desenvolvimento desse estudo, sendo que a ela, tantas outras perguntas se agregaram. Entre essas: Que ‘perguntas’ fazer aos materiais? Como outros autores olharam para esses mesmos relatos de viagem? Como é possível fazer o meu material falar a partir da perspectiva que assumi? O que é particular ao meu trabalho? O que olhar mais detidamente nestes materiais? Como relacionar os relatos de viagens com outros materiais importantes daquela época: fotografias, cartões-postais, correspondências, litografias, aquarelas, anuários, jornais e romances de ficção? Como lidar com esses materiais de modo a encontrar as articulações, contraposições e ressonâncias que têm sido estabelecidas entre eles? Como lidar ao mesmo tempo com as representações iconográficas e as contidas nos relatos?

Destaco que algumas dessas perguntas foram silenciadas. Não porque elas não fossem pertinentes, ou porque não indicassem interessantes possibilidades de estudo, mas porque uma clara delimitação do trabalho foi se fazendo cada vez mais necessária, uma vez que as análises dos relatos dos viajantes exigiram que muitas outras questões que também se faziam presentes naqueles textos fossem olhadas. Assim, este trabalho se constituiu num olhar sobre a produção escrita dos viajantes, sendo essa produção escrita limitada aos relatos por eles escritos e encontrados com relativa facilidade em Bibliotecas e livrarias.

O presente trabalho não apresenta, então, por exemplo, discussões sobre materiais iconográficos que pensei poder, inicialmente, incorporar a essa investigação, posto que isso certamente exigiria transitar ainda em um outro tipo de estudos e abordagens analíticas. Quero ainda destacar que, na

¹²⁸ Jorge Larrosa, *op. cit.*, p. 177.

construção das análises dos relatos aqui estudados, também estive atenta àquilo que alguns autores sobre eles falaram, tanto no que refere a suas biografias quanto no que diz respeito aos seus relatos. Lidar com as narrativas dos viajantes, tendo em vista as discussões apresentadas até aqui, revelou ser bastante trabalhoso, uma vez que uma das dificuldades do trabalho foi aprender a “manusear”, justamente, a diversidade e a riqueza das experiências dos quatro viajantes aqui estudados. Um dos caminhos que se mostrou produtivo para melhor contextualizar as narrativas dos viajantes sobre as paisagens do Rio Grande do Sul foi, justamente, olhar para o que estava acontecendo num campo de estudos que “costurava” interesses e objetivos de viagem comuns a esses viajantes: o campo de conhecimento relativo à História Natural. No entanto, antes de passar a apresentar considerações sobre tal aspecto específico, gostaria de delimitar um pouco mais o que “olhar” o campo da História Natural significa neste trabalho.

Trabalhar com um material de pesquisa tal como ‘relatos de viagens’ é envolver-se, ao mesmo tempo, com um e com muitos textos, com várias escritas, com diferentes tempos e espaços, com tantos olhares e com tantas idiossincrasias presentes numa mesma narrativa costurada nas linhas de um “caderno” de notas. É lidar, também, o tempo todo, com a nossa capacidade de apreensão do que lá estava sendo dito e com aquilo que não se sabe, com aquilo que não se consegue “intercambiar” e, também, com a nossa especulação, imaginação e invenção. É andar na insegurança, na *zona de contato* de diferentes tempos históricos e de diferentes geografias. Não só isso, mas, também, é entrar em contato com dimensões plurais de um mesmo empreendimento: a viagem, aqui já bastante discutida. Ainda é preciso considerar que os viajantes falaram e reuniram em seus escritos uma série de interesses, preocupações, influências, projetos e ideais.

Várias são as formas de começar a olhar essas questões; de “pescar” cada uma delas e de ver como elas se relacionam com o todo; e, ainda, de buscar entender como elas podem auxiliar na construção e na análise do que está sendo dito. Porém, o que eu quero marcar aqui, principalmente em relação a “olhar” o campo da História Natural, é com o que esse trabalho não faz. Esse não é um trabalho que se propõe a examinar o campo da História Natural, as discussões sobre a natureza desse campo, as rupturas que o diferenciam de outros campos como a Biologia e a Geografia, seus principais “paradigmas”, sua *episteme* para usar uma expressão de Foucault¹²⁹, mas que – e aí vem as particularidades e os desafios desse que eu venho aqui, por vezes, reiterando – ao mesmo tempo,

¹²⁹ Michel Foucault. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes. 8ed. 2ª tiragem, 2000.

de alguma forma, olhar para os materiais dos viajantes-naturalistas, também demanda estar atenta para as discussões relativas ao campo da História Natural e que se faziam importantes àquela época.

Retomo as discussões conduzidas por Pratt (1999), inicialmente, por elas contextualizarem, de certa forma, a História Natural dentro das questões relacionadas ao projeto expansionista europeu. Porém, os trabalhos que se mostraram mais produtivos para as questões que examino neste estudo foram os trabalhos de Kury (1995, 2001, 2001), Lisboa (1997) e Outran (1996). Os trabalhos dessas três autoras aparecem ao longo das análises dos relatos, auxiliando-me na sua composição. O trabalho de Kury se constituiu como extremamente importante para esse Estudo, uma vez que essa autora se propôs a olhar em seu livro *Histoire Naturelle et voyages scientifiques (1780 – 1830)* como as viagens científicas realizadas pelos franceses nesse período – que constituíam-se em um esforço para conhecer e coletar produtos em terras “exóticas” – poderiam também ser investigadas no sentido de apontar para o que esses interesses de viagem permitiam falar da própria França, naquele contexto específico. Ou seja, Kury propõe um olhar incomum do ponto de vista dos trabalhos que se envolvem com a investigação de viagens e das expedições científicas, ao buscar entender e investigar os lugares que os franceses consideravam exóticos; nesse sentido, ela direciona seu olhar sobre os próprios franceses a fim de examinar as razões que levaram a França a viajar. Afirma essa autora, sobre o seu trabalho:

Este estudo recobre um período onde a História Natural adquire a importância frente a sociedade civil e no Estado. Ela se constitui numa forma de interpretação privilegiada dos fenômenos naturais. Efetivamente depois do final do Antigo Regime, e no início dos primeiros decênios do século XIX, o domínio da natureza pela ciência passou a ser uma atividade fundamental para o exercício do poder. Ao longo desse período a História Natural vai se afirmar como um campo de estudos dirigido para uma aplicação utilitária incontestável.¹³⁰

Assim, foi a partir do trabalho de Kury (2001) que as questões que emergiam a partir daquilo que aparecia muito consistentemente nos relatos, em relação à forma de olhar para as coisas da natureza, foram podendo ganhar novos contornos. Considero que o seu trabalho, bem como o de Outran (1996)– na sua discussão sobre os novos espaços na História Natural, a partir da criação do Museu Nacional de História Natural de Paris – por se ocuparem do contexto cultural francês, auxiliaram-

¹³⁰ Lorelai Kury. *Histoire naturelle et voyages scientifiques (1780-1830)*. Paris: L' Harmattan, 2001, p. 5.

me a tentar “mapear” melhor quem eram esses “observadores-em-trânsito”, para utilizar expressão de Martins (2001) e, também, para referir um dos questionamentos que me foram apresentados, como já referi, no momento da defesa dessa proposta.

Já o trabalho de Lisboa (1997), também bastante referido, e que é, também, retomado ao longo das análises, constituiu-se, igualmente, em uma referência importante uma vez que essa autora preocupou-se com questões relativas à natureza e à civilização na sua investigação dos relatos dos viajantes bávaros Johann Baptist von Spix e Carl Friedrich Philipp von Martius. Embora os relatos de viajantes investigados por Lisboa (op.cit) e as investigações que empreendi neste estudo tenham lidado com diferentes “geografias” – no sentido de pensar em uma geografia dos trópicos tal qual refere Martins (2001) – foi igualmente importante considerá-lo em função das várias questões levantadas por essa autora.

Interagir com os trabalhos dessas autoras foi também um desafio à parte, não só pela maneira como todas elas demandavam de mim conhecimento de um campo que eu não dominava, apesar da minha formação na área das Ciências Biológicas, como também demandaram alguns esforços lingüísticos, no sentido mesmo de aprender e traduzir conceitos de uma outra língua¹³¹. Esclareço, ainda, que retomarei essa discussão no contexto específico em que ela se apresentou de forma mais marcante, que foi ao longo da tradução e análise dos manuscritos de Aimé Bonpland, organizados e transcritos em francês pela professora Alicia Lourteig. Mas essa é mais uma história que atravessa esse trabalho que me permitiu alcançar aprendizagens tão diversas ao longo da sua confecção.

Viajar, narrar, ilustrar....

Como já referi, foi o trabalho de Pratt (1999) que me oportunizou o primeiro contato com um texto que problematizava o campo da História Natural a partir da perspectiva do colonialismo. Foi com Pratt que passei a atentar para outras possibilidades de contemplação, de estudo, de utilização e de investigação que poderiam ser realizadas tendo o campo da História Natural como objeto de estudos.

¹³¹ Refiro-me aqui mais especificamente ao Francês.

Arrisco-me a fazer algumas relações a partir daquilo que pude apreender do trabalho de Pratt (1999), situando os relatos de viagem, construídos a partir do campo da História Natural, como importante forma de suporte de empreendimentos específicos. Esta autora indica a produção/surgimento, no ano de 1735 de dois importantes eventos, inéditos e marcadamente europeus: a publicação do *Systema Naturae* (o Sistema da Natureza), de Carl Linné – “no qual o naturalista francês estabelece um sistema classificatório que visa categorizar todas as formas vegetais do planeta, fossem elas conhecidas ou desconhecidas dos europeus”¹³² – e a realização da primeira expedição científica internacional da Europa, um esforço coletivo de determinar de uma vez por todas qual era a forma exata da Terra. Pratt (ibidem) argumenta que estes dois eventos concomitantes revelam que estavam sendo reconfiguradas e reestruturadas as formas como as elites européias viam a si mesmas e as suas relações com o resto do mundo: não mais o “esquadrinhamento” de uma geografia fantástica; não mais a estrita faixa de uma geografia remota, habitada por “maravilhas e mistérios”, mas, agora, a emergência da exploração do interior, dos “conteúdos”, como diz a autora, daquelas extensas massas de terra e de água que constituem a superfície do planeta. Emerge uma nova “consciência planetária, da Europa, uma versão marcada pela tendência à exploração do interior e pela construção do significado em nível global por meio dos aparatos descritivos da História Natural”¹³³.

Assim, os vastos “conteúdos” do interior das terras além mares deixam de ser símbolos desenhados por sobre papel em branco¹³⁴ e ganham uma nova visibilidade através das representações verbais, as quais, materializadas em regras de nomenclatura universais, vão recompondo todo o território conhecido e desconhecido. Como assinala Pratt (1999), “a totalidade finita destas representações ou categorias constitui um ‘mapeamento’ não só de linhas costeiras ou rios, mas de cada polegada quadrada, ou mesmo cúbica, da superfície terrestre”¹³⁵.

Este tipo de empreendimento científico envolvia, segundo Pratt (1999), toda a sorte de suportes lingüísticos materializados nas muitas formas de escrita, de publicação, de fala e de leitura

¹³² Mary Louise Pratt, *op. cit.*, p. 43.

¹³³ *Ibidem*, p. 42.

¹³⁴ Refiro-me aqui, como assinala Pratt (1999), ao velho costume ligado ao mapeamento de navegação, quando se preenchiam os espaços vazios dos mapas com desenhos icônicos representando curiosidades e perigos regionais. Pratt (1999) dá como exemplo disso o costume de colocar amazonas no Amazonas, canibais no Caribe, elefantes na Índia, e assim por diante.

¹³⁵ Mary Louise Pratt, *op. cit.*, p. 64.

que veicularam o conhecimento pela esfera pública. Ela também ressalta que o projeto classificatório da História Natural determinou vários tipos de práticas semânticas e sociais e, dentre elas, a viagem e o relato de viagem estavam entre as mais vitais. Seu trabalho destaca, e este é um ponto que aqui interessa particularmente, o papel dos relatos de viagem no processo de construção dessa nova “consciência planetária”, para usar o termo cunhado por essa autora:

A autoridade da ciência estava envolvida mais diretamente nos textos descritivos especializados, como os incontáveis tratados botânicos organizados em torno das várias nomenclaturas e taxonomias. Os relatos jornalísticos e a narrativa de viagem, contudo, eram mediadores essenciais entre a rede científica e o público europeu mais amplo, pois eram agentes centrais na legitimação da autoridade científica de seu projeto global, ao lado de outras formas européias de ver o mundo e habitá-lo. Na segunda metade do século, viajantes-cientistas haveriam de desenvolver paradigmas de discurso que se distinguiam incisivamente daqueles que La Condamine¹³⁶ havia herdado na primeira metade.¹³⁷

¹³⁶ Lisboa (1997) considera a expedição de La Condamine – embora muito mais reconhecida e lembrada “por sua carga dramática do que por seus êxitos científicos” Pratt (1999) – o marco inicial da exploração científica no continente americano. Em 1735, a Academia de Ciências de Paris enviou um grupo de estudiosos à região do Rio Amazonas para fazer medições no equador, com o objetivo de tirar conclusões definitivas sobre a forma final da Terra. Inicialmente confiada ao matemático Louis Godin, a expedição passou a ser liderada pelo francês La Condamine. A viagem estendeu-se por dez anos, através dos caminhos fluviais da costa do Pacífico até o Atlântico (Lisboa, 1997). O relato de La Condamine concentra-se principalmente em sua extraordinária viagem de volta, descendo o Amazonas e em suas tentativas de registrar seu curso e afluentes. Pratt (1999) destaca que o seu relato é escrito, não como um relatório científico, “mas como o gênero popular de literatura de sobrevivência” (op. cit., p. 48) e destaca também que num aspecto a expedição La Condamine foi um sucesso: enquanto relato.

¹³⁷ Mary Louise Pratt, *op. cit.*, p 63. Destaco que o termo mediador, utilizado pela autora para falar do lugar que os relatos científicos ocupavam na concretização dos projetos que estavam em desenvolvimento naquele tempo, é restritivo das possibilidades desses próprios relatos, no sentido de que eles não eram apenas mediadores entre as produções da ciência e um público leigo, mas penso que os relatos se constituíram em novas formas e novos espaços de produção e divulgação de um conhecimento com características particulares, uma vez que legitimados pelo “testemunho-verdade” dos viajantes sobre regiões, seres vivos, seres humanos, sobre a noção do que é típico, selvagem, primitivo, do que é diferente e oposto a isso.

Se a História Natural, enquanto área de saber, foi inquestionavelmente constituída dentro e por meio da linguagem, afirma Pratt (1999), foi também um empreendimento que acabou por produzir mudanças em vários aspectos da vida material e social. Existia a demanda por “melhores meios de preservação, transporte, exposição e documentação de espécimes; as especializações artísticas do desenho em botânica e zoologia se desenvolveram; tipógrafos foram levados a aprimorar a reprodução gráfica [...] empregos foram criados para cientistas em expedições coloniais e postos coloniais avançados, redes de patrocínio financiaram as viagens científicas e os escritos subseqüentes; (...)”¹³⁸. Assim, na segunda metade do século XVIII, afirma Pratt (1999), muitos viajantes-escritores se dissociaram de tradições anteriores relacionadas aos tipos de relatos, tais como “literatura de sobrevivência, descrição cívica ou narrativa de navegação, pois se engajariam no novo projeto de construção de conhecimento da história natural”¹³⁹.

Neste novo projeto destaca-se o trabalho de Lineu. Para Pratt (*ibidem*), a História Natural – a partir do projeto classificatório de Lineu¹⁴⁰, de seu “despretensioso”¹⁴¹ método de nomeação dos representantes do dito “mundo natural” – se apresenta como um processo de pensamento que se caracteriza pelo “rompimento das relações afetivas e materiais entre pessoas, plantas e animais onde quer que fosse aplicada”¹⁴². Assim, o trabalho desta autora aponta que a História Natural não apenas

¹³⁸ Mary Louise Pratt, *op. cit.*, p. 63.

¹³⁹ *Ibidem*, p. 55.

¹⁴⁰ Carls Linnaeus (1707 – 78) foi um dos naturalistas mais famosos de seu tempo. Nascido na Suécia construiu um sistema classificatório de ordenação de todas as plantas da terra. Através do seu “O sistema da Natureza” ele democratizou e popularizou a classificação dos organismos vivos, sendo justamente este um dos motivos pelos quais o seu trabalho teve tamanha repercussão e notoriedade. Para Lineu “a natureza era uma imensa coleção de objetos naturais que ele próprio passava em revista como um supervisor, rotulando-os. Teve ele um precursor nesta árdua tarefa: Adão no paraíso”. (Daniel Boorstin, apud Pratt 1999, p. 67) Para melhor aprofundar tal discussão ver os trabalhos de Pratt (1999), Haraway (1989), Koerner (1996) e Schiebinger (1996).

¹⁴¹ Considero importante marcar o sentido de “despretensioso”. Conforme Pratt (1999) o que também chamou atenção no sistema classificatório de Lineu foi a sua fácil aplicação. A partir de um determinado conjunto de regras e observações, qualquer um poderia ser um estudioso da natureza. Seu sistema descritivo estava designado para classificar todas as plantas da Terra, conhecidas e desconhecidas de acordo com as características de suas partes reprodutivas. Segundo Pratt (1999) “a abordagem de Lineu tinha uma simplicidade e elegância ausente em seus antecessores” (p. 56).

¹⁴² Mary Louise Pratt, *op. cit.*, p. 67

retirava espécimes de seus nichos (portanto de suas relações inter e intra-específicas), mas também de seus locais referenciais nas economias, histórias, sistemas simbólicos e sociais de outras populações não-européias. O trabalho da História Natural, portanto, é profundamente transformador e produtivo, ou seja, retira as coisas do mundo e as organiza em uma nova ordem, em uma “nova estrutura de conhecimento” - para usar as palavras de Pratt (1999) - e, dessa maneira, produz uma série de marcadores¹⁴³ daquilo que passa a ser reconhecido como científico, como trabalho intelectual, como a forma adequada de relatar as viagens, suas mazelas e descobertas, de narrar o interior dos territórios e de assim reconstruir paisagens, recortes geográficos e relações humanas e não-humanas. Tudo isso sobre a “égide” de um trabalho entendido e relatado como ‘inocente’, ‘desinteressado’, ‘antiimperialista’, ‘detalhista’ e, muitas vezes, ‘enfadonho’, ‘heróico’ e ‘abnegado’ de coletar espécimes e classificá-los, de narrar a paisagem, de “apenas” reorganizar o estado bruto da natureza. A História Natural vê a si mesma como um empreendimento abstrato o qual não teria impacto nenhum sobre a vida material concreta das pessoas. Como nos diz essa autora:

A ‘conversão’ da natureza bruta em um *systema naturae* seria um ato prosaico e estranhamente abstrato, algo que não exerceria impacto sobre praticamente nada – certamente não sobre almas. Em comparação com o navegador e o conquistador, o coletor-naturalista é uma figura benigna, freqüentemente simpática, cujos poderes de transformação se limitam aos contextos domésticos do jardim ou da sala de coleção.¹⁴⁴

¹⁴³ Utilizo a expressão ‘marcadores’ inicialmente conforme Timothy Lenoir a apresenta em seu trabalho intitulado “A Ciência produzindo a Natureza: o museu de História Naturalizada” (Lenoir, 1997). Neste importante trabalho o autor discute a “força que uma exposição de museu pode ter; seu ‘poder autêntico’ para abrir os olhos do visitante para a natureza” (op. cit, p. 56). Sua pergunta direciona-se justamente para aquilo que confere à representação esta autenticidade. É na construção desta resposta que o autor vai desenvolver o conceito de marcadores, a partir do trabalho de Jonathan Culler (1988) e de sua discussão sobre a “semiótica do turismo”.

¹⁴⁴ Mary Louise Pratt, op. cit., p. 69.

Foucault (2000) nos diz que esta aparente simplicidade, que de longe pode parecer inofensiva e mesmo ingênua se deve à imposição de uma evidência natural das coisas. “A História Natural não é nada mais do que a nomeação do visível”¹⁴⁵, e, nas palavras deste mesmo autor, ela não tem sua possibilidade no fato de “que se olhou melhor e mais de perto”, nem de que se passou a começar a ver o que sempre esteve lá, aguardando o seu reconhecimento por Tournefort, Lineu ou Buffon. Para este autor, a História Natural aparece como “um campo novo de visibilidade que se constituiu em toda a sua espessura”¹⁴⁶.

Observar é, pois, contentar-se com ver. Ver sistematicamente pouca coisa. Ver aquilo que na riqueza um pouco confusa da representação, pode ser analisado, reconhecido por todos e receber, assim, um nome que cada qual poderá entender [...] privilégio quase exclusivo da vista, que é o sentido da evidência e da extensão [...] o cego do século XVIII pode perfeitamente ser geômetra, não será naturalista.¹⁴⁷

E ainda, nas palavras desse autor “nem tudo que se oferece ao olhar é utilizável: as cores, quase não podem fundar comparações úteis”¹⁴⁸. Assim a visibilidade que se instaura é um produto dessas exclusões, ela é, como diz esse autor, uma visibilidade parda, liberada de qualquer outra carga sensível. O que interessa ver é aquilo que pode ser mensurado e reproduzido, “descontaminado” de qualquer subjetividade.

Quero destacar que é difícil falar sobre História Natural, mesmo quando a intenção é de apenas levantar algumas questões, sem se estar atento ao que Foucault propõe ao investigar esse assunto. Destaco, também, o quanto suas análises apresentam considerações em sentidos, muitas vezes opostos, àqueles de autores que fazem investigações no campo da História da Ciência, ou mesmo, naquilo que se chama a investigação da História das Idéias. Foucault (ibidem) diz que a História Natural é um campo de conhecimento inscrito na *epistémê* clássica da ordem e da representação.

¹⁴⁵Michel Foucault, *op. cit.*, p. 181.

¹⁴⁶*Ibidem.*

¹⁴⁷*Ibidem*, p.182-183.

¹⁴⁸*Ibidem*

Ele ainda aponta que esse conhecimento da ordem, ou a possibilidade da ordenação do conhecimento sobre os seres vivos se dá, no campo da História Natural, através de uma *taxonomia*. Foucault (ibidem) também marca o quanto “as ciências trazem consigo um projeto longínquo de uma exaustiva colocação em ordem: apontam sempre para a descoberta de elementos simples e de sua composição progressiva, e, no meio deles, elas formam quadro, exposição de conhecimentos, num sistema contemporâneo de si próprio”¹⁴⁹. Assim, o centro do saber, afirma Foucault (2000), nos séculos XVII e XVIII é o *quadro*. E é nesse sentido que a História Natural é um campo de saber que se inscreve, também, a partir de uma reconfiguração dos espaços que ela passa a ocupar. “Os documentos dessa história nova não são outras palavras, textos ou arquivos”, diz Foucault (2000), “mas espaços claros onde as coisas se justapõem: herbários, coleções, jardins (...)”¹⁵⁰. O lugar dessa história é definido, por esse autor, como um “retângulo intemporal”, sendo que, nesse espaço os objetos podem ser despidos de todas as palavras, comentários, de toda a “linguagem circundante”, para, uma vez ordenados lado a lado, organizados segundo critérios visíveis de semelhança e diferença, poderem, então, uma vez que virtualmente analisados, “ser portadores apenas dos seus nomes”. Creio, principalmente em função das discussões que ainda irão aparecer neste trabalho, ser importante apresentar um pouco mais do que esse autor discute em relação a esses espaços que vão se constituir como espaços característicos do campo de investigação da História Natural:

Diz-se frequentemente que a constituição dos Jardins Botânicos e das coleções zoológicas traduzia uma nova curiosidade para com as plantas e os animais exóticos. De fato, já desde muito eles haviam suscitado interesse. O que mudou foi o espaço em que podem ser vistos e donde podem ser descritos. No Renascimento, a estranheza animal era um espetáculo; figurava nas festas, nos torneios, nos combates fictícios ou reais, nas reconstituições lendárias, onde quer que o bestiário desdobrasse suas fábulas sem idade. O gabinete de história natural e o jardim, tal como são organizados na idade clássica, substituem o desfile circular do “mostruário” pela exposição das coisas em “quadro”. O que se esgueirou entre esses teatros e esse catálogo não foi o desejo de saber,

¹⁴⁹ *Ibidem*, p.103.

¹⁵⁰ *Ibidem*, p.179.

mas um novo modo de vincular as coisas ao mesmo tempo ao olhar e ao discurso. Uma nova maneira de fazer história.¹⁵¹

Gostaria de enfatizar que as considerações feitas até aqui visam colocar em destaque as discussões que esse autor propõe, porém este não foi um trabalho, e nem teve a pretensão de ser, realizado dentro de uma perspectiva foucaultiana. Na mesma medida em que este também não é, como já ressaltar anteriormente, um trabalho que se dedique a discutir a questão das condições de possibilidade do estabelecimento de um campo de conhecimento tal como a História Natural. O que me interessa na utilização dos autores aqui escolhidos é ir acenando para algumas questões e particularidades desse campo, as quais passam a ser produtivas para a discussão das análises aqui empreendidas.

“No coração do século XVIII, Rousseau herboriza.”¹⁵²

O título acima é de uma frase que retirei do texto de Foucault (2000) no qual há uma interessante discussão sobre o classificar. A intenção é apoderar-me da sua frase e desvinculá-la dos sentidos a que ela se encontrava atrelada/limitada naquele texto. Autorizo-me a fazer esse pequeno “roubo” para marcar aqui uma mudança no texto e, também, de texto. Essa acontece, não tanto em relação às idéias de Foucault aqui rapidamente apresentadas, mas relativamente a uma mudança em direção ao trabalho de Pratt (1999). Embora eu tenha referenciado o quanto esse seu estudo teve um papel importante neste trabalho, ele também foi sendo resignificado e, sua leitura, recontextualizada por outras. Assim, se por um lado destaquei o papel importante de seu estudo, no sentido de contextualizar a História Natural no período colonialista, ao mesmo tempo, parece-me sobrar pouco ou nenhum espaço para interesses que não sejam exclusivamente esses. O que eu estou tentando apontar é se viagens também “suportavam” diferentes projetos, o mesmo pode ser pensado sobre os estudos sobre a natureza e sobre os viajantes, que tinham nesse campo de estudos um dos seus principais motivos para viajar.

¹⁵¹Michel Foucault, *op. cit.*, p. 177-178.

¹⁵²*Ibidem*, p.172.

Kury (2001) aponta que nas Américas a reflexão da História Natural sobre a geografia e as fisionomias regionais ganharam força a partir das produções literárias da viagem de Humboldt aos trópicos. Foi a partir dos importantes trabalhos desse célebre viajante, que a descrição da paisagem e a própria forma de constituir os relatos se modificaram profundamente. A viagem desse naturalista alemão pelos trópicos, acompanhado pelo botânico francês Aimé Bonpland, durou cinco anos e resultou numa obra de trinta volumes, a qual passou a ocupar um lugar de referência para os demais naturalistas viajantes. Várias foram as inovações advindas da viagem e dos escritos desse naturalista. Elas acontecem desde o ponto de vista político, passando pelas questões das particularidades relativas ao seu modo de olhar e compreender a natureza e chegam até o estilo narrativo por ele inaugurado. Assim, falar do trabalho de Humboldt¹⁵³, aqui, é importante, no sentido de que se atribui a ele a inauguração de um novo estilo descritivo da paisagem. As discussões que fiz sobre esse viajante se restringiram, no entanto, apenas, a dar destaque para esse aspecto. Porém, também destaco, que alguns pensadores do Romantismo aqui serão citados, uma vez que Humboldt, assim como os demais viajantes cujos relatos foram aqui analisados, também sofreu as influências desse importante movimento cultural¹⁵⁴.

Segundo Ette (1999), a viagem de pesquisa de Humboldt não se desenvolveu a partir dos interesses de instituições políticas, estratégias militares ou de empreendimentos econômicos. Conforme aponta esse autor, a viagem de Humboldt, financiada por ele próprio, tinha por objetivo aumentar os conhecimentos científicos de sua época. E, nesse sentido, aponta o autor, Humboldt se inscrevia dentro do *siècle des lumières*, uma vez que para ele o conhecimento científico servia ao homem, a sua auto-realização, educação e desenvolvimento¹⁵⁵.

¹⁵³ Para ver uma discussão mais detalhada sobre seus estudos ver DETTELBAACH, Michael. Humboldtian science. In: JARDINE, Nicholas; SECORD, James; SPARY, Emma. *Cultures of Natural History*. London: Cambridge University Press, 1996. p.287-304.

¹⁵⁴ O Romantismo foi um amplo movimento cultural que se caracterizou por apresentar um olhar completamente distinto sobre as idéias reguladoras Iluministas sobre a Razão e sobre a Natureza, portanto, era transgressor da unidade da razão e da interpretação mecanicista da natureza. O movimento Romântico, plural no seu tempo, adquiriu diferentes contornos segundo as diferentes nacionalidades, tem na Natureza o seu tema central. Também uma de suas características básicas de pensamento é a unidade. É sob esse movimento que os discursos da igualdade, liberdade, fraternidade, vitalismo, organicidade e harmonia da natureza, nacionalismos, capitalismo, patriotismo, humanismo, o amor ao passado vão florescer.

¹⁵⁵ Ottmar Ette. Um culpado inocente. É correto ver no “conquistador científico” um precursor da conquista e penetração econômica da América Latina? *Alexander von Humboldt – Bicentenário da viagem americana – 1799-1804*.

Lisboa (1997) destaca que o “motivo central de Humboldt é o grande problema da descrição física do globo”¹⁵⁶. Nessa direção Romariz (1996) destaca que, para que seja possível conhecer a importância dos trabalhos de Humboldt, é necessário entender que o seu modo de olhar a natureza foi orientado por uma filosofia cósmica do globo terrestre. Em relação a isso, essa autora apresenta as palavras desse viajante: “vou considerar sempre, a correlação e a interação das forças, a influência da criação não viva no mundo animal e vegetal; nessa harmonia fixar-se-ão permanentemente meus olhos”¹⁵⁷. Lisboa (1997) ressalta que Humboldt se tornou o fundador da geografia das plantas (área hoje conhecida como fitogeografia) e que sua preocupação era, justamente, entender a distribuição da vegetação como processo evolutivo, acreditando que as plantas se espalharam “paulatinamente a partir de um ponto de origem.”¹⁵⁸ Em relação à construção do seu relato, destaca essa autora:

Além de sinalizar as veredas da produção científica, Humboldt obviamente também contribuiu para o processo da criação de imagens sobre o Novo Mundo. Permeada pelo gosto romântico que se espalha no início do século XIX, sua obra apresenta algumas particularidades: as descrições estéticas-científicas da natureza tropical e o entusiasmo que o viajante revela ter sentido quando chega ao Caribe – região que tinha fama de insalubre – exerceram impacto nas vertentes do pensamento europeu que defendiam a inferioridade natural do continente americano.¹⁵⁹

Assim, quando Lisboa (1997) fala das questões da vertente de pensamento que defendia a inferioridade do continente americano, ela está se referindo às teses de Buffon e De Pauw. O primeiro defendia a tese da “infantilidade do continente americano” e o segundo a da “degeneração americana”. Conforme aponta Schwarcz (1993), e também Lisboa(1997), Buffon via no “Novo Mundo” sinais de debilidade e inferioridade – “o pequeno porte dos animais, o escasso

¹⁵⁶ Karen Lisboa *op. cit.*, p. 42.

¹⁵⁷ Alexander von Humboldt apud Dora de Amarante Romariz. *Humboldt e a Fitogeografia*. São Paulo: Lemos, 1996, p.6.

¹⁵⁸ Karen Lisboa *op. cit.*, p. 42.

¹⁵⁹ *Ibidem*, p.43.

povoamento, a ausência de pêlos nos homens, a proliferação de espécies pequenas, de insetos”¹⁶⁰ – , tudo isso parecia corroborar a imagem de inferioridade dessa terra. Porém, a observação empírica da natureza, aponta Lisboa (1997), oportunizou que Humboldt questionasse esses pressupostos, instaurando a inversão da imagem depreciativa do continente americano, passando para a construção de uma natureza exuberante e prolífica¹⁶¹. Assim, ressalta essa autora, no contexto das disputas sobre essas questões “a relevância da obra humboldtiana reside não só no fato de ela inverter a imagem decadente da natureza americana e de introduzir um estilo poético para descrevê-la, mas, também, no fato de atribuir-lhe uma importância na qualidade de objeto de pesquisa científica, inédita, até aquele momento”¹⁶².

Humboldt tinha, como já foi ressaltado, uma visão mais organicista da natureza, compartilhando, portanto, de alguns posicionamentos do Romantismo alemão. É dessa forma que Humboldt produziu um relato onde se inaugura um “estilo estético-científico”¹⁶³, numa tentativa de unir ciência e poesia. Tal empreendimento encontrava ressonância nos trabalhos de Goethe, uma vez que este recusava-se a aceitar uma tradução friamente matemática da natureza. Goethe, ressalta Borheim (1978), opunha-se a qualquer visão mecanicista da natureza e defendia uma visão organicista da mesma, considerando-a como “um grande animal vivo, um organismo que jamais poderia ser traduzido matematicamente, a não ser pela sua desfiguração”¹⁶⁴. As idéias românticas e as relações entre o romantismo e a natureza também se podiam ver nos escritos de Schelling. Na obra desse autor, aponta Bornheim (1978), a natureza só pode ser explicada a partir da idéia de vida, de organicidade; para esse filósofo existe uma evolução na natureza, um processo dinâmico nela, um sentido progressivo, gradual, do mais inferior para o mais superior. Então, assim, um estudo da filosofia da natureza deveria olhar e descrever essa evolução, contar sua origem e sua história.

Gostaria de ressaltar, mais uma vez, que não se trata aqui de fazer uma revisão das idéias sobre a natureza, ou muito menos de discutir os pressupostos de um movimento cultural tão amplo e plural quanto o Romantismo. O que se está tentando fazer é ir “inventariando” influências, textos, idéias, que atravessam, de diferentes maneiras e em diferentes níveis, os relatos dos viajantes aqui

¹⁶⁰ Lilia Moritz Schwarcz. *O Espetáculo das Raças – cientistas, instituição e a questão racial no Brasil 1820-1930*.

¹⁶¹ Karen Lisboa *op. cit.*, p. 81.

¹⁶² *Ibidem*, p. 82.

¹⁶³ Karen Lisboa *op. cit.*, p. 40.

¹⁶⁴ Gerd Bornheim. *A Filosofia do Romantismo. O Romantismo*. In: J. Guinsburg (org.) São Paulo: Editora Perspectiva, 1978.

analisados. Podemos dizer que os viajantes que visitaram o Brasil na primeira metade do século XIX, traziam na sua bagagem todo o acervo teórico de um “projeto ilustrado” – no qual a *Enciclopédia* pode ser considerada como o esforço Iluminista de ordenar todo o conhecimento científico, pautada na uniformidade da razão e na imutabilidade da natureza; cabe, porém, destacar, que esses viajantes estavam também atravessado por uma visão de mundo “preche de ideais românticos”¹⁶⁵.

É também no coração desse mundo que Jean-Jacques Rousseau herboriza. Considerado o precursor do Romantismo na França, sua obra também influenciou os trabalhos de Humboldt. Também Saint-Hilaire e Arsène Isabelle eram grandes admiradores das obras de Rousseau. Dentro do contexto da França daquele tempo, é difícil pensar em alguma discussão ou estudo da natureza que não considerasse os escritos desse filósofo em alguma medida. Rousseau constitui um conceito de natureza que se opõe, portanto, a uma concepção cartesiana e enciclopedista do mundo que via nela algo de exterior, de objetivo, de matematizado e racional¹⁶⁶. Bornheim (1978) aponta que, para esse filósofo, o ponto principal de sua doutrina é a interioridade, um voltar-se sobre si mesmo. Para ele, destaca ainda Bornheim (op.cit), essa interioridade é sinônimo de sentimento e a esse sentimento Rousseau chama de natureza. Afirma esse autor:

Rousseau entrega-se, em devaneios solitários, a uma atitude bucólica, tendendo, em longo passeios pelo campo, a fundir-se misticamente com a natureza. (...)Trata-se, como se vê, de uma natureza com a qual o espírito tende a confundir-se, desenvolvendo uma espécie de volúpia cósmica. E essa interiorização da natureza permite, segundo Rousseau, um mergulho na própria interioridade humana, um alargamento da humanidade do homem.¹⁶⁷

Lima (2002) assinala que Saint-Hilaire, como muitos outros botânicos, foi um leitor ávido da obra de Rousseau, cuja ligação com a Botânica parecia manifestar o luto desse filósofo em relação à espécie humana. Sobre isso Saint-Hilaire escreve: “o amor pela Botânica se alia bem com os

¹⁶⁵ Karen Lisboa, *op. cit.*, p. 76.

¹⁶⁶ Gerd Bornheim, *op. cit.*, p. 81.

¹⁶⁷ *Ibidem*.

sentimentos melancólicos, e ela suaviza o que esses têm de sombrios demais. Rousseau, chicote de si mesmo, procurará, nessa ciência, um remédio para seus males, suas mágoas imaginárias.”¹⁶⁸ Em relação ao estudo da Botânica Rousseau demonstra a importância das herborizações por ele feitas, uma vez que ao olhar o seu herbário é como se olhasse as próprias paisagens representadas em cada fragmento de planta recolhido :

Não mais reverei essas belas paisagens, florestas, esses lagos, bosques rochedos, essas montanhas, cujo aspecto sempre tocou meu coração; mas agora que não posso mais correr por esses felizes lugares, só posso abrir meu herbário e logo ele me transporta para eles. Os fragmentos das plantas que recolhi bastam para me lembrar todo esse magnífico espetáculo.¹⁶⁹

Kury (2001) também destaca, nesse seu estudo sobre a História Natural, o papel de destaque ocupado pela Botânica, uma vez que esta área do conhecimento da História Natural poderia mais facilmente engajar-se num projeto investigativo pautado na *aplicabilidade e utilidade* das coisas da natureza para a sociedade, uma vez que, na França, ao final do século XVIII e início do século XIX, passou a ser atribuído às ciências, um papel importante na solução dos problemas sociais e na melhoria das condições de vida da população.

Afirma Kury (2001) que o domínio da natureza e a reprodução das plantas significam para os sábios do século XVIII, um índice positivo de civilização das sociedades¹⁷⁰. E este argumento, como também assinala essa autora, vai se manter até a primeira metade do século XIX. Assim, se no século XVIII o homem civilizado se distinguia, sobretudo, por suas maneiras e modos “polidos” e a delicadeza de suas atitudes, a civilização, conforme aponta Kury (2001), caracteriza-se aos olhos de seus teóricos pela instauração de instituições civis sólidas e pelo domínio da natureza.

Destaco que essas são considerações importantes em relação às discussões que serão apresentadas nas análises dos relatos de viagem estudados neste trabalho. Ainda sobre essas questões, Kury

¹⁶⁸ Auguste de Saint-Hilaire apud Maria Emília Amarantes Torres Lima. *As caminhadas de Auguste de Saint-Hilaire pelo Brasil e pelo Paraguai*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

¹⁶⁹ Jean-Jacques Rousseau apud Maria Emília Amarantes Torres Lima, *op. cit.*, p. 39.

¹⁷⁰ Lorelay Kury. *Histoire naturelle et voyages scientifiques (1780-1830)*. Paris: L' Harmattan, 2001, p. 22.

(2001) faz uma ressalva: a civilização, escreve ela, “não está oposta à natureza, ao contrário, ela é um estado que permite ao homem gozar dos benefícios dessa última”.¹⁷¹ Os naturalistas e os cientistas em geral, considera Kury (op.cit), apresentam uma visão de natureza que privilegia uma apropriação cognitiva do mundo natural e das suas possibilidades de exploração. Assim, não só o estudo da Botânica é um estudo “doce”, que suaviza a alma e eleva o espírito, como é tão preconizado por vários autores além de Rousseau, mas é, também, uma forma de estudo na qual “o conhecimento dos produtos da natureza fornecem os meios para o homem curar seus males”¹⁷². Daí a primazia que a Botânica parece ter ganhado nos relatos de viagem da maioria dos viajantes e viajantes-naturalistas desse período. Para Kury (2001) isso se dá em função do estudo botânico possibilitar uma gama de aplicabilidades nos campos da agricultura, da medicina, da agronomia e da farmácia, campos que iam ao encontro das demandas sociais daquele tempo, marcado, por um lado, pela carência de alimentos e, por outro, por um pensamento pós-revolução. Esse último, comprometido com o bem estar da população, com a resolução dos problemas mais imediatos e com a construção de uma ciência democrática, a qual tinha na ordem do dia a investigação da utilidade dos produtos da natureza. Considero importante ressaltar que, provavelmente a partir de uma perspectiva foucaultiana, se teria que “tensionar” as considerações feitas acima, a partir das considerações que o estudo da Botânica, o qual se mantinha no espaço da *visibilidade*, parecia mais adequado ao projeto taxonômico dominante da época. Ao mesmo tempo, também esta forma de olhar a natureza estava sendo questionada a partir das considerações do Romantismo, mas também, da emergência de uma nova concepção nas ciências, que movimentava a História Natural para além de uma classificação estática dos organismos, na direção da investigação sobre a “interioridade” dos mesmos¹⁷³, destacando o estudo dos organismos a partir do seu desenvolvimento, estrutura, forma e função.

¹⁷¹ Lorelay Kury, *op. cit.*, p 23.

¹⁷² Lorelay Kury, *op. cit.*, p 23.

¹⁷³ Principalmente no século XIX surgem outras áreas – anatomia e fisiologia comparadas, embriologia – que vão inaugurando outros marcadores para estabelecer a classificação dos seres vivos, a partir de uma outra e nova visibilidade. O que interessa é buscar se aproximar cada vez mais do que constitui “a unidade” fundamental da vida, ou do que institui os seres como vivos. Belluzo (1999) afirma que para o surgimento de uma nova percepção de natureza foi necessário que os seres vivos não fossem mais apreendidos pela suas configurações visíveis, mas pelas composições elementares do seu interior. Tal deslocamento no foco das observações acabou por atribuir um novo sentido a *forma* dos seres vivos, requalificando-os. A busca agora é pela lógica interna de *organização* dos seres vivos.

Retomando as considerações de Kury (2001) penso ser importante também destacar as relações que essa autora estabelece entre o estudo da História Natural e o sentimento de nacionalismo. Um sentimento comum aos viajantes que saíam da França em missão científica era, justamente, de estarem comprometidos não só com a ciência, mas também com o bem da nação.

Os viajantes naturalistas franceses, que viajavam sob a tutela do estado e geralmente vinculados aos projetos do Museu Nacional de História Natural, tinham instruções claras em relação à viagem e, também, sobre o que coletar e como proceder em relação às amostras. O trabalho investigativo deveria ser feito no museu, cabendo a seleção, coleta e suprimento dos materiais para as coleções aos “naturalistas-em-trânsito”. Kury (2001) destaca, ainda, que um naturalista “bem formado” e especializado, principalmente tendo como exemplo mais uma vez, o estudo da Botânica, poderia contribuir de diversas formas tanto para o “bem da humanidade”, quanto para o “progresso da nação”¹⁷⁴. A partir dessas considerações, Kury (op.cit) enxerga na filantropia a melhor maneira de definir a atitude científica desses viajantes. É importante destacar que a autora propõe que isso seja feito dentro dos limites que o termo filantropia tinha naquela época¹⁷⁵, a qual era entendida como uma virtude natural do ser humano, que se traduzia no amor ao próximo. E, afirma essa autora, é, justamente em “nome do progresso e do bem da humanidade que se dá a expansão colonialista do século XIX”¹⁷⁶. Afirma ela:

Os viajantes europeus que visitam os países ditos selvagens ou menos civilizados como é o caso do Brasil, sentem-se portadores de uma espécie de missão Sentem-se como irmãos mais velhos dos outros povos, a quem devem ajudar e aconselhar. Para eles seus interesses são o interesse da humanidade inteira. Os viajantes-naturalistas – muitas vezes financiados pelo Estado – constituíram elos úteis nas cadeias que ligava as colônias e os lugares ditos ‘exóticos’ aos museus e jardins botânicos europeus. A ciência é o instrumento maior que permite o exercício da missão do viajante. Ela permite conhecer as leis da natureza, tornando assim, a vida dos homens mais próspera e confortável.¹⁷⁷

¹⁷⁴ Lorelai Kury. Viajantes e naturalistas no século XIX, *op.cit.*, p. 67.

¹⁷⁵ Lorelai Kury, *op.cit.*, p. 66.

¹⁷⁶ *Ibidem.*

¹⁷⁷ *Ibidem.*

Considero importante ressaltar, um pouco mais, o papel do Museu Nacional de História Natural de Paris, não só na orientação das viagens, bem como na constituição de novos espaços da História Natural, a partir das considerações feitas por Outram (1996). Esta autora aponta que, ao final do século XVIII, portanto após a Revolução Francesa, o museu passou a ocupar o lugar do antigo “Jardin des Plantes”, embora, no seu início ele mantivesse a marca de uma instituição *outdoor*, comprometida com uma forma de disposição da natureza que pudesse acontecer no espaço exterior. Porém, esse espaço foi se modificando para receber novas coleções e mesmo para poder proceder outras formas de investigação e de estudos da natureza, sendo então organizados novos espaços como laboratórios, as galerias, as salas de dissecação. Quero destacar que essas reconceptualizações de espaço não demarcavam, apenas, reformulações do ponto de vista arquitetônico, mas, antes, demarcavam as profundas modificações que aconteciam no campo de estudos da História Natural. Essas mudanças, refere Outram (1996), colocaram grande pressão nas discussões ‘vocacionais’ dos naturalistas, vinculados ao museu. “Onde se localizava a ciência que eles praticavam? No espaço interno ou externo? Eram os sistemas de explicação criados pelos trabalhos dos anatomistas de dentro dos laboratórios superiores ao conhecimento íntimo das criaturas vivas nos seus *habitats*? Enfim, o que representava o tradicional campo da História Natural?”¹⁷⁸

Também o espaço do Museu como um todo havia sido reconfigurado no sentido de reunir ali funções pedagógicas. O Museu, a partir da revolução francesa, passara a ser um local de cultivo do cidadão republicano. O Museu, afirma Outram (1996), era conclamado a apresentar a natureza segundo padrões éticos contribuindo para a moral, e a transformação política dos cidadãos franceses. E é nesse sentido que ocorre a preocupação com a manutenção dos seus jardins como um ambiente idealizado, um Jardim do Éden, que apresenta ao público a concretização de uma utopia terrestre. Outram (1996) questiona a necessidade de tais investimentos, bem como a razão da construção de imagens de um paraíso terrestre onde os cidadãos poderiam, pelos passeios nos caminhos públicos do espaço externo do Museu, experienciar, através da observação da natureza harmonicamente disposta e reunida em toda a sua diversidade em um único espaço, a “aprendizagem moral e regeneração cívica”¹⁷⁹. As discussões dessa autora são muito interessantes e vão bem além daquilo que aqui foi possível reorganizar, porém quero deter-me, ainda, na

¹⁷⁸ Dorinda Outram. *New spaces in natural history*. In: JARDINE, Nicholas; SECORD, James; SPARY, Emma. *Cultures of Natural History*. London: Cambridge University Press, 1996. p.249-265.

¹⁷⁹ *Ibidem*, p.258.

consideração que ela faz acerca dos espaços em “disputa” no campo do conhecimento da História Natural. Nessa direção, Outram (1996) destaca que a História Natural feita a campo, referindo-se à tradição das viagens científicas e ao trabalho *in loco* dos naturalistas, traduzia uma visão particular de natureza que era, ao mesmo tempo, atravessada por ideais de heroísmo, sacrifício e abnegação por parte dos envolvidos nesse tipo de empreendimento. Porém, tal como aponta essa autora, na medida em que os sujeitos que fazem os trabalhos de campo não são mais os mesmos sujeitos que realizam os estudos mais definitivos e comparativos nos laboratórios dos museus, as disputas em torno dos conhecimentos possíveis de serem produzidos e da forma de olhar a natureza orquestrada nestas diferentes “geografias” se acirraram; quem podia falar mais e melhor da natureza, de suas leis e dos seus habitantes: os naturalistas dos espaços abertos das Viagens, os que trabalhavam nos Jardins e nos experimentos a campo ou os naturalistas sedentários dos fechados espaços dos laboratórios, das galerias e das salas de taxidermização dos Museus?

As considerações até aqui apresentadas de maneira alguma foram “esgotadas” ou contempladas em todas as possibilidades de interpenetração que elas acenam. A idéia foi também olhar a multiplicidades de projetos, de disputas, de interesses, de vinculações de empreendimentos inscritos no campo da História Natural, os quais vão atravessar de formas diferentes os textos dos viajantes estudados nesta investigação. Os modos como estes textos foram sendo olhados e as perguntas que a eles foram sendo feitas, serão discutidos mais detidamente no próximo capítulo. Porém, resalto que entendo que muitas considerações foram até aqui constantemente reiteradas e re-apresentadas, num processo que envolveu, também, a tentativa de ir apresentando o modo como fui elaborando a sua construção.

Viajantes-naturalistas no Rio Grande do Sul: seguindo as suas pistas e estabelecendo caminhos investigativos

Desabrigada, sofrendo o castigo periódico de fortes vendavais, sem acidentes físicos ostensivos que despertassem maior curiosidade ao olhar perscrutador do navegante dos primeiros séculos, a costa do Rio Grande do Sul, ainda depois, pela má fama da barra que só ela facilitaria o encontro com mais agradáveis panoramas, não apeteceu àqueles que por irrequieto espírito de aventura deixaram de suas andanças o depoimento escrito, de que outras paragens, mesmo próximas, não são parcas[...] e é somente mais tarde, quando em decorrência dos desembarques se vão fazendo conhecidos os caminhos terrestres, que o Rio Grande do Sul se irá desvendando aos poucos aos olhos do mundo.

Abeillard Barreto, 1962, p. 15

“No século XIX, o Brasil despontou como nação no contexto mundial”. Essa frase de Leite (1996a) aponta para uma situação que diz respeito a escolha que fiz de tomar esse período como recorte temporal para delimitar o estudo dessa tese. Segundo essa autora, ao longo do século XIX foi empreendida “uma verdadeira redescoberta” do País. Muitos estrangeiros, das mais variadas procedências, aqui chegaram, provocando mudanças marcantes, tanto na vida material, quanto na

vida social do País. Esta entrada de estrangeiros no Brasil está intimamente relacionada com as reformas econômicas e administrativas promovidas pelo príncipe regente D. João VI¹⁸⁰. Aos estrangeiros passara a ser finalmente permitida a exploração de ouro e de outros minérios, ao mesmo tempo que o Rio de Janeiro passou a ser a capital do futuro Reino Unido. Em decorrência disso, ocorreram importantes reformulações urbanas e arquitetônicas nessa cidade; também lá se processaram importantes mudanças nas estruturas institucionais. Especial destaque deve ser dado à fundação da Imprensa Régia, fundamental nesse momento, por permitir a publicação de jornais e revistas brasileiros (Lisboa, 1997). Esse conjunto de acontecimentos acabou por conferir outros contornos e um novo ambiente para a colônia: a cidade ganhou ares de metrópole.

É consenso, entre os autores dedicados ao estudo dessa temática, que o século XIX constituiu-se no século das viagens e das expedições pelo interior do Brasil. Lisboa (1997) destaca que a transferência da corte portuguesa para o Brasil-colônia, em 1808, possibilitou e provocou uma série de mudanças tanto na organização interna do País, quanto nas políticas de relação com nações estrangeiras, há muito interessadas em também conhecer e explorar essa imensa e ainda relativamente ‘desconhecida’ porção de Novo Mundo. Como salienta Lisboa (1997):

não só os portos se abriram para as “nações amigas”, mas também as portas para a entrada de estrangeiros. A colônia vive então o fim do exclusivismo português. Comerciantes, especialmente ingleses, artistas franceses e imigrantes, além de viajantes naturalistas de várias regiões do Velho Mundo, têm a permissão de estudar o que o país desconhecido parecia prometer em novidades. Esses visitantes serão autores de um “novo descobrimento do Brasil”, o que de certa maneira contribui para acelerar o “processo de emancipação” dos laços portugueses, como também se responsabilizaram pela divulgação de informações sobre o país na Europa.¹⁸¹

¹⁸⁰ Karen Macknow Lisboa. *A nova Atlântida de Spix e Martius: natureza e civilização na viagem pelo Brasil (1817-1820)*. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

¹⁸¹ *Ibidem*, p. 29.

Até antes da transferência da corte portuguesa da metrópole para a colônia, salienta Belluzo (1999), Portugal havia tomado as precauções necessárias para impedir que outras nações européias se aproximassem, principalmente, do interior do Brasil-colônia¹⁸². É importante ressaltar que isto não significa que o interior do Brasil, seus ‘contornos’ e ‘conteúdos’ fosse completamente desconhecido ou, ainda, que nunca tivesse sido objeto de explorações, de conquistas e de relatos. Leite (1996a), assim como vários outros, aponta a famosa carta de Caminha como a primeira notícia escrita sobre o Brasil. Daí, até o início do século XIX, segundo essa mesma autora, o Brasil se manteve rigorosamente fechado às expedições científicas, salvo algumas exceções¹⁸³. A intenção dessa autora é destacar o caráter circunstancial dessas obras, “do ponto de vista da política portuguesa, que se mostrou sempre relutante quanto à permissão de estudo ou qualquer divulgação

¹⁸² Ana Maria de Moraes Belluzo. *O Brasil dos viajantes vol. 2: Um lugar no universo*. São Paulo: Editora Objetiva, 1999.

¹⁸³ Conforme Leite (1996^a) as obras produzidas neste período, por portugueses ou não, apresentam em comum o fato de terem sido elaboradas em situações ocasionais, movidas, principalmente, por razões tais como: “contatos portuários e casos de naufrágios, colonização, missões religiosas e invasões pelas disputas de territórios” (op. cit, p. 42). A autora cita como obra elucidativa do primeiro caso, a qual também é considerada como uma das obras precursoras da literatura de viagens, produzidas no século XIX, o relato do navegante Hans Staden, que foi prisioneiro dos Tupinambás, em função de um naufrágio. O relato de Hans Staden apresenta, em sua página de abertura, as profundas marcas que esse encontro cultural registrou na pele de seu autor e, ao mesmo tempo, protagonista. É importante destacar que esse relato causou profundo impacto na população de leitores estrangeiros, despertando enorme interesse e tendo, como afirmam os editores da presente tradução – Mary Louise Pratt e Ricardo Ohtake – despertado enorme interesse desde a primeira vez que foram publicados, em Marburgo, na Alemanha em 1557. Naquela que parece ser a página “de rosto” do relato de Staden, está descrito um pouco do seu infortúnio, das suas aventuras, das suas descobertas e dos seus estudos, além, é claro, da sua fantástica luta pela sobrevivência: “*História Verdica – a descrição de uma terra de selvagens, nus e cruéis comedores de seres humanos, situada no Novo Mundo da América, desconhecida antes e depois de Jesus Cristo nas terras de Hassen até os dois últimos anos, visto que Hans Staden, de Homberg, em Hessen, a conheceu por experiência própria, que agora traz a público com essa impressão*” (Staden, Séc. 16). Leite (1996^a) alude a existência de outras obras que, em certa medida, organizavam informações sobre o Brasil e seus ocupantes. Ela destaca os relatos de viajantes portugueses empenhados na empresa colonizadora, preocupados com a administração e exploração da terra; destaca também a narrativa dos missionários que se dedicavam à “pacificação” dos nativos; e, por último, outros viajantes que acompanharam, por exemplo, as invasões francesa e holandesa e que também produziram seus relatos, ocupando-se em destaque da natureza e dos nativos.

sobre as suas terras”¹⁸⁴. Aqueles que escreveram sobre o Brasil, durante a fase colonial, como afirma Candido (apud Leite 1996a), eram, “ou formados em Portugal, ou formados à Portuguesa”.

Ao final do século XVIII, destaca Belluzo (1999), aparecem algumas obras dedicadas a estudar a fauna e flora brasileira envolvendo uma geração de brasileiros formados em Portugal¹⁸⁵. Isso se deve às novas condições fornecidas por Portugal para o aprimoramento científico: a difusão do sistema de Lineu, bem como a fundação, na Universidade de Coimbra, de um Museu de História Natural e de um Jardim Botânico. Essa mesma autora afirma, também, que não se deve entender esses acontecimentos como apartados de uma política de Estado, preocupada com o fornecimento de matérias-primas especializadas para a industrialização de Portugal. Portanto, assinala Belluzo (1999), a exploração de recursos capazes de auxiliar a viabilização e sofisticação do comércio português poderia explicar o crescente interesse em estudos relativos à flora brasileira bem como um apoio, até então ainda tímido, às ciências naturais. Ao estudar a iconografia produzida nesse período, essa autora destaca que as iconografias luso-brasileiras se caracterizam por apresentar figuras grafadas com “linguagem imediata” e problematiza essas mesmas figuras, ou melhor, a forma escolhida de representação iconográfica da natureza dominante nessas iconografias, afirmando que elas escapam aos propósitos específicos dos estudos artísticos. Para essa autora, o que se percebe é que “o caráter finalista das iniciativas portuguesas restringe a apropriação da natureza ao seu aproveitamento útil”¹⁸⁶. Como refere Belluzo (1999):

A primeira característica que salta aos olhos daqueles que examinam a iconografia que participa desse processo é o caráter pragmático da exploração da natureza e a vocação para a ciência aplicada. [...]Seja no conhecimento dos recursos nacionais e no surgimento de uma incipiente consciência nacional, seja na tentativa de diversificação agrícola com a introdução de novas culturas, seja na preparação de novas condições na própria colônia, tais como um horto botânico,

¹⁸⁴ Ilka Boaventura Leite. Antropologia da viagem: escravos e libertos em Minas Gerais no século XIX. Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 42.

¹⁸⁵ Belluzo (1999) destaca as obras de Alexandre Rodrigues Ferreira autor de “*A viagem Philosophica*”, frei José Mariano da Conceição Velloso autor da “*Flora Fluminensis*”, e Manuel de Arruda da Câmara, autor das obras “*Centúrias dos Novos Gêneros*” e “*Espécies das Plantas Pernambucanas*”.

¹⁸⁶ Ana Maria Belluzo, *op. cit.*, 60.

um jardim de aclimação ou ainda a Casa Pássaros, fundada no Rio de Janeiro, por iniciativa de Luís Vasconcelos, que pretendia dar à cidade um museu de história natural ¹⁸⁷

Encerrado o período das invasões estrangeiras, afirma Leite (1996a), o Brasil-colônia se enclausurou em si mesmo. Na perspectiva de alguns autores, chegou-se a considerar o século XVIII como um período de obscurantismo na história do País, principalmente se examinarem as obras do período que se seguiu, como argumenta Leite (op.cit), ao referir-se a pouca produção de pesquisas e estudos científicos. O século XVIII apresenta uma produção marcada pelo exclusivismo português determinando um isolamento que dificulta tanto as trocas intelectuais dentro do País, quanto entre o Brasil e os demais países. Destaca-se, porém, que “apesar das restrições, as informações transmitidas visavam sempre orientar a empresa colonizadora, sobre as riquezas naturais, ou sobre a melhor maneira de submeter os habitantes nativos”¹⁸⁸.

Com a abertura dos portos¹⁸⁹, relatam Leite (1996a), Lisboa(1997), Zubarán(1999), Belluzo (1999), entre outros, cessaram tais restrições, sendo, então, esse fato considerado como o principal gerador de um ciclo de viagens e de expedições científicas que se estenderam por todo o século XIX. Além disso, D João VI e sua administração apoiaram e promoveram estudos sobre o Brasil com o intuito de possibilitar a valorização do local que passara a ser a nova sede do governo e, que como tal, seria conhecido e projetado internacionalmente, através dos estudos de eminentes especialistas do mundo todo (Leite, 1999a). Cabe destacar que estes estudos significaram, sob o ponto de vista dos autores/as que consultei, um novo “descobrimento” do País.

Tal como já foi discutido em outro momento, as possibilidades de se empreenderem viagens desde as nações européias até o Brasil e, subseqüentemente, de aventurarem-se alguns sujeitos em longas e extenuantes viagens pelo interior da então colônia, estavam atreladas à necessidade de financiamento por parte dos países interessados e de apoio e interesse por parte do país visitado. Lisboa (1997) esclarece que, mesmo que o viajante viesse por conta própria, ou seja, mesmo não

¹⁸⁷ *Ibidem.*

¹⁸⁸ Ilka Boaventura Leite, *op.cit.*, p. 44.

¹⁸⁹ Leite (1996a) esclarece que com o “Bloqueio Continental da França ao Reino Unido da Grã-Bretanha mudou substancialmente o quadro de isolamento em que se encontrava a Colônia. Para impedir o comércio inglês com o resto da Europa, a França ocupou militarmente Portugal. Antes disso, porém, a corte Portuguesa reforçou seu pacto com os ingleses, através do auxílio destes na fuga do príncipe e de sua Corte para o Brasil”. (op. cit., p. 44-45).

estando atrelado financeiramente a alguma missão oficial, o deslocamento pelo interior do Brasil era condicionado por uma série de suportes burocráticos – permissões especiais para transitar em territórios de segurança nacional, cartas de apresentação para obter mais facilmente acesso a lugares e informações, licenças oficiais, vistos de entrada, permanência e saída – que lhes permitiam encontrar hospedagem e poder contar com o auxílio da população local¹⁹⁰.

O que se percebe nesse período é um interesse comum entre as nações estrangeiras e a nova metrópole que se ergue nos trópicos: conhecer o Brasil. Interesses externos e internos convergem e se materializam na busca pela possibilidade de conhecer o País de fato, para melhor poder explorar suas ‘riquezas’. Para tal projeto, um novo e vasto corpo de técnicos, de instrumentos, de conhecimentos se faz necessário. Segundo Leite (1999a), D. João VI precisou de técnicos, cartógrafos, geólogos, mineralogistas, geógrafos, botânicos, zoólogos, etnólogos, enfim, de pessoas com formação especializada que pudessem, através de seus estudos, organizar e compor “os argumentos científicos necessários e capazes de, ao nível de exigência dos europeus e na língua das principais potências, revelar a importância do País”¹⁹¹.

Qual a relação entre essas mudanças até aqui compiladas e o ciclo de viagens e estudos sobre o Brasil realizado por estrangeiros no século XIX? A pergunta que enunciei está inspirada no trabalho de Leite (1996a) e na possibilidade de poder, mais uma vez, examinar essa condição estrangeira, através das considerações feitas por essa autora em relação à condição de estar lá, mas não estar (lá) de todo, discutida a partir do trabalho de Sússekind (1990). Nas palavras de Leite:

O país se abriu ao contato com outros países que vivenciaram a revolução industrial, realçando o seu atraso e defasagem. Coube a Campos¹⁹² mostrar qual a imagem do Brasil no exterior: de terra encantada por suas riquezas naturais, seus climas, seus rios, florestas e belos animais, até a decepção com o atraso e falta de progresso. E ainda assim, o índio e a natureza constituíam o centro das atenções, agora, porém, fazendo parte de estudos sistemáticos e com preocupações classificatórias. O Brasil passou a ser o centro das esperanças (de comerciar e viver), também o das

¹⁹⁰ Karen Lisboa, *op. cit.* p. 33.

¹⁹¹ Ilka Boaventura Leite, *op. cit.* p. 50.

¹⁹² Pedro Moacyr Campos. *Imagens do Brasil no Velho Mundo*, p. 40-63

frustrações. À idealização trazida de lá, segue-se a decepção ou até a surpresa aqui. O tamanho do território sugeria grandiosidade; a situação histórica do País o reduzia, aos olhos dos visitantes, a uma espécie de “infantilismo”, principalmente, se comparado à Europa. A idéia de progresso contaminava a Europa, reforçando, através da própria imagem, deformando o Outro pela comparação.¹⁹³

Tentei até aqui, através da exposição de diferentes estudos, apresentar, ainda que inicialmente, um pouco das condições e dos acontecimentos que têm sido referidos como tendo possibilitado que o século XIX viesse a ser conhecido, relativamente ao Brasil, como o século das viagens e das explorações, aspecto que me interessou, especialmente, nessa tese. Penso que existe uma complexidade de temas e abordagens que não foram suficientemente contempladas, no que diz respeito a esse tempo histórico e suas importantes características. Muitas ainda seriam as considerações que poderiam enriquecer essa discussão. Estou atenta a isso, porém, me movimento em uma nova direção para poder contemplar, mais especificamente, o espaço histórico-geográfico sobre o qual me detive ao longo desse Estudo: o Rio Grande do Sul do século XIX.

O Rio Grande de São Pedro

“Uma tardia integração” é como Sandra Jatahy Pesavento (1984) inicia a apresentação histórica do Rio Grande de São Pedro. Não só os viajantes estrangeiros demoraram a aqui se aventurar, como aparece no trecho de Abeillard Barreto (1962) que dá início a esse capítulo, mas também, os próprios colonizadores do País demoraram na ocupação e exploração dessa porção meridional da América portuguesa.

O Rio Grande do Sul foi ‘descoberto’ no início do século XVI, a partir de expedições de exploração litorânea dedicadas à extração e comércio de pau-brasil (Pesavento, 1984). Desses primeiros ‘contatos’, e do conhecimento gerado sobre a região, resultaram alguns “registros e descrições da costa gaúcha assim como a generalização do nome ‘Rio Grande de São Pedro’ para

¹⁹³ *Ibidem*, p. 48.

toda a área” (op., cit., p. 7). Enquanto no restante da América portuguesa proliferavam os engenhos de açúcar, afirma essa autora, a região sul ficou por mais de um século sem empreendimentos exploratórios significativos; ou seja, “desvinculado da agricultura colonial de exportação diretamente integrada ao mercado internacional, o Rio Grande do Sul carecia de sentido no contexto do processo de acumulação primitiva de capitais que se verificava nos quadros do Antigo Sistema Colonial” (Pesavento, 1984, p. 7).

Essa autora também contextualiza essa tardia integração do Rio Grande do Sul ao restante do Brasil colonial no plano geral europeu, como tendo sido marcada por importantes processos de transição e de mudanças sociais, econômicas e culturais. Pesavento (1984) destaca a transição do feudalismo para o capitalismo como um dos processos importantes que tiveram na exploração das colônias uma importante possibilidade de acumulação de capital. O excedente econômico produzido na colônia era acumulado na metrópole e, dessa forma, afirma a autora:

a exploração colonial assentava-se basicamente em produção já existente nas áreas coloniais (as riquezas minerais, por exemplo) ou em formas de produção agrícola aqui instaladas segundo interesses e necessidades do capitalismo nascente (caso do açúcar). O Rio Grande do Sul não se enquadrava em nenhum dos dois casos, daí sua tardia integração ao sistema colonial. (Pesavento, 1984, p. 8)¹⁹⁴

Como destaca Pesavento (op. cit.) as futuras expansões rumo ao sul aconteceram através das missões jesuíticas e com a intensificação da exploração da região do Prata e da região referente aos Sete Povos das Missões. O contrabando, o comércio de couro e, depois, de charque passou a movimentar a economia dessa região, tanto entre os territórios cisplatinos, em constante disputa luso-espanhola, como entre esses e os territórios mais centrais do Brasil Colônia. Mais tarde, o estabelecimento das estâncias e da criação extensiva de gado passaram a marcar a economia sulista.

¹⁹⁴ Considero importante destacar que a análise da autora aqui referida, privilegia o recorte econômico em relação a outras interfaces; entendo os limites que tal abordagem tem, bem como que de tal centramento decorre uma certa incompatibilidade em relação ao referencial teórico adotado neste estudo. Porém, não deixo de referi-la, por entender que essa é, também, uma das interfaces possíveis frente à discussão do processo de constituição dessa região.

As controvérsias em torno da Região Cisplatina (Brasil, Argentina e Uruguai), envolvendo as disputas constantes de territórios entre Portugal e Espanha, além das disputas que também aconteciam entre estas duas nações além-mar, desencadearam uma outra forma de colonização do extremo sul do Brasil: a “ocupação militar da terra” (Pesavento, 1984, p. 19). Tal movimento tinha a intenção de garantir a oficialização, por parte da coroa portuguesa, da posse da terra compreendida entre Laguna e o Prata.

Entre muitas disputas e conflitos territoriais o Rio Grande do Sul foi se estabelecendo economicamente, formando uma elite pecuária em constante desacordo e desagrado com os representantes da Coroa na região, portadores das orientações políticas do centro do País. Tal situação desencadeou uma série de conflitos, destacando-se a Revolução Farroupilha, rebelião sustentada pelos estancieiros gaúchos que mobilizaram sua peonada e que teve um ritmo ascensional de 1835 até 1839. O declínio do movimento Farroupilha aconteceu em 1843, quando as negociações de paz entre os Farrapos¹⁹⁵ e a Império começaram a ser mediadas pelo general Caxias. Também em termos de ocupação do território, é importante ressaltar, que no século XIX, ocorreu a vinda de estrangeiros para o RS com fins de colonização e que os primeiros a chegar foram os imigrantes alemães, no ano de 1824, aos quais, após quase cinquenta anos, seguiram-se os imigrantes italianos pelo ano de 1872.¹⁹⁶

Creio ser importante dizer ainda que ao referir, mesmo que muito brevemente, os processos de colonização e as disputas de territórios envolvendo o Rio Grande do Sul colonial, não busco afirmar ou endossar uma posição que entendia ser essa região, – antes da chegada dos primeiros estrangeiros (brancos/civiliza-dos/colonizadores) – uma “terra de ninguém”, ou um “território vazio” de habitantes, de cultura, de sonhos, de lutas e de transformações. A caracterização dos

¹⁹⁵Revolucionários que lutavam pela instauração e reconhecimento de uma República Rio-grandense.

¹⁹⁶ Estou perfeitamente ciente da fragilidade das considerações feitas até aqui. Gostaria de afirmar que em nenhum momento minha intenção foi de realizar um apanhado da história do Rio Grande do Sul, o qual exigiria outro tipo de formação, outro tipo de pesquisa, e, no mínimo, o uso de uma bibliografia mais ampla visando esse objetivo. Sei que a exposição feita não contempla a complexidade dos acontecimentos históricos, culturais, econômicos e sociais atuantes na composição dessa região, o “Rio Grande do Sul”, muito menos os muitos autores e autoras envolvido/as com essa temática, ou ainda as diferentes maneiras e possibilidades teóricas de abordá-los. O que tentei fazer, de maneira bastante introdutória, foi olhar de modo amplo os acontecimentos que marcaram a formação do Rio Grande do Sul Colonial. Penso, no entanto, que para os propósitos que tenho neste estudo essa breve incursão tem o sentido de, pelo menos, circunstanciar o momento vivido na Província por ocasião da chegada destes viajantes.

agentes históricos e pré-históricos e seu papel na formação do Rio Grande do Sul têm sido discutida desde os primeiros estudos historiográficos da metade do século XIX, afirma Luis Henrique Torres (1994). Esse autor, ao analisar esses primeiros estudos, nos alerta para o fato de que existe, na maioria deles, uma preocupação implícita, ou mesmo explícita, em estabelecer uma demarcação clara e unívoca entre História e Pré-História. Para esse autor, tal cuidado e preocupação em delimitar o ‘início da história’ não evidencia apenas um cuidado com um marco cronológico, mas, uma preocupação historicizante. Como ele afirma: “destituir de historicidade os agentes anteriores ao marco delimitador do desencadear do processo civilizatório, seja de orientação jesuítico-missionária ou luso-brasileira, é iniciativa recorrente nessa historiografia” (Torres, 1994, p. 33). Torres (1994) também alerta que escrever sobre o Rio Grande colonial exige que se tenha cuidado para não cair-se num reducionismo das múltiplas variáveis envolvidas. Significa insistir, afirma o autor, “nos limites das análises reducionistas de cunho cultural, econômico, político.”¹⁹⁷. Assim, destaca esse autor, a idéia de um Rio Grande do Sul desvinculado da platinidade é o caminho tantas vezes repetido pela historiografia regional. São comuns as referências à noção de “espaço vazio”, e a “terra de ninguém”, que tem sido, nas palavras do autor, a pregação de parte da historiografia regional desde o século XIX. Afirma esse autor:

O Prata e as Missões como corpos estranhos e alheios ao universo luso-brasileiro prende-se mais a uma ficção literária do que ao acontecer histórico. As formas puras de formação histórica deformam os processos humanos que no passado foram motivados por outras lógicas de vivência e reprodução do cotidiano. No plano da ficção, o universo luso-brasileiro funciona a contento dos idealizadores: levas de bandeirantes que com a escravidão de índios estão trazendo o espírito de brasilidade as terras do Sul; o Tratado de Madri, que expurgou intrusos do território; uma nacionalidade que motivou espíritos na realização da integridade ao Brasil.¹⁹⁸

¹⁹⁷ Luiz Henrique Torres. Paradigmas da História Colonial do Rio Grande do Sul. Temas de História do Rio Grande do Sul. Rio Grande:FURG, 1994, p.38.

¹⁹⁸ *Ibidem*

Assim, esse autor vai compondo um cenário mais “desorganizado” dessa “ocupação” da porção mais setentrional do Brasil-colônia, apresentando um elenco de variáveis que ele julga serem necessárias para a possibilidade de olhar novamente para o Rio Grande colonial dos séculos XVII-XVIII e do início do século XIX. Ele dá uma idéia dessas variáveis e das múltiplas interações e vivências históricas que se passaram nas “coxilhas” dessa terra, ao apontar para os latifúndios e a criação extensiva do gado, a peonada e suas relações “democráticas” com o Prata, o contrabando e os “fora-da-lei”, a escravidão dos negros, o contato com os índios, as invasões espanholas e a intervenção na Cisplatina, o surgimento das charqueadas e das cidades militarizadas, enfim, a complexidade de interesses, disputas, intercâmbios culturais, sociais, e econômicos na ocupação e delimitação desse território.

Viajantes estrangeiros pelo Rio Grande do Sul

Mesmo tendo em vista as ressalvas de Abeillard Barreto relativas às dificuldades que se enfrentava para chegar ao Rio Grande do Sul, transcritas no início deste capítulo, o Rio Grande do Sul foi gradativamente sendo colonizado e, também, bastante visitado, por uma série de estrangeiros de diferentes nacionalidades e com diferentes objetivos. Alguns produziram relatos, outros cartas, outros ainda, notícias descritivas, cartografias inicialmente dedicadas aos contornos marítimos e informações sobre a orla, sobre os portos e povoamentos costeiros, enfim, “sobre os roteiros da margem atlântica”¹⁹⁹ (op, cit, 1962, p. 15). O autor segue em suas observações, afirmando que a partir da intensificação de interesses econômicos específicos, ou seja, quando o índio e o gado passaram a ser presas cobiçadas, os caminhos do interior também se tornaram objeto de interesse, relatos e demarcações. Mais adiante, ainda segundo esse autor, foram os interesses militares e políticos que intensificaram a produção de informações sobre a porção meridional do Brasil colonial.

¹⁹⁹ Abeillard Barreto. Viajantes estrangeiros no Rio Grande do Sul, até 1900. *Fundamentos da Cultura Rio-grandense*, 5ª. série, Porto Alegre:Faculdade de Filosofia da UFRGS, 1962.

Durante os longos períodos de conflitos e guerras, a que esta região esteve submetida, uma série de relatos e de monografias foram produzidas por estrangeiros. Tais relatos, que narram experiências e observações compiladas por militares, bem como relatos feitos por mercenários contratados pela coroa para auxiliar na proteção dos territórios sulistas, constituem um importante acervo sobre o Rio Grande do Sul. Do mesmo modo, esse autor destaca que outras obras dedicaram-se a relatar essa região. Porém como preocupações distintas das decorrentes dos relatos acima citados, que focalizavam questões relativas a seus limites e demarcações. Essas obras merecem ser destacadas, especialmente, em razão de conterem motivações e interesses relativos à ciência.

Segundo Barreto (1962) estiveram nessa região vários estudiosos realizando uma série de estudos científicos; esses dedicaram-se, primeiramente, ao estudo da geologia e, mais tarde, à climatologia, à botânica e à zoologia. Esse autor atribui especial destaque à contribuição alemã, apresentando trabalhos relativos à colonização germânica, além de relatos e tratados descritivos organizados pelos estrangeiros alemães interessados em estudar e caracterizar essa região, relatando a vida dos imigrantes alemães, estudando e descrevendo a natureza, retratando as regiões, a geografia e a geologia, discorrendo sobre os costumes locais e elencando as potencialidades que o Rio Grande de São Pedro reunia. O autor lamenta que a maioria dessas obras não tenham sido traduzidas e que, portanto, as suas importantes contribuições para a historiografia gaúcha tenham ficado limitadas em função das dificuldades lingüísticas. A passagem do texto de Barreto (1962) abaixo referida, ao mesmo tempo que mostra um pouco da diversidade de olhares e trabalhos que tiveram como objeto de estudo o Rio Grande do Sul colonial, evidencia, também, o destaque que esse autor confere às produções dos estrangeiros alemães sobre essa parte do Brasil:

No exame retrospectivo desse material, se a contribuição do português é primacial, pôr haver sido ele o dono da terra; se a espanhola, dos primeiros tempos, é também importante porque a reivindicava; se a inglesa, com os primeiros livros impressos sobre o Rio Grande do Sul, se avantajou com os de Black, Semple Lisle, ou de Luccock e Henderson; se a francesa, para determinação de valor conta com os de Saint-Hillaire, Isabelle, Dreys e Debret; se a sueca se arcabouça com os resultados da expedição regnelliana; se dinamarqueses, belgas, suíços, italianos, russos e poloneses – cujos nomes deixamos de citar pela abundância de consoantes que os tornam impronunciáveis – oferecem algumas dezenas de estudos que serviram para alicerçar, diretamente

conhecidos ou não, os fundamentos da cultura rio-grandense, devemos reconhecer de público a cooperação decisiva da inteligência alemã para seu acrescentamento, com as sucessivas viagens de seus nacionais ao Rio Grande do Sul e com centenas de livros e monografias que a respeito escreveram.²⁰⁰

O texto desse autor faz um apanhado geral dos estrangeiros e das obras por eles escritas até o início de 1900, apresentado uma importante compilação dos materiais produzidos naquela época, que mostram a diversidade de interesses e de nacionalidades dos estrangeiros que, de alguma maneira, se ocuparam dessa parte do Brasil. Porém, tal estudo não se aproxima das críticas, polêmicas ou discussões mais atuais sobre o caráter constituidor de realidades, atribuído a esses relatos; ou seja, como já foi apontado antes por outros autores (Zubaran, 1999 e Burke, 1999, entre outros), tal estudo parece tomar estes depoimentos, notícias descritivas, tratados e cartas como leituras diretas e isentas da ‘realidade’ daquele tempo histórico.

Muitos, então, foram os “visitantes” que deixaram suas impressões de viagem sobre esta Província. Ezequiel (1999) afirma que, alguns deles fizeram essas viagens em nome da ciência, outros, em nome do comércio e, outros, ainda, em nome da aventura e do inusitado²⁰¹. Mas todos esses relatos assumiram grande importância como fonte histórica, afirma esse autor, para o estudo das primeiras décadas do século XIX no Rio Grande do Sul. Como o autor destaca, pelo menos quatro nomes se sobressaíram na produção de uma historiografia local. São eles: John Luccock, Nicolau Dreys, Auguste de Saint-Hilaire e Arsène Isabelle. O autor segue apontando, na introdução do seu trabalho, no qual se dedica a investigar as visões sobre pobreza presentes nos relatos dos viajantes acima citados, para as várias maneiras de olhar esses materiais, destacando os estudos realizados a partir da História Cultural que apresentam novas perguntas a serem feitas a um material, que, de certa forma, já foi bastante trabalhado a partir de outras visões históricas. Essas novas possibilidades de questionamentos desses materiais consideram, então, que “não apenas os textos, mas também a leitura que deles pode ser feita e o modo como pensavam os escritores, suas

²⁰⁰ *Ibidem*, p. 46.

²⁰¹ Márcio da Silva Ezequiel. *Visões de Pobreza: Estudo temático dos viajantes do Rio Grande do Sul do início do século XIX*. Porto Alegre: CPG História/UFRGS, 1999 (dissertação de Mestrado).

idéias e representações do homem e do mundo são alguns dos caminhos que se nos apresentam a trilhar”²⁰²(Ezequiel, 1999, p. 1).

Os relatos produzidos pelo comerciante inglês John Luccock e pelo naturalista amador Arsène Isabelle também são objeto de estudo de Zubaran (1999). Esta autora dedica-se ainda, ao olhar os relatos que os viajantes produziram sobre o Rio Grande do Sul do Século XIX, à obra de Joseph Hörmeyer (1824-1873). A temática que a interessa é a produção, através desses relatos, de imagens do Outro, no caso dos afro-brasileiros aqui encontrados por esses viajantes, na condição de escravos ou libertos. Essa autora considera que foram esses viajantes, entre outros, “os principais produtores de imagens do Rio Grande do Sul para o imaginário europeu”²⁰³.

Em meu estudo, como já foi referido algumas vezes ao longo do texto, analisei os relatos produzidos por Nicolau Dreys, Arsène Isabelle, Aimé Bonpland e Auguste de Saint-Hilaire. Esclareço que tal escolha, se deveu, principalmente em um momento inicial, a apresentarem todos esses viajantes em seus relatos uma preocupação científica, talvez decorrente de interesses e de formações em certa medida também comuns. Além disso, todos eles eram franceses e todos tinham tido algum interesse nas temáticas consideradas próprias, naquele tempo, à História Natural.

Assim, por exemplo, Nicolau Dreys, de nacionalidade francesa, embora tendo vindo ao Rio Grande do Sul por interesses comerciais, era profundamente interessado em História Natural e declarava-se um profundo admirador da obra de Alexander von Humboldt. Já Auguste de Saint-Hilaire era um naturalista francês amplamente reconhecido, sendo o responsável, segundo Barreto (1962), pela primeira expedição botânica empreendida no Rio Grande do Sul, embora também tenha se dedicado em seus relatos à observação da fauna e da mineralogia. Arsène Isabelle, também francês, era interessado em História Natural e em viagens, tendo deixado, conforme aponta Marchiori (1990), “registros inestimáveis de cunho geográfico, antropológico e mesmo botânico” (op. cit., p. 55) sobre a Argentina, Uruguai e Brasil.

Finalmente Aimé Bonpland, médico e botânico, também de nacionalidade francesa, tornou-se conhecido por suas narrativas da grande viagem pelos trópicos realizada entre 1799 e 1804 em companhia de Alexander von Humboldt; aliás, segundo Lourteig (1990), ele dedicou sua vida à observação da natureza.

²⁰² *Ibidem*, p.1.

²⁰³ Maria Angélica Zubaran. O eurocentrismo do testemunho: relatos de viagem no Rio Grande do Sul do século XIX. Anos 90 – Revista do Programa de Pós-Graduação em História, n.12, 1999, p. 20.

Como também já foi referido por Ezequiel(1999), esses são os viajantes, com exceção de Aimé Bonpland, que não teve seus diários de viagem publicados ou traduzidos para o grande público, que de maneira recorrente aparecem como autores dos testemunhos-chave de um Rio Grande de uma outra época, sendo, ainda, as suas obras as mais citadas por aqueles que se envolveram com a produção de uma historiografia local, além de serem de fácil acesso ao leitor leigo interessado neste tipo de gênero literário, uma vez que sofreram reedições e revisões. Além disso, esses quatro viajantes estiveram no RS em uma mesma época, a primeira metade do século XIX, permitindo, então, este aspecto, que eu pudesse fazer um recorte temporal, e de certo modo também “geográfico”, capaz de atender as sugestões que me foram feitas no momento da apresentação da proposta dessa tese. Constituiu-se, assim, para mim, uma possibilidade interessante de passar a examinar não só o olhar estrangeiro sobre a paisagem, mas, a partir desse recorte, de deter-me mais no que venho chamando de um olhar francês sobre a paisagem. Olhar esse que adquiri nos relatos examinados, especificidades, contornos característicos, expondo a pluralidade de experiências de viagem, e, portanto, de olhares que os diferentes relatos narram, mas que também revelou aproximações interessantes na possibilidade de compor, a partir dessas narrativas que se repetiram ao longo de suas histórias de viagem, um olhar de certa forma comum a todos eles.

Outro motivo que também me levou a optar por estudar as obras desses viajantes-naturalistas decorreu deles terem se dedicado a escrever sobre o mesmo tema, não se restringindo a fazer apenas um trabalho de levantamento biogeográfico, mas sim, tendo elaborado crônicas das viagens que empreenderam.

Considero ainda importantes as ressalvas feitas por Ezequiel (1999) a respeito dos viajantes que por aqui estiveram, ao longo do século XIX²⁰⁴. Conforme afirma esse autor, esses viajantes já não eram mais simples aventureiros, mas negociantes e exploradores cientistas, os quais retornavam aos seus países de origem não como heróis, mas como ‘precursores’ de novas possibilidades de mercado, colonização e produção. Ezequiel (1999) reforça a idéia de que essa mudança foi processual, deslocando-se de uma concepção de natureza que privilegiava representações ligadas exclusivamente à aventura e fantasia consideradas, no século XIX, como não mais adequadas à sustentação de um projeto colonizador que, naquele tempo, se espalhava ao redor do mundo²⁰⁵.

²⁰⁴ O trabalho desse autor me interessa especialmente uma vez que ele trabalha com alguns dos relatos de viajantes que selecionei para análise. São eles: Nicolau Dryes, Auguste de Saint-Hilaire e Arsène Isabelle. Portanto, pude retirar desse trabalho muitas informações, bem como aprender com as observações feitas por esse autor ao empreender suas análises.

²⁰⁵ Márcio da Silva Ezequiel, *op. cit.*, p.46-47.

Projeto esse mais em conformidade com um pensamento científico, marcado no século XIX, pelo liberalismo e pelo evolucionismo e, ainda, por uma economia que vinha sendo liberada das amarras da intervenção mercantilista e por uma forma de relação com a natureza marcada pelo ‘desvendamento’, dissecação e exploração²⁰⁶.

Do mesmo modo, Zubaran (1999) – e essa discussão está também contemplada no trabalho de Sússekind (1990) – ao analisar os relatos dos viajantes que passaram pelo Rio Grande do Sul do século XIX, mais especificamente o trabalho de Joseph Hörmeyer, destaca: “Hörmeyer escreve seguindo as receitas do gênero de literatura de viagem, particularmente do viajante naturalista, cuja narrativa central trata da paisagem, enquanto a população nativa é representada separadamente em retratos descritivos”²⁰⁷.

Passo a apresentar mais detalhadamente, embora de maneira ainda introdutória, um pouco da vida dos viajantes que selecionei para analisar neste trabalho investigativo, bem como, em alguns casos, a cronologia de suas obras.

Assinalo que me ative a apresentá-los de maneira mais geral, uma vez que algumas das interfaces de suas histórias pessoais serão retomadas ao longo das análises. Temo no entanto que, por vezes, essas informações possam se repetir, mas destaco que, de qualquer forma, essas foram histórias que me auxiliaram na composição do modo como fui construindo o meu olhar sobre o que eles *lá* (ou aqui) escreveram.

Viajantes, biografias e literatura

O viajante é peça chave na recomposição e contextualização do relato. Através das biografias é possível identificar muitos dos pontos em comum existentes, pois revelam um perfil do que genericamente era denominado “explorador”: de novos conhecimentos, de riquezas materiais, de experiências. Por outro lado, o diário de viagem é a peça chave na constituição da identidade do autor como viajante. Identidade que se constrói da viagem ao texto. Pode-se incluir também como

²⁰⁶ *Ibidem*.

²⁰⁷ Maria Angélica Zubaran, *op. cit.*, p. 21.

parte dela o suposto leitor, fonte de inspiração e alvo principal da representação literária. (Leite, 1996a, p. 26).

A partir dessa citação, passo a apresentar uma breve organização das informações²⁰⁸ recorrentes sobre os viajantes cujos relatos foram aqui analisados. Tendo em vista o que foi afirmado acima, penso que elas não devam figurar em um apêndice, ou aparecer como um anexo do texto principal, entendendo que elas também compõem um dos vários textos – como nos falava Leite (1996a) ao afirmar que há vários textos contidos em um relato de viagem – que deixam suas marcas nas linhas através das quais os viajantes conferem corpo e singularidade ao seu relato.

Quadro I
Cronologia referente aos viajantes²⁰⁹

--	--	--	--

²⁰⁸ As informações aqui presentes foram retiradas a partir de diferentes autores - Barreto (1962), Ezequiel (1999), Lourteig (1996), Gastal Jr. (1996), Marchiori (1996) e Waechter (1996) – além das informações contidas nas próprias obras publicadas desses viajantes.

²⁰⁹ Fonte: Ezequiel (1999); Pratt (1999); Bonpland (1978).

--	--	--	--

Notas sucintas sobre as biografias dos viajantes

Augustin François César Provencal de Saint-Hilaire, nasceu em Orléans em 1779. Considerado importante botânico naturalista foi colaborador do Museu de História Natural de Paris e da Academia de Ciências de Paris. Saiu da França como membro da Embaixada Francesa do Conde de Luxemburgo, chegando ao Rio de Janeiro em Julho de 1816. Por aqui viajou entre 1816 e 1822, percorrendo 2500 léguas divididas entre Rio de Janeiro, São Paulo, Espírito Santo, Goiás, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Dedicou-se, principalmente, aos estudos botânicos, mas não exclusivamente. Reuniu também coleções de pássaros, insetos, mamíferos, répteis e peixes. Também estudou e recolheu espécies minerais e dados sobre geologia em geral. Entre 1820 e 1821 visitou o Rio Grande do Sul, onde descreve, em seu livro “**Viagem ao Rio Grande do Sul**” - considerado um diário minucioso - as passagens e os lugares por ele visitado. Regressou à França em princípios de 1822 onde se dedicou ao estudo, organização e classificação do material coletado, bem como à redação de vários livros, monografias e memórias sobre sua estada no Brasil. Faleceu em 1853 em Turpinière.

Nicolas-Jaques Treize ou **Nicolau Dreys** como ficou conhecido no Brasil, nasceu em Nancy em 1781. Se sabe pouco sobre suas atividades anteriores na França, apenas que era militar bonapartista, tendo deixado sua pátria logo após a derrota de Napoleão em 1815. Veio para o Brasil em 1817, motivado por interesses comerciais, trabalhando, posteriormente, em Porto Alegre como negociante

de tecidos. Além das constantes viagens ao interior do Rio Grande do Sul, Dreys percorreu também longamente a costa meridional do RS. Suas “andanças” pelo Rio Grande foram marcadas pelo rigor de uma observação preocupada em ser científica, e isso era o que permitia que seu relato não fosse visto mera ficção. Apresentou-se como seguidor de Humboldt, na trilha do que ele chamou de “ciência das viagens”. Morou por dez anos na cidade de Rio Grande, partindo mais tarde para Iguape em São Paulo, onde escreveu a “**Notícia descritiva da província do Rio Grande de São Pedro do Sul**”, falecendo em 1843, no Rio de Janeiro.

Louis-Frédéric Arsène Isabelle nasceu em Havre, em 1807. Deixou a França em 1829, buscando os países do ‘Novo Mundo’, onde poderia viver livremente, segundo seus ideais republicanos. Chegou, então à região do Rio da Prata, onde permaneceu até 1837. Era um homem culto, motivado a migrar por razões políticas, mas amante das viagens e bastante interessado em história natural. Tinha também interesses em desenvolver negócios nessa região. Um dos seus sonhos constantes na vida era a constituição de uma grande empresa colonizadora. Considerado por alguns, um escritor polêmico, por outros um naturalista amador, ou ainda, um caixeiro viajante, ele veio para a província munido dos instrumentos necessários à caça e coleta de exemplares da fauna e flora meridionais e com o projeto de percorrer 732 milhas. Devido a questões políticas, teve que retardar seu projeto, realizando mais adiante uma viagem com um itinerário mais modesto: Província de Entre-Rios, Corrientes, antigas Missões do Paraguai e a província do Rio Grande do Sul. O seu livro “**Viagem ao Rio Grande do Sul**” é considerado um dos seus melhores livros. Faleceu em 1888, em Havre, na França.

Aimé Jacques Goujaud conhecido como **Bonpland**²¹⁰ médico e botânico francês, nascido em 1773, é bastante reconhecido por seus escritos relativos a sua grande viagem pelas terras americanas

²¹⁰ Faço uma apresentação um pouco mais detalhada, embora ainda que um tanto confusa, da vida desse viajante. Confusa porque existem várias lacunas e, ainda, porque algumas informações não fecham umas com outras. Tal escolha reflete um pouco as particularidades desse estudo e também desses viajantes. Se os relatos de viagem de Isabelle, Saint-Hilaire e Nicolaus Dreys vêm acompanhados de referências às suas biografias, o texto de Bonpland nada diz, porque, na verdade, ele é um texto de outro tipo, ele é a transcrição de um manuscrito, sem todos aqueles aportes que nos introduzem a uma obra e ao seu autor. O primeiro impacto, portanto, ao ler a transcrição do manuscrito de Bonpland é

na companhia de Alexander von Humboldt (1799-1804) e, também, por seus diários botânicos das viagens por ele realizadas pelos territórios da Argentina, Uruguai e Brasil. Dedicou sua vida à observação da natureza. Era detalhista, anotava quase que diariamente nomes e comentários de pessoas que encontrava. Segundo consta, Bonpland escreveu muito e publicou pouco, porém é destacável a sua capacidade de manter diários e registros sobre suas observações de viagens por mais de meio século. Bonpland chegou a Buenos Aires, acompanhado de sua esposa e da filha dessa, a convite de seu amigo Bernardo Ravidávia. Este naturalista, após retornar de sua viagem aos “Trópicos” na companhia de Humboldt, se manteve sempre próximo das discussões e acontecimentos sobre os movimentos nacionalistas e de independência nas colônias espanholas. Palmeiro (1958) relata que Bonpland, antes de ir a Buenos Aires, realizou várias viagens a Londres, então “transformado em quartel da revolução”²¹¹ conhecendo, nessa oportunidade figuras importantes da causa americana, como Bolívar, com quem estreitou laços e para quem manifestou seu interesse em ser útil à causa americana. Em Buenos Aires, após ver frustradas suas expectativas de organizar um Jardim Botânico com o apoio do Estado conforme lhe tinha sido prometido, resolveu ele próprio fazer esse investimento com seus próprios recursos. Após algum tempo de trabalho, e tendo encontrado uma região adequada para o cultivo, reprodução e aclimação de diversas plantas, foi, durante algum tempo suspeito de espionagem por intrigas políticas, o que acabou forçando-o a desistir do seu projeto, antes mesmo de colher seus frutos. Passa a viajar pelo delta do Prata em função de um cargo a ele atribuído – o de naturalista das Província Unidas –, passando a explorar e herborizar na Ilha de San Martín. Interessado em investigar a flora missioneira, interessado em desenvolver estudos sobre erva-mate, planta que ele havia conhecido através dos índios, Bonpland seguiu para o Paraguai onde, na região de Santa Ana, nas palavras de Palmeiro (1957) uma espécie de “no man’s land”, resolveu estabelecer de novo o seu projeto, criando uma colônia modelo, com a intenção de mostrar a possibilidade de implantar o cultivo racional da erva-mate. Apesar do grande sucesso de tal empreendimento, ou mesmo em função

defrontar-se com esses “silêncios” do texto. Penso que a minha “empolgação” anterior em relação a esse viajante também tem outras razões. Como falo mais adiante, a nossa *zona de contato* teve contornos diferenciados. Também penso que a apresentação aqui feita se justifica em função de que esse foi o viajante que por aqui mais tempo permaneceu, no entanto, sua vida e seus trabalhos continuam praticamente desconhecidos.

²¹¹ Afonso R. Palmeiro. *Itinerário de Bonpland*. Correio do Povo – página literária. Porto Alegre, setembro/outubro de 1958.

dele, mas por ser novamente suspeito de espionagem, Bonpland foi preso a mando do ditador do Paraguai Rodrigues Francia, a quem ficou submetido durante aproximadamente dez anos, impedido de deixar o País. Ressalto que, ao longo desse tempo, mais uma vez Bonpland reiniciou no Paraguai um projeto de cultivo, agora em uma outra região conhecida pelo nome de Cerrido, na qual estabeleceu com o auxílio dos índios um empreendimento agrícola bastante próspero, tendo passado a ser conhecido entre eles e pelos habitantes em geral como Dom Amado. Neste período Bonpland casou-se, uma outra vez, com Maria, com quem teve dois filhos: Maria e Amado. Quando o General Francia tomou conhecimento das atividades de Bonpland, novamente invadiu sua propriedade e o manteve preso, e aí parece que em sistema de clausura propriamente dita, por mais 20 meses. Tais acontecimentos mobilizaram várias autoridades da época, desde Humboldt a Bolívar, na tentativa de colocá-lo em liberdade. Em 1831, Bonpland foi acompanhado até a fronteira com o Rio Grande do Sul sendo proibido de retornar ao Paraguai. Como já referi, existem várias lacunas nessa história. Trystam (1995) relata que, após sua saída do Paraguai ele retornou à Buenos Aires onde encontrou Adeline, sua primeira esposa, novamente casada. Bonpland, então, estabeleceu-se, conforme essa autora²¹², na província de Entre Rios, em Santa Ana, onde casou-se novamente agora com Victoriana Cristaldo com quem teve três filhos. Essa autora não faz nenhuma referência ao tempo em que esse viajante viveu no Rio Grande do Sul. Porém, sabe-se que Bonpland instalou-se em São Borja onde viveu por 20 anos, desenvolveu uma botica²¹³, criou plantas e animais. Também é referido que ele Continuou a realizar diversas viagens pelo interior do Rio Grande do Sul, bem como à Montevideo e à Buenos Aires, sempre coletando e herborizando e mantendo seus diários de Botânica. Além disso, ele Também tentou retomar, no Rio Grande do Sul, seu projeto de um cultivo racional e sistemático da planta da erva-mate, mas, não obteve sucesso. Ao final da vida, Bonpland retornou à Argentina tendo fixando residência em Corrientes onde permaneceu até a sua morte. Aliás, o relato “**Journal Voyage de San. Borja a La Cierra y a Porto Alegre**”, que examino nesta tese é resultado de uma das suas várias viagens pela região. Faleceu em 1858, na Argentina.

Apresento a seguir quadros-resumos dos relatos e diários de viagem publicados por estes viajantes²¹⁴.

²¹² Florence Trystam. Aimé Bonpland (1773-1858) em Argentine. *Les naturalistes français em Amérique du Sud XVIe.-XIXe. siècles*. Paris: Éditions CTHS, 1995, p. 232.

²¹³ Estabelecimento onde se podem comprar ervas e remédios.

²¹⁴ As informações que aparecem nos quadros II e III foram coletadas de:

Quadro II
Resumo de Publicações e Traduções realizadas pelos
quatro viajantes naturalistas cujos relatos foram
examinados nesta tese.

--	--	--	--

Márcio da Silva Ezequiel. *Visões da pobreza: Estudo temático dos viajantes no Rio Grande do Sul do início do século XIX*. Porto Alegre: CPG História/UFRGS, 1999 (Dissertação de Mestrado).

Alicia. Lourteig. Aimé Bonpland: sus manuscritos y su personalidad. *Ciência & Ambiente*, n.13, julho/dezembro 1996.

José Newton Cardoso Marchiori. Arsène Isabelle. *Ciência & Ambiente*, n.13, julho/dezembro 1996.

“Desde que se aprenda a usá-los...”

O que olhar nestes relatos de viajantes? Como olhar essas complexas produções culturais, literárias, artísticas, científicas? O que havia aí para ser visto? Que olhar é esse e como ele foi sendo composto? Como “deslocar-se” nestes materiais? Como fazer que eles falem? Como perceber os seus interstícios? Enfim, todas as perguntas incluem esse Como....., sendo elas que me permitiram ir compondo um caminho metodológico para esse estudo. Não as enunciei no sentido de encontrar respostas diretas para cada uma delas em cada um desses textos, mas, antes, para poder orientar, valendo-me delas para a leitura desses textos. Se, por vezes, comparo esse estudo a uma viagem, e se por outras, ainda, faço analogias com muitas outras histórias que atravessam esse Estudo, é porque eu também conduzi minhas análises, não escrevendo propriamente um diário, mas porque, munida de um lápis e de vários pequenos pedaços de papel coloridos, fui organizando meus registros sobre aquilo que os outros *lá* haviam feito, compondo, dessa forma, um novo material a partir do qual fui escrevendo minhas análises. Assim, então, tal como os relatos dos viajantes aqui investigados, que chegavam a essas terras muitas vezes investidos dos olhares cruzados de muitos outros textos – cartas, mapas, desenhos, pinturas, notícias descritivas, crônicas e memórias – eu também cheguei aos relatos investida de muitos olhares, produzindo, no decorrer deste processo um texto que, tal como os escritos por eles, me é próprio, mesmo não sendo necessariamente inédito. Textos, história, narrar, narrativa, enredo, relato, crônicas, discurso. Muitas vezes, em certa medida, esses conceitos perdem seus contornos, se atrapalham e se interpenetram. O que talvez me possa dar algum alívio é que isso não é peculiar apenas a esse trabalho, mas também aos outros trabalhos a que recorri para escrever este. Assim, falo em uma metodologia, no sentido de tentar esclarecer “como é que se faz?”, mas não para tentar indicar “como é que se faz para ver e ver corretamente” – embora esteja ciente de todas as críticas e leituras que apontam para o quanto essa continua sendo uma pergunta reveladora de um desejo, e também de uma crença, de que realmente podemos ‘dar

conta' do objeto de estudo. Às vezes, isso é tudo o que se quer – e esse pensamento muito me angustiou, pois confesso, não encontrei essas indicações sobre *o como* se faz em nenhum dos trabalhos estudados ao longo da elaboração desta tese. Porém, pensando, num sentido mais prosaico de metodologia, entendida como um caminho para se chegar a um determinado fim, acredito que os estudos aqui feitos desses trabalhos apontaram direções, ressaltaram possibilidades, indicam roteiros, contaram diferentes histórias.

É nesse sentido, que a narrativa presente neste texto assume agora um caráter mais pessoal e reflexivo, uma vez que ela conta o caminho feito, o qual se constituiu em meio a complexidade desses materiais.

Leite (1996a), como já foi referido anteriormente, apresenta os relatos dos viajantes como corporificando um texto capaz de conter muitos outros, de tudo poder abrigar. Penso, então, que é justamente nesta flexibilidade, que se materializa a complexidade cultural desse gênero literário. Ao examinar o material produzido pelos viajantes sobre escravos e libertos em Minas Gerais, durante o século XIX, essa autora delimita o lugar onde se colocou para ler, selecionar, interpretar esses materiais e, ao se aproximar dos relatos. Dessa forma, Leite (1996a) possibilita que esses 'múltiplos textos' ganhem visibilidade:

Nos diários havia documentos históricos e literários, em vários gêneros: diários, memórias, testemunhos, entrevistas e, por que não, fragmentos ficcionais, às vezes contestados por outros autores, mas que serviam para dar vigor, emoção e aventura, indispensáveis a qualquer viagem. Imaginários se revelam: o europeu ou norte-americano, o profissional, o colonizador, o cientista, o aventureiro, o literato. Cada viajante constrói o texto, sistematizando fragmentos da experiência da viagem de outros, de suas vivências, expectativas e frustrações. A viagem, enquanto texto, adquire uma fascinante multidisciplinaridade. Traduz um projeto, um trajeto, uma escrita, e, por que não, várias leituras. (Leite, 1996a p. 15)

Essas considerações forneceram-me algumas indicações e formas de olhar para os relatos, ao mesmo tempo que apontaram a singularidade e o potencial de análise que a literatura dos viajantes oferece. Destaco, apenas, que não trabalhei questões relativas às representações sociais e ao

imaginário, como essa autora por vezes acena ter trabalhado, pois elas dizem respeito a outro referencial.

Como foi discutido nos capítulos anteriores interessou-me discutir os relatos dos viajantes como complexas produções culturais que colocam em circulação, mas que também reconfiguram, reorganizam, produzem e legitimam representações culturais de natureza. Mas retomo a afirmação final do texto de Leite (1996) - “a viagem enquanto texto traduz uma fascinante multidisciplinaridade” e sobre ela teço mais alguns comentários.

Mais uma vez texto, na verdade textos que se cruzam, que se interpenetram, múltiplos textos, várias narrativas, muitas histórias. E interessante referir que as leituras que empreendi, no sentido de limitar melhor essas ‘categorias’, não me auxiliaram tanto na construção das mesmas, mas sim acentuaram uma certa sensação de fluidez que me pareceu existir entre elas e que também me parece percorrer os estudos que trabalham com investigação literária. Não obstante, reconheço também os limites da minha compreensão dessas questões, as quais também foram se reconfigurando e se redefinindo no próprio exercício de compor o que foi feito, de organizar o “dito”, de apresentar os caminhos, de subvertê-los, de reinventá-los e, também, de silenciá-los.

Ao se referir à viagem enquanto um texto – e aqui me associo ao entendimento de Culler (1999) que diz que texto é “um termo que inclui filmes e outras representações” – Lisboa (op.cit) destaca, como já marquei, a sua multidisciplinaridade. No entanto, embora seja característico aos relatos de viagem falar sobre vários assuntos, apresentar vários tipos de informação, conter diferentes narrativas e contar várias histórias, penso ser possível também dizer que a viagem, enquanto texto, traduz uma fascinante intertextualidade. E, penso mesmo, que foi na “sondagem” cuidadosa e atenta a essa intertextualidade que muitas das minhas escolhas, perguntas e análises foram se desenvolvendo. De certa forma, venho apresentando um pouco dessa minha preocupação de uma forma mais informal ao longo de todo o trabalho. No entanto, parece-me, ainda ser necessário enfocar mais detidamente este conceito a partir de considerações feitas por Culler (1999).

Esse autor, ao focar os trabalhos relacionados à Teoria Literária, enfatizou que os teóricos desse campo têm argumentado que “as obras são feitas a partir de outras obras: tornadas possíveis pelas obras anteriores que elas retomam, repetem, contestam, transformam”²¹⁵. A essa noção, refere esse autor, algumas vezes é atribuído o nome de intertextualidade. O que Culler (op.cit) marca é que

²¹⁵ Jonatham Culler. *Teoria Literária – uma introdução*. São Paulo: Beca., 1999, p.40.

uma obra existe em relação a outras obras, em meio a outros textos, através das relações que entre eles se estabelece. Ainda, como aponta esse autor, “ler algo como literatura é considerá-lo como um evento lingüístico que tem significado em relação a outros discursos: por exemplo, como um poema que joga com as possibilidades criadas por poemas anteriores ou como um romance que encena e critica a retórica política do seu tempo.”²¹⁶ Este autor também ressalta, que essa questão não é um traço definidor ou inerente apenas ao campo da produção literária, mas uma forma de colocar em primeiro plano aspectos do uso da linguagem e da produção de representações.

Constantemente, ao longo das análises, vou referir-me ao texto dos viajantes como atravessado por muitos outros textos, alguns deles já apontados no capítulo dois. Quero colocar em destaque que é nessa dimensão, nesse atravessamento de textos, histórias, subjetividades, valores, experiências pessoais, expectativas, projetos e desejos que os viajantes construíram suas narrativas de viagem. Intertextualidade nem sempre óbvia, fácil, apreensível, aparente ao primeiro olhar... Porém, foi também na busca desses “atravessamentos” que se tornou possível ir compondo esse texto que fala acerca do que foi dito por esses viajantes e, ao mesmo tempo, do que foi por eles definido, instituído, afirmado e reafirmado sobre a paisagem do RS. Foi ao olhar para suas narrativas estando atenta a algumas perguntas específicas, mas, por outro lado, lendo-as ao mesmo tempo também “descompromissadamente”, que pude ir compondo os caminhos da análise aqui apresentada. Mais uma vez se faz necessário dizer que esse Estudo tem um recorte, não sendo, portanto, um trabalho investigativo sobre o gênero literário “literatura de viagens”, o que me exigiria olhar, por exemplo, para questões relativas à construção intrínseca do texto, para sua lógica interna, sua organização de espaços e tempos e para os tipos distintos de narrativas que ele poderia engendrar e, ainda, para os enredos e as composições das histórias próprias a essa perspectiva. Isso não significa, no entanto, que algumas dessas questões não tenham sido colocadas em relação ao recorte que me interessa. Também ressalto que, nos limites que me foi necessário e possível, esse trabalho apresentou algumas discussões que permitiram localizar e significar, neste trabalho, este tipo de gênero literário.

Ressalto, apenas, mais uma questão que diz respeito à particularidade desse gênero e que, de certa forma, diz também dos interesses desse trabalho. Refiro-me ao fato de que, num gênero específico tal como a literatura de viagem é a representação do espaço – sua novidade, sua alteridade, sua descoberta – como assinalam Santos & Oliveira (2001) - que regula a construção

²¹⁶ *Ibidem.*

do relato, em um processo que acaba por se projetar sobre o próprio sujeito da viagem, também ele uma categoria em transformação²¹⁷. Como esses autores também destacam:

É em função do espaço e da necessidade de operacionalizá-lo que o sujeito adquire relevância. O alargamento da idéia de espaço efetuado a partir das viagens e navegações altera as categorias conceituais através das quais se podia, até então, pensar. É dessa espacialização que resulta a crença na inesgotabilidade da superfície das coisas.²¹⁸

O que se parece estar afirmando é que o espaço é uma categoria importante para esse tipo de gênero literário. Penso que o mesmo pode ser dito em relação ao tempo. A respeito desse último podemos pensar, por exemplo, que os relatos dos viajantes regulam o tempo da narrativa; assim, uma paisagem pela qual eles passaram rapidamente pode ser descrita em riqueza de detalhes e dessa forma “alargar” esse tempo, bem como a travessia de um rio que levou várias horas no decurso da viagem, pode ocupar um menor “espaço” na narrativa. Essas são considerações bastante interessantes, que Leite (1996a) apresenta acerca da noção de tempo em suas análises, uma vez que, o que a interessava a sua pesquisa era a forma como os viajantes permaneciam nos lugares e os vínculos que eles estabeleciam com os habitantes locais. Em meu trabalho o tempo ganhou outro lugar e outra interpretação, uma vez que na investigação daquilo que era falado sobre os trabalhos desses viajantes, bem como nas considerações que os mesmos teciam sobre os seus trabalhos, ou mesmos sobre os trabalhos dos outros, o tempo em viagem, e por mais paradoxal que possa parecer, o tempo de permanência nos lugares que eles descrevem confere autoridade e legitimidade aos seus relatos. Porém, também esse aspecto não pode ser isolado de outros que a ele se vinculam.

Em relação à importância que vem sendo atribuída a esse tipo de gênero literário, em função da sua *produtividade* – e aqui podemos pensar tanto nas influências dos relatos de viagem na construção desde a figura de um narrador nos romances de ficção, como foi apresentado nos estudos de Süsskind (1990), até a construção de uma identidade nacional a partir dos relatos eurocêntricos

²¹⁷ Luis Alberto Brandão Santos & Silvana Pessoa de Oliveira. *Sujeito, Tempo e Espaços Ficcinais – Introdução a teoria da Literatura*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

²¹⁸ *Ibidem*.

sobre uma natureza exuberante e um caldeirão de raças, como também na construção dos próprios critérios do que passa a ser considerado científico e das formas de proceder a esse tipo de investigação, principalmente no que diz respeito à História Natural. Faz-se importante também analisar o que é dito sobre esses relatos, bem como sobre seus autores. E esta foi também mais uma das preocupações que me acompanharam na composição dos caminhos metodológicos que segui na realização deste estudo.

Também é importante atentar para a dimensão do *leitor* desses relatos. As narrativas de viagem não eram apenas leitura acessível ao público letrado, mas também serviam de fonte para várias modalidades de ciências empíricas, como ressalta Lisboa (1997), em função da possibilidade, reiteradamente apontada como uma de suas características, de transmitir ao leitor, ao mesmo tempo, informação, espetáculo e entretenimento. Embora essa seja uma dimensão importante, ressalto que essa interface do leitor foi aqui examinada nos limites de ir perscrutando nos relatos dos viajantes, que tipo de leitor essas narrativas estavam selecionando. Isso se apresenta de forma distinta nos textos analisados; aliás, também a apresentação das obras e a forma como ela eram localizadas em relação as demais foram indicativos dessa dimensão da leitura.

Já foi discutido nesse estudo o quanto o viajar, o olhar e o narrar são ações interrelacionadas materializadas nas linhas do caderno de campo. Porém, cada uma delas encerra, separadamente, múltiplas possibilidades, da mesma forma que a combinação e a seqüência que se processam entre elas. Ou seja, nos relatos aqui estudados, os viajantes não apresentam suas viagens de um mesmo jeito: eles não viajaram do mesmo jeito, não olharam para as coisas do ambiente sempre da mesma forma, nem escreveram seus textos seguindo rigorosamente um mesmo estilo. Ainda, na combinação das ações como viajar, olhar, escrever e... *publicar*, eles também apresentam distinções importantes. Todas essas coisas foram sendo olhadas e, a partir delas, fui produzindo os textos que apresento nos próximos capítulos.

Sobre essa diversidade que venho anunciando ao longo dos capítulos desse texto, penso que talvez ainda seja importante contextualizá-la um pouco mais. O que se sabe é que nem todos os viajantes vieram até o RS, pelo mesmo motivo. É importante reforçar que embora o apelo sedutor do “exótico”, do longínquo e do inóspito, da origem, das coisas primitivas e da aventura de se lançar nestes mundos fosse forte, empreender no início do século XIX uma viagem além-mar, como ressaltam os/as vários autores que consultei, requeria preparação e algum financiamento. Comerciantes, mercenários, naturalistas, missionários, diplomatas e “aventureiros”, artistas – todos

interessavam-se por examinar a ‘verdade’ deste “Brasil-só-natureza”²¹⁹, através dos seus relatos, relatórios, histórias, mapas, e pranchas de desenho. Leite (1996a) assinala que as razões da viagem seguiam duas instâncias determinantes: aquilo que ela chama de interesses pessoais, ou da esfera privada, e aquilo que ela chama de interesses institucionais, ou da esfera pública. No primeiro caso situa-se o desejo de dar continuidade a projetos de pesquisa e a estudos iniciados nos seus países de origem e, também, os interesses de ordem social e econômica e de diversão, tal como o desejo de lazer e aventura, sendo essas as razões de ‘ordem pessoal’, que motivaram alguns destes viajantes. Em relação aos interesses institucionais, esta autora ressalta o grande interesse na exploração de recursos naturais, na conquista de novos mercados ou produtos, no investimento de capitais, no aumento da riqueza e da soberania nacional. Importante é perceber que estes interesses não eram de forma alguma excludentes, e que um único viajante estrangeiro poderia reunir, em sua viagem e posterior relato, vários deles. Leite (1996a) considera que os objetivos particulares –sejam aqueles relacionados mais à aventura, ao lazer, ao turismo, ou aqueles mais identificados com interesses literários, religiosos, científicos –interagem fortemente com os objetivos das esferas públicas.

E nesse sentido reafirmo que não se empreenderam viagens como essas às quais os relatos que examinei se vinculam, somente para fins colonialistas e imperialistas, ou, pelo menos, que essas categorias eram atravessadas por gradações variáveis desse tipo de interesse. Se é possível começar a perceber as múltiplas interfaces que essas viagens assumem, o mesmo pode ser dito acerca das possibilidades e da forma de compor os relatos de viagem. Para Lisboa (1997) é condição *sine qua non* para que um texto faça parte de um gênero literário como “literatura de viagem”, que se dê o deslocamento físico do autor por um ambiente, ou espaço geográfico, dentro de um período de tempo determinado do qual decorre a produção de uma narrativa fruto do que *lá* foi observado e ‘vivido’. Porém, salienta a autora, esta condição fundamental não dá conta de todas as possibilidades do gênero, o qual, como já foi destacado na apresentação desse trabalho, encerra inúmeras formas de “errância” e de estilos descritivos. Tal fato dificulta qualquer definição muito rigorosa desse gênero, cujas “manifestações caminham entre a crônica, a epístola, o romance, a poesia, o diário e o relato científico, acrescentado não raramente do correspondente iconográfico”²²⁰.

²¹⁹ *Ibidem*.

²²⁰ Karen Lisboa, *op. cit.*, p. 34.

Os relatos aqui investigados narram a paisagem, a natureza, os sujeitos e costumes do Rio Grande do Sul ao longo de um período relativamente curto (1818-1858). Alguns dos seus autores se conheciam, se encontraram em suas andanças, fazendo, inclusive, referências aos textos de alguns deles, o que indica que, de alguma forma, esses se relacionavam entre si, bem como os seus trabalhos escritos que parecem ter, em alguma medida, circulado entre eles.

Portanto, fez-se necessário ao trabalhar com esses materiais, olhá-los isoladamente e em seu conjunto, atentando para os modos como se estabeleceram contatos entre esses viajantes e, do mesmo modo, para o que é particular a cada um deles. E esse foi um exercício contínuo de estar *dentro* do texto, percorrendo seus caminhos e de, ao mesmo tempo, fazer um movimento para sair para o seu “entorno”, para ver o que se dizia a respeito dele, bem como o que nele também estava sendo afirmado a respeito dos demais. Nesse sentido, os relatos foram examinados atentando-se para aquilo que os “apresentava” ao público: os comentários dos tradutores, os comentários das diferentes traduções e os comentários dos estudiosos interessados numa historiografia rio-grandense que, de alguma forma, se ocuparam desses viajantes. Entre esses últimos ganharam destaque neste estudo Augusto Meyer, Abeillard Barreto e Dante de Laytano.

Assim, nas análises aqui empreendidas precepei-me em identificar, a partir das narrativas presentes nesses relatos, alguns elementos que pudessem auxiliar-me a ver como ocorreu a composição dos modos como esses viajantes foram vendo as paisagens naturais da região do Rio Grande do Sul e como, a partir desse modo de ver como se deu tal instituição, produziu-se modos de significar esta natureza. Para tanto foi necessário indagar-se: de que modo a paisagem era referida? Que elementos, aspectos, questões estavam a ela associados? Há variações no estilo narrativo desses viajantes em relação às descrições que fazem da natureza? Como essas apareciam? Que tipo de comparações eram feitas entre a natureza/ambiente do RS e outras naturezas/ambientes? Que tipo de negociações de sentido processavam-se entre os viajantes e a paisagem? Enfim, como Nicolaus Dreys, Arsène Isabelle, Aimé Bonpland e Auguste de Saint-Hilaire transculturaram a paisagem natural do Rio Grande do Sul da primeira metade do século XIX?

Cabe dizer ainda que, nas análises que empreendi, fui tomando as narrativas como formas que vão ao longo do texto, organizando significados, produzindo sentidos e procedendo a negociações que se ‘acumulam’ em torno de eixos específicos na produção de histórias, discursos e enredos particulares sobre a natureza. Destaco, novamente, que esse não é um trabalho que vai se dedicar a estabelecer, a partir de uma perspectiva da teoria da narrativa, no texto, as distinções entre esses

termos. A preocupação aqui se dá mais no sentido de olhar as histórias, e o que está sendo dito nessas narrativas sobre natureza, na tentativa de estabelecer como narrativas específicas sobre natureza não só traduzem modos de ver essa natureza (no caso dos viajantes), como ensinam e ensinaram (hoje a nós, mas também antes, a um público estrangeiro) sobre algumas naturezas/ambientes, demarcando no território espacial do texto, mas também no território simbólico da significação, como essas naturezas devem ser *lidas*, aproveitadas, experimentadas, ocupadas, estudadas, cuidadas, cultivadas e admiradas.

Assim, ao olhar as narrativas engendradas nos relatos dos viajantes, estive atenta a todas as especificidades que venho discutindo e, neste sentido, marco o caminho percorrido em busca da explicitação de uma metodologia que melhor me auxiliasse a apresentar e a lidar com esses materiais. Destaco, que além das perguntas que já listei, e embora já tenha destacado a questão da intertextualidade, também procurei olhar ao longo dos textos algumas das coisas que Culler (1999) destaca ao apresentar perguntas que se podem fazer numa análise narrativa. São elas: *quem fala? Para quem fala? Fala com qual autoridade? Fala com qual linguagem? Quem fala quando?*

Considero que tais questões foram olhadas e, ainda, que algumas foram ‘mais’ olhadas do que outras e ressalto, ainda, que outras foram olhadas diferentemente nos diferentes materiais. E essa é mais uma questão que eu gostaria de ressaltar. Os materiais são diferentes; aliás, são bastante diferentes entre si. Esses diferem na quantidade de informações, no tipo de texto, na forma de organização, no tipo de enfoque, no tipo de linguagem e diferem, ainda, no que dizem sobre a paisagem. Por isso, muitas vezes, tive que lidar com a “estranha” sensação – a qual dizia, e diz ainda, das minhas próprias representações, das minhas produções de sentido, daquilo que eu queria encontrar, da paisagem que eu já “internalizara” desses relatos e de suas descrições da natureza, da minha própria dificuldade em ver o que estava *lá* escrito – de não ter o que olhar na paisagem de alguns dos textos e de, em outros, encontrar coisas demais a serem observadas, o que também me dificultava o estudo. Além disso, as análises aqui empreendidas também apresentam ritmos diferentes e demandaram distintos investimentos. Destaco, neste sentido, a leitura e tradução que empreendi dos manuscritos de Aimé Bompland escritos em francês do século XIX. Tal empreendimento foi realizado com fins exclusivos a este estudo dentro dos seus limites, ao longo deste último ano, acompanhado por uma professora de francês. Também esse investimento acabou acarretando outros, uma vez que alguns dos importantes textos que me permitiram contextualizar melhor aquilo que os relatos me narravam em relação à natureza também estavam escritos neste idioma. Posso dizer, então, que, num certo sentido, os relatos dos viajantes aqui estudados

permitiram-me falar e, principalmente, ler de uma nova forma, e isso não se deu, apenas, em um sentido metafórico.

Muitas dessas questões serão retomadas nos próximos dois capítulos, nos quais apresento as análises que pude empreender. Elas serão reapresentadas, na medida em que ganharem sentido no contexto do texto. Optei por reunir os relatos dos viajantes aqui estudados em dois capítulos: no primeiro, apresento as análises referentes aos trabalhos de Nicolaus Dreys e de Arsène Isabelle; no segundo, os relatos de Aimé Bonpland e Auguste de Saint-Hilaire. Tal organização foi feita no sentido de reunir viajantes que se caracterizam pelo interesse em História Natural e àqueles que tinham recebido uma formação específica no campo da História Natural.

C A P Í T U L O IV

A geografia de várias naturezas

(...)e este é um país que não se pode adular: uma natureza tão rica, dotada de tantos elementos de atração, não requer do historiador senão a verdade.

Dreys (p. 35, 1961)²²¹

²²¹ Todas as citações de Nicolaus Dreys foram retiradas do seu livro “*Notícia Descritiva da Província de Rio Grande de São Pedro do Sul*”- o qual, como já foi mencionado anteriormente, teve três edições (1840, 1927, 1961). Ressalto, mais uma vez, que esta última edição, editada pelo Instituto Estadual do Livro, com introdução e notas de Augusto Meyer, foi a escolhida para este trabalho como material a ser analisado.

Há poucos habitantes nesta parte da *Serra*. Aqueles que aí se encontram são gente trabalhadora, mas não empreendedora, que obteve concessão gratuita de terreno no meio ou na proximidade dos matos; vivem, ou melhor, vegetam, com suas famílias, ajudados por uma natureza vivificante e a amenidade de um clima salubre.

Isabelle (p. 25, 1983)²²²

Os dois trechos apresentados acima foram retirados dos livros de dois viajantes que publicaram as suas impressões de viagem sobre a Província de São Pedro num intervalo de tempo muito próximo. Nicolaus Dreys, publicou a primeira edição de sua “*Noticia Descritiva da Província de São Pedro do Sul*” em 1839, e Arsene Isabelle, publicou a sua “*Voyage à Buenos Ayres et à Porto Alegre, por la Banda-Oriental, les Missions d’Uruguay et La Province de Rio-Grande-do-Sul, de 1830-34*” em 1835. O primeiro foi publicado no Brasil e escrito por Dreys em português, o segundo foi publicado na França, em Havre. Como foi listado no quadro II no capítulo referente às questões da metodologia desse trabalho, o texto de Isabelle só foi parcialmente traduzido para o Português em 1946, por Dante de Laytano, restringindo-se à parte referente ao Rio Grande do Sul²²³. A tradução de sua obra completa teve que esperar até 1949, quando foi realizada por Teodomiro Tostes, com introdução também de Augusto Meyer. Atualmente, a versão mais conhecida e utilizada é a segunda edição daquela organizada por Dante de Laytano, a qual veio a público em 1983.

Nicolau Dreys e Arsene Isabelle compartilhavam a mesma nacionalidade e tinham interesses que poderiam ser considerados comuns. Eram ambos interessados em viagens, em História Natural, em conhecer e estabelecer novos contatos e novas frentes para o comércio. As referências a eles feitas os posicionam, freqüentemente, como aventureiros e empreendedores. Tanto Dreys, quanto Isabelle permaneceram na América, aqui constituíram família, negócios, envolveram-se na política local e na vida cotidiana. Sabemos que pelo menos Dreys tinha conhecimento do trabalho de

²²² Todas as citações de Arsene Isabelle foram retiradas do seu livro “*Viagem ao Rio Grande do Sul (1833-1834)*”, tradução de Dante de Laytano (1983). Como já foi destacado anteriormente, esse livro é resultado de uma tradução parcial da obra original de Isabelle, publicada na França em Havre, em 1835, da qual foi retirada apenas a parte referente ao Rio Grande do Sul.

²²³ Esta obra pode ser encontrada no Museu Júlio de Castilhos.

Isabelle, sobre o qual, aliás, teceu duras críticas. Dois homens, duas histórias, diferentes olhares, diferentes textos. Se, inicialmente, foi possível traçar algumas aproximações entre esses viajantes e entre a produção de suas narrativas de viagem, mais uma vez, reafirmarei aqui a heterogeneidade de suas experiências, de suas motivações, das suas formas de “errância” e de permanência, daquilo que cada um elegeu para destacar, enfim, da forma como cada um deles foi constituindo este lugar denominado Província de São Pedro.

A minha opção é no sentido de passar a discutir e analisar inicialmente a *Notícia Descritiva* de Dreys, uma vez que este trabalho teve importante repercussão no momento de sua publicação²²⁴. Em função da pouca disponibilidade de materiais escritos em Português, a obra de Dreys vem preencher uma importante lacuna de conhecimento em relação à Província de São Pedro. Nas palavras de Meyer (1961): “a *Notícia Descritiva* avultava entre as outras contribuições do mesmo gênero como obra pioneira de mais pêso”²²⁵. O mesmo autor segue, ainda, nesse seu comentário situando também a obra de Isabelle: “já de um ponto de vista quantitativo, a contribuição de Arsène Isabelle para a descrição da província, na sua primeira obra, não ia além de cento e cinqüenta e cinco páginas”²²⁶. Embora assinalando essa ordenação inicial da discussão, a apresentação da análise

²²⁴ O que existia até 1839, segundo Meyer (1961), como conjunto de obras sobre a Capitania e depois Província de São Pedro eram as publicações de 1822 “*Anais da Capitania de São Pedro e as Memórias Econômico-Políticas*” de Gonçalves Dias; em 1835 a obra de Arsene Isabelle é publicada em francês; também em 1835 aparece uma breve referência ao Rio Grande do Sul no livro de John Lucoock “*Notes on Rio de Janeiro and the Southern Parts of Brazil*” e, ainda um reduzido capítulo na obra de John Mawe. Augusto Meyer registra também a “*Aperçu d’un Voyage dans l’intérieur du Brésil, la Province Cisplatine et les missions dites du Paraguay*, de Saint-Hilaire, na separata do Muséum d’ Historie Naturelle, com algumas páginas destinadas ao Rio Grande do Sul. Augusto Meyer refere ainda um comentário de Saint-Hilaire sobre a obra do Visconde de Porto Alegre, raríssimo documento de aproximadamente 20 folhas, sem data, mas que provavelmente teria sido escrito em 1824. Tal documento, cuja localização não é apresentada por Meyer, trazia o título “*Province de S. Pedro do Rio Grande do Sul au Brésil*” e em subtítulo “*Rapport sur l’ouvrage intitule: Annaes da Província de São Pedro par M. José Feliciano Fernandez Pinheiro, Baron de S. Leopoldo, ancien ministre de l’Empire du Brésil... par Auguste de Saint-Hilaire.*”

²²⁵ Augusto Meyer *apud* Dreys, *op. cit.*, p. 9.

²²⁶ *Ibidem*, p.9.

aqui construída irá se alternar entre essas duas obras no sentido de ir assinalando as aproximações e diferenças nas formas de esses dois viajantes, Nicolau Dreys e Arsène Isabelle, irem apresentando aos seus respectivos leitores a região hoje conhecida como Rio Grande do Sul.

As histórias da *Notícia Descritiva de Dreys*

A *Notícia Descritiva* de Dreys é precedida de uma introdução de Augusto Meyer, na qual esse autor faz um breve apanhado acerca dos viajantes mais importantes que visitaram o Rio Grande do Sul no século XIX, destacando, além do texto de Nicolaus Dreys, justamente os trabalhos de Arsene Isabelle, Aimé Bonpland e Auguste de Saint-Hilaire, os outros viajantes cujas obras examino nesta tese. Nesta introdução, vamos encontrar alguns comentários de Meyer sobre o trabalho de Dreys que aqui passam a ser destacados.

A *Notícia Descritiva* apesar das falhas de linguagem, e da forma um tanto desajeitada – parece que o autor anda vestido com a roupa de outro – não se recomenda por nenhuma qualidade vigorosa, mas , graças a um complexo de virtudes remediada, impõe-se à atenção do leitor, como obra séria e prestante. Em seus esforços de compreensão por simpatia, sentimos honestidade, equilíbrio, um testemunho fiel. É livro que cheira bem, transpira modéstia e bons propósitos.²²⁷

Também Abeillard Barreto refere-se de um modo bastante “elogioso” a obra de Dreys destacando, no contexto daquele tempo histórico específico, o seu ineditismo. Diz esse autor:

²²⁷ Meyer apud Dreys, *op. cit.*, p7.

A obra de Dreys é das mais valiosas que se escreveram sobre o Rio Grande do Sul, na primeira metade do século passado. Além do aspecto precursor em matéria geográfica – quando os trabalhos de Roscio e de Betâmio ainda se conservavam inéditos – enchia o vazio que a coreografia de Kerst, não pudera preencher, porque escrito em idioma pouco acessível e aparecido em revista especializada que só tinha divulgação nos meios culturais europeus.²²⁸

O autor das palavras introdutórias à obra de Nicolaus Dreys chama a atenção, ainda, para um importante aspecto da obra desse viajante; a sua generosidade e humildade em relação à forma de ver, entender e representar o Rio Grande e seus habitantes. Assim, Meyer passa a tecer importantes comentários, nos quais deixa muito clara sua crítica em relação aos viajantes estrangeiros, os quais, tantas vezes, olharam o país “do alto”, com uma certa “miopia européia”.

Nicolau Dreys parece-me o contrário do europeu que olha as cousas americanas do alto da sua presunção mais ou menos condescendente, e dentro do mesmo setor bibliográfico, poucos autores apresentam a mesma receptividade compreensiva e aquêlê anseio de se adaptar ao objeto estudado, sopitando preconceitos, que só a partir da consciente disciplina de método criada pelos etnógrafos, na segunda metade do século XIX, começou a corrigir a miopia dos observadores ocidentais, nos relatos de viagens.²²⁹

²²⁸ Abeillard Barreto, *Bibliografia Sul-Riograndense (a contribuição portuguesa e estrangeira para o conhecimento e a integração do Rio Grande do Sul)*, Rio de Janeiro. Conselho Federal de Cultura, 1973, vol.I, p. 455.

²²⁹ *Ibidem*, p. 6-7.

Penso que esta citação vale ser discutida em relação a alguns pressupostos que apresenta. Trago-a, também, para ir, mais uma vez, apontando a complexidade, bem como a dificuldade de ir tecendo estes vários textos e as várias histórias de leituras que eles encerram. Como já foi discutido, anteriormente, os relatos dos viajantes foram, inicialmente, tomados pela historiografia mais tradicional como documentos históricos, objetivos e isentos na tradução de uma determinada realidade. Tais relatos eram entendidos como preciosas fontes historiográficas, na operação de poder recuperar importantes informações ricas em detalhes, descrições e pormenores, muitas vezes, característicos a esse gênero literário. Tais informações não se restringiam apenas ao cotidiano e aos costumes dos habitantes de um determinado país ou região, mas se estendiam às suas características físicas e geológicas, ao detalhamento, recolhimento e classificação da sua fauna e flora. Recentemente, estudos ligados aos Estudos Literários, aos Estudos Pós-colonialistas e à História Cultural vieram a destacar o caráter *constituído* de realidades destes relatos, bem como da interface imperialista, colonialista e eurocêntrica destas produções. Mais recentemente, ainda, alguns trabalhos produzidos a partir desses campos teóricos têm apontado para a necessidade de nos atermos à complexidade, bem como às heterogeneidades presentes nesta ação dramaticamente cultural da experiência da viagem e de tudo a seu respeito: as formas de deslocamento, as possibilidades plurais de permanência, as diferentes condições de transformação dessa experiência em coleções botânicas, em separatas, em artigos, em relatos de viagem, em compêndios na diversidade dos diferentes encontros culturais. Novamente aqui, refiro-me a essa complexa operação encerrada naquilo que tem sido discutido por alguns autores como transculturação²³⁰. Ou seja, a questão aqui é mais uma vez colocar-me atenta à possibilidade da existência de pluralidade nas formas como os viajantes organizaram e realizaram suas experiências de viagem e às formas como eles foram experimentando o “desconhecido”, o “novo” e, ao mesmo tempo, nestes encontros, o modo como foram reorganizando sua posição de “estrangeiros”, de *outsiders*. Quais são as

²³⁰ Mary Louise Pratt, *op. cit.*, p. 30; Lisboa *op. cit.*, 46-47; Martins *op. cit.* p.32-33; Burke *op. cit.*, p. 262

singularidades, as particularidades e as resistências, bem como quais são os discursos mais freqüentes sobre natureza e civilização, por exemplo, que se ensaiam, que se repetem, que se fazem presentes nestes relatos? Ou ainda, remetendo-me às discussões anteriores, de que formas plurais, os viajantes “transculturaram” suas viagens ao Rio Grande do Sul? E, finalmente, de que variadas formas eles “transculturaram” a paisagem?

Retomando o comentário de Meyer, arrisco-me, ainda, a dizer que o seu elogio ao modo como Nicolaus Dreys apresenta o Rio Grande do Sul em sua obra, e a sua crítica em relação aos demais viajantes acontece, não porque esse viajante, em função do seu tempo de permanência teria, para Meyer, uma melhor compreensão das questões culturais e das armadilhas envolvidas nessa construção narrativa de uma região e de sua alteridade, mas antes, pela sua crença de que Dreys antecede no seu relato uma isenção e objetividade que o método científico, no caso aquele elaborado pela etnografia na segunda metade do século XIX, poderia lhe conferir. Os viajantes, uma vez munidos de tal ferramenta, um método rigoroso de observação, por exemplo, poderiam assim “libertar-se” de seus preconceitos e ter uma visão “limpa”, “clara”, “verdadeira” – *não mediada* pelos seus filtros internos, seus conhecimentos prévios, suas escolhas, suas formas de andar por terras estrangeiras, suas motivações, suas opções literárias, suas escolhas de um público leitor alvo e, tantas outras variáveis, – na descrição/construção de suas experiências de viagem.

O que está em questão, ainda, para Meyer, é a forma mais correta, mais científica de apuração, levantamento e descrição da verdade, verdade que de certa forma ele considera garantida pela eliminação do preconceito encontrado nas emissões de julgamento de alguns viajantes. Como ressalta esse autor, ainda na Introdução da *Notícia Descritiva* de Dreys.

Como deixei apontado em *Gaúcho História de uma Palavra*, não escapou a Dreys o traço aculturativo dessa aventura, e neste passo leva sem dúvida grande vantagem

sobre a intransigência preconceitual que podemos notar em tantos autores, inclusive Saint-Hilaire.²³¹ (grifo meu)

O que significaria então o termo “aculturativo”? Qual o traço “aculturativo” dessa aventura a que Meyer se refere? Seria o entendimento e discernimento por parte do viajante estrangeiro de que ele olha a partir de uma cultura diferente, devendo portanto ser humilde em relação ao seu próprio entendimento das coisas do lugar? “Aculturativo” pressupõe, quem sabe, justamente a negativa de uma interpretação que tem na cultura a condição básica de sua formulação? Burke (2000) aponta que os antropólogos norte-americanos do início do século XX descreveram as mudanças ocorridas nas culturas indígenas “como resultantes do contato com a cultura branca”. Tal processo foi denominado “aculturação”, no sentido de que num encontro cultural entre duas culturas diferentes, apenas uma delas é transformada, e isso de dá a partir da doação de elementos da cultura dominante. Registro, no entanto, que tais questões assinalam um entendimento do “encontro cultural” diferente daquele com o qual este trabalho busca se identificar.

Meyer também reconhece que a postura “elogiosa” de Dreys acaba por prejudicar, em certa medida, a “seriedade” e o “rigor” de sua obra. Como ele mesmo ressalta, “talvez se pudesse afirmar, pelo contrário, que, às vezes, teria sido preferível mais rigor crítico e menos ‘empatia’, para que nada faltasse à sua notícia descritiva.”²³² Mais adiante, contudo, Meyer ressalta que o que mais se destaca na obra de Dreys “é justamente aquêlê frescor de generosidade e certa nota de gratidão que logo percebemos (...)”²³³. Fica nos registros deste autor a forte impressão que a *Notícia Descritiva* agrada, ao contrário do que parecia ser afirmado inicialmente, justamente pela postura que adota em relação aos habitantes da região sobre a qual se detém. Como se uma postura enaltecadora das qualidades da

²³¹ *Ibidem*, p. 10

²³² *Ibidem*, p. 7

²³³ *Ibidem*.

Província de São Pedro, de suas paisagens e de seus habitantes, também não incorresse nas mesmas armadilhas que Meyer atribuía exclusivamente ao olhar míope e preconceituoso a que grande parte dos viajantes, foram aprisionados. Mais uma vez, as perguntas, que tantas vezes se repetiram ao longo deste trabalho, aqui reverberam. Como os diferentes textos vão constituindo os habitantes locais? O que é dito sobre seus modos de vida? Quem falou sobre eles? Como se foram instituindo certos modos de descrição e captura da natureza? Como foram sendo construídas diferentes paisagens nas diferentes viagens?

Meyer também apresenta seu posicionamento em relação às considerações feitas pela Comissão do Instituto Histórico Geográfico na já referida Introdução à obra de Dreys. Os sentimentos desse autor são de pena e indignação frente às críticas apresentadas que lhe pareceram ser demonstração da má vontade da Comissão para com o trabalho de Dreys.

Depois de desfiar um rosário de restrições, que se pretendem objetivas e estão bradando má vontade, observam os pedantes da comissão, deitando humorismo: 'Se por que um corpo é mais comprido do que largo, como são as duas principais Lagoas do Rio Grande, se lhe podem aplicar os epítetos – Lóbulos Ovóides – também o Sr. Nicolau Dreys, pois que é mais comprido do que largo, pode chamar a si – Lóbulo Ovóide.' A título de remate, a Comissão recomenda caridosamente a leitura da obra 'porque dá bastantes idéias da Província, e que o seu estilo esquisito diverte o leitor.'²³⁴

À sua indignação diante de tais comentários, Meyer adiciona referências que demonstrariam a importância da *Notícia Descrtiva*, bem como que garantiriam um certo *status* e credibilidade ao seu autor. Assim, ele se utiliza na sua Introdução do comentário de José Honório Rodrigues, o qual

²³⁴ *Ibidem*, p. 11.

ressalta que o fato de Nicolaus Dreys ter sido admitido como sócio da Sociedade Auxiliadora da Indústria, “demonstra, sobejamente, que seu trabalho e seus serviços foram considerados úteis e valiosos”.²³⁵

A “carta ao público” – sobre os propósitos da narrativa de Dreys.

A obra de Dreys, como já foi mencionado anteriormente, apresenta algumas particularidades em relação aos demais relatos de viagem analisados nesta Tese. Além de ter sido escrita por Dreys originalmente em português, a *Notícia Descritiva* informa ao público leitor através de uma seção denominada “Ao Público” acerca das motivações, crenças, convicções do autor, contextualizando a sua obra em relação a acontecimentos da época. Dreys apresenta a sua *Notícia Descritiva* em meio ao conflito militar que estava acontecendo, naquela época, na porção meridional do País, atualmente o RS, entre as tropas do Império e os Revolucionários Farroupilhas²³⁶. Na verdade ele se refere a tal conflito como uma das razões que o fizeram antecipar, de certa maneira, uma publicação que no seu original deveria ser bem mais extensa.

²³⁵ Rodrigues (s/d) apud Meyer *op. cit.*, p. 11.

²³⁶ O conflito que aconteceu na Província de São Pedro ficou conhecido como Revolução Farroupilha (1835/1845). Foi um movimento de cunho Liberal sob o qual reuniram-se liberais que tencionavam pressionar o Governo central, no sentido de conseguirem mais recursos para a Província, maior proteção dos seus interesses econômicos, bem como, maior autonomia, e outros liberais com idéias separatistas. Esses últimos sonhavam com uma República Independente. A partir da segunda fase desse movimento, foi proclamada a República Rio-grandense, cujo presidente era Bento Gonçalves e o movimento revolucionário transformou-se numa sangrenta “Guerra Civil”. (Júlio Quevedo, José Tamanquevis, *Rio Grande do Sul – aspectos da História*. 7ª. ed., Porto Alegre, Martins Livreiro, 2002.)

O deplorável conflito militar que hoje atrai sôbre a província do Rio Grande de S. Pedro do Sul a atenção do Brasil determinou-nos a publicar êste opúsculo, extraído de uma obra inédita, muito mais extensa, resultado de vinte anos de observações sobre o Brasil Meridional: obra que já se teria dada (sic) ao prelo, nesta capital onde a arte dos Guttemberg tem feito, em poucos anos, tão brilhantes progressos, se a consideração das despesas, necessariamente avultadas de execução local, não tivesse obrigado o autor a reservá-la para a tipografia européia. Esperamos entretanto que a notícia abreviada, que se oferece ao público, merecerá dos leitores de tôdas as classes um benigno acolhimento; pois nela acharão pormenores autênticos sôbre o estado de tão interessante país, e proporções suficientes para seguir topogrâficamente as operações respectivas das forças beligerantes. (p. 35)

Dreys, através da sua *Notícia Descritiva*, quis apresentar a Província de São Pedro aos brasileiros. Há uma preocupação, ao longo de todo o seu texto, de que esta região – tão marcada por conflitos e disputas de seus limites e de suas fronteiras – possa ter, no cenário nacional, um lugar diferenciado. Sua intenção é dar ao conhecimento a todos, brasileiros e estrangeiros, acerca das potencialidades reunidas na porção mais meridional do País. Assim, embora o conflito militar que estava acontecendo ao Sul do Brasil seja referido como o motivo dessa publicação “abreviada” e, portanto, prematura de sua obra, o autor, ao contrário da expectativa que poderia ter sido criada inicialmente, não comenta as disputas e os conflitos que aconteciam naquela região. Ao contrário, ao final dessa carta introdutória, Dreys, com forte caráter pessoal, justifica, justamente, a ausência em sua *Notícia Descritiva* de quaisquer comentários judiciosos sobre a guerra que acontecia na Província de São Pedro e, afirma, mais uma vez, o seu reconhecimento àquela terra e aos seus habitantes;

Estrangeiro por nascimento, bem que sinceramente e de muito tempo aderente ao Brasil por simpatia e por gratidão, não nos pertence tomar parte nas dissensões domésticas que rebentaram entre seus filhos; por isso, julgamos dever recusarnos ao pedido de alguns amigos que desejavam um apêndice tratando da origem da guerra presente e dos movimentos estratégicos consecutivos. Fiéis à nossa epígrafe, limitar-nos-emos a fazer votos para a possibilidade de persuadir dispense à sombra da paz êsses campos amados do céu, que durante os mais belos anos de nossa vida, nunca deixamos sem saudade, nem tornamos a ver sem prazer! (p.37)

Cabe destacar que nenhum dos outros viajantes cujos trabalhos foram examinados neste estudo imprimem tal forma a seus trabalhos. Mais uma vez a diversidade das possibilidades de produção da escrita se faz presente. Poder-se-ia até pensar, inicialmente, que a *Notícia Descritiva* não se enquadraria “idealmente” no gênero literário “literatura de viagem”, por nela não encontrarmos registros diários de impressões colhidas ao longo de uma viagem, como outros narradores do gênero fizeram. Ou, ainda, por não termos nela a escrita imediata de um observador *in loco*, mas antes a reunião de impressões de anos de permanência e deslocamento pelas terras do Rio Grande do Sul. Na verdade, a *Notícia Descritiva* de Dreys realiza a organização de um “compêndio”, a descrição de uma topografia autorizada pelos anos de convívio. Assim, podemos pensar que Dreys não escreve *de dentro* da complexa experiência de *uma* viagem determinada, com suas “mazelas”, dificuldades, descobertas e aventuras, usualmente tomadas como peculiares, como próprias a este tipo de narrativa. Aliás, não é possível afirmar o modo como esse autor foi reunindo suas informações de maneira a poder escrever seu livro. Pode-se observar, apenas, que o texto construído por Dreys na *Notícia Descritiva* não se organiza pela descrição detalhada dos acontecimentos que marcaram um dia específico da viagem de seu autor, com apontamentos detalhados relativos, por exemplo, a datas e às condições meteorológicas, freqüentemente encontradas nos relatos de viagem de Saint-Hilaire e

de Isabelle e de forma mais presente, ainda, no caderno de viagem de Bonpland. Embora não falte em seu relato registro de experiências e de acontecimentos presenciados ao longo dos vários anos de deslocamento pelas terras da Província de São Pedro.

Mais uma vez, coloco-me atenta às formas plurais das narrativas e das traduções de viagens que o gênero *Literatura de Viagem* abriga no seu interior. Também sinalizo que, provavelmente, os textos e cadernos de viagem escritos no relato de dias e de noites foram, muitas vezes, reorganizados, revisados, reformulados, completados, subvertidos, traduzidos e mutilados de variadas formas, por seus próprios autores e por outros que dele se ocuparam, antes de chegarem às prateleiras de seus leitores.

Como também já foi salientado anteriormente, a condição essencial para que um texto seja considerado literatura de viagem é justamente referir o deslocamento físico do autor pelo espaço geográfico, por um tempo determinado. Ao mesmo tempo, os estudos realizados neste campo mostram que, embora a condição acima referida seja fundamental, ela não esgota a abrangência do gênero²³⁷, posto que nele tem sido encontradas diversas possibilidades de “errância” e de estilos descritivos. Suas manifestações são plurais, indo da crônica, à epístola, ao romance, à poesia, ao diário e ao relato científico, podendo, ainda, muitas vezes, estar acrescido de registros iconográficos.²³⁸

Assim, a escrita de Dreys acontece e se legitima não por ele ter realizado *uma*, mas antes, várias viagens à Província de São Pedro e ao seu interior. Não só isso, mas, como ele mesmo salienta, por lá ter permanecido por vários anos. É esta marca que o autoriza a falar, e inclusive a falar de uma determinada maneira sobre aquilo que ele *lá* viu, ao longo de anos de permanência e de deslocamentos. E essa sua seção “Ao Público” não deixa de ser uma apresentação ao leitor dessas suas credencias.

²³⁷ Karen Lisboa, *A Nova Atlântida de Spix e Martius: natureza e civilização na Viagem pelo Brasil (1817-1820)*. São Paulo, Hucitec, 1997, p. 34.

²³⁸ *Ibidem*.

Escreveu o autor como testemunha ocular: dez anos de residência na província facultaram-lhe bastantes proporções para estudar essa bela região que deixa um sentimento de predileção tão vivo, tão perseverante no coração dos homens que a viram. Envolvido, logo depois de sua chegada, nas operações da guerra contra Artigas, circunstância em que teve ocasião de se achar casualmente em contato com alguns dos atores do desgraçado drama que enluta agora tão suntuoso teatro; levado sucessivamente a todos os pontos da província por especulações de comércio, viu-se em posição de conhecer perfeitamente os homens e as cousas, e não deve ser recear que as saudosas impressões de que acabamos de falar impregnem seus pincéis de cores oficiosamente lisonjeiras: é este um país que não se pode adular: uma natureza tão rica, dotada de tantos elementos de atração, não requer do historiador senão verdade. (p..35)

O trecho acima nos permite vislumbrar aquilo que legitima o autor, enquanto alguém que fala de um lugar privilegiado sobre esta região do Brasil; o tempo de permanência na região. Dreys tem a seu favor um longo tempo de permanência nas terras da Província de São Pedro. Permanência essa marcada por várias andanças por este “canto do mundo”. Assim, sua *Notícia Descritiva* apresenta-se como a tradução de uma experiência sólida e continuada no tempo, que foi enriquecida pelos detalhes e conhecimentos específicos que só poderiam ser alcançados a partir de constantes e longos deslocamentos na região. Dreys, em sua *Notícia Descritiva*, reclama para si a posição de *testemunha ocular* de um lugar, para ele, ainda a ser descoberto.

Então, se o que confere ao seu trabalho um *status* de verdade e de legitimidade é o conhecimento adquirido através de longos anos de residência e de deslocamento pela Província de São Pedro, o oposto a isso desabilita e desautoriza as experiências e os relatos de vários outros

viajantes. Dreys apresenta, na direção das considerações anteriores, uma crítica contundente aos relatos feitos por outros viajantes sobre o Rio Grande do Sul, considerando-os fantasiosos, inverossímeis e enganadores, porque decorrentes de um breve deslocamento por essas terras. Na seção já referida, ele até revela uma certa indignação diante dos trabalhos desses viajantes, inclusive do trabalho de Isabelle, questionando o aproveitamento de tais relatos desprovidos de verdade e de seriedade.

Que utilidade pode tirar o topógrafo, o naturalista, o publicista, e em geral o mundo literato, dos graciosos apontamentos tomados de corrida por essas rápidas aves de passagem que, vindo do velho hemisfério repousar um instante nesta terra virgem, julgam respirar a ciência com aroma de suas matas e consideram-se assim habilitados para tudo conhecer e tudo dizer, como a Pítia délfica, sob inspirações súbitas de uma exaltação enganosa e fugidia? Que conhecimentos, não diremos exato, mas aproximativo, podem dar do Brasil as historietas deduzidas de algumas superfícies pelos Olway, Allois, Isabelle, Douville e outros semelhantes, ou os plagiados pitorescos de certo caricaturista que observou o país pela janela de seu aposento? Com razão se queixam os críticos da esterilidade extravagância dessas produções fantásticas. Não é assim que uma imaginação judiciosa recebe e transmite as impressões: infeliz do viajante que, depois de alguns anos de observações, não lacerou suas primeiras notas; arrisca a enganar-se a si mesmo e enganar os outros. (p. p. 35-36)

A riqueza do texto de Dreys para esta análise está justamente no fato deste autor ter se ocupado com emitir tantas opiniões e posicionamentos, tornando o seu texto, por vezes, também difícil de analisar justamente por conter tanta variedade. No trecho acima, Dreys apresenta seu olhar sobre os outros viajantes estrangeiros. Mais, ainda, ele afirma o seu entendimento de como um

viajante deve proceder no sentido de suas notas exigirem revisão, reconsideração, retomada de posicionamentos só viabilizados pela riqueza de uma experiência que tem, na permanência, a sua possibilidade de verdade e de alcance de uma observação útil. Para Dreys o tempo é condição fundamental para conhecer, como já referi. Desse modo, que conhecimento pode ser adquirido em uma simples passagem pelas coisas do lugar? Que utilidade, pergunta Dreys, podem ter anotações daqueles que vindos do “velho hemisfério repousar um instante nesta terra virgem julgam respirar a ciência com o aroma de suas matas?” Ainda, nesse “desabafo”, encontramos uma interessante referência de Dreys a um viajante que teria transformado sua viagem em quadros. Pergunto-me: a quem Dreys se referiria? Estaria ele falando das obras do seu famoso conterrâneo Jean-Baptist Debret? Isso poderia ser possível, levando-se em consideração, comentários feitos por Abeillard Barreto (1973). Em sua *Bibliografia Sul-Riograndense*, Barreto nos informa que Dreys teria reunido também desenhos durante as suas viagens pela Província de São Pedro os quais teriam sido perdidos pela gráfica a que foram entregues²³⁹. Barreto discorre ainda mais sobre isso levantando algumas polêmicas.

Além das perspectivas exterior e interior do Rio Grande, de vistas de Pelotas, de Porto Alegre e a tal Estreito, é importante notar que Dreys fala na sua travessia do ‘Mambetuba’, no ‘Passo Rico’ do S. Gonçalo, no ‘Espírito Santo do Serrito’, assim como declara haver ‘residido nas charqueadas e nas estâncias’. (pg.167). Como se pode constatar no verbete de Debret, há na coleção Castro Maya algumas aquarelas deste, sem assinatura, nem data, que reproduzem vistas exteriores e interiores do Rio Grande, travessias do ‘Mambetuba’, e do ‘Passo Rico do S. Gonçalo’ e um desenho do ‘Espírito Santo do Serrito’, além de quadros das charqueadas de Pelotas e de estâncias não identificadas. Naturalmente a tenção dos viajantes, naquele tempo, seria despertada pelos mesmos fatos mais marcantes;

²³⁹ Segundo ele, esta informação é fornecida pelo próprio Dreys, em nota incluída em seu trabalho que relata o extravio de um álbum iconográfico feito por ele, sem mencionar quando.

e se esses viajantes eram compatriotas, também se tornava fácil incidirem nos mesmos erros de ouvido ou de eufonia. Ressalvadas as possibilidades, não será possível que os desenhos de Dreys houvessem servido de esboço as aquarelas de Debret que por isso não as teria firmado?²⁴⁰

Dreys preocupa-se em afirmar a qualidade de sua *Notícia Descritiva* conferindo um caráter de veracidade e confiabilidade às informações nela contidas. Assim, na seção “Ao Público”, ele relaciona também suas credências de viajante, de historiador, de observador ‘in loco’, as quais serão reforçadas, ao longo de todo o texto, de variadas formas. Também, como foi discutido anteriormente, ao mesmo tempo em que ele condena certos relatos de alguns viajantes, enquanto descrições caricatas e, por vezes, fantásticas, também esclarece o modo correto de proceder em relação a isso. Ele diz como se deve fazer a descrição de uma determinada região: quais são os componentes necessários e mesmo indispensáveis a essa descrição, e, ainda, quem ele considera um modelo a ser imitado, mesmo que humildemente, nas “ciências das viagens”. Pode-se entender que é, dessa forma, que Dreys vai constituindo para si mesmo e para os outros um modo particular de marcar como deve ser este tipo de narrativa. Para ele, um estudo descritivo de qualquer região do globo será incompleto se não seguir alguns passos pré-determinados que devem ser registrados e observados. Ele atribui a Humboldt²⁴¹ o papel de orientador e inspirador dessa “ciência das viagens”, declarando-se seu tímido e atento imitador. Neste sentido, qualquer estudo será imperfeito, segundo Dreys, se a ele:

²⁴⁰ Abeillard Barreto, *Bibliografia Sul-Riograndense (a contribuição portuguesa e estrangeira para o conhecimento e a integração do Rio Grande do Sul)*, Rio de Janeiro, Conselho Federal de Cultura, 1973, vol.I, p. 455.)

²⁴¹ Alexander Von Humboldt (1769-1859), grande naturalista e viajante alemão, que percorreu as regiões tropicais do Novo Mundo em parceria com Aimé Bonpland. Como foi discutido em capítulo anterior, o trabalho de Humboldt transformou-se em referência para vários viajantes daquela época, bem como inaugurou um novo olhar sobre a América. Para Dreys, Humboldt era um modelo a ser seguido no sentido de garantir a construção de uma obra séria e comprometida com a verdade.

(...) não preceder uma idéia preparatória de sua constituição geológica; introdução necessária ao delineamento das distribuições topográficas; interrogando sucessivamente as águas, os ares e a ação patente ou provável dos elementos sobre os acidentes do terreno e sobre os fenômenos da vida animal ou vegetal: depois de construído o edifício é que se pode tratar dos hóspedes. Guiado por este gênio metódico, o célebre Humboldt atravessou o continente americano, ferindo com um ferro escrutador o granito dos Andes; descendo daqueles espôndilos do mundo para explorar as planícies nascidas deles, e chamando ao complemento de seus cálculos a potência dos fluídos e dos meteoros. Tímido, mas atento imitador, procuramos seguir, bem que de longe, os passos do sapientíssimo naturalista, criador das ciências das viagens, persuadido que destarte, e destarte somente, poderá o observador pôr algum peso na balança dos conhecimentos humanos; o que nunca conseguirá com narrações romanescas²⁴², ôcas de fatos e de verdade, e que nada ensinam, ou, o que pior é, não ensinam senão o êrro. (p. 36)

²⁴² Ressalto aqui, como já foi discutido anteriormente, a preocupação de Dreys de marcar o seu relato dentro de um contexto científico, o qual lhe garantiria o afastamento devido das armadilhas, por exemplo, das narrativas “romanescas”. A idéia de romanesco está associada a idéia de Romântico, o que era entendido, na época “das luzes”, como “tudo que é produzido pela imaginação desordenada, aquilo que é inacreditável e que reflete um gosto artístico irregular e mal esclarecido” (In: <http://faroldasletras.no.sapo.pt/romantismo.htm>). Porém, tal importante e amplo movimento cultural atravessou, em diferentes níveis, de variadas formas, o complexo pensamento sobre a Natureza, ao longo do século XIX, e também, penso que podemos estender isso, aos séculos XX e XXI. Assim, não só os diferentes textos analisados nesta tese, bem como os diferentes trechos selecionados - no caso, do trabalho de Dreys, mas não exclusivamente - vão construindo diferentes aproximações em relação a esse importante movimento. Enfim, embora realizando uma crítica contundente ao que ele chama de historietas romanescas, seu trabalho não escapa de apresentar, por vezes, elementos estéticos identificados com o Romantismo.

É a partir de considerações como essa, que Dreys organiza e nos apresenta sua obra. Aliás, em vários outros momentos, ao longo desse texto, ele marca o lugar a partir do qual ele construiu a sua *Notícia Descritiva*: ou seja, ele fala do lugar do historiador. Embora ele reconheça não estar fazendo aquilo que ele considera ser um trabalho de História Natural, ou científico, percebe-se sua preocupação para que seu trabalho tenha valor científico, sendo que, para tanto, ele se inspira na ciência para a organização e construção de suas observações e notas, pretendendo, então, que, “mesmo que humildemente”, tal trabalho possa contribuir para ela.

O esboço que acabamos de fazer da história natural do Rio Grande é um resumo muito diminuto das esplêndidas manifestações locais da natureza em todos os seus reinos; deixamos em silêncio preciosidades de detalhes, infinitas entidades curiosas da vida animal e vegetal, por isso que, escrevendo como historiadores, e não como naturalistas, julgamos que também, nesta parte, só devíamos nos ocupar das notícias convergentes à singeleza de nosso plano. Se o favor do público acolher o presente opúsculo, e se mostrar desejoso de maiores desenvolvimentos, prontos estaremos em satisfazer tão lisonjeiras exigências. (p. 92-93)

O trecho acima também nos possibilita olhar uma outra marca do trabalho de Dreys: seu texto conversa, literalmente, com o seu leitor (e ao mesmo tempo, declara a extensão das possibilidades de seu texto). Tal aspecto já pôde ser percebido no início de sua “Carta ao Público”, na qual ele se dirige aos leitores explicitamente, garantindo que sua obra é de interesse “*dos leitores de todas as classes*”. Em vários momentos, como nos trechos a seguir, Dreys dirige-se explicitamente ao seu público, às vezes explicando algumas opções, outras desculpando-se, e, outras, ainda, instigando o leitor a permanecer atento às coisas da região a qual ele apresenta de forma tão entusiástica.

O leitor perdoará a ousadia de nossas idéias; elas não estão talvez muito longe da realidade (...). (p.46, grifo meu)

Estamos longe de ter dado uma relação completa e detalhada de todos os rios correntes que regam a província de Rio Grande, e a multidão de águas estagnadas que banham suas planícies; porém, nosso projeto não se encaminha a inteirar uma nomenclatura seca, e fastidiosa, mas sim, esboçar a verdadeira fisionomia do país com os riscos mais característicos. Navegamos entre dois cachopos: havíamos, ou de cair em detalhes ociosos, que nos exprobaria a longanimidade **do leitor**, ou de omitir, para sermos breves, alguns corolários conducentes a nossas conclusões; procuramos evitar um e outro; **o leitor julgará** se havemos conseguido conciliar o laconismo com a necessária elucidação do assunto. (p.67, grifo meu)

Embora ele afirme o caráter “democrático” e, portanto, pouco restritivo da sua *Notícia Descritiva*, podemos observar, ao longo do seu relato, um certo direcionamento no sentido de eleger uma classe particular de leitores: aqueles que poderiam aliar informação, interesse geográfico, cultura e, principalmente, comércio. Estes teriam condições de apreciar as possibilidades econômicas desta região, re-apresentada no trabalho de Dryes como um “*Novo Èden, num canto do mundo*”, no qual a exuberância dos trópicos, aliada a uma vegetação e climas mais amenos e mais adequados ao mundo europeu, compõem uma região próspera, aprazível e unificadora das várias paisagens e climas do planeta.

Além de definir o seu leitor, Dreys continuamente vai definindo, nas várias passagens até aqui analisadas, como deve ser feita uma narrativa de viagem, quais os seus componentes indispensáveis, quais seus pré-requisitos. Ou seja, ele vai, ao longo de toda a obra, enumerando

critérios e, nesta operação, selecionando aquelas obras que podem ser consideradas bons exemplares desse tipo de relato e aquelas que não são dignas de confiança, enfim aquelas que não correspondem à verdade dos fatos, aquelas que não tratam, com a seriedade devida, o seu objeto de estudo.

Após a seção inicial, integram a obra de Dreys dois capítulos temáticos. O primeiro destina-se à apresentação da topografia física e, o segundo, à apresentação da topografia política. Na parte primeira, ele apresenta a monografia das montanhas. Em seguida, na parte segunda, ele apresenta a Hidrografia, subdividindo-a em hidrografia marítima e hidrografia interior. Na parte terceira, o autor dedica-se à descrição da geografia, da história natural, da meteorologia e da agricultura e faz uma breve discussão acerca da mineralogia. Cabe ressaltar, também, que a descrição da vegetação apresenta-se na mesma seção destinada à discussão da agricultura. Adicionando a isso, os comentários e observações que Dreys tece em relação à vegetação da Província de Rio Grande, não seria demais assinalar que o autor parece olhá-la, principalmente, sob o ponto de vista da sua aplicação e da sua importância para a agricultura. A *Notícia Descritiva* apresenta, também, subdivisões na História Natural, Ictiologia, Ornitologia e Zoologia.

Em relação ao capítulo segundo, a parte primeira dedica-se à distribuição territorial contendo uma descrição das principais cidades da Província (Porto Alegre, Rio Pardo, Missões, Piratinim, Cidade de São Pedro, Cidade de Pelotas, S. José do Norte, Estreito, Mostardas, Viamão, Santo Antônio da Patrulha, S. Leopoldo, Cachoeira, Caçapava, Santa Maria Alegrete, Bagé-Cerrito, Taim, Santa Vitória e Vacaria). Na parte segunda deste capítulo, o autor dedica-se a dissertar sobre a indústria, o comércio e a navegação. Finalmente, na parte terceira, o autor apresenta suas análises e observações sobre os habitantes locais, falando dos índios, dos negros, das mulheres, dos europeus, dos gaúchos, e dos contrabandistas.

Um novo Éden num canto do mundo...

A seguir apresento vários trechos nos quais o autor dedica-se em seu relato à representação e à construção da paisagem do Rio Grande do Sul. Os vários trechos reúnem várias possibilidades de análise e, por muitas vezes, um mesmo trecho pode ser estudado de modo a destacar diferentes aspectos. Considero que o que fica mais patente em relação à produção de uma natureza para o Rio Grande do Sul é a construção dessa região como ‘abençoada’ pela própria natureza a qual reuniria ‘voluntariamente’, e nela congregaria, todas as possibilidades de clima, de relevo, de vegetação e de hidrografia dos diferentes cantos do planeta. Enfim, como o próprio autor afirma em determinada parte do seu texto, no qual descreve um passeio realizado aos arredores de Porto Alegre, existe “um bairro pitoresco paralelo ao rio, ao qual se deu o agradável nome de *Paraíso*”. Para chegar lá segue-se em direção ao que é conhecido como *Caminho Novo*, até perto da embocadura do Rio Gravataí. Cabe referir, que tal local também mereceu uma menção de Saint-Hilaire, anos antes, em seu diário de viagem, no qual afirmou que “raramente se encontra passeio mais agradável que o do Caminho Novo; recorda tudo o quanto existe de mais encantador na Europa.”²⁴³

A citação a seguir apresenta como Dreys foi “pintando” para o seu leitor as cores desse *Caminho Novo*:

²⁴³ Auguste de Saint-Hilaire. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Trad. de Adroaldo Mesquita da Costa. Martins Livreiro, Porto Alegre, 2ª ed., 1997, p. 31. O relato de Saint-Hilaire será analisado no próximo capítulo. Cabe ressaltar, no entanto, que esse viajante, toma a Europa, mais especificamente a França, como referente explícito das comparações que ele vai construindo, ao longo de sua viagem, sobre as paisagens, as cidades, os comportamentos dos habitantes locais, sus reuniões e festas, seus modos de vestir etc. A sua condição de estrangeiro é freqüentemente reafirmada e reorganizada nestes encontros. Arsène Isabelle também apresenta, em alguns momentos de seu relato esse posicionamento.

O lado oposto ao rio está bordado de ricas chácaras, de jardins aparatosos, abundantes de flôres, e de frutos, cujos aromas misturados na atmosfera suavizam o olfato, e despertam o apetite; as uvas (as mais deliciosas que se podem encontrar em continente americano, e que tivemos ocasião de comparar por suas formas e seu sabor, com as tão celebradas uvas de Fontainebleau), os pêssegos, os figos, as pêras, os marmelos, juntos com a laranja, a lima, a banana, crescem na mesma latada, recebem enlaçados os benefícios da mesma terra, do mesmo céu, e rompem de tôdas as partes o cançado de suas prisões para saírem no caminho a oferecer-se, para assim dizer, à mão do passageiro: também preciso é declarar que a índole dos habitantes harmoniza-se com a profusão da natureza; todos aquêles produtos de uma terra pródiga, solicitados por cuidados contínuos e esclarecidos, parecem à propriedade comum; qualquer passeador que queira satisfazer a sede ou a vontade de saborear tão sedutores presentes da pomona local, pode entrar na primeira chácara que lhe aprouver, e pedir o que lhe agradar; achará logo em tôdas as partes obsequiosa prontidão em servirem, e os refrescos apetecidos lhe serão apresentado com um desinteresse digno dos tempos patriarcais; os costumes generosos dos donos assim o têm determinado: é a idade de ouro reproduzida em novo Éden um canto do mundo. (p.101)

O trecho acima, retirado da *Notícia Descritiva* de Dreys, apresenta uma terra no esplendor de suas potencialidades, uma terra “pródiga” onde a “profusão da Natureza” “presenteia”, oferece ao viajante e ao “passeador” o espetáculo de seus produtos. Tudo acontece em perfeita harmonia, como não podia deixar de ser neste novo Éden. Natureza e Cultura se complementam na “obsequiosa prontidão” que demonstram todos os habitantes do local. Como diz Dreys, “a índole dos habitantes harmoniza-se com a profusão da natureza”. Nada mais justo em se tratando de um novo Éden num canto do mundo. Generosidade da natureza, generosidade patriarcal de seus proprietários. Prodigalidade da natureza, o cuidado e o cultivo da terra. Cultivo esse que, se em alguns momentos é apontado como necessário, em outros revela-se irrelevante diante das potencialidades e dos “produtos espontâneos” que o Rio Grande possui, contribuindo, mais ainda, para a construção da

idéia de uma natureza que se apresenta rica, abundante e inesgotável, exigindo pouco trabalho e pouco investimento por parte dos seus ocupantes humanos.

Cabe ressaltar, ainda, que o novo Éden de Dreys apresenta-se não quando este encontra “os matos virgens com sua vegetação robusta e confusa”, uma natureza selvagem, com seus matos seculares, de difícil penetração. O novo Éden de Dreys é um Éden em construção. Ele se apresenta quando esse viajante encontra uma região absolutamente domesticada, já transformada pelo cultivo a qual, como já havia salientado anos antes Saint-Hilaire, aproxima-se muito de algumas regiões tão aprazíveis da Europa. De fato, este é um dos trunfos deste “novo paraíso”, suas possibilidades de continuidade e de semelhança com o que se chamava então “Velho Mundo”.

Excetuando-se esses produtos espontâneos, o Rio Grande possui pouco desses frutos silvestres que abundam nos matos nas regiões equinociais; mas, ele dá com profusão todos os que lhe pede a cultura; e estando a província como no ponto de contato entre a temperatura dos Trópicos e o céu mais brando dos climas temperados, daí resulta que, debaixo dessas influências mistas, os produtos do equador vêm-se ajuntar com os frutos da Europa. (p.80)

Mais adiante me ocuparei um pouco mais dessa questão da localização do Rio Grande do Sul, ou seja, das possibilidades que se apresentam por esta região estar, justamente, como afirma Dreys, localizada “debaixo de influências mistas”. Na interessante fronteira entre aquilo que não é mais tanto o Brasil *típico* - com suas matas abundantes, sua vegetação opulenta, sua umidade, seu calor e sua profusão de mosquitos - mas ainda o é, de certa maneira, e é isso que se apresenta como o Novo, mas também como possibilidade de continuidade daquilo que já é também familiar. Um Brasil com uma vegetação mais “amena”, com campos desertos, com um clima mais temperado e, certamente,

com menos mosquitos. Um Brasil que, portanto, apresenta-se propício e aberto à “europeização”, na medida em que, como aparece na citação anterior, aceita e reproduz seus frutos. Um Brasil que admite tanto resquílios de *tropicalidade*, em algumas regiões de mata, quanto os benefícios de um clima mais temperado e de uma vegetação menos densa, confusa e ameaçadora.

Gostaria de retomar, um pouco mais, a questão da “prodigalidade da natureza”, a qual aparece reafirmada de várias formas na *Notícia Descritiva* de Dreys. Em relação a esse tema, encontro algumas similaridades entre as observações feitas por ele e as feitas por outros autores em tempos históricos bastante diferentes. Tomo como exemplo um trecho de André Ribeiro Coutinho²⁴⁴, que, em 1737, batizou o Rio Grande com o epíteto de “terra dos muitos”:

Agora pelo que toca à primeira parte da pergunta – do que é esta terra, não tenho dúvida a responder, porque é cousa que manipulo há seis meses. A este país, meu senhor, tenho chamado a terra dos muitos e - ouça Vossa Mercê a razão – com toda a verdade porque, aqui há muita carne, muito peixe, muito pato, muita marreca, muito maçarico real muita perdiz, muito jacum, muito laticínio, muito ananás,

²⁴⁴ Guilhermino Cesar, que foi um importante pesquisador e historiador da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, organizou em seu livro documentos, cartas, e relatos daqueles que por ele foram considerados os primeiros cronistas do Rio Grande do Sul. Ao explicar o título dessa obra que é justamente “Os primeiros cronistas do Rio Grande do Sul, 1605 a 1801”, considera esse autor, que embora tendo reunido homens de espírito culto e homens de poucas letras, cabem a todos o nome de cronistas, uma vez que todos eles manipularam a matéria-prima do tempo histórico. Diz o autor: “quase todos têm um mérito: escreveram a história de seus próprios feitos; foram pioneiros no melhor sentido da palavra. Até aqui vieram, ao Rio Grande, por diversos motivos: uns por obrigação, outros, por gosto, por ambição de glória ou fortuna, ou mesmo, uns poucos, como missionários, por amor de Cristo”. Cabe ressaltar que este autor entendia o Rio Grande do século XVII e XVIII como “terra de ninguém”, como “espaço vazio” porque vazio da cultura e da civilização que podiam e mereciam ser reconhecidos enquanto tal: branca, européia, imperial, cristã..... Escolhi um trecho de um desses cronistas que trata, àquela época, da abundância característica a região da Província de São Pedro. É interessante notar em seu depoimento que essa abundância é tanto daquilo que podemos considerar como aspectos positivos, bem como daqueles que poderiam ser considerados menos atrativos.

muita courama, muita madeira, muito barro, muito bálsamo, muita serra, muito lago e muito pântano, no verão muita calma, muita mosca, muita motuca, muito mosquito, muita polilha, muita pulga; no inverno muita chuva, muito vento, muito frio, muito trovão, e, com todo o tempo muito trabalho, muita faxina, muito excelente ar, muita boa água, muita esperança, muita saúde para servir à Vossa Mercê; pôde produzir como já experimentamos, muita belancia, muita abóbora, muito legume, muita hortaliça, e, porque com uma palavra que diga o que mais importa a Vossa Mercê, também há muita falta de tudo o mais para a vida e para o luxo (...).²⁴⁵

Esta carta, escrita em setembro de 1737, termina com a afirmação do autor de nunca antes ter conhecido terra tão “salutífera, fecunda e forte”. Além disso, penso que é possível estabelecer uma certa proximidade entre essa idéia de abundância, associada à idéia de existência de um paraíso terrestre, e as considerações que Kury (2001) faz em relação à construção dessas representações. Para ela o Paraíso Terrestre e o País de Cocanha²⁴⁶ são mitos que tem origens muito antigas e que se confundem com aqueles relativos à Idade do Ouro. Somente a partir da Idade Média é que o País de Cocanha, por exemplo, adquiriu uma identidade própria, a qual se manteve ao longo do tempo. O

²⁴⁵ André Ribeiro Coutinho, “Terra dos Muitos”, In: Guilhermino César: *Primeiros Cronistas do Rio Grande do Sul 1605-1801*. 2a. ed., Porto Alegre, EDURGS, 1981, p. 110-111.

²⁴⁶ “Cocagne, Cockayne, Cuccagna, Bengodi, Cucaña (...)” assim inicia Hilário Franco Júnior a apresentação de seu livro *Cocanha – várias faces de uma Utopia*. São Paulo, Ateliê Editorial, 1998. O autor vai assinalar que várias são as tradições folclóricas que se referem ao país da Cocanha. Afirma esse autor: “dos séculos XVI-XVII temos, dentre outras, 12 versões francesas, 22 alemãs. 33 italianas, 40 flamengas. Mesmo depois, apesar de um recuo no interesse pelo tema, ele ainda foi objeto, por exemplo, “de um quadro de Goya em fins do século XVIII e de um folheto de cordel brasileiro em meados do século XX.” (p.9). Franco (1998) questiona a razão desse sucesso, ao que ele responde considerando o fato que esse local se apresentar como uma terra maravilhosa, imaginária, distante e oposta em todos os sentidos da realidade cotidiana vivida. Assim, torna-se uma utopia, o que explicaria sua larga aceitação geográfica, já a sua longevidade no tempo, o autor explica em função da quantidade de mitos utilizada na sua constituição. Para Franco (1998) “Cocanha é um mosaico mítico formado por dezenas de peças de diversas procedências. Fragmentos manipulados de forma própria conforme a época e o local de cada versão.” (p.10)

período das Luzes, não impediu estes sonhos. O mito de Cocanha continuou a se insinuar mesmo dentro dos domínios do saber científico e de suas aplicações práticas²⁴⁷.

Os mitos do Paraíso Terrestre e do País de Cocanha apresentam em comum a evocação da abundância e da prodigalidade da natureza. Nestes dois lugares, frutas, legumes, cereais, leite e mel são encontrados em profusão, sem que, para tanto, o homem tenha necessidade trabalhar para que possa desfrutá-los.²⁴⁸

As viagens são consideradas por Kury (2001) como instâncias privilegiadas para a procura desses lugares paradisíacos. Diante do encantamento causado pelas Ilhas do Pacífico, dos tempos de Bougainville e Cook, a única linha a ser seguida era a da comparação com o Jardim do Éden; isso também acontece em relação às Américas e às ilhas dos Oceanos Índico e Atlântico. A descrição de todos estes lugares privilegiados pela natureza destaca justamente a abundância alimentar que lhes é peculiar. Não apenas isso: as descrições apontam sempre o pouco esforço empenhado por parte dos seus habitantes, no sentido de obter tais benefícios. Uma das marcas do mito do País de Cocanha é, justamente, o fato de que lá o bem estar não precisa ser garantido pelo trabalho cotidiano muitas vezes, árduo.

O País de Cocanha é um lugar de abundância por excelência. Até o século XVIII, a literatura existente sobre Cocanha converge para um certo número de imagens que evocam rios de leite, chuvas de tortas quentes, *flans* que se estendem sobre os tetos,

²⁴⁷ Lorely Kury, *Histoire naturelle et voyages scientifiques (1780-1830)*, L' Harmattan, Paris, 2001, p. 10

²⁴⁸ *Ibidem*.

árvores maravilhosas que portam vestimentas ou perus já assados. Em Cocanha, a pessoa não trabalha porque tudo possui naturalmente; a preguiça é mesmo recompensada.²⁴⁹

Mesmo ao final do século XVIII, comenta Kury (2001), os relatos de viagem não haviam abandonado de todo ainda estas temáticas tradicionais relativas ao “País Fabuloso”, ou negado a abundância que torna o trabalho duro desnecessário. Porém, esta autora também aponta na direção de uma nova aproximação em relação à natureza, estabelecida neste período, tendo como principal característica a valorização da ação do homem sobre o mundo natural. A História Natural, afirma Kury, passa a ser um complemento essencial das viagens e o método científico se impõe como uma peça necessária à interpretação dos fenômenos naturais. Sem seus auxílios, o homem não pode ter acesso aos benefícios produzidos pela natureza²⁵⁰. Segundo essa autora:

A agricultura constitui, a esta época, a arte mais importante, da qual a sociedade não pode passar sem. Esta ‘arte’ representa justamente o contrário da abundância natural do País de Cocanha: cultivar a terra é uma atividade laboriosa. A agricultura é considerada como uma aplicação da botânica, e a literatura científica estabelece que o desenvolvimento dessa arte é um dos objetivos principais da História Natural. Assim, a ciência e a arte formam um conjunto indissociável, quando se trata de intervir no mundo natural. Os sonhos de abundância presentes na literatura de viagem e nas práticas dos viajantes-naturalistas se misturam assim a uma concepção de afinidade entre homem e natureza que privilegia a transformação dos elementos naturais através das ciências e das artes.²⁵¹

²⁴⁹ *Ibidem*, p. 12

²⁵⁰ *Ibidem*, p. 12

²⁵¹ *Ibidem*.

Assim, parece que se misturam nos relatos, desde uma idéia mítica de uma natureza que tudo provê, sem exigir muito esforço de seus ocupantes, até uma natureza que pode ter suas potencialidades bem aproveitadas e, inclusive, melhoradas por meio da aplicação de conhecimentos e de métodos específicos. Essa última compreensão da natureza, a qual reconhece a necessidade de uma intervenção sistemática e planejada sobre a mesma para melhor disponibilizar toda a sua potência produtiva, todos os seus recursos, embora também apareça no relato de Dreys, está bem mais presente nos relatos de Isabelle, Saint-Hillaire e Bonpland. A *Notícia Descritiva* de Dreys apresenta em vários momentos a idéia de que a natureza recompensa a quem se esforça, mas, também, que a natureza tudo oferece gratuitamente, sem nada exigir, nestes longínquos lugares do “Novo Mundo”, posto que a natureza, na narrativa de Dreys, assume um lugar de sujeito, sendo constantemente antropomorfizada, investida de vontades, desejos, e, até mesmo, de caprichos.

Tão favorecido é o Rio Grande pela terra e pelo céu, que quase toda a sua **opulência é uma dádiva gratuita da natureza**; as esplêndidas pastagens em que giram e se multiplicam imensas manadas de gado, são as minas de ouro que ali se tem explorado com incessante lucro. No verão, não há anda mais alegre do que suas Campinas cobertas, **sem trabalho**, de uma relva nutritiva, alimentada acidentalmente por algumas chuvas, e continuamente pela umidade natural do terreno; benefícios êsses a que se deve juntar a ação do sol propício de um clima temperado. (p. 79, grifo meu)

Mais uma vez, como em muitas outras passagens, Dreys atribui à natureza do Rio Grande do Sul este aspecto “dadivoso”. Ainda, se, por alguma razão, esta terra tão pródiga acaba por revelar-se o oposto disso, cabe também, à própria natureza, tal responsabilidade.

(...) a mão do homem solicita pouca cousa ao solo do Rio Grande; (...) as exportações diminuiram sucessivamente até que afinal cessaram de todo, por as culturas especiais terem decaído na mesma proporção, não por desleixo dos habitantes, **mas sim por a natureza recusar o costumeado prêmio a seus trabalhos:** desde 1818, apareceu no trigo do Rio Grande uma doença que chamaram de ferrugem, e que aniquilou uma parte da colheita. (p. 81)

Porém, o que mais vamos encontrar na *Notícia Descritiva* de Dreys é a afirmação constante da opulência dessas terras e da capacidade criativa e mesmo reformadora de sua natureza.

Supérfluo seria demorarmo-nos na descrição das inumeráveis manadas, cujas gerações se sucedem e progridem na província de São Pedro do Sul; o leitor, instruído pelos antecedentes, já tem feito idéia de uma vasta pastagem povoada de animais submetidos a excisões periódicas; eis o Rio Grande. **A natureza lá está na plenitude de suas operações, produzindo e reparando incessantemente,** á medida que o homem se esmera em consumir; felizmente, seus benefícios excedem as crueldades que os anulam (...). (p. 90, grifo meu)

Também em seu relato Dreys enfoca, por vezes, questões relativas ao cultivo da terra, apresentando, neste sentido, opiniões bastante divergentes das de Isabelle. Para Dreys, o trabalho nesta terra tão pródiga é quase sempre muito bem recompensado.

Seja qual for a generosidade especial do futuro, é uma verdade trivial entre os economistas que, excetuando algumas posições raras e transitórias, bem

enganado anda aquêles que procura as minas de ouro de baixo da terra: verdadeiras riquezas brotam da superfície; algumas vezes a natureza as prodigaliza por um movimento espontâneo, **mas sempre ela as concede ao trabalho pertinaz e judicioso.** (p. 79, grifo meu)

As referências em relação à paisagem na *Notícia Descritiva* constituem a região como favorecida pela natureza, a qual teria ‘concedido’ à Província de São Pedro o que de melhor reuniu-se em todo o globo. Assim, destaca-se na *Notícia Descritiva* de Dreys a construção de uma narrativa onde a natureza aparece em vários momentos – como os até aqui destacados – antropomorfizada, conferindo à Província de São Pedro uma especificidade natural. E nela encontramos reunidos vários climas, vários relevos, várias composições que se “oferecem” ao viajante, ao estrangeiro, bem como ao habitante local. Ela é diversificada: há uma diversidade de climas, de topografias e de vegetação. Estamos diante, então, do Novo Éden produzido por Dreys. Porém, o Éden de Dreys não diz respeito à possibilidade de um retorno a uma natureza perdida, ou à necessidade de restabelecer-se nesta região, ainda nova e pouco conhecida, o vínculo harmonioso entre seres humanos e natureza, tão caro aos ideais românticos, mas antes, diz respeito a outras questões. A sua preocupação é tornar esta região mais conhecida e de marcá-la, neste processo, como um paraíso perdido num canto do mundo ‘clamando’ por ocupação. Paraíso marcado pela diversidade de espécies, de paisagens, de relevos, de recursos hídricos, e, principalmente, de oportunidades. Neste canto do mundo existem muitas possibilidades.

A natureza, querendo conceber à província do Rio Grande de S. Pedro do Sul a magnificência das regiões equatoriais e a graça das Zonas temperadas, conformou sua configuração geológica com os benefícios que lhe reservara. Pampas férteis com suas perspectivas indefinidas; matos virgens com sua

vegetação robusta e confusa; montanhas elevadas com suas aderências filiais, seus sistemas de irrigações, e suas coincidências com a organização geral; tudo se acha reunido no quadro estreito da Província, como um compêndio dos acidentes mais memoráveis do globo. (p.41)

A natureza aparece neste trecho da Notícia Descritiva como um sujeito, investido de vontade própria e de intencionalidade, uma vez que organiza e reúne na porção meridional do Brasil, o melhor de dois mundos: por um lado, o esplendor e a magnificência, o desconcerto e a confusão ‘característicos’ dos trópicos; de outro, a familiaridade encerrada na tranqüilidade já conhecida e experimentada das zonas temperadas. Neste primeiro contato do/a leitor/a com a Província de São Pedro, Dreys retrata, entusiasticamente, o seu pequeno paraíso; como já foi antes assinalado, seu novo Éden. A sua descrição convida o olhar do leitor a percorrer todas as potencialidades dessa região: “pampas férteis”, “matos virgens”, “montanhas elevadas”, “sistema de irrigação”... tudo, enfim, reunido em exposição para os olhos do viajante/leitor/a. Então, estar na Província de São Pedro é estar no globo miniaturizado.

Esse quadro da natureza da Província, descrito por Dreys, não ficaria devidamente correto, completo, considerando as intenções de seu texto, sem um registro da fertilidade, ou seja, das potencialidades e das promessas, que essa ainda pouco conhecida porção de terra ao sul do Brasil encerra em seus pampas férteis, na abundância dos seus recursos hídricos e nas variações de seus desenhos topográficos.

Nas palavras iniciais do relato de Dreys, também encontramos um dos elementos que Pratt (1999) assinala ao analisar a obra de Humboldt: a grandiosidade da natureza. “A natureza querendo conceber à Província ...” essa frase inaugural do relato descritivo deste autor contém a idéia de dádiva adquirida e de privilegiamento, isto tudo porque, como bem observa o autor, temos a honra e o “benefício” de reunir, na província do Rio Grande de São Pedro do Sul, “a magnificência das regiões equatoriais e a graça das Zonas temperadas”. Encarna-se, assim, em um

mesmo espaço geográfico, um modelo de natureza e, ao mesmo tempo, de mundo; o melhor dos mundos, desde o ponto de vista colonial, porque diverso. Afinal, esta é uma terra de possibilidades projetadas em um cenário natural, plural e variado. “Tudo se acha reunido no quadro estreito da Província, como um compêndio dos acidentes mais memoráveis do globo”, apresentado em uma lógica que vê no micro a representatividade da diversidade do macro; em outras palavras, o que aparece na estreita natureza da província corresponde ao que acontece em nível global. Este “compêndio dos acidentes” reforça, mais uma vez, a representação da província de São Pedro como uma ‘região-síntese’; uma ‘região-resumo’. Daí, mais uma vez, o destaque para a sua riqueza. Cabe, então, ressaltar que essa é uma representação de natureza que marca o trabalho de Dreys. Uma representação que vê a natureza do Rio Grande do Sul como um condensado de muitas paisagens, uma bricolagem de muitos ‘quadros da natureza’ e, *conseqüentemente*, como uma terra de muita *abundância, fertilidade, fartura, oportunidades e recursos*. Também creio ser importante estar atento ao termo utilizado por Dreys, “compêndio”. Podemos pensar, a partir das diferentes significações que esse termo representa, que a sua descrição nos apresenta o Rio Grande do Sul como um livro a ser lido²⁵², e, ao mesmo tempo, como uma síntese de geografias diversas.

Ainda, essa representação de “compêndio dos acidentes mais memoráveis do globo” é uma representação que foi se renovando, se reforçando sobre a região Sul do País, ao longo tempo. Podemos olhar, por exemplo, o que diz um texto retirado do livro *Rio Grande do Sul – imagem da*

²⁵² Esse tipo de comparação é comum ao movimento Cultural do Romantismo. A esse respeito destaca Nunes (1978): “Excepcional e solitário, guia obscuro da humanidade, tardio descendente da raça dos magos, dos profetas e dos videntes, e sobretudo decifrador da natureza, que por ele se deixa ler com um livro aberto, detentor de verdades inacessíveis à maioria de que se dissolidariza, sentindo-se mais próximo pela atividade não-utilitária, não-reprodutiva, e pela dependência à imaginação, das crianças e dos loucos, o poeta romântico, já habitante das metrópoles ao aproximar-se o meio do século, só à custa da vida boêmia poderá preservar o ócio, o *famiente* rousseauísta. In:Guinsburg. *O Romantismo*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978, p.72.

terra gaúcha, editado em 1942²⁵³, em uma seção intitulada “Uma natureza à espera de descobridores”:

O Rio Grande do Sul é como o resumo de tudo que o Brasil tem, como que resumindo, numa síntese, a recapitulação das paisagens desdobradas aos olhos do viajante que tenha corrido o país de ponta a ponta. Todavia, esbatida pela distância a paisagem se suaviza, para se vir quebrar, amena e harmoniosa, no painel vivo do Rio Grande. A natureza deixa para trás aquele andar atrevido e selvagem com que se habitou a pisar as terras do Novo Mundo, despindo as roupagens agressivas dos alcantilados, para se vir derrubar mansamente, em revelações novas, numa aconchego de melhores emoções. (...)Panoramas de pampa, panoramas de Serra, panoramas de rio, panoramas de mar! Tudo isso é o Rio Grande aberto e franco, o Rio Grande de todos os climas, de tôdas as paisagens, de todos os sentimentos. Uma terra diferente e amiga, à espreita do passante, em cada quebrada do caminho.²⁵⁴

Parece, enfim, que, ao longo dos diferentes séculos, foi se reforçando uma representação dessa região que, por vezes, a constitui como uma “terra dos muitos” e, outras, como a “terra de todos”, como enfatiza o trecho anterior. Essa também é a representação que se apresenta a quem entra em contanto com a obra de Dreys em relação à natureza do Rio Grande do Sul. É esse o *quadro inaugural* que o autor apresenta aos seus leitores. E a palavra *quadro* adquire, aqui, uma dimensão especial, se lembrarmos que Dreys é um profundo admirador do trabalho de Humboldt e que ele

²⁵³ Morency do Couto e Silva; Arthur Porto Pires; Léo Jerônimo Schidrowitz (org.). *Rio Grande do Sul – imagem da terra gaúcha*. Porto Alegre: Cosmos, 1942.

²⁵⁴ Este trecho é de autoria de Nilo Ruschel, de seu texto “Turismo para o Rio Grande.” In: *Rio Grande do Sul – imagem da terra gaúcha*. Porto Alegre: Cosmos, 1942, p. 109-110.

tenta, então, desenvolver sua obra inspirando-se nos trabalhos e nas orientações deste importante viajante.

Portanto, na organização do texto de Dreys transparece a sua preocupação em apresentar um quadro resumido dos aspectos físicos e políticos da Província de São Pedro.

Cabe, também, referir que Dreys apresenta essa região aos seus leitores como se esses estivessem chegando a esta terra. Ele chama a atenção para o fato de que a percepção da região poderia variar dependendo do roteiro e dos modos de acesso escolhidos pelo viajante. Assim, afirma ele, a perspectiva muda a paisagem. Penso ser esta uma questão importante a ser destacada e também uma das características mais marcantes do relato de Dreys. Também nesta situação o autor chama a atenção para as possibilidades múltiplas que se encerram em uma ação complexa como esta da viagem, na qual, não só as formas de permanência, as formas de deslocamento interno, mas, também, as formas de aproximação a essa terra fazem diferença na produção de um olhar sobre ela. Dreys apresenta a chegada à Província por mar e por terra com descrições que se produzem a partir destas duas diferentes perspectivas. Cabe ressaltar que Saint-Hilaire, em sua viagem ao Rio Grande do Sul, chega por Mar a Torres. “Sempre areia e mar” são as primeiras palavras que lemos em seu diário de viagem, no qual mais adiante ele descreve um pouco mais a região, ressaltando a sua monotonia: “sempre as mesmas planícies”²⁵⁵. Já Arsène Isabelle chegou por terra ao Rio Grande do Sul, atravessando a fronteira brasileira na região da atual cidade de Uruguaiana, e suas palavras soam um pouco mais entusiásticas que as de Saint-Hilaire:

Não tardamos em chegar à terra brasileira e observamos, com satisfação, uma diferença notável no aspecto dessa região; campos verdejantes, árvores pela campanha, numerosos animais nas encostas das colinas e nas planícies; cervos,

²⁵⁵ Saint-Hilaire, *op. cit.*, p. 11; p. 15

avestruzes em abundância, enfim, uma aparência de vida e cultura contrastando singularmente com os desertos que terminávamos de percorrer.²⁵⁶

Parece que Dreys tem razão; a percepção da paisagem vai variar de acordo com a perspectiva, com a escolha dos roteiros, com a forma de entrada nessa terra. Então, um local pode surpreender o viajante, devido a essas diferentes perspectivas, a essas plurais possibilidades de acesso e, conseqüentemente, pode-se instituir, também desse modo, diversidade de paisagens. Dreys descreve essa situação “de chegada” em detalhe, “pintando” um quadro que permite ao leitor pisar, junto com esse viajante, nas terras do Rio Grande do Sul.

O aspecto da Província varia segundo o ponto de vista em que se coloca o viajante. Se chegar por mar, a primeira impressão será penosa; sentirá o coração oprimido e a imaginação entristecida pelo espetáculo daquelas areias deslavadas, que confundem suas tintas monótonas com a côr branquecente (sic) das águas e do céu; tão longe, quanto a vista pode se estender ao Norte e ao Sul, a mais perfeita esterilidade se mostrará de todas as partes; alguns ramalhetes de vegetação, que se descobrem a grandes distâncias, parecem não estar aí senão para fazer mais sensível a nudez do resto. Porém quão enganadoras são essas aparências! Apenas o viajante tem-se adiantado algumas léguas ultrapassando a altura do grande diâmetro das lagoas, muda-se inteiramente a face do país: nova região começa; uma costa viridente, (sic) carregada de uma revelação substancial, se desenrola a seus olhos; alguns morros, que se enxergam no fundo da cena, persuadem ao espectador que o melhoramento não é

²⁵⁶ Arsène Isabelle, *op. cit.*, p. 11. Essa passagem do texto de Isabelle apresenta outros aspectos interessantes de serem discutidos, que serão aprofundados mais adiante. Já se percebe o entusiasmo desse viajante diante das áreas habitadas, que revelam o cultivo da terra, ou alguma forma sistemática de sua ocupação. Nesse sentido, entender ao que se referem os viajantes, principalmente Dreys, Isabelle e também Saint-Hilaire, quando registram seu desapontamento diante das regiões desérticas, passa pelo entendimento da questão da ocupação humana do espaço.

instantâneo, mas sim contínuo, e com esperanças de progressão; a natureza morta, com sua atmosfera ameaçadora, ficou atrás; o viajante entrou no domínio da natureza viva, ardente, prometedora: êle navega em águas mais tranquilas, debaixo de um céu pacífico.
(p. 41-42)

Dreys, através de sua descrição, movimenta o/a leitor/a pela paisagem. Movimento acompanhado de fortes sentimentos: ansiedade, angústia, desapontamento, medo, opressão, e, finalmente, depois disso tudo, alívio. Assim, o/a leitor/a movimenta-se pela cena apresentada por Dreys, aceitando seu convite, ora se aproximando, ora se distanciando “dessas areias deslavadas”, ora se surpreendendo e se tranquilizando. No movimento incerto de um reconhecimento, afirmado no alívio de encontrar, finalmente, a substituição da “natureza morta” por aquilo que é mais familiar; enfim, uma natureza digna de ser narrada. A “costa viridente” e “alguns morros” asseguram ao viajante e aos leitores/as que se entrou no domínio da “natureza viva” e das promessas que ela encerra.

O começo do texto de Dreys marca um certo “desalento” diante da paisagem inicial que se apresenta aos olhos desse viajante. Para ele a chegada à Província, por mar, é desencantadora, desanimadora até. Em nada lembra aquelas representações tradicionalmente “coladas” à natureza brasileira, construídas e perpetuadas nos vários quadros e textos que se ocuparam desse assunto. Não estão lá para receber o viajante (ou o seu leitor e sua leitora) uma natureza “gloriosa”, “selvagem”, “exuberante” e “ameaçadora”, tão comum, tão “típica” ao “Novo Mundo”. Neste momento da narrativa, uma série de expressões da conta desse “desalento” e a cena narrada por Dreys é desprovida, inclusive, de cores. Assim, esse excerto do seu texto é tomado pelas “tintas monótonas” com as quais esse viajante vai compondo, num primeiro momento, o que parece ser o relato de um desapontamento. Podemos pensar naquilo que fala Süsskind (1990) ao problematizar a fundação de uma imagem original e singular de Brasil. Esta autora diz que também é igualmente difícil poder mirar a paisagem brasileira ‘real’, tal como ela se apresenta, falar sobre o que “lá está de fato”, quando, segundo esta autora:

(...) o ponto de vista a ser adotado para fitá-la é pré-dado, quando o modo de vê-la se acha previamente determinado por toda uma série de crônicas, relatos, notícias,

romances, por uma sucessão de miradas, estrangeiras ou não, que lhe demarcam os contornos, tonalidades e sombreados.²⁵⁷

Süssekind (1990), ao discutir essa problemática da fundação de uma “imagem original”, nos apresenta o exemplo de Euclides da Cunha que, em texto dos primeiros anos de século XX, apresenta o seu desapontamento ao ver o Amazonas pela primeira vez. A autora afirma que, embora Euclides da Cunha não atribua essa sensação exclusivamente à imagem ideal do Amazonas formada por “não sei lá quantos viajantes”, a intensidade da expectativa e as imagens prévias por eles geradas são decisivas para esse desapontamento. É como se, afirma a autora, “uma rede de relatos, descrições, páginas e páginas de viajantes armasse o seu olhar e a simples aparição da paisagem sonhada desarmasse logo”. Para ela é a partir dessa tensão “entre olhar previamente direcionado, paisagem real e olhar agora desarmado”, e da consciência da figuração utópica que o acompanha, que Euclides da Cunha vai construir o seu relato sobre o Amazonas.²⁵⁸

Em relação a essas colocações, não penso tanto que Dreys estaria buscando encontrar na Região Sul um Brasil próximo àquele consagrado em vários relatos de viagem, como por exemplo, nas obras de Spix e Martius²⁵⁹. Não, Dreys escreve seu relato depois de anos de permanência na região; ele a conhece e sabe muito bem dos seus conteúdos, e, na verdade, pelo entusiasmo de suas descrições ele não parece achar que a ela, falte alguma coisa. O que me parece é que seu texto tenta constituir um novo espaço, justamente, para apresentar uma natureza que não segue, por assim dizer, o padrão estético descritivo de exuberância atribuído aos “Trópicos”. Na verdade, penso que as importantes colocações de Süssekind podem ajudar a contextualizar justamente uma certa

²⁵⁷ Flora Süssekind, *O Brasil não é longe daqui – O narrador, a viagem*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. p. 32.

²⁵⁸ Flora Süssekind, *op. cit.*, p. 32-33.

²⁵⁹ Ambos naturalistas bávaros que chegaram ao Brasil em 1817. Johann Baptist von Spix era zoólogo e Carl Friedrich Philipp Von Martius era Botânico. São os autores de três volumes da *Reise in Brasilien (Viagem ao Brasil)*, que teve sua primeira tradução completa promovida pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, sua primeira edição é em 1938.

preocupação de Dreys em estabelecer freqüentes comparações dessa região com “os Trópicos”. É como se o autor quisesse assegurar aos seus leitores a possibilidade de encontrar nesta terra as vantagens propiciadas por uma região que, embora se apresente distinta do resto do País, conserva ainda os encantos construídos por uma “imagem-só-natureza”²⁶⁰ freqüentemente narrada nos relatos dos viajantes.

Assim, o inicial desapontamento narrado por Dreys é passageiro; o autor é animado por uma nova esperança que o faz ‘gritar’ em seu texto: “porém quão enganadoras são estas aparências!”. A ordem é restabelecida pelo fato de finalmente a natureza apresentar-se mais próxima ao esperado, ou ainda, de certa forma pela possibilidade que o autor encontra de suplantá-la. Pois as possibilidades encerradas na variedade que ele passa a enxergar, deslocam um pouco aquelas representações da natureza exótica, caótica, ameaçadora, exuberante e selvagem, tão tradicionalmente ‘coladas’ à ‘típica’ natureza brasileira.

Estão lá uma costa “viridente”, alguns morros os quais asseguram ao viajante que o mal-estar provocado pelas cenas iniciais, desta paisagem monótona e embranquecida, já pode ficar para trás. Ele se desvanece diante do imperativo da natureza descrita por Humboldt como grandiosa e cinética de declives, aclives, de volumes, texturas, contornos e sinuosidades que saltam aos olhos, onde a natureza pode exercer a sua verdadeira vocação; ser extraordinária (Pratt, 1999). Tudo está de volta ao seu lugar. Não só isso, Dreys assegura aos seus leitores, viajantes como ele, que “o melhoramento não é instantâneo, mas sim contínuo, e com esperanças de progressão; a natureza morta com sua atmosfera ameaçadora, ficou atrás; o viajante entrou no domínio da natureza viva, ardente, prometedora; ele navega em águas mais tranquilas, debaixo de um céu pacífico”.

Parece aqui que as coisas vão progressivamente se tornando ‘mais promissoras’ aos olhos deste viajante e comerciante. Arrisco aqui a estabelecer uma relação com o que foi dito por Pratt (1999) ao analisar descrições e relatos de viagem feitos sobre territórios africanos. Ela enfatiza que descrições visuais pressupõem, ou mesmo, naturalizam aquilo que ela denomina de um projeto transformador incorporado pelos europeus. Assim, aparece constantemente nestes relatos uma expectativa de melhoramento, de aprimoramento, de aperfeiçoamento, cujo valor, segundo esta autora, é comumente descrito como estético. Tal operação não é necessária caso o viajante chegue ao Rio Grande por terra. Conforme descreve Dreys:

²⁶⁰ Flora Süssekind, *op., cit.*, p. 28.

Se o viajante chegar por terra, isto é, pela fronteira do Norte, caminhando das Tôres para Pôrto Alegre, pisará uma terra montuosa, ocrácea, e com todos os sinais da **fertilidade dos trópicos**; tendo em vista, na direção de E. a O., as projeções verticais da Serra Geral, que fecham o horizonte ao Norte, e no resto do hemicíclo, uma série de morros intermediários, que, das margens da Lagoa dos Patos, vão-se reunir à Cordilheira. (p. 42, grifo meu)

Outra interessante questão que aparece na *Notícia Descritiva* de Dreys é a constante referência aos “Trópicos”. Parece que o autor, de uma certa maneira, como já foi assinalado anteriormente, se vê na obrigação de justificar uma certa ausência da “exuberância”, tão marcada e produzida por outros relatos e representações iconográficas feitas sobre o Brasil dos Trópicos. Assim, ele passa a transformar essa mesma representação dos trópicos como o parâmetro, “o ideal”, a partir do qual se pode conferir ou não os adjetivos de exuberância e esplendor à vegetação encontrada no Rio Grande do Sul.

Na sua saída da serra, e quando começa a se dirigir a E., derrama-se um rico vale fechado de um lado pela mesma Cordilheira e de outro pela Cochilha Babiraquá e a Serra do Erval, os quais lhe dão numerosos tributários: aparece então grande e majestoso; seu álveo semeado de ilhas férteis, entre as quais algumas têm bastante léguas de comprimento, é geralmente bordado de matos virgens, **onde se manifesta toda a potência vegetal dos Trópicos** (...) (p. 56)

Porém, essa é uma tensão interessante, uma vez que é também essa ausência de “tropicalidade” que confere a essa região a possibilidade de uma vida mais agradável e propícia aos europeus.

Há chuvas, é verdade, porém locais e rápidas, e quase nunca acompanhadas daquela **perseverança que torna a vizinhança dos Trópicos tão enfadonha e pestífera.** (p. 83)

Mais uma vez se faz presente a idéia de um Éden, de uma “tropicalidade mais limpa”, na qual o incômodo do calor, da umidade e dos insetos apresenta-se ausente, mas que conserva, ainda, a possibilidade de uma vegetação esplêndida em algumas regiões, entrecortada por climas mais amenos e campos verdejantes

Assim, de várias formas, em várias passagens da *Notícia Descritiva* é reforçado que a Província de São Pedro reúne ‘naturalmente’ as qualidades ideais para a colonização européia. É como se a região estivesse aguardando um processo de ocupação sistemática para todo o seu potencial poder ser ‘revelado’. Cabe ressaltar que Isabelle, embora tenha uma percepção distinta do mesmo local, irá ser ainda mais afirmativo nesta questão, limitando apenas ao trabalho e orientação europeus a possibilidade de tornar esta província numa região próspera, produtiva e civilizada.

Assim, a riqueza da natureza da Província de São Pedro, não se estabelece, por exemplo, a partir da variabilidade e diversidade de suas espécies, ou seja, isso não diz respeito tanto ao que se apresenta enquanto natureza, mas muito mais ao que se apresenta enquanto possibilidade de modificá-la. A riqueza da natureza da Província de São Pedro no trabalho de Dreys é apontada a partir do talento e vocação naturais que esta região apresenta para a abundância e produtividade, conseqüência direta da diversificação dos seus recursos. E, por mais de uma vez, Dreys apresenta a Província de São Pedro, a partir daquilo que ela oferece como fontes de riqueza e de oportunidades.

Temos visto que nada falta ao Rio Grande, nem as prodigalidades da vegetação, nem a afluência constante e periódica das aves, nem as gerações dos peixes: para arrematar, **aos olhos do economista**, o quadro de seus recursos, cumpre agora fazer entrar em linha a multidão de quadrúpede herbívoros, que revelam seus prados, e que constituem o verdadeiro fundamento da riqueza provincial, a saber: os cavalos e as mulas (...) e o gado vacum (...). (p. 89-90, grifo meu)

Se Dreys escreveu como historiador, ele freqüentemente olhou a Província de São Pedro com “olhos de economista” e, através desse olhar, ele também selecionou o tipo de leitor a melhor acompanha-lo, ao longo do seu relato. Neste sentido, cabe destacar que, a cada início de uma nova seção, ele reafirma a riqueza e a grandeza dessa província. Na seção dedicada a Zoologia, por exemplo, esse viajante faz uma distinção entre o que é selvagem e o que é produtivo. Em relação ao que é selvagem ele tenta criar “utilidades” ou explicar a importância destes animais ou a sua ‘nocividade’. Assim, o tigre, (que nós conhecemos como onça pintada) é “essencialmente” destruidor, as aves de rapina são consideradas importantes para a decomposição e destaca-se que os peixes não são aproveitados como alimento.

Na verdade, a “descrição da fauna”, no relato de Dreys, não é rica em detalhes descritivos, poder-se-ia dizer até que ela é “pouco científica” no sentido de não se ater a descrições detalhadas das espécies, de não apresentar uma preocupação com uma nomenclatura científica e de não ter registros de hábitos e dos ambientes das diferentes espécies animais. É possível perceber, ainda, em relação aos relatos dos demais viajantes que estão aqui sendo analisados, que isso se repete, guardando, é claro, algumas diferenças. Parece mesmo que a paisagem é algo percebido, composto e significado principalmente a partir da vegetação e da topografia, sendo que os representantes da

fauna, embora sejam objetos de coleta dos viajantes, ocupam menos espaço em suas observações. Cabe ressaltar, também, que a caça é encarada de modo normal por estes viajantes, inclusive como algo que eles mesmos praticam.

É incrível a qualidade de pássaros de todas as espécies, de todos os tamanhos, de todas as cores que habitam o Rio Grande; certamente é um dos países que mais proporções oferece para satisfazer o caçador. (p. 86)

Ainda, em relação ao “Tigre”, Dreys relata uma interessante história que pode também nos ajudar a entender um pouco de uma certa naturalização dos diferentes lugares ocupados pelos índios, pelos negros e pelos brancos, tanto nos relatos dos viajantes, quanto nos contextos históricos por eles narrados.

É opinião constante entre os viajantes, que o tigre observa uma certa graduação no ímpeto de seus apetites cruéis; dizem que, achando facilidade relativa, o tigre atirar-se-á primeiro ao bruto, depois ao negro, e por último ao branco; se há muitas experiências, em que se fundamente semelhante distribuição, não o sabemos; mas, o que podemos afirmar é, que em nossas repetidas viagens ao través daqueles campos, era custoso determinar o negro a ir só cortar lenha no capão vizinho, alegando sempre aquela funesta preferência para ser acompanhado. (p. 91)

É interessante perceber ainda em relação a esse animal, que os viajantes em geral, assim como fizeram com alguns outros animais, os classificaram tal como animais conhecidos dos europeus, embora os animais do continente americano diferissem, bastante, dos europeus e dos

africanos. Equívoco semelhante aconteceu com uma espécie de ave conhecida entre nós pelo nome de Ema, freqüentemente descrita nos relatos dos viajantes como avestruz, espécie existente no continente Africano. Tais equívocos revelam desconhecimento desses viajantes em relação à fauna, a qual, de certo modo, pelo menos em relação aos viajantes cujos relatos foram estudados neste trabalho, ocupou um espaço restrito nas descrições por eles feitas relativamente às paisagens. Além disso, freqüentemente, relatos que se ocupam em falar dos animais estão relacionados a questões relativas à caça.

Existem no país caçadores especiais de tigres, que não têm outra profissão; conhecemos dois caçadores desses, moradores dos matos que bordam S. Gonçalo; muitas vezes se obrigaram a fornecer-nos cinquenta peles de tigres por mês, e sempre cumpriram com o trato. (p. 92)²⁶¹

É preciso destacar que, em nenhum momento, tais fatos são questionados ou problematizados por Dreys. Caçar era certamente algo bem comum para ele e os demais viajantes. Kury (2001), sobre essa questão relembra os textos do escritor Bernardin de Saint- Pierre onde ele

²⁶¹ Creio ser importante lembrar aqui, que tais dados têm sido utilizados por pesquisadores que se interessam em realizar um levantamento, através dos relatos dos viajantes, das espécies que habitavam o Rio Grande do Sul, de seu número, dos locais onde podiam ser encontradas. Assim, tais pesquisadores estão interessados em descobrir através das descrições dos animais, também como era a vegetação, uma vez que diferentes tipos de animais demandam diferentes ecologias. Esses trabalhos objetivam descobrir, como já foi citado anteriormente, através dos relatos deixados pelos viajantes, como teriam sido as paisagens do Rio Grande do Sul, em outros períodos. Essas se apresentam como diferentes abordagens e possibilidades de trabalhar com a riqueza e diversidade dos materiais deixados pelos viajantes.

criticamente assinalava que os naturalistas viajavam sempre como caçadores²⁶². Na realidade, como aparece em outros trechos, a idéia que atravessa grande parte do seu relato é de uma natureza abundante e, portanto, inesgotável, cujos “recursos” se oferecem “naturalmente” ao consumo humano. O homem aparece em alguns trechos da *Notícia Descritiva* de Dreys como destruidor, ou como inimigo natural dos demais animais, e isso não é perpassado por uma preocupação com a destruição causada pelo mesmo, mas antes, essa parece ser, justamente, a sua missão diante da natureza.

(...)felizmente, seus benefícios excedem as crueldades que os anulam, pois essas crueldades não se praticam unicamente pela raça humana; o homem tem ali, **em sua missão de destruir**, um concorrente que, às vezes (...).(p. 90, grifo meu)

O próprio Dreys se coloca como o natural inimigo da ema, e só não desempenha seu natural papel de caçador por achar que elas fossem propriedade de alguém. Mais uma vez, ao narrar o seu encontro com um bando de “avestruzes”, esse viajante coloca em destaque, em seu relato, o lugar que o homem ocupa nas sempre complexas relações estabelecidas entre natureza e cultura.

(...) basta que um veado ou um avestruz se ponha a correr para todos o seguirem, o que se pode atribuir, pela mor parte dêesses animais tímidos, mais ao contágio do exemplo, do que à apreensão de um perigo conhecido; pois nesse lugares remotos, onde os homens ainda são raros, acontece que, achando-se tropas de avestruzes isolados, eles mesmos vão-se chegando **a êste**

²⁶² Lorelai Kury, Viajantes Naturalistas no século XIX. In: Paulo Roberto Ferreira (org.) *Brasiliiana da Biblioteca Nacional – Guia das Fontes sobre o Brasil*. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 2001, p. 60.

inimigo natural de tudo o que respira, como temos experimentado: caçando nas imediações da vila do Cêro Largo, vimo-nos repentinamente cercados por uma tropa de avestruzes que, apesar de nossa presença, continuavam a pastar, caminhando com todo o seu vagar; não quisemos atira-lhes, persuadidos de que eram domésticos, pertencentes a uma habitação que se avistava a pouca distância; porém, chegando a essa mesma habitação, fomos desenganados: os avestruzes eram do campo, mas então já tinham-se afastado bastante, para que não pudessemos atacá-los com alguma esperança de sucesso. (p.88, grifo meu)

Acho importante salientar que o fato da maioria dos viajantes não problematizarem as questões relativas à destruição da fauna e flora não significa que já naquele tempo a natureza não estivesse sofrendo uma série de alterações e impactos resultantes da ação antrópica. Porém, como ressalta Kury (2001):

Os efeitos destruidores da modernidade sobre o estilo de vida e as paisagens pré-industriais já se faziam sentir no século XIX, mas a ideologia do progresso – compreendido como a luta da civilização contra a natureza – aliava-se à sensibilidade antropocêntrica tradicional da valorização do domínio do homem sobre o ambiente e os seres vivos.²⁶³

Creio ser importante reforçar, mais uma vez, o fato que Dreys olha a natureza do Rio Grande do Sul constantemente do ponto de vista daquilo que ela “oferece” ou seja, daquilo que ela “naturalmente

²⁶³ Lorelai Kury, *op. cit.*, p. 64.

disponibiliza” aos seus ocupantes. Essa é uma natureza “inesgotável”, idéia importante que perpassa como já foi visto, várias partes do seu texto. E a abundância dessa terra é tanta, que ela, inclusive, se mantém intacta mesmo diante do impacto causado pela sua ocupação. Assim, por exemplo, quando Dreys refere-se ao aproveitamento das árvores da Ilha dos Marinheiros, ele destaca, o quanto, isso acontece sem causar danos visíveis à região.

Os matos da ilha dos Marinheiros não são de pouca importância, pois que fornecem quase exclusivamente a lenha que se consome na cidade de Rio Grande, e isto desde longos anos, sem diminuição sensível(...) (p. 75)

Em outro trecho, destaca ainda Dreys que as potencialidades dessa região têm inclusive sido aproveitadas de forma mais útil e econômica, no corte dos “matos superabundantes da terra”, com a introdução da tecnologia.

Contudo, seria injusta abandonarmos esse assunto sem lembrarmos que num canto do remoto da província, nos matos do Rio Taquari, tem penetrado um ramo da indústria que poucos progressos tem feito em partes mais notáveis do Brasil, bem que sumamente útil para descortinar, com ordem e economia, **os matos superabundantes da terra**; já faz tempo que naqueles sítios usam máquinas de serrar, com que os habitantes têm adiantado bastante suas exportações. (p. 142, grifo meu)

Um outro aspecto que chama bastante atenção na *Notícia Descritiva* de Dreys é a importância por ele atribuída a Hidrografia da Província. Na apresentação da sua obra ele já confere a ela um lugar de destaque ocupado por essa parte da sua descrição. Ao considerar sua obra como um grande corpo, Dreys explicita a importância que ele atribuí aos rios.

Depois de esboçar o esqueleto desse grande corpo, passemos a tratar dois rios e das mais expansões aquosas, que são as veias por onde circulam a vida e o movimento. (p. 46)

Na descrição dos Rios da Província de São Pedro fica explícita a opção desse viajante por selecionar aqueles rios que mais se relacionam com atividades ligadas ao comércio e ao transporte. Ou seja, a vida e o movimento são dados através da circulação de produtos e do transporte que se fazia, naquela época, preferencialmente por vias fluviais. E aqui, mais uma vez, o viajante chama a atenção do leitor para a forma como a natureza privilegiou esta parte do mundo.

A hidrografia do interior do Rio Grande é tanto mais curiosa, por isso mesmo que abrange um vasto teatro onde a natureza vulgariza, para assim dizer, secretas operações, para as quais temos agora de dirigir a atenção do leitor; imensa oficina, onde se pode estudar o trabalho dos elementos e dos séculos, marcar seus progressos, e calcular os resultados prováveis, tanto relativamente às localidades, como pela aplicação das verdades de fato, obtidas pela observação, a tôdas as posições similares ou aproximativas que se encontram no globo. (p. 53-54)

Mais uma vez, repete-se neste excerto, a citação de aspectos tais como a antropomorfização da natureza, a dimensão de privilegiamento de riquezas dessa região, bem como a sintetização de toda a diversidade do globo. Dreys, em seu relato também faz aqui, mais uma vez, referência a essa região como uma repetição em pequena escala daquilo que de melhor se apresenta em outras regiões. E em outra parte do seu texto ele reafirma a importância da hidrografia da região, ressaltando os mesmo aspectos aqui discutidos.

Entre tantas particularidades que a recomendam, a província do Rio Grande de S. Pedro do Sul se faz privativamente remarcável em quanto aos detalhes hidrográficos; nadando por assim dizer, na superfície do Atlântico do Sul, que rebenta estrondosamente sôbre as areias de suas praias e que conserva no seio das terras dois mediterrâneos, com os quais está em contato direto, nenhuma situação do continente americano pode, a este respeito, dizer-se que lhe é idêntica, nem mesmo o Alto Canadá, com suas grandes coleções de águas interiores, pois que falta a essas o que existe aqui: a comunicação imediata com o Oceano. (p. 46-47)

É interessante ressaltar que, freqüentemente, esse viajante utiliza em seu relato o recurso de colocar o leitor a “olhar” as cenas que descreve: ele movimentada, ele transporta seu leitor pelas cenas que vai construindo e é, desse modo, que o leitor pode viajar junto com Dreys pelas águas do interior da Província. No trecho abaixo, por exemplo, podemos observar esse recurso, bem como a forma como Dreys compõe essa região em meio a tensão, já discutida, entre ainda ser “os Trópicos” e de, ao mesmo tempo, não ser mais; ou seja, de ser distinto *de*, podendo, também, ser outra coisa, outra natureza, com potencialidades e qualidades próprias e distintas.

O Jacuí (...) aparece então grande e majestoso; seu álveo semeado de ilhas férteis, entre as quais algumas têm bastantes léguas de comprimento, é geralmente bordado de matos virgens, onde se manifesta toda a potência vegetal dos Trópicos; de distância em distância, os matos são interrompidos por soluções de continuidade, que deixam ver vilas modernas, agradavelmente situadas e dispostas em anfiteatro, sendo as margens do rio geralmente elevadas, o que exclui a possibilidade das inundações, e por isso aquela perpetuidade de pântanos que tornam tão importuna e pestífera a vizinhança da maior parte dos rios do novo mundo. (p. 55-56)

Embora Dreys se esforce na construção desse seu pequeno Éden, cabe dizer que as informações acima contradizem o que Isabelle, principalmente, mas, também, o que Saint-Hilaire e Bonpland relatam em seus diários. Em relação à Isabelle, pode-se destacar que entre as marcas do relato de sua *Viagem ao Rio Grande do Sul* estão as narrativas que ressaltam as dificuldades de transporte, os problemas de deslocamento dessa região, devido a falta de boa administração das estradas, bem como a falta de interesse das pessoas da região e o excesso de chuvas e de inundações, das quais as cidades e seus habitantes eram constantemente vítimas. Creio ser importante dar destaque às palavras de Isabelle sobre essas questões.

O trecho a seguir é encontrado na parte inicial do relato da viagem de Isabelle e apresenta, de certo modo, a paisagem do Rio Grande do Sul pintada em tons menos “brilhantes” e “elogiosos”.

Nas cidades e nas vilas dessas terras baixas, uma estação muito chuvosa traz consternação entre os seus habitantes; as comunicações tornam-se difíceis pelas cheias dos rios; os terrenos transformam-se em pântanos; as carretas de transporte ficam atoladas ou suas imensas rodas operam dificilmente sobre o eixo de madeira, levando meses inteiros a percorrer um caminho de trinta ou quarenta léguas. As habitações, mal fechadas, cobertas de junco ou de caniço

deixam passar água: cada qual se encerra em sua casa; o comércio paralisa; tudo fica triste e enlanguede; os animais tornam-se silenciosos e abatidos quando chove muito. (p. 12)

Também Meyer²⁶⁴, em nota de rodapé em relação ao comentário anterior de Dreys, aponta para as considerações feitas pelo Padre Balduino Rambo, sobre inundações no vale do Jacuí, que são também contrárias às apresentadas por Dreys.

Algo que também é recorrente no relato de Dreys é a consternação que as regiões desérticas causam a este viajante. Ele manifesta em seu relato, em diferentes momentos, sua desaprovação ou mesmo seu lamento em relação à triste sorte dessas regiões. Porém, a leitura de sua *Notícia Descritiva* nos ensina que estas planícies desérticas são assim consideradas não por apresentarem formações climáticas e geológicas típicas às áreas de deserto, mas, antes, por serem estas regiões que este viajante comerciante percorre ‘desertas’ de presenças humanas. Assim, percebemos no relato de Dreys, que não só a perspectiva muda a paisagem, mas, também, que a presença humana imprime a sua especificidade: traz para a paisagem os benefícios da civilização.

Tais são os campos do Alto da Serra: em parte ocupados por matos mais ou menos extensos; em parte, e na maior extensão, cobertos de pastos quase sempre abundantes e substanciais; sua elevação acima do nível do mar permite o desenvolvimento de algumas plantas alpinas, e deixa as flôres derramar um aroma mais intenso; porém, bem que mimoseado de tudo que pode fazê-lo produtivo e agradável, **o país por ora tem todos os inconvenientes das terras desertas**; isto é, venenos misturados aos vegetais alimentários, miríades de

²⁶⁴ Augusto Meyer, Introdução Geral . In: Dreys, Nicolaus, *op. cit.*, p. 56.

insetos daninhos, multiplicação incômoda das aves de rapina que não deixam crescer os filhinhos dos quadrúpedes domésticos, mormente os cordeiros, a que dão a morte, arrancando-lhes os olhos; porém, sabe-se que basta a presença do homem para remover esses males, e se algum dia, como é de esperar, a população tomar conta do país, a suavidade do clima, a pureza das águas e a fecundidade do solo asseguram aos habitantes uma das mais deliciosas moradas que se possam escolher no continente brasileiro. (p. 69-70, destaque meu).

A uma região que já foi “agraciada” com o melhor da natureza, resta, apenas, que sobre ela se operem as “benesses” da ocupação humana. Cabe referir que Dreys é bem mais cauteloso em relação às questões de ocupação da terra do que Isabelle, o qual tece críticas contundentes à forma como se dá a apropriação das terras dessa região, o que acarretava, por exemplo, a formação de grandes latifúndios, do que decorreria, segundo esse viajante, o desperdício de áreas de cultivo. Na verdade, Dreys, mesmo tendo manifestado em outras passagens seu entusiasmo diante do seu “Éden cultivado” – que na verdade se apresenta em algumas passagens do seu texto como um jardim marcado pelo cultivo e organização dos espaços de forma harmônica e pitoresca – se esforça em justificar a ausência do cultivo da terra por parte dos habitantes dessa região.

Quanto ao mais, acabaremos com uma reflexão que deve ter cabimento aqui, e servir para explicar a vacilação das tentativas do lavrador: é preciso considerar que as plantações extensas no maior espaço da província, isto é, nos campos do Sul, e em todos os terrenos pertencentes às estâncias, são algum tanto incompatíveis com a presença e incessante multiplicação dos herbívoros, objeto principal das especulações locais; e que, geralmente, falando, poucas necessidades levam os habitantes para a cultura. Sua vida está segura com esse mesmo gado que cobre o país, e tão completamente acostumado está a tirar

dêle o seu sustento, que não sente falta das searas, e até dispensa o alimento suplementar que poderiam fornecer-lhe as aves que povoam seus ares, a caça que freqüenta seus bosques, e o peixe de que abundam os seus rios. (p. 85-86)

Cabe destacar, que mesmo nesta situação, esse viajante não deixa de marcar o estado de “abundância” dessa região, enfatizando que, mesmo na ausência dos herbívoros, o sustento da população estaria garantido pela própria natureza. Essa, mais uma vez, se oferece enquanto alimento abundante, e sem exigir nenhum ou muito pouco esforço por parte dos habitantes locais. Porém, esse mesmo viajante, em outro trecho, vai manifestar sua “lástima”, em relação ao pouco aproveitamento que também nessa mesma região se faz daquilo que tão prosperamente a natureza oferece.

(...) causa certa pena ver um deserto no meio das liberalidades da natureza: a Ilha dos Marinheiros, como a Ilha de Turutama, não têm quase população alguma, além dos escravos empregados na manutenção das quintas, e de poucos pescadores, cujas famílias se ocupam ao mesmo tempo da criação de algum gado. (p. 75, destaque meu)

Mais adiante, Dreys vai externar seu entusiasmo diante dos progressos feitos na região e do desenvolvimento de suas cidades, assinalando a positividade da transformação de um local antes dominado pela natureza, em um local de desenvolvimento da civilização.

Porto Alegre, como tôdas as grandes povoações da província, atesta quão novos estão ainda seus princípios, e quão rápidos têm sido seus progressos; há

pouco mais de 60 anos que o lugar, em que se levanta essa suntuosa cidade, era selvagem, coberto de matos asilo ordinário das feras. (p. 98)

Do ponto de vista das análises que neste trabalho me proponho a realizar, o trabalho de Dreys apresenta-se especialmente rico, podendo-se nele encontrar, em cada um dos trechos apresentados a reafirmação de muitos aspectos que já discuti tais como a antropomorfização da natureza, a referência aos “Trópicos”, a idealização dessa região como um lugar da abundância e da fertilidade, enfim, a sua configuração como um pequeno paraíso terrestre.

Muitos outros aspectos poderiam ser ainda explorados na análise de seu texto, posto que Dreys escreveu sobre a população local da mesma forma entusiástica e rica em detalhes como falou da natureza da região. Porém, não me detive em tais aspectos com o detalhamento que certamente exigiriam, uma vez que os relatos dos viajantes aqui estudados foram olhados a partir de um recorte, no qual interessou-me, especialmente, discutir aspectos relativos à construção de uma, ou melhor, de várias paisagens para essa região, atualmente conhecida como Rio Grande do Sul.

Passo então, agora, a apresentar algumas discussões relativas ao relato de Arsène Isabelle.

A Viagem ao Rio Grande do Sul de Arsène Isabelle.

A *Viagem ao Rio Grande do Sul* de Arsène Isabelle, como já foi referido, integra uma obra maior denominada “Viagem a Buenos Aires e a Porto Alegre, pela Banda Oriental, Missões do Uruguai e a Província do Rio Grande do Sul (de 1830-1834)”. Tal obra, conforme informa Laytano ²⁶⁵, apresenta considerações desse viajante sobre o estado do comércio exterior francês, considerando, principalmente, o Brasil e a região do Rio da Prata. Laytano (op.cit) dá destaque à apresentação da obra de Isabelle: “no mesmo frontispício, vinham as armas argentinas encimadas com o – *Viva la Pátria*; e, entre o título da obra e o escudo republicano citado, lia-se mais: “dedicada ao comércio do Havre, por Arsène Isabelle”²⁶⁶, dedicatória que, como destaca Laytano, é repetida na página seguinte.

Isabelle afirma, portanto, com clareza a quem esse seu relato de viagem, a sua Viagem, é dedicada. Ele escreve para um leitor estrangeiro, que tivesse interesses comerciais. Não causa estranhamento, portanto, as constantes referências ao longo do seu relato, à presença do *estrangeiro* nessa região, e o destaque dado às suas contribuições e às possibilidades de exploração que a região oferece. Cabe destacar que sua obra teve para os brasileiros um olhar menos “generoso” do que a obra de Dreys, o que é freqüentemente citado pelos historiadores que a examinaram. Laytano (1983) chega a afirmar: “Isabelle não foi honesto conosco; seus conceitos são impiedosos e quase nunca correspondem à verdade.” Porém, esse viajante parece ter se redimido de suas “injustiças”, pelo menos frente aos olhos de Laytano, quando reconhece, ao final da narrativa de sua viagem, alguns méritos dessa região – “a hospitalidade é ainda, na maioria deles (rio-grandenses) uma

²⁶⁵ Dante de Laytano é o responsável pela tradução apresentada em 1983, da *Viagem ao Rio Grande do Sul (1833-1834)*, de autoria de Arsène Isabelle, sendo de sua autoria também informações, notas e comentário sobre a obra original do autor e sobre sua biografia.

²⁶⁶ Dante de Laytano, Biografia e Viagem de Arsène Isabelle. In: Isabelle, A. op.cit., p. 105.

virtude que praticam generosamente” – e, finalmente, quando qualifica seus habitantes: “são igualmente amigos das instituições livres e entusiastas da causa dos povos”.²⁶⁷

Penso que é possível tentar detalhar um pouco mais as condições em que aconteceu a viagem de Isabelle e, ainda, quais foram seus interesses e objetivos principais. Barreto (1973) assinala que Arsène Isabelle veio a América do Sul movido pelo gosto de viajar e dado aos seus pendores de naturalista. Laytano (1983) aponta que o próprio Isabelle na introdução desse seu livro, confessa que “sempre teve uma inclinação irresistível para viagens e que devorou um grande número de volumes sobre o assunto, a começar por ‘Gulliver’s travels’ até a ‘Voyage pittoresque autour du Monde’, e, assim, essas leituras, comenta ele, não poderiam deixar de lhe fazer nascer um imenso desejo de viajar, notando-se ainda que era curioso ao excesso.”²⁶⁸ Também nas notas de Laytano, sobre a biografia de Isabelle, descobrimos alguns autores que o apoiaram nessa “curiosidade”, como Rousseau com o seu *Emílio* e Bernardin de Saint-Pierre autor dos *Estudos da Natureza*. Creio também ser interessante na breve contextualização desse viajante observar o que diz Marchiori (1996):

Arsène Isabelle é uma personalidade polifacética, misto de comerciante, industrial, contabilista, funcionário público, professor e jornalista. Seu diletantismo para com as ciências naturais e sociais, denota um espírito arguto e se manifesta ao longo de toda a sua obra.(...) Forçado a emigrar de sua França natal durante o ‘terror branco’²⁶⁹ implantado no governo de Carlos X, este ‘republicano de boa fé’

²⁶⁷ *Ibidem*, p. 107.

²⁶⁸ *Ibidem*..

²⁶⁹ Segundo Michel Péronnet (1988), designa-se com essa expressão, ‘terror branco’, “os períodos de reação sangrenta dirigida pelos realistas contra o pessoal revolucionário e imperial; trata-se de momentos de terror contra-revolucionário.” Esse autor aponta que esse tipo de movimento foi mais comum nas regiões da França que haviam se insurgido contra a Revolução: no Oeste e Sudoeste. Ele surge, segundo esse autor, quando enfraquece a adesão nacional aos princípios da

percorreu inicialmente a Suíça, Bélgica, Alemanha e Itália. Em dezembro de 1829 partiu finalmente para o Rio da Prata, dando início a uma estadia cheia de peripécias, que se estende até 1837.²⁷⁰

Existe um certo desencontro em relação a datas nas fontes consultadas. Enquanto Marchiori (1996) afirma que em 1837 Isabelle retornava para a França, Laytano (1983) afirma que em 1837 ele regressa da França após ter, em Havre, publicado o seu diário de viagem. Mas, de qualquer maneira, é indiscutível que este viajante voltou à região do Prata só retornando à França como cônsul do governo uruguaio em Havre, já com oitenta anos, bastante pobre e doente.

Cabe dizer que a vida desse viajante é marcada por vários revezes que aqui não serão abordados. Destaco, apenas, que Isabelle não realizou a viagem por ele idealizada antes de chegar a Buenos Aires. Seu projeto inicial era bem mais ambicioso e extenso, envolvendo todas as províncias do Rio da Prata, a Cordilheira dos Andes e a Patagônia. Pretendia Isabelle, afirma Laytano (1983), “fazer uma coleção completa dos representantes da história natural de todas as regiões que percorresse”. E para isso, informa-nos esse autor, Isabelle estava bem preparado: excelentes armas, munição, instrumentos necessários para a caça e para a preparação de animais, drogas para a sua conservação, estopa, papel, prensa para herbário a fim de secar plantas etc. Também se juntavam a esses materiais objetos como barômetro, bússola, e relógio de segundos.²⁷¹

Tendo vindo para a região do Prata animado por movimentos nacionalistas republicanos, buscando encontrar seus ideais e de viver o seu gosto por aventuras, bem como realizar seus negócios foi surpreendido por uma Argentina em guerra civil, e, portanto, sem condições de oferecer um mercado próspero para a comercialização de suas mercadorias de carregação e de

Revolução. In: Michel Péronnet. *Revolução Francesa – palavras-chaves*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988. Laytano (1983) assinala que quando houve a restauração Bourbonica, Arsène Isabelle “já havia calçado as sandálias de viajante”.

²⁷⁰ José Newton Cardoso Marchiori. Arsène Isabelle. *Ciência & Ambiente*, n.13, julho/dezembro 1996.

²⁷¹ Dante de Laytano, Biografia e Viagem de Arsène Isabelle. In: Isabelle, A. *op.cit.*, p. 110.

fazendas, nas quais ele tinha aplicado todo o seu dinheiro. Seus planos foram, então, reformulados, abrindo ele outros negócios, sucessivamente, até poder, finalmente, reorganizar-se para fazer uma viagem mais humilde, porém não menos interessante. Sobre esse período afirma Laytano (1983):

Aprendeu assim Isabelle ‘a bela língua castelhana’; tornou-se conhecedor do caráter astucioso, desconfiado e tímido do povo e não abandonou o gosto pela história natural, ‘estudo tão doce que consola as penas do coração e da alma’, como ele diz. Veio-lhe então a idéia de empreender, conforme as possibilidades de seus poucos recursos, uma excursão que, embora não tivesse o vasto itinerário da primeira projetada fosse, além disso, estabelecer uma espécie de paralelo entre o caráter dos brasileiros, uruguaios e argentinos e, ao mesmo tempo, conhecer os produtos dos respectivos países.²⁷²

Assim, já no início de sua *Viagem ao Rio Grande do Sul*, Isabelle estabelece comparações entre os brasileiros e os “orientais”²⁷³ e argentinos, reforçando que aqueles, não eram mais empreendedores que esses últimos. Tal posicionamento fez com que esse viajante, segundo Meyer, fosse “mantido numa espécie de quarentena crítica pelos que viajam ao passado”²⁷⁴. É interessante observar a forma como Meyer justifica as observações menos lisonjeiras que Isabelle fez em relação aos demais viajantes. Para esse autor, o que as contextualiza e, ao mesmo tempo, as “redime”, é o fator tempo. Isabelle, ao contrário de Dreys e de Saint-Hilaire, na concepção de Meyer, cruzou rapidamente essa região. Seu tempo de permanência foi insuficiente para que ele pudesse escapar às armadilhas da caricatura. Destaca esse autor:

²⁷² Laytano, *op. cit.*, p. 112.

²⁷³ Este termo refere-se atualmente aos uruguaios.

²⁷⁴ Augusto Meyer, Introdução Geral. In: Dreys, Nicolaus, *op. cit.*, p. 24.

De Saint-Hilaire e Dreys, podemos dizer que se identificaram por adaptação compreensiva com as peculiaridades continentinas, graças a uma permanência mais longa no Brasil. O naturalista, de tanto percorrer o interior brasileiro, passara por um treino preliminar e se achava em especiais condições para compreender e sentir as nossas cousas. Nicolaus Dreys, como já vimos, veio para o Brasil em 1817 e aqui viveu vinte e cinco anos; com a publicação do seu livro em português e a simpatia pela gente riograndense que ressumava de suas páginas, conquistou as nossas boas graças, tornando-se gaúcho honorário.²⁷⁵

O que parece se afirmar, de uma certa forma, é que, se a perspectiva da chegada muda a paisagem e se a ocupação humana muda a paisagem, o tempo de permanência dos viajantes nos lugares, também, parece imprimir, na paisagem, contornos específicos. E, cabe ressaltar, existem distinções em relação à forma como é apresentado o tempo de permanência e de viagem de cada um dos viajantes estudados nesta tese. Saint-Hilaire não esteve no Rio Grande do Sul um tempo significativamente maior do que Isabelle, porém Saint-Hilaire tem sido configurado como um viajante de “estirpe” destacada, privilegiada mesmo, e a palavra ‘treino’, utilizada por Meyer para falar dele, é que lhe dá este destaque. Ou seja, Saint-Hilaire é um naturalista com olhar *treinado* para ver as coisas da natureza! Seus estudos, sua formação, os trabalhos por ele realizados no Museu de Paris, seus contatos na França, bem como os contatos estabelecidos no Brasil, além de seus artigos científicos o autorizam a falar “a verdade” sobre esta região. Assim, não apenas o tempo de permanência nos locais é um fator de distinção entre esses viajantes; outros atributos a esse se

²⁷⁵ *Ibidem*, p. 24-25.

associam, quando se destaca o tempo de permanência para conferir legitimidade às ações, aos empreendimentos feitos por alguém. No caso do viajante naturalista Aimé Bonpland, que ficou por mais de vinte anos na região de São Borja,RS, no entender de alguns autores, esse tempo de permanência foi um tempo de desperdício de um talento e saber extraordinários, uma vez que esse tempo vivido por Bonpland é um tempo no qual ele estaria à margem das Instituições Científicas, das redes de informação do conhecimento formal, das publicações oficiais e das instituições acadêmicas.

Cabe ressaltar, ainda, que, embora Meyer (1961) aponte as críticas que foram feitas a Isabelle, ele também, por sua vez, considera demasiado rigorosa a comparação de Isabelle com o viajante Douville²⁷⁶ feita por Dreys, e também discorda de Barreto, quando esse autor afirma que “Arsène Isabelle sempre demonstrou aversão ao Rio Grande”²⁷⁷.

Meyer acredita ter havido um certo desdém, “um tanto leviano”, como ele afirma, em relação a esse viajante. Ele apresenta o comentário de Ernesto Morales, autor que parece ter conseguido ver Isabelle de uma perspectiva diferente, o qual refere as ligações e o envolvimento que esse viajante teve com a região do Prata.

²⁷⁶ Traduzo aqui as palavras de Teodomiro Tostes (apud Meyer 1961), em nota prefacial à sua tradução da primeira obra de Isabelle: “Depois de acompanhar o autor em sua viagem, não é possível compreender a má vontade do seu compatriota Nicolau Dreys, taxando o livro de superficial e comparando Isabelle ao incrível J B. Douville. Deixou esse aventureiro Jean-Baoptiste Douville grande fama de tratante por estas bandas americanas e um rabo tão comprido como o interminável título de sua segunda narrativa de viagem: *30 mois de ma vie, quinze mois avant et quinze mois après mon Voyage au Congo, ou ma justification des infamies débitées contre moi; suivie de détails nouveaux et curieux sur les mœurs et les usages des habitans du Brésil et de Buenos- Ayres, et d'une description de la colonie Patagônia*. (Ufa!!!!) Tentava com essa obra publicada em 1833, defender-se dos ataques provocados pela sua famosa *Viagem ao Congo*, que é de 1832; ficou afinal comprovado que o suposto explorador, premiado com medalha de ouro pela Sociedade de Geografia, jamais estivera no interior da África e que havia compilado o relato de viagem com informações bebidas em antigos cronistas portugueses.

²⁷⁷ Barreto (1937) apud Meyer (1961).

O honrado cônsul francês funda uma família, intenta negócios em grande escala, ocupa um posto de funcionário em La Aduana e na educação pública em Montevideo; viaja, conhece o Paraguai, o Brasil e a Patagônia; escreve como redator chefe do *Lê Patriote Français* contra a tirania de Rosas; palpita com existência perigosa em função das ameaças do exército de Oribe, tanto que seu filho mais velho, oficial da Legião Francesa, perde a vida no Combate do Cerrito. O emigrante Francês já está definitivamente ligado à vida ao Prata; seu pensamento, sua ação e seu sangue forma fecundados.²⁷⁸

Chuva, atoleiros e “caçadores de bichinhos”: Isabelle em terras brasileiras

Após necessária autorização, segundo Marchiori (1996), do ministro de guerra e chefe de polícia, inciou Isabelle sua viagem à Porto Alegre, em 23 de setembro de 1833. Acompanharam-na nessa viagem Eugenio Gamblin e Eduardo Nouel d' Angouleme. Conforme Marchiori, o primeiro era o preparador vindo da França e o segundo seu sócio na indústria de velas e sabões. Juntaram-se, ainda, a essa comitiva, um cidadão alemão e um artesão provençal cujos nomes não aparecem.²⁷⁹ Chegaram navegando pelo Uruguai ao casario de Santana (atual Uruguaiana), de lá foram para São Marcos, depois seguiram para Itaquí e de lá navegaram numa chalana até São Borja. Permaneceram dois meses em São Borja onde realizaram excursões pela região. De São Borja seguiram por terra, para Santiago do Boqueirão (atual Santiago), passando por São Francisco (atual São Francisco de Assis), São Vicente, Santa Maria da Serra (atual Santa Maria), pela “vizinhança de Caçapava” (atual Caçapava do Sul) percorreram os arredores e planícies do Jacuí, chegando a vila de Cachoeira (atual Cachoeira do Sul). Prosseguiram, então, em direção a Rio Pardo de onde o trajeto seguiu via fluvial, passando por Santo Amaro (atual município de General Câmara) chegando em Porto Alegre. Ainda, nos arredores de Porto Alegre, Isabelle relatou em seu diário de viagem ter conhecido Viamão, Barrucadas (atual Santo Antônio da Patrulha) e a colônia de São Leopoldo.²⁸⁰ Sobre o árduo início de sua viagem relata Isabelle.

Não me estenderei sobre as privações da viagem e a *miséria* que tivemos que suportar durante esta navegação de cinco semanas sobre um grande rio transbordante, num país quase deserto, expostos às intempéries de uma

²⁷⁸ Ernesto Morales apud Meyer (1961).

²⁷⁹ José Newton Cardoso Marchiori, *op. cit.*, p. 61.

²⁸⁰ José Newton Cardoso Marchiori, *op. cit.*, ps. 62-66.

estação chuvosa e tempestuosa; de 10 a 13, por exemplo, choveu constantemente; em seguida sobreveio um vento tão violento que nos arrastou para o meio do rio; o leme ficou desmantelado; sem os instrumentos de que eu estava munido jamais teríamos podido consertá-los de novo.

Somente depois de dois dias passados debaixo de uma tenda furada, feita com a única vela do algodão do barco, vimos reaparecer o sol, pálido e lívido como um doente arrebatado ao túmulo.

Contudo, e apesar de triste que era, trazia-nos a esperança de um porvir melhor; sua aparição reanimou a coragem abatida pela contrariedade de vermos nossa equipagem e coleções ameaçadas de se perderem, assim como as diferentes obras que levávamos para o Snr. Bonpland. (p.12)²⁸¹

Através da citação anterior percebemos que Isabelle e Aimé Bonpland, viajante cujo relato vai ser discutido no próximo capítulo, encontraram-se; sabe-se, também, que ficaram amigos e, que, inclusive, trocaram várias impressões sobre as terras à margem do Uruguai, compartilhando os mesmos sonhos, projetos e preocupações.

Isabelle nos apresenta em seu diário, um relato de viagem que se destaca, entre outras coisas, por falar das dificuldades do percurso seguido, características àquele tempo e região, bem como dos freqüentes problemas acarretados por chuvas, os constantes atolamentos, o perigo das travessias dos rios, as péssimas condições das estradas que viravam “caminhos tortuosos” e, ainda, das dificuldades em encontrar abrigo e alimento durante as viagens. Assim, é possível assinalar que Isabelle nos apresenta uma narrativa de viagem menos “*glamourizada*”, menos “limpa”, do que outros viajantes, tanto no que se refere à viagem em si, quanto no que diz respeito à paisagem natural que ele

²⁸¹ Os trechos de Isabelle, como foi assinalado no início do capítulo, são todos retirados de seu livro “*Viagem ao Rio Grande do Sul (1833-1834)*”, tradução de Dante de Laytano (1983). Os trechos do texto aqui apresentados seguem a forma como eles estão dispostos em seu livro, da mesma forma como havia sido feito com os trechos do texto de Nicolau Dreys. Registro que ambas as disposições são diferentes entre si.

percorre, além de mencionar constantemente o espírito pouco empreendedor e, arrisco a dizer, até, as “poucas luzes” que Isabelle atribuía aos habitantes “nativos” em geral.

Foi com trabalho incrível que conseguimos passar; fomos forçados a usar até oito juntas de boi... e, mau grado a força que faziam, uma das carretas da caravana virou ao subir; uma outra ficou atolada bastante tempo, e somente muito tempo mais tarde, noite adentro, com a ajuda de bois e de trabalho sobre as rodas é que se consegui sair dessa situação difícil.

Choveu toda a noite; estávamos num estado deplorável, e, para o cúmulo da desgraça, foi impossível fazer fogo. (p. 30)

O leitor é conduzido pela obra de Isabelle através dos registros de lugares e de períodos temporais marcados pelo apontamento dos dias, e, algumas vezes, até da descrição das condições meteorológicas. O próprio texto escrito incorpora essa organização, uma vez que apresenta, geralmente, espaçamentos entre os diferentes dias. Essa é, então, uma narrativa de viagem que pode ser acompanhada através desses marcadores. Aliás, o texto de Isabelle apresenta uma outra novidade em relação ao de Dreys: ele nunca se direciona ao leitor; o leitor não está explicitado; ele não convoca diretamente o olhar do leitor sobre as coisas do lugar. Porém, ele apresenta algumas raras passagens onde o leitor pode perceber como o próprio viajante está sendo olhado.

Não se podia acreditar até que ponto os habitantes de Itaqui e, em geral, todos os brasileiros que encontrávamos, estavam intrigados por nos ver com

semelhante bagagem, com tantas coisas inúteis a seus olhos, tantas “frioleiras”, tantas “borboletas”, “bichinhos”, “capim” e “pedrinhas”, etc.

Isto dava lugar a curiosas palestras entre eles e curiosas conjecturas.

Segundo uns eu era um *bispo*, vindo restabelecer o reino dos jesuítas nas Missões: segundo outros, nós éramos espiões enviados pelo governo francês para reconhecer o país e dar as respectivas informações; segundo alguns, de espírito penetrante, nós éramos vis emissários de D. Pedro I; e segundo a grande maioria, estávamos *loucos*. (p. 16)

Mais adiante em seu relato, Isabelle menciona a forma como ele e seus acompanhantes foram recebidos por um fazendeiro brasileiro, mais uma vez dando destaque ao modo como seus interesses de viagem eram percebidos pelas pessoas do lugar.

Receberam-nos muito bem na estância de S. Marcos: o estancieiro brasileiro nos serviu, em sua casa, uma refeição *esplêndida*, regada de excelente vinho do *Porto*; é verdade que, tomando-nos por negociantes tinha esperança de fazer alguma transação vantajosa, e seu desapontamento foi bastante grande quando soube que nós éramos “*apanhadores de bichinhos*”.

Lamentou, sobretudo, que nós não tivéssemos tabaco, *yerba*, açúcar e papel para vender porque a inundaçãolhe tinha impedido de ir renovar suas provisões em *Alegrete*, pequena cidade fronteiriça a dez léguas para este-sudoeste. (p. 15)

Isabelle revela a surpresa, o estranhamento e um certo “desdém” que seus trabalhos de naturalista provocavam na população local. Porém, se no dito mundo “civilizado”, ou seja, na Europa, destacando-se, especialmente a França, era fundamental, para ser-se considerado um

homem “culto”, um mínimo conhecimento e aproximação dos objetos do “mundo natural”, essa era uma postura que, certamente, pouco tinha a ver com os interesses e costumes dos habitantes locais, encontrados por Isabelle. Se considerarmos que esse viajante é francês e que a História Natural, na França, tinha, naquele tempo, uma longa tradição – tendo sido popularizada, divulgada e, principalmente, afirmada não só como um conhecimento importante, mas como um empreendimento moral, como um caminho para o auto-desenvolvimento, para o desenvolvimento da virtuosidade e da sensibilidade –enfim, podemos pensar que, a sua própria condição de viajante com interesse e conhecimento em História Natural, traçam, mais uma vez, os limites entre uma Europa civilizada e essa América “deserta” e inculta. Kury (2001) aborda em seu trabalho, justamente a dimensão que o conhecimento relativo à História Natural, adquire na França na passagem do século XVIII para o século XIX.

Então, conhecer a natureza não é mais uma atividade exclusivamente restrita ao uso dos naturalistas. Praticar História Natural ao final do século XVIII e começo do século XIX, reforça uma aprendizagem moral, um exercício de compreender a natureza humana e de se aproximar das leis que regem o universo.²⁸²

Ainda, a julgar pelos vários projetos que se encontram atravessados em um empreendimento cultural complexo como é esse da viagem, podemos pensar – guardando, é claro, as devidas proporções, e relacionando o que está sendo considerado com alguns posicionamentos que Isabelle assume em seu texto – que algumas associações feitas entre esses naturalistas e os religiosos que vieram com o intuito de estabelecer nessa região a “civilização” , ou ainda com espíões que

²⁸² Kury, Lorelai. *Histoire naturelle et voyages scientifiques (1780-1830)*. Paris: L' Harmattan. 2001, p. 53.

buscavam “inventariar” as riquezas do lugar, não deixam de ter um certo sentido. Retomando o que fala Pratt (1999) em relação à História Natural e o seu impacto transformador no mundo, acredito que as considerações, acima podem ficar melhor contextualizadas. Segundo essa autora, embora possamos pensar que o impacto e o tipo de dominação possibilitado pelo conhecimento adquirido através da História Natural e das viagens com interesses relacionados a essa ciência sejam, de alguma forma, mais “amenos” – se comparados com o impacto causado pelas viagens dos primeiros navegadores-conquistadores – ainda assim, é através da História Natural e das viagens que tem nessa ciência o seu principal interesse, que se produz para o “Velho Mundo” um novo conhecimento comercialmente utilizável. Portanto, saber o que as diferentes regiões tinham enquanto “riquezas naturais” significava não só reorganizar a Natureza do “Novo Mundo” numa nova e arbitrária estrutura de conhecimento, mas também, instaurar uma nova rede de exploração econômica. Isso fica muito claro na afirmação que Pratt retira do prefácio de uma obra de 1759: “é principalmente da História Natural que aprendemos o valor de qualquer país, pois é por esta fonte que podemos conhecer tudo o que ele produz”. Assim, é também nesse estudo “inofensivo” e “tão doce” da história natural, segundo palavras do próprio Isabelle, atravessado por essas idéias e concepções, que esse viajante tem como um dos objetivos da sua viagem ao Brasil conhecer os produtos desse país.

Aproveito, também, para assinalar que é nesse sentido que Isabelle marca o lugar de onde fala: ele fala do lugar de um viajante interessado em História Natural, que faz da coleta de espécies animais, vegetais e de exemplares minerais, um dos motivos principais da sua viagem. Porém, apesar de seu assinalado interesse nas buscas de tais materiais, seu texto também é constituído a partir de outros “lugares” que esse viajante ocupa e de outros interesses que o constituem, não se restringindo esses, apenas, àqueles comprometidos com as ciências naturais, mesmo que delas derivados. A *Viagem ao Rio Grande do Sul* também é o relato de um viajante que tem projetos nítidos para essa região, viajante esse que, como vimos, acabou se estabelecendo por essas terras, posto que fixou residência em Buenos Aires e depois em Montevidéo, o qual, além disso, também realizou

empreendimentos (tais como uma fábrica de velas e de sabões), constituiu família e que participou, intensamente, da vida política e das disputas militares na região do Prata. Em relação a isso, Laytano (1983) observou nas notas biográficas que acompanham a edição aqui estudada da *Viagem ao Rio Grande do Sul*:

Isabelle pretendia enriquecer o domínio das ciências naturais, embora ele as conhecesse apenas como um amador. Entretanto, se não trouxesse novas observações, ao menos deixaria coleções preparadas e conservadas com cuidado todo particular. Seria mais um comerciante do que, propriamente um cientista. Porque era moda os naturalistas viajarem pelo mundo, ele pretendia pagar seu tributo como se realmente fora um homem de ciência.²⁸³

Ele percorreu essa região acompanhado de alguns instrumentos e de algumas obras de História Natural que o auxiliaram em suas observações e, nesse sentido, ele parece ter podido olhar mais detidamente, bem como fazer maior número de referências sobre a fauna desse local, do que os demais viajantes cujos relatos aqui estudei. Cabe referir que suas descrições são apresentadas, muitas vezes, em notas que foram organizadas e reunidas separadamente ao final do volume, nas quais se observa uma constante preocupação com a classificação correta das espécies referidas, pela citação

²⁸³ Dante de Laytano, *Biografia e Viagem de Arsène Isabelle*. In: Isabelle, A. *op.cit.*, p. 110. Em relação ao afirmado por Laytano, penso que uma leitura direta desse manuscrito poderia redimensionar melhor o desejo afirmado por Isabelle de contribuir com a ciência. Acredito que tal desejo ia além de uma questão “de estar na moda”. As viagens eram empreendimentos muito sérios, dispendiosos, desgastantes, envolviam tempo de preparo e portanto eram tradução de projetos institucionais, nacionais, por vezes, projetos particulares, como no caso de Isabelle e de Aimè Bonpland, mas nem por isso menos sérios.

freqüente que faz dos trabalhos de Saint-Hilaire, Alcides D'Orbigny e Felix Azara²⁸⁴. Vejamos, por exemplo, o que ele diz no seguinte excerto:

“Tatus” - Há uma grande confusão na determinação das espécies deste singular mamífero, que pertence à ordem dos desdentados, grupo dos *desdentados ordindrios*, gênero *tatou* (Dasypus, Lin.). Felix Azara descreveu oito espécies, mas existe ainda um número maior que, sem dúvida, o sr. D'Orbigny dará a conhecer. A carne das espécies pequenas (*mulitas*) é muito delicada e muito procurada pelos “gourmets” de Buenos Aires. (p.86)

O trabalho de Isabelle, portanto, apresenta uma dimensão importante para aqueles estudos interessados em realizar hoje um levantamento histórico da fauna existente no Rio Grande do Sul àquele tempo. Suas referências constantes às aves que aqui se encontravam são, por exemplo, importantes indícios para auxiliar os pesquisadores interessados em “perscrutar” ecossistemas do passado. Assim ele indica que no RS

Os pássaros mais comuns eram: os Martins-pescadores de três espécies, os carangueijos, os pés azul-celeste, e “acahé”, papagaios, anis, curucus de cores magníficas, lindos tucanos de papo branco mas muitos difíceis de pegar. (p. 16)

²⁸⁴ Naturalistas-viajantes franceses que se ocuparam respectivamente da Província de São Pedro, da região de Corrientes e Entre Rios.

Cabe destacar que aquele tempo – julgo que isso pode até ser estendido no tempo para dias bem recentes – colecionar e estudar os seres vivos pressupõe, para a ciência do século XIX que eles sejam mortos. Assim, ao longo do relato de Isabelle, várias foram as passagens em que ele fala de episódios relacionados à caça de animais. Em relação aos demais viajantes estudados nesta tese, Isabelle parece ser o único que não tem uma ‘paisagem-só-vegetal’ como referência. Ao longo da sua viagem, ele e seus companheiros matam um jacaré com sete pés de comprimento; e também alguns bugios, sagüis, coatis, ‘avestruzes’, capivaras, veados. Além disso, ele afirma várias vezes, a variedade de aves existentes na região, estando, geralmente, a descrição da fauna acompanhada da descrição de uma caçada.

Encontra-se nesta localidade muitos macacos do gênero *alouatte*, chamados bugios pelos brasileiros.

Matamos um velho macho muito barbudo, quase vermelho; a fêmea que ferimos tinha um pêlo esbranquiçado como o do uivador negro; quanto ao jovem macho de menos de dois anos, variava de cor desde o branco até o marrom vermelho. (p. 28)

Se a fauna ganha um papel de destaque no trabalho de Isabelle, cabe ressaltar ainda, que ele é um dos poucos viajantes a se dedicar a falar dos animais que estariam fora do grupo dos vertebrados, refiro-me, por exemplo, aos insetos. Embora dentro das coletas feitas pelos naturalistas, esses animais ocupassem lugar importante, eles dificilmente aparecem como protagonistas de alguma “cena pitoresca” nos relatos dos viajantes. É ainda interessante ressaltar que em sua notas, organizadas ao final do seu relato de viagem, Isabelle aprofunda algumas reflexões sobre o comportamento de alguns animais comparando-os com o comportamento das pessoas da região. Assim, ele fica

completamente “encantado”, ou mesmo “exaltado”, diante das planícies tomadas por formigueiros imensos, “de cinco ou mesmo dez pés”, constituindo uma “república de formigas”. Afirmar Isabelle: “quantas vezes parei admirado, considerando a ordem, regularidade, indústria que desenvolvem esses átomos da criação para conseguir seu fim, assegurar sua subsistência, a qual, também eles, parecem condenados a ganhar com o suor de seu rosto!”²⁸⁵ Assim, vamos podendo também “perscrutar” outras falas no relato de Isabelle, e uma das que aparece muito fortemente é a questão do trabalho, do empreendimento e da possibilidade de realizar “melhorias” nas regiões visitadas. Inclusive ele ressalta o pouco que fazem os habitantes da região para proteger suas poucas culturas ou plantações dos animais. Afirmar Isabelle:

Se os animais fazem insignificante destruição do cercado, há o inconveniente dos pássaros, dos papagaios sobretudo, dos macacos e outros animais, o que é muito difícil de remediar; por outro parte, ocupam-se pouco nisso. A indústria de animais parece crescer em razão direta da preguiça e indolência humanas, é assim que nestas regiões da América do Sul, onde os homens jazem numa apatia intolerável diante das miríades de abelhas, formigas, insetos de todas as espécies, que fazem moradas pasmosas pela singularidade de sua estrutura, pelo seu tamanho e solidez em relação à pequenez dos seres que as constroem. As pirâmides do Egito, as torres da Babilônia, as muralhas da China, os monumentos da América Central não são nada em comparação aos edifícios das formigas! (p.48, p. 91)

²⁸⁵ Arsène Isabelle. *Viagem ao Rio Grande do Sul (1833-1834)*, tradução de Dante de Laytano (1983). Porto Alegre: Martins Livreiro, 1983, p. 91.

Embora com um olhar um pouco mais atento para a fauna, Isabelle compartilha com os demais viajantes o desapontamento, e mesmo a angústia, que lhe causam as regiões desérticas, não habitadas e, portanto, não transformadas pelo trabalho humano. Passo a analisar então, como essas questões foram aparecendo em seu relato e como elas “impressionaram” a paisagem construída por esse viajante.

Um Éden que precisa, no entanto, ser civilizado.

Em vários textos desses viajantes, o Brasil foi representado como um lugar com uma essência tropical – faziam-se referências a florestas imensas, a frutos exóticos, a animais ferozes, a flores belíssimas, aos índios, a rios intransponíveis, enfim, a tudo aquilo que, conforme aponta Kury (2001), configura “esses *topoi* da literatura de viagens”²⁸⁶ e que acabavam por organizar um conjunto de significados em relação àquilo que o Brasil representava em sua “essência”. E isso não só para os estrangeiros, mas também para os próprios brasileiros.

Desta maneira, a literatura de viagem auxiliou na construção daquilo que passou a ser entendido como próprio e típico do Brasil²⁸⁷. Além disso, é preciso referir que, nestes textos, o registro da presença da ação humana junto à natureza é sempre relacionado ao plantio, à introdução de novas espécies e ao seu aperfeiçoamento. Então, dentro da complexidade que caracteriza o pensamento dos viajantes e a sua experiência de viagem é possível observar uma certa “tensão”, entre a satisfação diante das paisagens exuberantes e ainda virgens, “intocadas” pela mão “destruidora” do homem, e o prazer que causa a esses mesmos viajantes a natureza cultivada, ordenada e organizada no espaço, reconstruída como se fosse um jardim.

Penso que o relato de Dreys pôde também revelar um pouco dessa tensão aliás resolvida por ele mesmo através da idéia de que aqui existe um Éden aguardando ser cultivado. E se as regiões desérticas, àquelas em que não ocorrera a intervenção do trabalho humano, lhe causavam lamento e consternação, ele, de certa forma assim as “justificava”. Já Isabelle, ao se deparar com as questões relativas à utilização da terra é muito mais “ácido” e contundente nas suas observações. Ele marca, inicialmente, a quase impossibilidade de um empreendimento de tal ordem ser realizado fora de uma orientação européia. O cultivo da terra, sua organização, seu aproveitamento, seu disciplinamento constituem e correspondem a um projeto europeu, sendo, assim necessário que seja

²⁸⁶ Lorelai Kury. Viajantes Naturalistas do Século XIX. In: Pereira, P. R. (org.) Biblioteca Nacional – Guia de fontes sobre o Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional; Nova Fronteira, 2001, p.

²⁸⁷ Lorelai Kury, *op. cit.*, p. 60.

dirigido e orientado pelo estrangeiro. Assim, não é de surpreender que Isabelle, ao se defrontar com uma região de terras cultivadas com cuidado, tenha tido a impressão de estar em um país europeu.

Depois de ter subido e descido muitas vezes, avistamos enfim, na volta de um caminho coberto, a vila de São Leopoldo, situada no meio de uma planície baixa, podendo ter umas duas léguas de circunferência.

Pensamos estar na Alemanha. Não pude evitar à vista desta povoação européia, um sentimento de admiração, porque, em primeiro lugar, fui surpreendido pelo contraste que ofereciam estes lugares, cultivados com cuidado, estes caminhos, abertos penosamente através das colinas, morros e matos, estas pequenas propriedades, rodeadas de fossos, profundos ou sebes vivas, esta atividade de agricultores e artesões, rivalizando no desejo da prosperidade comum... com o abandono absoluto em que brasileiros deixam suas terras, o mau estado de suas estradas, suas choupanas estragadas, enfim essa falta de atividade, esse espírito de desperdício e de destruição que os caracteriza tão bem quanto os argentinos.

Não foi menor a minha admiração ao ver, quase sob o trópico, uma nação de regiões polares conservando seus hábitos, costumes, vida ativa, dando nascimento a uma geração que deverá um dia mudar a face do país. (p. 72)

As afirmações de Isabelle louvam o trabalho e o esforço estrangeiros na construção e organização do espaço. É essa a possibilidade de desenvolvimento que se apresenta, segundo ele, para essa região e para esse país: seguir o exemplo, a orientação dos estrangeiros. Os brasileiros, segundo afirma Isabelle, em várias passagens do seu relato, parecem ser “naturalmente” desleixados, desinteressados, acomodados e preguiçosos. O progresso é algo que vem de fora, é externo a essa gente e a essa terra, enfim, é algo que deve ser aprendido com os estrangeiros. Em vários momentos

de seu relato Isabelle assinala o ciúme e a inveja que os brasileiros têm em relação aos estrangeiros, justamente pelo caráter empreendedor desses últimos.

Muitos brasileiros, consultando mais o interesse particular do que a sua inclinação, naturalmente enciumados das propriedades dos estrangeiros, começam a se estabelecer na colônia, comprando muito caro os terrenos concedidos aos alemães e que estes lhes cedem de boa vontade, esperando abrir noutra parte estabelecimentos maiores.

A emulação terminará por fazer nascer nos brasileiros, à vista de tantas dificuldades vencidas por homens trabalhadores, ao menos o orgulho nacional, interessado pelo progresso da colônia, o que deve trazer felizes resultados para o país. Já foi organizada uma sociedade de acionistas para a construção de uma ponte sobre o *Rio dos Sinos*; tratava-se, também, de levantar edifícios públicos, abrir novas estradas, fazer um barco a vapor e empreender, enfim, trabalhos capazes de fomentar a indústria e favorecer o comércio, verdadeiras fontes de riqueza e civilização dos povos. (p. 74)

Essa é a preocupação central que perpassa o olhar de Isabelle em relação à Província de São Pedro, e é por isso que me parece ser possível afirmar que ele é um viajante comprometido com idéias de progresso, de riqueza, de desenvolvimento, enfim, de civilização. Embora esse viajante declare em seu relato estar em busca da “natureza tal como ela era feita”, é justamente diante de uma natureza reorganizada e transformada pelo cultivo, ou seja, tornada “útil” e “produtiva” pelo efeito civilizador europeu, que suas descrições são tomadas de entusiasmo. É essa a natureza que encanta esse viajante, como se vê quando ele menciona que o que chamou sua atenção na Colônia de São Leopoldo foi o processo de “limpeza” operado sobre a paisagem. São Leopoldo mostra-se, aos olhos desse viajante, como um museu vivo, no qual apresenta-se, organizadamente, aos olhos dos

interessados em história natural, uma coleção “natural”, cujo acesso aos exemplares é bastante fácil. Estão lá, ao alcance de todos (ou pelo menos daqueles movidos pela curiosidade), exemplares da diversidade da produção “orgânica” de toda a Província. Se para Dreys, a Província de São Pedro é um pequeno Éden num canto do mundo, para Isabelle, São Leopoldo é o exemplo do “apogeu” a que esse Éden pode atingir se “corretamente” civilizado, não só em termos de desenvolvimento das benfeitorias mas, também, em termos de melhoramento da própria natureza, para que se possa ter, enfim, uma natureza que se apresente ordenada para ser olhada, observada, estudada, apreciada e aproveitada.

A colônia alemã deve ser visitada pelos naturalistas e amadores da *bela natureza*: encontram-se todas as produções da província do reino orgânico; lindos pássaros, insetos raros, mamíferos estranhos e plantas preciosas, tudo se reúne nesta localidade para excitar a admiração dos curiosos. Numerosos caminhos, abertos no meio dos matos, permitem aos caçadores percorrer os arredores de S. Leopoldo sem serem incomodados pelo calor, gozando, ao contrário, da frescura de uma multidão de árvores e espécies bastante variadas e que dão muita sombra. (p. 75)

Acho que a primeira discussão que podemos fazer é do que significa essa *bela natureza* para esse viajante. Mais uma vez, como tantas outras ao longo desse trabalho, utilizo o termo “perscrutar”, no sentido de também ir ao longo dos textos desses viajantes “inventariando” sentidos. Tentar pensar a que Isabelle se referia ao falar *bela natureza* exemplifica bem um desses momentos. É a partir de uma clara identificação desse viajante com autores como Jean-Jacques Rousseau e Bernardin de Saint-Pierre, ambos franceses e identificados com a França e o Romantismo, além, e também, do seu reafirmado entendimento do estudo da História Natural como um estudo não só de

características “racionais”, mas também como um estudo importante para o espírito humano, capaz de acalmar seus males (tal como também pensavam Rousseau e Saint-Hilaire em relação aos estudos da Botânica) que vou tentando “sondar” a *bela natureza* criada por Isabelle. Portanto, a natureza que se apresenta como possibilidade de estudo para esse viajante, e ao mesmo tempo como capaz de trazer o restabelecimento do espírito humano é essa que se oferece de alguma forma, já organizada, onde tudo é revelado aos olhos curiosos do visitante, quase como se fosse um jardim cultivado, em meio à própria natureza. Assim a *bela natureza* é aquela que foi melhorada pela ação humana.

Meyer (1961) aponta que Isabelle foi o primeiro viajante a reconhecer e a prever a importância da colonização alemã para o desenvolvimento das pequenas propriedades do sul, “em contraste cultural com a região da campanha, escravista e latifundiária”²⁸⁸. Assim, afirma Meyer, foi através do seu livro que Isabelle revelou aos meios interessados da Europa a existência de “um núcleo colonial ativo e industrioso no vale do Jacuí.”²⁸⁹ Segundo ele:

Em 1879, escrevia Koseritz, no seu *Volkskalender*: “Até então, ignorava-se na Alemanha a existência destes irmãos; foi um francês que os descobriu (Arsène Isabelle) e pela sua descrição, traduzida e publicada na *Europa*, de G. Kuhn, a colônia de São Leopoldo foi mencionada pela primeira vez na imprensa alemã.”²⁹⁰
(grifos do autor)

Como foi citado anteriormente, Isabelle teve uma preocupação muito grande em relação à ocupação da terra e, portanto, esse viajante se colocou como um crítico contundente da estrutura

²⁸⁸ Augusto Meyer, Introdução Geral . In: Dreys, Nicolaus, *op. cit.*, p. 27.

²⁸⁹ *Ibidem*.

latifundiária que dominava na Província de São Pedro naquele tempo. Ele considerava tal “distribuição” de terras uma das razões que prejudicavam o desenvolvimento da agricultura e da população local. Não se pode deixar de levar em consideração que na história pessoal desse viajante há referências aos seus ideais republicanos e que ele compartilhava dos ideais propagados pela Revolução Francesa: igualdade, liberdade e fraternidade. Também não se pode deixar de mencionar, mais uma vez, que, no final do século XVIII e no início do século XIX, em toda a Europa e, especialmente na França, a fome era o grande mal²⁹¹. Assim, questões relativas à propriedade da terra e à sua utilização, seu máximo aproveitamento e sua distribuição constituíram-se, na França, em preocupações de caráter nacional. E é nesse sentido, também, que os estudos da História Natural vão se aproximar cada vez mais da agricultura e da agronomia. É nesse sentido, ainda, e isso será abordado no próximo capítulo, que o trabalho e a rede de informações estabelecidas entre as instituições científicas francesas, seus viajantes-naturalistas espalhados pelo mundo e as colônias francesas vão se concentrar na aclimação e reprodução de plantas exóticas que poderiam vir a oferecer produtos úteis para auxiliar na resolução de problemas sociais importantes. A fome era um deles.

Portanto, o olhar desse viajante republicano, levado a migrar de seu país por motivos políticos, pelo gosto das viagens, pelos interesses nos estudos da História Natural, pelo interesse em conhecer as jovens repúblicas que estavam emergindo na América do Sul, pelo desejo de se fazer útil descrevendo essas regiões, é um olhar atravessado por todas essas questões. E se Isabelle, como refere Laytano (1983) presta reverências a Bernardin de Saint-Pierre, por ter sido, segundo esse viajante, “pintor das sublimes harmonias, despojando a ciência de suas asperezas e mostrando-nos a

²⁹⁰ *Ibidem*.

²⁹¹ Georges Lefebvre em seu livro intitulado *O Grande Medo de 1789*, analisa uma série de acontecimentos e, nas palavras do autor, “inúmeros dramas populares” que vão acontecendo no interior de um espetáculo maior, a Revolução Francesa. No capítulo inicial do livro o autor se coloca a discutir justamente a questão da fome entre os franceses, segundo esse autor: “às vésperas da Revolução, para maior parte dos franceses o grande inimigo era a fome.” Lefebvre, G. *O Grande Medo de 1789*, Rio de Janeiro: Campus, 1979, p. 25.

natureza tal qual ela parece ter sido feita para o bem-estar do gênero humano”, certamente causava-lhe um grande desconforto observar na região das missões, por exemplo, grandes extensões de terras não cultivadas. Neste sentido, a natureza dessa região, para Isabelle, ainda não tinha revelado todo o seu potencial.

É digno de lástima que todas essas belas planícies baixas do Jacuí e de outros rios estejam expostas à inundações freqüentes; isto é um obstáculo até agora sem solução para sua cultura e ao mesmo tempo obriga os habitantes das proximidades que possuem animais, a ter grandes extensões de terreno a fim de os poder retirar para as elevações no tempo das instituições.

Este inconveniente prejudica ao mesmo tempo a agricultura e a população.

E como a ambição dos *estancieros* consiste em possuir grandes rebanhos, de cinco, de dez, e trinta mil cabeças de gado, resulta que procuram possuir a maior extensão possível de campo; deste modo não é raro ver-se *estâncias*, sobretudo nas Missões e na parte vizinha da Banda Oriental, de dez, vinte e trinta léguas ou mais de extensão.

E se não obtêm todos esses vastos terrenos a título de *concessão* de parte do governo, compram de seus vizinhos pobres as terras que o rodeiam e se livram assim de qualquer concorrência inoportuna.

Conclui-se, facilmente, que essa repartição de uma grande extensão da região nas mãos de um só indivíduo ou de uma só família deve retardar consideravelmente o progresso da população.

Responderão talvez a isso que as grandes propriedades se dividirão necessariamente pela divisão das famílias; mas quantos séculos seriam necessários para povoar como uma província dos Estados Unidos, por exemplo, as quinze mil léguas quadradas que pode ter a província de Rio Grande?...

Pois não tem senão sessenta mil almas, depois de mais de duzentos anos de fundação!(p.43 grifos do autor)

Isabelle segue em seu texto lamentando a forma como o governo brasileiro lidava com essa situação. Ele até reconhece que o mesmo teria tentado, de alguma maneira remediar o que ele chama de “abusos”, através do estabelecimento de leis que proibiam a um mesmo indivíduo a posse de mais de uma *sesmaria*²⁹², legislação que, segundo esse viajante, parecia, no entanto, não ser cumprida rigorosamente. Ao final de suas considerações ele lamenta, mais uma vez, que o “natural” potencial para o cultivo que essa região apresenta não fosse melhor aproveitado.

Por todas essas razões, uma grande quantidade de sítios encantadores, terrenos muito férteis, muito próprios par a cultura de cereais, algodão, cana de açúcar, café e mandioca, ficarão ainda por muito tempo sem outros habitantes a não ser bois,carneiros, mulas e cavalos.

O pouco de cultura que se faz nas *chúcaras, fazendas* e em redor das *estâncias*, consiste unicamente em plantar *mandioca, semear milho, feijão, arroz e* alguns legumes, o suficiente para as necessidades da família sem se dar muito trabalho.

O jardim, ou campo cultivado, acha-se mais comumente colocado o meio de uma mata a fim de preservá-lo da invasão do gado; é o que se chama *roça ou roçado*.

²⁹² Conforme Pesavento (1984), as *sesmarias* “eram terras devolutas, medindo em regra 3 léguas por 1 légua (cerca de 1300 hectares) e foram concedidas primeiramente na região que se estendia de Tramandaí aos campos de Viamão.” Essas terras, segundo a autora, teriam sido distribuídas, pela Coroa, aos tropeiros que se sedentarizaram ou aos militares que deram baixa e se fixaram nas fazendas. Pesavento, S. *História do Rio Grande do Sul*, 3 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984, p. 15.

Por isto se contentam em derrubar grandes árvores no meio dos matos, queimar o pé para destruir as raízes e revolver em seguida ligeiramente a terra; a natureza, essa excelente e previdente mãe, faz o resto.

Todos os trabalhos de agricultura se limitam mais ou menos a isso na província do Rio Grande e também nas outras províncias do rico e fértil Brasil.

No entanto notei exceções; encontram-se alguns *roçados* melhor cuidados do que outros e cultivados à maneira das nossas hortas; mas é necessário confessar que isso é raro e se vê senão em casas de *européus*.(p. 44, grifos do autor)

Destaco, mais uma vez, o quanto essa questão do cultivo aparece como importante para esse viajante e, também, o quanto ele atribuiu à natureza o papel de nutridora de demandas das necessidades humanas. A questão aqui parece ser, justamente em oposição a alguns trechos do relato de Dreys, que a essa natureza tão propícia, não corresponda um trabalho humano comprometido em aprimorar tudo aquilo que essa região “naturalmente” já oferece. A natureza representada em seu relato já fez a sua parte, mas falta ainda fazer incidir sobre ela, como aponta Kury (2001), o “potencial do homem civilizado”, homem esse, que, nos relatos de Isabelle, é sempre europeu. Os raros exemplos de cultivo, de desenvolvimento, e de aproveitamento correto e útil da natureza dessa região, são protagonizados por europeus.

É interessante examinar as considerações feitas por Isabelle sobre tais temáticas, a partir das discussões que Kury (ibidem) levanta sobre as relações entre cultura e natureza na França do início do século XIX. Essa autora destaca que

A natureza é um objeto central para a cultura francesa na passagem do século XVIII para o século XIX. Ela é considerada como a fonte primeira de bem estar social, e como o terreno a partir do qual se exerce todo o potencial do homem civilizado. No século dezoito o controle da natureza parecia aos teóricos da civilização como a seqüência lógica do progresso da humanidade. A agricultura é a atividade social que representa mais claramente a complementaridade entre a natureza e a civilização. É da terra, que se extraem todos os produtos necessários ao homem, para a sua sobrevivência e para o seu agrado. Com efeito, a produção de riquezas não é concebida apenas como uma atividade que resulta unicamente do trabalho e dos conhecimentos que a sociedade aporta. A natureza tem uma função neste processo; é da sua parte a contribuição para a reprodução da vida humana.²⁹³

Assim, encontra-se em alguns trechos da *Viagem ao Rio Grande do Sul* a idéia de que a natureza dessa Província tem todos os elementos necessários para dar a sua contribuição para essa ‘reprodução da vida humana’; o que falta, no entanto, na concepção de Isabelle, é os brasileiros aprenderem a utilizar adequadamente o potencial dessa região contemplada com uma “natureza vivificante e um clima salubre”²⁹⁴. Isabelle, assim como Dreys, reforça também que as condições climáticas e a “natureza” da região a tornam ideal para a colonização européia. É o que se percebe quando Isabelle exalta algumas das condições naturais dessa região. Na verdade, como já foi referido anteriormente, o entusiasmo desse viajante diante da “natureza do lugar”, não é algo que atravesse

²⁹³ Kury, Lorelai. *Histoire naturelle et voyages scientifiques (1780-1830)*. Paris: L' Harmattan. 2001, p. 9.

²⁹⁴ Retomo aqui a citação de Isabelle que na primeira página desse capítulo. Onde, justamente Isabelle apresenta essa idéia atravessa todo o seu diário de viagem.

todo o seu relato, da forma como acontece com a *Notícia Descrtiva* de Dreys; a sua “empolgação” diante da natureza aparece em contextos geralmente restritos às questões até agora discutidas.

Poucas regiões do mundo são regadas e vivificadas, com mais profusão do que a província de São Pedro; somente a Banda Oriental lhe poderá ser comparada. O clima é salubre e temperado; nenhuma terra é mais favorável à colonização *européia*.

As frutas das regiões equatoriais dão ao mesmo tempo que as das zonas temperadas; recolhe-se na colônia alemã, o fruto do coqueiro e da bananeira, o marmelo, a maçã, a pêra, a laranja, o pêssego suculento do antigo continente. (p. 83)

Ainda penso ser importante enfatizar, o compromisso e o interesse que esse autor revela ter pela imigração. O comentário de Tostes (*apud* Meyer 1961), na tradução da obra completa de Isabelle, ressalta a importância que esse viajante atribuía à colonização da América por “elementos europeus selecionados”. Segundo Tostes (1949):

Integrado na vida desta parte da América, Isabelle não se descuida dos seus problemas nacionais e os discute com assiduidade nas colunas do seu jornal e também em monografias. Um tema que o apaixona e absorve é o da colonização destas vastas regiões da América por elementos europeus selecionados, à base das observações que recolhera em sua viagem à província do Rio Grande. Não pode compreender que países tão propícios ao desenvolvimento de uma colonização daquele gênero prefiram conservar inaproveitados milhões de hectares de terras, a

abrir suas portas à imigração, por meio de tratados inteligentes. Sofre ao pensar na multidão de proletários franceses que vegetam no desconforto da miséria, enquanto, neste lado do Atlântico, há um solo virgem que só espera braços.²⁹⁵ (p. 26)

Não é de se estranhar, portanto, o lugar que o *estrangeiro* ocupa em sua *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Qualquer possibilidade de melhorias, de incremento de tecnologia é por ele associada à presença do europeu. Cabe ressaltar que os habitantes locais são, por vezes, chamados de *naturais*, estabelecendo, mais uma vez, essa alteridade que se legitima, em meio a complexas disputas de poder que acontecem nas imbricadas fronteiras que se estabelecem entre natureza e civilização, na *zona de contato*, para usar uma expressão utilizada por Pratt (1999). A tensão de tais relações pode ser percebida na passagem abaixo do texto desse viajante:

É extraordinário que num país onde as florestas são tão numerosas não se tenha a idéia de construir jangadas ou pontes volantes de maneira que passem as carretas completamente carregadas. Custaria apenas a mão de obra e seria mais expedito, pois não se teria que colocar senão um toniquete ou cabestrão na margem oposta, para puxar a jangada.

Um preço pouco mais elevado pela passagem compensaria logo o empreiteiro e todos lucrariam afinal.

Mas a preguiça e a indolência dos naturais são um obstáculo a qualquer espécie de inovação útil; seria necessário que os *estrangeiros* dessem o exemplo...

Mas então os acusaria de *roubar aos crioulos sua indústria!!*

²⁹⁵ Augusto Meyer, Introdução Geral. In: Dreys, Nicoalus, *op. cit.*, p. 26.

Porque é necessário que se saiba que os brasileiros são tão invejosos dos estrangeiros como os *argentinos*. Pretendo, contudo, falar da gente pouco esclarecida, principalmente dos homens do *campo*; porque são poucos os homens de educação em toda a América do Sul, que não acolham bem aos estrangeiros e não se esforcem por praticar com eles hospitalidade mais generosa.

Mas não é assim fora das cidades, onde a educação dos homens se limita a saber *laçar e bolear* animais com destreza, *domar um cavalo* e monta-lo com graça; vêem com inquietação esses homens meio selvagens que os estrangeiros os obriguem a sair de seu gênero de vida rústica para porem-se ao nível da civilização ou ao menos procurá-lo. (p. 47)

Essa longa citação de Isabelle permite vislumbrar, mais uma vez, as questões que até aqui foram sendo apontadas. Assim, o desenvolvimento, o processo civilizatório, a intervenção útil no espaço físico são barrados pela “natural” indolência da população local. Novamente é reafirmado que o progresso é dependente de uma ação externa, alheia à iniciativa local, acontece a partir de uma atitude que tem os estrangeiros como protagonistas. E ainda a falta de cultura e educação desse povo, cujos valores se restringem a ações características ao cotidiano dos habitantes dessa região, os impede de ao menos reconhecer a importância desse desenvolvimento e se inspirar nos exemplos que os europeus fornecem. No caso, a cidade de São Leopoldo aparece no relato de Isabelle como o resultado “vivo” do sucesso obtido pela intervenção estrangeira em terras brasileiras. Ainda aproveito para referenciar que ao falar dos habitantes locais e de sua pouca educação (e mesmo ambição) ressalto que Isabelle fez exatamente o mesmo comentário, que Saint-Hilaire fizera, algumas vezes, ao longo do seu relato, escrito alguns anos antes. É possível pensar que realmente poucas coisas mudaram ao longo dos 11 anos que separaram essas duas viagens. Mas é possível pensar, também, que Isabelle olhou esta região a partir de relatos que outros já haviam sobre ela produzidos. Assim, na leitura desses trabalhos, esse viajante não só foi aprendendo sobre as coisas da região, mas também foi aprendendo a olhá-la de uma determinada maneira. Isabelle apresenta ainda, mais adiante na mesma página do seu relato, uma passagem muito interessante, a partir da qual se pode discutir as diferentes possibilidades e formas de ser estrangeiro. Conta Isabelle

Encontramos no passo do Botucaraí um jovem brasileiro (Sr. Jardim) do Rio de Janeiro, de muita boa educação, belas maneiras, falando francês e espanhol e viajando para conhecer o seu país.

Confessou-nos que se achava tão estrangeiro quanto nós nestas regiões ainda bárbaras.

Seguia uma caravana até S. Borja, donde deveria passar às outras Missões da margem esquerda do Uruguai; desejamos-lhes boa viagem. (p. 47)

Esse viajante que iniciou seu relato falando das dificuldades da viagem, que se interessou pela fauna dessa região, que atravessou o Rio Grande, coletando espécimes munido do seu equipamento e acompanhado da sua literatura de apoio, que criticou de forma contundente os habitantes da região em função de questões relativas a utilização e o cultivo da terra, também se deixou encantar por algumas paisagens. Nesses momentos Isabelle aparece com uma narrativa um pouco diferenciada, pois aumentam, nas suas descrições, a quantidade e a variedade de cores, de volumes, de comparações de adjetivos. Passo, então a discutir esses trechos.

Quadros do pitoresco

A 17 chegamos na parte de *Cima da Serra* mais agreste e também mais pitoresca. Há florestas antigas onde domina a gigantesca *Timbaúva*, cujo tronco cavado serve par fazer pirogas da maior dimensão; um arroio de água clara e límpida, choupanas de *moradores* pobres isoladas no fundo de um grande e profundo vale onde pastavam algumas vacas e carneiros; rochas escarpadas ameaçando o viajante, cerros recentemente queimados, acima dos quais dominavam silenciosamente abutres *aura*; outros ainda cobertos de altas gramináceas (*andropogon*) de hastes douradas, destinadas a serem vítimas das labaredas devoradoras eram os principais detalhes de um vasto quadro de que nossos olhos percebiam apenas o entorno. (p. 25)

Isabelle nos apresenta um quadro de uma paisagem descrita em detalhes, por um expectador que olha de fora da cena. Cena essa que revela uma paisagem habitada por “florestas antigas”, “arrosios de águas límpidas” e “choupanas pobres e isoladas”. Também gramíneas de “hastes douradas”, urubus silenciosos, rochas escarpadas “ameaçadoras” e labaredas “devoradoras”. Isabelle assinala que há mais para ser visto, os olhos não vêem o suficiente, apenas o contorno do quadro pode ser definido. Está é uma descrição da paisagem que se preocupa mais em apresentar uma visão panorâmica da cena do que se ater em algum detalhe particular. Assim é apresentado ao leitor a parte de Cima da Serra definida como a mais agreste e mais pitoresca. Uma vez que Isabelle refere ao final da descrição que esse é um quadro do qual só é possível “apreender o entorno”, vou buscar

um pouco na discussão sobre a representação estética da paisagem, os sentidos que a palavra “pitoresco” adquire no relato de viagem de Isabelle.

Não considero essa uma discussão simples e nem tenho aqui a intenção de aprofundar a teorização sobre diferentes tradições pictóricas na paisagem; a questão é apenas tentar estabelecer algumas conexões que possam auxiliar-nos a entender os momentos em que as descrições literárias da paisagem usam essa analogia a um quadro e também marcam esse quadro como pitoresco²⁹⁶. O sentido da palavra pitoresco, se buscado no dicionário, remete para aquilo que é próprio para ser pintado²⁹⁷. É a partir deste significado que eu vou tentando entender melhor o contexto dessa palavra na descrição desse viajante, ou seja, o que era considerado, por Isabelle, próprio para ser pintado?

Thomas (1996) discute, principalmente a partir de um cenário cultural inglês, as diferentes influências em relação ao apreço à natureza no século XVIII. Eram bastante presentes, naquele tempo, as “louvações” às paisagens uniformes de grande fertilidade e riqueza que tanto marcaram os séculos XVI e XVII. Como assinala esse autor, ao longo desses séculos, a idéia de beleza pitoresca estava vinculada à idéia de fertilidade do solo, e, entre as pessoas comuns eram poucas as que não preferiam as cenas “idílicas” de cultivo da natureza às suas produções originais, muitas vezes vistas como rudes, feias, ameaçadoras e inúteis. Porém, é também nesse mesmo período, no século XVIII, que uma nova percepção estética da paisagem começa a se instaurar; começam a mudar as preferências em relação à natureza, segundo Thomas, de forma dramática. Assim, a paisagem agreste, antes entendida como estéril, deixa de ser vista negativamente, deixa de ser considerada

²⁹⁶Segundo Ana Maria de Moraes Belluzo (1999), “a primeira manifestação do *pitoresco* ocorre historicamente na prática do arranjo dos jardins. O jardim inglês não surge exatamente de necessidades, mas expressa anseios estéticos. Segue motivos poéticos da Arcádia, e a abordagem pictórica do novo paisagismo desenvolve-se sobre o impacto da Antiguidade e da paisagem italiana realizada pela pintura de Claude e Poussin.” (Belluzo, 1999, p. 18).

²⁹⁷ Segundo o dicionário, pitoresco é um adjetivo indicando aquilo que é próprio para ser pintado, divertido, recreativo, graciosamente original, figurado, imaginoso e cintilante. In: Novo Dicionário de Língua Portuguesa Aurélio Buarque de Holanda Ferreira. Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira, 2ed. 1986.

como objeto de aversão e passa a também ser entendida como fonte de renovação espiritual²⁹⁸.
Afirma Thomas (1996):

Ao final do século XVIII, o apreço pela natureza, particularmente pela natureza selvagem, se convertera numa espécie de ato religioso. A natureza não era só bela; era moralmente benéfica. O valor da terra inculta não era apenas negativo; ela não proporcionava apenas um lugar de privacidade, uma oportunidade de auto-exame e de devaneio íntimo (idéia antiga, esta); tinha um papel mais positivo: exercia um salutar poder espiritual sobre o homem. (...) O sentimento de pasmo, terror, exultação, antes reservado a Deus, gradualmente ia sendo transposto ao cosmos em constante expansão, revelado pelos astrônomos, e aos objetos mais sublimes descobertos pelos exploradores na terra: montanhas, oceanos, desertos e florestas tropicais.²⁹⁹

No século XVIII, afirma Thomas (1996), a apreciação da paisagem se dava através da tradição pictórica europeia; “o atrativo primeiro do cenário campestre é que ele lembrava ao espectador pinturas paisagísticas.”³⁰⁰ Afirma esse autor, a partir do contexto inglês:

Na realidade a cena somente era chamada de “paisagem” [*landscape*], por recordar uma vista [*lanskip*] pintada; era pitoresca porque se parecia com uma pintura. A circulação da arte topográfica, na qual ou não havia figuras

²⁹⁸ Keith Thomas. *O Homem e o Mundo Natural*. São Paulo: Companhia das Letras, 3ed., 1996. p. 307.

²⁹⁹ *Ibidem*, p. 309.

³⁰⁰ *Ibidem*, p. 314.

humanas ou não tinham importância, precedeu portanto a apreciação das paisagens rurais e determinou a forma que esta assumiu.³⁰¹

Ainda, Thomas assinala que, no início do século XIX, o gosto pela natureza selvagem havia em muito superado os modelos artísticos anteriores, os quais segundo ele exigiam uma educação clássica e conhecimento de história e literatura. Porém, para os românticos a natureza “melhorada” não era mais a natureza a ser admirada, pintada e emoldurada. A natureza cultivada era sinônimo de natureza destruída. Começou, então um certo distanciamento e suspeita em relação a estética do pitoresco, pois, afinal, aponta Thomas (1996), um cenário natural era raramente pitoresco. A viagem ‘pitoresca’ também passa a ser vista com outros olhos uma vez que os viajantes “olhavam para a natureza apenas em busca da conformidade com um padrão preconcebido ou modelo aceito de harmonia estética.”³⁰²

Creio que é talvez neste sentido que Lisboa (1997) apresenta a estética do pitoresco dentro de uma perspectiva mais “iluminista” e a estética do sublime numa perspectiva mais romântica. Para essa autora, na estética do pitoresco o ambiente é acolhedor, integrador e favorece o contato entre natureza e seres humanos. Já a estética do sublime aponta para aqueles sentimentos que Thomas (1996) assinalava anteriormente. Sentimentos deslocados da figura temerosa e fascinante de Deus e recolocados na natureza selvagem, por sua vez, também temerosa e fascinante. A divisão proposta por Lisboa se complica um pouco na medida em que essa autora assinala que naquele tempo as palavras pitoresco e “romântico” eram intercambiáveis do ponto de vista dos seus sentidos, e que pitoresco também se referia à jardinagem, porém a autora não avança na exploração dessa diferenciação. Penso que essas são questões que ficarão em aberto, posto que eu as trago nesta Tese,

³⁰¹ *Ibidem.*

³⁰² *Ibidem.* P. 316.

mais na direção de acenar para a complexidade cultural e para as múltiplas influências que aparecem nos textos dos viajantes.

Penso, também, que o pitoresco em Isabelle, assim como nos demais viajantes aqui referidos, refere-se a paisagens “naturalmente artísticas”³⁰³, dignas de serem pintadas, mas que também remetem para a familiaridade, similaridade, que essas paisagens ter com cenários europeus. Belluzo (1999) assinala que a paisagem pitoresca “oferece evidências do que poderíamos chamar de imagens prévias criadas na pintura, agindo no momento da percepção do mundo sensível”. Assim, para essa autora, é na estética do pitoresco que é possível entender melhor “que toda a paisagem decorre de um encontro entre o que é dado a ver e o que a cultura legitima no que é visto”³⁰⁴. Destaco, também, que em raros momentos detectei nas descrições das paisagens feitas pelos viajantes aqui estudados, descrições que poderiam se aproximar de uma estética do sublime. Não aparecem aí os adjetivos que tanto povoaram algumas descrições que apresentam a “exuberância” dos trópicos. Porém, penso que isso não significa que esses viajantes não estivessem atravessados por essas influências, pelos textos do Romantismo, ou por essas diferentes propostas estéticas. Apenas, que não foi essa a natureza que eles encontraram e, talvez, seja isso que os faça valorizar tanto outras questões que vão se relacionar mais com a utilização da terra, com as possibilidades de ocupação das terras desertas, com a retomada de valores estéticos relacionados com o pitoresco. Penso que a próxima citação de Isabelle abrange melhor essas considerações.

Eis-nos chegados à pequena capital de uma grande província do Brasil,
a duas mil léguas do principal centro da civilização. As luzes apenas nos

³⁰³ Termo utilizado por Lisboa (1996). In: Karen Lisboa, *A Nova Atlântida de Spix e Martius: natureza e civilização na Viagem pelo Brasil (1817-1820)*. São Paulo, Hucitec, 1997, p. 34.

³⁰⁴ Ana Maria de Moraes Belluzo, *op. cit.*, p. 19.

alcançam por reflexões, os satélites *oficiosos* encarregam-se da divulgação de acordo com a inteligência que possuem; vede que céu, que paisagem. É o céu da Itália; são as paisagens e a vegetação de Provence; estamos em Porto Alegre!

Humanizamo-nos e tratemos de descrever, mesmo de maneira vulgar, o pitoresco de uma cidade do Brasil cujo nome, certamente feliz, está longe de dar verdadeira idéia. (p. 56)

Talvez a pergunta a ser feita ao ler-se esse trecho seja: onde está Isabelle? Ou, quem sabe, onde está o Brasil? Lisboa (1997) refere no seu estudo sobre os relatos de viagem de Spix e Martius, como esses naturalistas foram condicionados pela poética do pitoresco de forma a identificar, nos trópicos, paisagens semelhantes às dos ambientes europeus. A esse respeito Lisboa (1997) destaca o prazer que também sentiam Spix e Martius diante de uma paisagem transformada pela ocupação humana:

No repertório de paisagens prazerosas que dialogam com a estética do pitoresco, inclui-se evidentemente a natureza ocupada pela atividade humana. A digressão na Serra do Caraça evidencia o quanto esses naturalistas satisfazem-se quando topam com um ambiente agreste que já sofreu a intervenção humana. Esse gosto também se manifesta em relação aos campos transformados para a lavoura e o pastoreio: ‘causa prazer notar nesses sítios paradisíacos (...) terras zelosamente cultivadas’.³⁰⁵

Considero essa intervenção de Lisboa importante, justamente por ela acenar para a variedade de cenários que vão se apresentar sob o signo de pitoresco. E realizo um exercício de apropriação do termo “repertório de paisagens”, que a autora propõe, por considerá-lo extremamente significativo. Repertório de paisagens permite acenar que existem diferentes possibilidades de manifestação desse

³⁰⁵ Karen Lisboa, *op. cit.*, p. 105.

‘pitoresco’, que penso irem além de uma divisão clara e nítida entre perspectiva iluminista/perspectiva romântica. Também possibilita pensar na construção desse repertório de paisagens, a apropriação estética dessas paisagens, não acontece, por parte dos viajantes, exclusivamente em função de uma tradição pictórica, mas, também, a partir de uma tradição científica. No caso dos relatos dos viajantes aqui estudados, essa tradição científica é marcada pelos estudos, polêmicas e propostas do campo da História Natural. E, nesse sentido, parece que a estética do pitoresco não fere tanto, ou pelo menos não está em oposição a uma tradição científica na qual se entrelaçam questões como natureza, civilização, cultivo, agricultura, utilidade, viagens, exploração, coleções e relatos. Penso que estas circunstâncias se combinam e se reúnem no espetáculo abaixo narrado por Isabelle.

Quereis gozar de um espetáculo difícil de ver mesmo na Grande Ópera? Transportai-vos para o ponto mais alto da colina no lugar principal: tereis vós, ao norte (que, como sabeis, é o *meio-dia* do hemisfério austral), a cidade se desdobra em taludes; a barra coberta de barcos; as ilhas, o curso sinuoso dos cinco rios estendendo-se exatamente como uma mão aberta com os dedos afastados, depois as casas de recreio, bordejando em meio círculo a margem sombreada da baía, vales arborizados prolongando-se paralelamente às colinas do nordeste, a “Várzea”, ou planície atrás da cidade, com seus bosques, plantações de laranjeiras, bananeiras, palmeiras, cactos, todos cercados de sebes, espessas, mimosas, amarelas, vermelhas, violetas ou brancas, quase sempre em flor, e ainda, além dessa planície do sul, descansando agradavelmente a vista, lindas casas de campo (*quintas, chácaras ou fazendas*), bem construídas, pitorescamente colocadas sobre o alto dos morros. (p. 57)

Isabelle também deixou, tal como os demais viajantes aqui estudados, suas impressões sobre a população em geral, destacando as mulheres, os índios e os negros. De acordo com os seus ideais republicanos e sua filantropia, Isabelle não podia entender o hábito dos portugueses manterem suas mulheres longe do convívio social e, principalmente, longe dos olhares estrangeiros. Aliás, ele achou as mulheres do Rio Grande do Sul pouco interessantes, sem o charme das portenhas. Cabe ressaltar que ele só fez referência a mulheres quando chegou à Porto Alegre. Sobre os índios, Isabelle teceu críticas contundentes aos jesuítas (bem ao contrário de Saint-Hilaire que via nessas a possibilidade de civilização dos povos Guaranis) e seu sistema de exploração do trabalho indígena. Tal exploração, segundo esse viajante, manteve os índios em profundo estado de apatia e ignorância. De forma semelhante, ele falou contra a escravatura e o tráfico de escravos, condenando o seu próprio país por ter se envolvido no deplorável comércio de “carne humana”. Isabelle denunciou, também de forma contundente, as atrocidades que os escravos sofriam nas estâncias e charqueadas, contradizendo uma tradicional idéia de uma escravatura mais branda para os negros do Rio Grande do Sul, se é que se pode combinar tais palavras numa mesma frase. Enfim, mais uma vez ressalto que todas essas questões podem ser aprofundadas e que outros trabalhos têm sido realizados, utilizando os relatos de viajantes justamente para discutir essas questões, não sendo esse, no entanto, o recorte aqui proposto. Porém, não ignoro que tais representações também compunham parte importante do repertório de paisagens dos viajantes aqui estudados.

Destaco, ainda, em relação à viagem de Isabelle, os resultados alcançados, relativamente ao que era um dos seus objetivos – realizar coletas que pudessem contribuir para com o estudo da história natural. Sobre isso, Marchiori (1996) aponta que, não sendo Isabelle um naturalista, apesar de seu esforço, sua obra teve pouca importância nessa direção. Ele destaca, no entanto, o valor dos achados fósseis desse viajante. Sobre esse mesmo assunto, Barreto (1973) apresenta uma versão um pouco mais “produtiva” dos resultados da viagem de Isabelle. Assim descreve ele a viagem de Isabelle:

Essa excursão serviu também para a coleta de espécimes botânicos, geológicos e zoológicos, dos quais alguns foram enviados, sem resultados científicos apreciáveis ao Museu de Paris. Outrotanto, porém, não se deu com os exemplares florísticos remetidos aos Kew Gardens, que foram logo após examinados, classificados e descritos por Hooker e Arnott. Coligiu também, no RGS, várias amostras de madeiras fósseis, que só acidentalmente haviam sido mencionadas por Sellow, quando das explorações deste, dez anos antes. Alguns troncos fossilizados do RGS, dessa coleta de Isabelle ainda existem em Monteviedéo, no Museu de História Natural e no Instituto de Perforaciones Geológicas.³⁰⁶

Penso que essas são considerações importantes, não só por darem conta dos “resultados” da viagem de Isabelle, mas em função da forma distinta com que apresentam os resultados materiais da viagem de Isabelle. Do mesmo modo, a interessante referência de Barreto ao fato das coleções de Isabelle só terem sido aproveitadas pelos pesquisadores britânicos do Kew Gardens e não pelos pesquisadores do Museu Nacional de História Natural de Paris. O que teriam acontecido aos materiais? Por que teriam sido recusados? Em que condições estavam as coleções reunidas por Isabelle? Ele mesmo as teria enviado? É claro que aqui ficam lacunas nas histórias que só nos permitem fazer algumas “especulações”. Porém, penso que o trabalho de Isabelle revela também os limites de um viajante, naturalista amador, que vem para um país estrangeiro apoiado em seus próprios recursos, portanto, sem o apoio e respaldo de Instituições científicas importantes, o que talvez, poderia ter determinado melhor destino a suas coleções. De certa forma, tais aspectos tornam-se mais presentes na discussão que conduzo no próximo capítulo, no qual são analisados os

³⁰⁶Abeillard Barreto, *Bibliografia Sul-Riograndense (a contribuição portuguesa e estrangeira para o conhecimento e a integração do Rio Grande do Sul)*, Rio de Janeiro, Conselho Federal de Cultura, 1973, vol.I, p. 708.

diários de viagem de dois naturalistas “profissionais”, Aimé Bonpland e Auguste de Saint-Hilaire, em que estes aspectos aparecem de forma marcante, embora distintamente.

Isabelle, ao finalizar seu relato de viagem, tal como ele fizera no início, reforça a idéia de que há um leitor ideal para o seu trabalho, ou pelo menos, nos esclarece no sentido de dizer quem é o seu interlocutor, ao longo dessa sua viagem literária. Essa ênfase me faz pensar, então, que o relato de viagem assume em Isabelle um lugar tão importante ou mais do que as próprias coleções que ele se empenhou em fazer. O seu relato, parece-me ser, assim, o resultado mais importante da viagem de Isabelle, tanto que ele escreve na penúltima página do seu relato.

A província de S. Pedro é digna de merecer a atenção dos capitalistas, bem como a de todos os homens que uma sorte adversa obriga a expatria-se.

Seu destino é, certamente, brilhante e se seus planos de navegação a vapor, nos principais rios, venham a se realizar, não tenho dúvida nenhuma quanto ao crescimento rápido da população; o governo brasileiro parece, aliás, firmemente resolvido a proteger toda a espécie de sociedade estrangeira ou nacional que tenha por fim empresas comerciais, de colonização ou de explorações industriais. (p. 85)

C A P Í T U L O
V

História Natural e Viagens: Coletar, conhecer e prescrever usos

Seu estado me deu pena. Uma jovem, tão jovem senhora, recentemente casada, longe de seus pais e grávida e, ousou dizer, só, e sem os pequenos socorros que a ela devia esperar mais uma fistula na face esquerda, abaixo das maçãs, e que comunica com o interior. (Bonpland, p. 6, 1978)³⁰⁷

³⁰⁷ Todas os trechos de Bonpland são de sua obra - *Journal Voyage se Sn.Borja a La Cierra y a Porto Alegre*; como já foi explicado antes, a Dra. Alicia Lourteig transcreveu as notas de Bonpland e organizou-as na forma do presente manuscrito, tal qual ele foi escrito.

Em todas as partes do Brasil que tenho percorrido até aqui, não há escolas nem pensionatos para as moças, criadas no meio dos escravos; desde a mais tenra idade, têm elas diante de si o exemplo de todos os vícios, adquirindo, via de regra, o hábito do orgulho e da baixeza. Uma infinidade delas não sabem ler, nem escrever: aprendem algumas costuras, a recitar orações que elas próprias não entendem, e é tudo; por isso as brasileiras, em geral, ignoram os encantos da sociedade e prazeres de boa conversação. (Saint-Hilaire, p. 66, 1997)³⁰⁸

Os trechos apresentados acima foram retirados dos diários de viagem de Aimé Bonpland e de Auguste de Saint-Hilaire. A princípio, reunir nesse capítulo, considerações sobre os relatos feitos por estes dois viajantes-naturalistas pareceu-me ser bastante “natural”. Ambos compartilhavam a mesma nacionalidade, ambos possuíam uma história de formação acadêmica na área da História Natural, ambos tinham um olhar especial para a Botânica, e, principalmente, ambos, ao chegarem à Província de São Pedro, já carregavam junto com seus equipamentos, uma vasta experiência científica assim como muitos e muitos quilômetros de percurso em viagens empreendidas a locais bem distantes das terras européias. No entanto, antes de ocupar-me mais detidamente com considerações que possam aproximá-los ou afastá-los, relativamente a seus propósitos, motivações e intenções de viagem, detenho-me em apresentá-los.

Aimé Bonpland tornou-se conhecido a partir de sua parceria com Humboldt e aos escritos relativos à viagem que juntos empreenderam pelas terras equinociais³⁰⁹ (1799-1804). Cabe referir que, nessa situação,

³⁰⁸ Todas as citações de Saint-Hilaire foram retiradas de sua obra *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Tradução de Adroaldo Mesquita Costa. Porto Alegre. 2ª. ed., 1997.

³⁰⁹ Em relação às publicações feitas a partir da viagem à América de Humboldt e Bonpland, os trinta volumes de *Viagens às Regiões Equinociais do Novo Continente em 1799, 1800, 1801, 1803 e 1804*, todos publicados em Francês e em Paris, tem boa parte do seu conteúdo atribuído conjuntamente a Humboldt e Bonpland. Porém, Pratt (1999) registra que “a

após terem passado cinco anos em intensa exploração da América Espanhola, retornaram esses dois amigos a Paris, onde receberam várias homenagens. Bonpland e Humboldt, após essa extraordinária viagem, foram declarados membros honorários da Academia de Ciência de Paris, tendo Bonpland sido nomeado administrador do Jardim Real de Malmaison, passando a receber de Napoleão I – por influência de Humboldt, Lamarck e Jussieu – uma pensão anual de três mil francos, em reconhecimento aos seus serviços prestados à França. Afinal, Bonpland entregara ao governo Francês, mais de sessenta mil exemplares de sua coleção de plantas dissecadas, a maioria delas desconhecidas àquela época³¹⁰.

Auguste de Saint-Hilaire, importante botânico francês, é, provavelmente um dos viajantes naturalistas mais conhecidos até hoje, dentre os que estiveram pelo Brasil e pela Região Sul. Como já foi mencionado no capítulo três, ele chegou ao Brasil acompanhando a Missão do Duque de Luxemburgo, estando sua viagem de estudos ao Brasil vinculada a funções do Museu Nacional de História Natural de Paris, sendo por isso financiada pelo Ministério do Interior Francês. Reconhecido por seus estudos botânicos, mas também por seus escritos como viajante, escreveu uma importante obra sobre o Brasil do século XIX. Além disso, organizou uma considerável coleção botânica sobre plantas meridionais, a qual foi enviada ao Museu Nacional de História Natural de Paris, bem como a outras colônias francesas, onde sementes de plantas

especialidade de Bonpland é a Botânica e sobre este tema é que se concentrou a sua contribuição como autor. Todavia, o trabalho de escritório exercia pouco fascínio sobre ele, e são primariamente seus dados, mais que sua autoria, que são reconhecidos por estas páginas-título.” In Pratt, op. cit., p.209. Alicia Lourteig (1996) aponta que o *Diário Botânica* da viagem com Alexander von Humboldt, apresenta “um total de 1318 páginas com 4528 descrições”, das quais a maior parte teria sido redigida por Bonpland. Lourteig apresenta a esse respeito uma consideração do próprio Humboldt: “Destas diferentes obras que acabo de enumerar, a segunda e a terceira foram redigidas pelo Senhor Bonpland, a partir de suas observações nos próprios locais, que ele registrou em um diário botânico. Este diário contém mais de quatro mil descrições metódicas de plantas equinociais, das quais somente um nono foram feitas por mim; elas serão publicadas numa obra específica com o título de *Nova Genera et Species Plantarum*.” Alexander Von Humboldt, In Lourteig, Aimé Bonpland, sus manuscritos y su personalidad. *Ciência & Ambiente*, n 13, julho/dezembro 1996, p.17.

³¹⁰ Afonso R. Palmeiro, *Itinerário de Bonpland*, trabalho publicado na página literária do Correio do Povo em Porto Alegre, nos meses de setembro e outubro de 1958. Gostaria de salientar que o número de plantas classificadas apresentado por Augusto Meyer é bem diferente. Ele afirma que Bonpland teria classificado juntamente com Humboldt seis mil e trezentas plantas novas da flora tropical americana.

brasileiras passaram a ser cultivadas e multiplicadas. De volta à França, Saint-Hilaire dedicou sua vida à organização dos materiais coletados e à reunião das anotações feitas ao longo de suas viagens, dedicando-se ao estudo da Botânica até o final de sua vida. Várias foram as suas publicações em revistas especializadas, separatas e estudos botânicos.

Retomo, agora, as considerações que antecederam essa breve apresentação desses dois importantes naturalistas-viajantes, para marcar, mais uma vez, as suas peculiaridades. Suas histórias de vida são muito distintas, e suas viagens também. Saint-Hilaire viajou pelo Brasil Colônia entre 1816 e 1822, e retornou à França as vésperas da declaração da Independência do Brasil; já Bonpland fez uma de suas viagens pelo interior da Província de São Pedro até Porto Alegre, a qual acontece logo após o final da Revolução Farroupilha (1849-1850).

Saint-Hilaire viajou pelo Brasil aos 37 anos; enquanto seu compatriota, Bonpland, percorre a região da Serra do Rio Grande do Sul aos 76 anos de idade. Além disso, à viagem de Saint-Hilaire, seguiu-se todo um meticuloso trabalho literário, que implicou a reorganização e publicação de suas notas de viagem. Assim, então, é preciso considerar que Saint-Hilaire escreveu e reescreveu seus textos em diferentes cenários, tanto no Brasil, quanto na França, estando ele sempre muito atento e crítico em relação às suas próprias observações. Bonpland, diferentemente de todos os outros viajantes que foram estudados nesta Tese, não parece ter escrito seu diário para publicá-lo.

Os escritos de Saint-Hilaire sobre sua viagem à Província de São Pedro, como já foi registrado anteriormente, vieram à público, pela primeira vez, em 1887, 34 anos após a sua morte. E somente em 1987, cem anos depois, sua obra, Voyage à Rio Grande do Sul, foi totalmente traduzida para o Português. Cabe, novamente, ressaltar, no entanto, que a viagem de Saint-Hilaire ao Brasil não se encerra no momento em que ele retorna à França, posto que sua viagem literária continua acontecendo, na medida em que ele se debruçou sobre escritos de seus diários, revisando-os, corrigindo-os, reorganizando-os. Assim, os textos de Saint-Hilaire apresentam a particularidade de terem sido reconhecidamente escritos por esse

viajante em dois momentos distintos; “no atropelo das viagens, e após no sossego de seu lar francês, minuciosamente, em anos de labor”³¹¹.

Finalmente cumpre destacar que Saint-Hilaire veio ao Brasil em missão oficial, na qualidade de viajante-naturalista³¹² e, que, em função disso, portava várias cartas de recomendação que lhe favoreceram o estabelecimento de contatos com instituições diversas, ao que se acresce, ainda, a comunicação que já mantinha com vários botânicos de todo o mundo. Bonpland, como já foi citado anteriormente, vem ao Brasil com outros objetivos, tendo sido o seu diário de viagem escrito a partir de uma de suas várias viagens pelo interior da Província de São Pedro, viagem que empreendeu para resolver questões particulares, bem como para contatar pessoas, articular projetos relacionados ao cultivo da erva-mate, coletar plantas, comprar e trocar remédios, conhecer novos estabelecimentos.

Ainda que marcadas essas diferenças, é preciso, no entanto, destacar que esses dois viajantes-naturalistas descreveram, detalhadamente, tudo que experimentaram nas suas viagens. E assim, tanto Bonpland, quanto Saint-Hilaire falaram da topografia, da hidrografia, da mineralogia, das plantas e de alguns animais, mas também, da economia, da agricultura e das pessoas que habitavam os lugares que percorreram, especialmente, dos índios, dos negros, das mulheres, sendo que, algumas vezes, eles também falaram de si próprios.

Porém, no que diz respeito a uma configuração “ideal” de viajante estrangeiro, bem como de uma literatura de viagem, estas parecem estar totalmente incorporadas e restritas à figura e à obra de Saint-Hilaire. Ele veio para o Brasil em uma viagem de estudos respaldada por uma importante instituição científica de sua nação, tendo viajado durante seis anos, mas sempre na condição de observador-em-trânsito, retornando, depois a seu país para lá organizar, redistribuir, enfim, para reconstruir o conhecimento aqui reunido ao longo da viagem.

³¹¹ Essa é a afirmação de Guilhermino César ela aparece no Prefácio da segunda edição brasileira da Viagem ao Rio grande do Sul de Saint-Hilaire.

³¹² Lorelai Kury, Voyages et culture scientifique d’Auguste de Saint-Hilaire (1779-1853). In: Laissus, Y. (org). *Les naturalistes français en Amérique du Sud XVIe-XIXe siècles*. Éditions du CTHS, 1995, p. 235-245.

Bonpland, por sua vez, nunca regressou da viagem que fez ao Prata em 1817. O tempo de duração da viagem, de Bonpland, tal como sucede com a empreendida por Dreys, apresenta uma importante peculiaridade. Na verdade, como já foi discutido, ele veio com intenções de aqui fixar residência, e seus escritos são, portanto, resultado não de uma viagem específica, mas de suas vivências em um longo espaço de tempo, no qual a observação/interação com a paisagem foi uma de suas práticas cotidianas. É interessante comentar que, se o longo tempo de permanência no local foi, muitas vezes, indicado como uma condição de legitimação dos escritos de Dreys, o tempo que Bonpland viveu em São Borja, RS suscitou outro tipo de comentário. É como se tivesse sido um tempo de “ostracismo”, tempo improdutivo, tempo perdido, ou, pelo menos, tempo perdido para a ciência. Esse tipo de comentário fica bastante claro nas palavras de Barreto (1973), durante a sua apresentação dos dados biográfico desse viajante:

*Natural de La Rochelle, na França, onde viu a luz a 28/08/1773, e falecido no sítio de Santana, província de Corrientes, República Argentina, a 11/05/1858, esses quase 85 anos de existência foram em grande parte desperdiçados para a ciência, considerando-se a capacidade de trabalho e os grandes conhecimentos que demonstrara possuir através dos treze volumes relativos àquela excursão pelas Américas Central e do Sul, e que lhe valeram, já em 1804, a inclusão no Instituto de França.*³¹³

A impressão que temos em função do que afirma Barreto (1973) é de que Bonpland seria como que um “desertor” da ciência, tendo dado as costas às instituições científicas e se desinteressado pela produção do conhecimento. Sabe-se hoje que Bonpland foi um correspondente incansável – ele e Humboldt trocaram correspondência por muitos anos – e que ao longo desse período de “ostracismo” em São Borja, ele trocou

³¹³ Abeillard Barreto. *Bibliografia Sul-Riograndense*. A contribuição portuguesa e estrangeira para o conhecimento e a integração do Rio Grande do Sul. Volume I, 1973, p.176.

correspondência com cientistas, políticos, pensadores e amigos íntimos da França, da Argentina, do Uruguai, do Paraguai e do Brasil. Diferentes e, muitas vezes, contraditórios, foram os olhares para esse viajante e para seus trabalhos. Embora ele tenha residido por mais de vinte anos na região de São Borja, como foi apontado previamente, muito pouco do seu trabalho e das suas coleções botânicas são conhecidos ou divulgados no Brasil, estando a maioria do seu acervo e das suas coleções divididos entre Buenos Aires e Paris. Pratt (1999), ao analisar o trabalho de Humboldt, também se refere a Bonpland, dizendo: “enquanto a figura de Bonpland se esmaecia ao fundo, até finalmente desaparecer após sua volta à zona de contato, Humboldt transformou-se numa celebridade.”³¹⁴ De certa forma, também em direção ao que fala Barreto (1973) a impressão é que Bonpland “desaparece” do cenário científico da época, ou seja, do cenário científico europeu. É também em função disso, ou seja, especialmente em função desse “desaparecimento” que me dedico, neste capítulo, a discutir mais detidamente o Diário de Viagem de Bonpland.

Gostaria de destacar que essa obra contém histórias que se entrecruzam como em uma rede, na qual se imiscuem diferentes instâncias e níveis de relações que envolvem países, departamentos, interesses de pesquisa, casualidades, e temporalidades, dentre as quais, esse trabalho de tese também se inclui. Embora já tenha discutido alguns aspectos relativos às particularidades que envolvem o diário de viagem de Bonpland, parece-me necessário tentar também apresentar aqui de forma mais consistente, muitos dos aspectos

³¹⁴ Destaco que Pratt (1999) apresenta, junto a essa afirmação, uma nota de rodapé onde fala rapidamente sobre os passos que Bonpland teria seguido após o regresso de sua viagem com Humboldt: “Depois da América do Sul, Aimé Bonpland segue a trilha da carreira lineana e tornou-se curador do jardim real: o jardim de ninguém mais que a imperatriz crioula Josephine em seu retiro próximo a Paris. Depois de seu divórcio, ele se tornou confidante querido e estava em sua companhia quando ela morreu. Aparentemente de coração partido, retornou para a América do Sul, estabelecendo domicílio no Paraguai onde foi em seguida aprisionado por vários anos pelo notório ditador Dr. Francia. Humboldt, que por anos cuidou para que a pensão de Bonpland lhe fosse remetida, apelou a Simon Bolívar em seu favor e ajudou a assegurar sua libertação. Bonpland faleceu no Paraguai em 1858.” (Pratt, op. cit., p.208). Este trecho também me faz pensar em quanto nossos trabalhos e recortes de pesquisa são sempre arbitrários e limitados. Pratt (1999), empenhada em mostrar criticamente o quanto as narrativas de viagem, principalmente as de Humboldt, foram constituindo a América para os americanos, ressaltando sempre o ponto de vista europeu e imperialista desses relatos, acaba aqui, de certa forma por também constituir uma narrativa de Bonpland onde esse, de “coração partido” volta à incerteza da vida na *zona de contato*, onde fica sempre tributário aos cuidados e zelo de seu célebre amigo europeu.

envolvidos nessa minha também emocionante viagem que envolveu acompanhar as histórias que Bonpland escreveu em um francês do século XIX, através da leitura do seu texto feita ao longo de aulas particulares de francês, das quais eu me ocupei ao longo do último ano desse trabalho de pesquisa.

E o que eu pude aprender dessa “aventura” envolve coisas bem diferentes, as quais passam além do que lá estava sendo dito e sobre as quais passo a me ocupar mais adiante, nesse mesmo capítulo. Com a forma como eu investiguei os relatos de Bonpland, mas também com o seu modo de ir construindo as suas narrativas bem como com as muitas histórias contadas de sua vida, eu tive que apreender a ver o tempo de uma outra forma. A espera pela próxima aula de francês, na qual iria conferir as minhas “traduções”, podendo, então, conhecer os próximos passos dados por esse viajante; a espera pelas próximas páginas, especialmente, pela transcrição das mesmas, porque eu as gravava, quando essas se transformavam em um outro texto, que me permitia um acesso mais seguro às palavras do autor, enfim, uma espera que – se não correspondia à velocidade que a minha pressa e que os meus prazos acadêmicos exigiam – ensinou-me a paciência, ensinou-me que a espera, em si, também pode ser uma forma de aprendizado, e mais, que um estudo, que uma investigação tem seus tempos e seus ritmos próprios.

Ainda, além disso, o estudo permitiu-me experimentar a responsabilidade e o encanto de ir acompanhando a leitura dos fragmentos da vida de uma outra pessoa. Embora eu também tenha vivido um processo semelhante ao estudar os textos dos demais viajantes com os quais esse trabalho parece-me que ir traduzindo, aos poucos, em função das minhas dificuldades com a compreensão do idioma no qual Bonpland escreveu, permitiu-me ver de forma mais nítida a dimensão e a complexidade que envolve pensar o que “outros” disseram, em outros tempos, circunstâncias e espaços. O limite que envolve a tradução e que implica, também, falar hoje, em 2002, numa sala fechada, registrar em outro texto o que foi dito lá, em 1849, próximo ao paredão do Faxinal (no interior do hoje Estado do RS). Um “mesmo” que estou aqui marcando ser sempre outro, ser sempre recriado, ser sempre inacabado, e estar, sempre, em suspenso. Embora isso também tenha ocorrido com todas as demais leituras que empreendi ao longo desse trabalho, o contato mais “direto”, quem sabe, talvez, por ter sido o menos “mediado”, que o manuscrito de Bonpland me proporcionou, redimensionou mais intensamente o meu entendimento dessas questões.

Penso que as discussões de Latour (2001) sobre a “sucessão sedimentar do tempo”³¹⁵ podem me auxiliar no aprofundamento de algumas dimensões das questões que apresentei anteriormente. A partir de suas discussões Latour nos fala “sobre a extensão, no tempo, das redes científicas”³¹⁶ – e ele ressalta que a seta do tempo é resultado de dimensões específicas: a primeira dimensão – a sucessão linear do tempo – sempre se move para a frente; a segunda dimensão – a sucessão sedimentar do tempo – move-se para trás³¹⁷. Feitas essas considerações, acredito ser interessante pensar as leituras feitas desse diário de viagem de Bonpland – e também dos demais relatos aqui discutidos – na direção da apreensão de tempo que esse autor aponta.

Assim, fazendo uma extensão do tempo, nos moldes do exemplo de Latour (2001), considerando-se a noção sedimentar do tempo, é possível dizer que, quando avançamos 154 anos (intervalo de tempo que distancia 2003 do ano em que o trabalho de Bonpland foi escrito), temos um ano de 1849 de 1849, um ano de 1849 de 1850, e temos um ano de 1849 de 2003. Cumpre destacar que isso implica entender que, à medida que o tempo passa, acrescentam-se novos traços aos acontecimentos processados através de sucessivas sedimentações – inúmeros traços, negociações de sentido, adaptações de linguagem, traduções, fatos, histórias, impressões, interpretações, dados da historiografia mais recente, enfim, um mundo de acontecimentos reunidos depositam-se numa sucessão de camadas, a criar novos “anos” para um mesmo tempo histórico. Em outras palavras, estou ainda a produzir processos, explicações etc, agora, em 2003, a partir de tudo o que foi “sedimentado” até aqui, nessa mesma inédita viagem de Bonpland, de São Borja, pela Serra até Porto Alegre, realizada nos anos de 1849-50. Não basta, então, apenas estar atenta ao fato de que há sempre o meu olhar sobre esses materiais e histórias que examinei, mas, também, faz-se necessário estar atenta às condições e aos limites que esse meu olhar tem ao lidar com toda essa complexidade de acréscimos ou supressões processado ao longo do tempo, de modo a torná-la produtiva.

³¹⁵ Bruno Latour, *op. cit.*, p. 199.

³¹⁶ *Ibidem*, p.198.

³¹⁷ *Ibidem*.

Assim, posso dizer que fui sendo “habitada” por Bonpland e que, também, fui passando a habitar seu espaço narrativo de uma forma completamente diferente da que aconteceu com os demais viajantes aqui estudados. Bonpland ia comigo a cafés, ganhou apelidos, suas “peripécias” eram narradas para os amigos, ao mesmo tempo que também levantava-se hipóteses sobre sua dita “atribulada” vida amorosa. Bonpland acompanhou-me, também, em tempos menos felizes. E, para conhecê-lo, fui aprendendo uma nova língua, um novo ritmo de trabalho, um outro modo de olhar a natureza diferente daquele que eu esperava encontrar num naturalista, uma nova solidariedade, uma quase infinita persistência, uma antiga e desatualizada “camaradagem”. Também com Bonpland, através de suas histórias, nos tempos reservados para nossos encontros, eu pude ir reorganizando algumas “paisagens internas”. Talvez eu também tenha experimentado na nossa restrita zona de contato, um pouco da transculturação que ela possibilitou, no sentido a que esse trabalho se refere.

Penso que de certa forma fui também aprendendo com esse viajante, na verdade com todos eles, mas com Bonpland em especial, a ler de um outro jeito e também a escrever de uma outra forma. E no meio de tantas leituras, na busca de saber quem ele era, para poder saber mais sobre o seu texto, para poder melhor falar do que ele queira dizer, na busca de fragmentos de suas biografias, na minha composição parcial da sua história, também, as minhas histórias, e minha biografia, foram sendo reescritas. E esse entendimento foi se construindo a partir do desassossego das palavras de Larrosa(1998):

E cada um dispõe, também, de uma série de tramas nas quais as entrelaça de um modo mais ou menos coerente. E cada um tenta dar sentido a si mesmo, construindo-se como um ser de palavras a partir das palavras e dos vínculos narrativos que recebeu.³¹⁸

³¹⁸ Larrosa, *op. cit.*, p. 27.

Confesso não saber bem onde as considerações dessa ordem deveriam aparecer: nos agradecimentos, na metodologia, nas conclusões, na discussão do trabalho? Não sei, essa foi uma dúvida persistente na construção desse texto final. Onde colocar as coisas? Todas as análises dos textos revelavam sempre tantas potencialidades, tantas interpelações, e ainda havia tantas coisas a serem pensadas, tantas possibilidades de novas relações a serem estabelecidas, tantas coisas foram ditas por esses viajantes, enfim, era necessário atentar para tantas vidas que, por vezes, a sistematização da escrita revelou-se muito problemática. Certamente, os leitores e leitoras desse presente trabalho poderão julgar melhor a pertinência de minhas escolhas.

Olhares para Bonpland

A publicação do Journal Voyage de Sn. Borja a La Cierra y a Porto Alegre de Aimé Bonpland resultou de uma colaboração entre os departamentos de Botânica do Instituto de Biociências da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado do Rio Grande do Sul, no Brasil e o Centre National de La Recherche Scientifique de Paris, na França. Assinam o prefácio e a apresentação dessa publicação de Bonpland, respectivamente, o brasileiro Nelson Ivo Matzenbacher e a francesa Alicia Lourteig. Essa professora é responsável pela transcrição das notas e manuscritos que puderam compor esse diário de viagem de Bonpland. Foi ela quem, nas palavras de

Matzenbacher (1978) “teve a ousadia o desprendimento sem par em, verdadeiramente, decifrar e transcrever os manuscritos de Bonpland, que constituem o diário de viagem, na mais viva expressão de irrestrita fidelidade aos seus pensamentos (...)”. Em relação a essa complexa tarefa, Lourteig (1978) assinala ter respeitado completamente a escrita de Bonpland, inclusive mantendo seus eventuais erros de grafia e de acentuação, atribuídos por ela à fadiga e exaustão decorrentes de noites dormidas em meio ao relento, depois de intensas caminhadas e cavalgadas pela região. Afirma ela ainda: “é Aimé Bonpland quem escreve”. Lourteig (1978) considera que a obra por ela transcrita e organizada revela os modos de vida, a psicologia, os planos e as críticas desse viajante e naturalista. O Diário de Bonpland, apresenta também, para a autora, uma imagem do ecossistema e da sociedade humana do Rio Grande do Sul daquela época. Afirma Lourteig:

“O texto, escrito em tinta negra, se tornou marrom, a caligrafia aparentemente uniforme apresenta, não obstante, dificuldades para sua interpretação. Imaginando as condições de vida, as fadigas da viagem, o cansaço, sem dúvida podemos justificar os termos e os acentos que estão a faltar, os erros de concordância, etc. Mas achamos que Bonpland não escreveu seu Diário para publicá-lo. Não seria, ao fazê-lo uma indiscrição? Temos pensado com muitos outros que é útil, cremos assim honrar sua memória.”³¹⁹

Também o professor Matzenbacher destacou, no prefácio dessa mesma obra, a importância que ela tem, enquanto documento histórico, referindo-se ao contínuo desmatamento a que a flora nativa do Rio Grande do Sul vinha sendo submetida, destruída e derrotada, nas palavras de Matzenbacher, “pela faina devastadora da civilização moderna”. Afirma esse autor:

³¹⁹ Alicia Lourteig, Antes de empezar, In: Aimé Bonpland, op., cit., p. s/n.

Bonpland, apesar da curta permanência em nossos pagos, amou muito nossa terra, o que é fácil deduzir de suas palavras candentes ao referir-se tanto à vegetação exuberante ou às belezas cênicas que encontrava em sua jornada, como ao mencionar e descrever os aspectos humanos e sociais da gente que encontrou na trajetória de sua viagem desde São Borja a Porto Alegre. (p. s/n)³²⁰

As palavras entusiasmadas acima, embora certamente traduzam um sentimento legítimo do autor, revelam também o quanto as informações sobre Bonpland e, conseqüentemente, a sua história e obra, ainda eram naquele tempo, em 1978, desconhecidas. Senão, como interpretar a ressalva feita, no início da citação anterior, quanto ao pouco tempo que teria Bonpland permanecido “nesses pagos”, uma vez que ele aqui ficou por pelo menos vinte anos?

Os olhares diversos por sobre esse viajante não se restringem apenas a um equívoco em relação ao tempo em que ele teria permanecido no atual estado do Rio Grande do Sul, mas também, como já foi referido anteriormente, dizem respeito à qualidade desse tempo. Dentre as razões que teriam feito Bonpland viajar a região do Prata, destaca Barreto (1973), estaria “um casamento infeliz agravando uma das situações negativas”. Barreto também acrescenta que a região do Prata, certamente seria um paraíso adequado para as inquietudes de naturalista, bem como para o apego de Bonpland à natureza. Mais adiante, afirma Barreto (1973), que “tudo em Bonpland é obscuro”, ressaltando o que ainda hoje permanece presente, ou seja, a grande quantidade de lacunas, de “espaços vagos” que os trabalhos dedicados a falar desse viajante apresentam.

É interessante perceber que Meyer, anos antes, apresentava um Bonpland bem distinto desse. A construção que esse autor faz da personalidade desse viajante é mais edificante do que a anterior (principalmente tendo em vista o que Barreto já havia falado sobre a vida de Bonpland, apresentado

³²⁰ Nelson Ivo Matzenbacher, Prefácio, In: Aimé Bonpland, *op., cit.*, p. s/n.

anteriormente neste capítulo), pintando o assim afirmado isolamento de Bonpland, com cores bem mais românticas. Afirma ele:

Mas o nome de Bonpland também está ligado para sempre à crônica rio-grandense. Em 1830, quando o ditador paraguaio permitiu enfim que sáisse dos seus domínios, estabeleceu-se a princípio em São João Mirim, perto de São Nicolau, nas Missões Orientais, e logo após em São Borja, onde constituiu família. Tinha uma botica de sua propriedade na praça da vila e cultivava uma pequena chácara, viajando freqüentemente pela campanha a herborizar, a tratar dos doentes no rancheiro dos pobres, e a coligir material para seus estudos científicos. Quem o acompanha então pela mão da fantasia e dos biógrafos, sente um vivo desejo de retraçar suas andanças, de visitá-lo em seu retiro, para matear com ele e entrevistá-lo, recolhendo assim o único exemplo de uma encarnação dos sonhos de Rosseau e Bernadin de SaintPierre.³²¹

É interessante observamos que a associação da figura de Bonpland às de Rousseau e Bernardin de Saint-Pierre acontece muito mais no sentido de identificar o “isolamento” de Bonpland às margens do Uruguai como a “protagonização” de um certo “regresso solitário à natureza”, tão difundido nas obras de Rousseau e também de Bernardin de Saint-Pierre, do que por se perceber, através dos seus escritos, uma clara identificação com os trabalhos e as idéias desses mesmos autores. Não que Bonpland não tenha sido influenciado por esses escritos. Como já foi discutido anteriormente nesse trabalho, certamente, assim como aconteceu com os demais viajantes-naturalistas, esses textos, e outros tantos daquela época, também o atravessaram. Era difícil manter-se à parte, ou mesmo tão distanciado assim, de questões e movimentos tão prementes na França do final do século XVIII e século XIX. A emergência do Romantismo, o conseqüente surgimento dos nacionalismos, a nova construção estético-científica da natureza, as redes de academias

³²¹ Meyer apud Dreys, *op. cit.*, p 21.

científicas espalhadas por toda a França a promover e divulgar o estudo das ciências naturais, a vinculação entre as ciências e as necessidades da vida cotidiana, a utilidade, o clamor por civilização por um lado, o terror da civilização corruptora da verdadeira natureza humana por outro, os movimentos políticos, as lutas na América Espanhola e depois na América do Sul pela independência, todas essas coisas, em certa medida, como já se tentou discutir aqui anteriormente, marcaram de forma importante os relatos, os estudos e as biografias de Bonpland e dos demais viajantes cujos trabalhos foram aqui examinados.

Ressalto ainda que se fala muito de Bonpland e pouco, dos seus escritos. Se Meyer (1961) tinha observações interessantes sobre os escritos de Dreys, Isabelle e também de Saint-Hilaire, sobre Bonpland é a vida desse viajante que é marcada como “exemplar”, mais do que a sua obra. A esse respeito, Lourteig (1996) afirma que Bonpland era um grande colecionador de notas, cartas e ótimo correspondente: muito disciplinado, meticuloso e extremamente detalhista em suas observações. No entanto, embora tantos escritos tenham sido reunidos ao longo de uma vida, muito pouco desse material foi publicado. Essa autora nos dá detalhes dos hábitos de escrita de Bonpland, possibilitando-nos ter uma certa dimensão da sua obra:

Bonpland escreveu muito e publicou pouco. Era um excelente correspondente: as primeiras e as últimas páginas do seu diário contêm largas listas de pessoas às quais havia escrito durante a viagem. Os Archives Inédites, publicados em Buenos Aires, dão uma idéia parcial de sua correspondência. Foi extraordinário em sua arte de manter diários de ciências naturais e de viagens, durante mais de meio século (1799-1857). O volume de seus manuscritos (milhares de páginas) implicam um trabalho contínuo levado a cabo com rara disciplina, pelo menos em nosso tempo. Minucioso em suas notas, que são universais, seus manuscritos podem ser úteis no campo histórico. Reina a ordem. Anota seus gastos e os objetos que adquire; os acontecimentos sobre os quais se interessa durante a sua viagem... Lendo essas páginas podemos apreciar mais a esse homem muitas vezes nomeado, mas, em verdade, pouco conhecido; seus biógrafos escreveram de muito longe e

depois de sua morte. Apenas Humboldt há nos legado, certos comentários biográficos, em suas publicações científicas.³²².

Creio que assim podemos ter uma melhor idéia do contexto em que o manuscrito de Bonpland, transcrito e traduzido para a utilização nesse trabalho de tese, está inserido. Ainda, penso ser importante para essa “apresentação” de alguns olhares sobre Bonpland, destacar o quanto esse viajante despertou um certo “escárnio” em função, justamente, de ter se afastado do mundo científico, permanecendo na deslocada São Borja, sempre insistindo no seu empreendimento agrícola, na plantação sistemática de pés de erva-mate. Sobre isso, Barreto (1973) afirma: “é contraditório que um espírito que o tempo evidenciou tão perseverante (...) deixe-nos hoje em dia uma sensação de taçera, em vez da herdade que se esforçou em vão por construir nos arredores daquela cidade missioneira”³²³. Ao mesmo tempo, essas mesmas escolhas também o fazem ser enaltecido pela sua humildade, pelo seu amor as terras à margem do Uruguai, construindo uma idéia heróica de suas intenções e empreendimentos. Para ilustrar um pouco dessas vicissitudes do olhar, reproduzo abaixo as palavras de Meyer (1961), quando da apresentação desse viajante.

Há um século vivia ainda em São Borja, ou na estância de Sant’Ana, em Corrientes, octagenário cheio de seiva espirirital, Aimé-Jacques Goujoud, dit Bonpland, o amigo e colaborador de Humboldt, o intedente dos Jardins de Malmaison, o prisioneiro de Francia, o admirável Don Amado, sábio eminente da velha Europa mas perfeito cidadão americano, pois a tôdas as solicitações da glória na terra natal, preferiu o trabalho humilde na sua quinta missioneira.³²⁴

³²²Alicia Loureteig, Aimé Bonpland, sus manuscritos y su personalidad. *Ciência & Ambiente*, n 13, julho/dezembro 1996, p.17.

³²³ Abeilardo Barreto, *op.cit.*, p. 176.

³²⁴ Meyer apud Dreys, *op. cit.*, p 20.

Meyer, também atribuí a Aimé Bonpland “os primeiros projetos de colonização sistemática com tendências a combater as extensões latifundiárias com terras baldias, no Rio Grande do Sul.”³²⁵ Esse autor assinala ainda, que Bonpland mantinha correspondência com o Presidente da Província a quem teria encaminhado um estudo sobre agricultura considerado por Meyer notável para aquela época. A partir desse estudo de Bonpland, Soares Andréia desenvolveu e submeteu à Assembléia Legislativa um programa de parcelamento gradual das grandes propriedades. Foi justamente esse documento que, segundo Meyer, Bonpland teria mostrado a Isabelle, uma vez que a esse viajante, como já foi apontado anteriormente, as questões do cultivo e da distribuição da terra também eram de grande interesse.

Essas questões aparecem em vários momentos no Journal Voyage de Sn. Borja a La Tierra y a Porto Alegre de Aimé Bonpland, na preocupação desse viajante e naturalista com a distribuição e variedade dos pés de erva-mate, com conhecer novas espécies, bem como com estabelecer os melhores lugares para abrir uma picada, ou os lugares mais interessantes para estabelecer um erval. Além disso, ao longo do percurso, ele foi coletando e herborizando muitas plantas, anotando medidas de temperatura e de pressão, preparando e descrevendo alguns animais que ele caçava pelo caminho. Também, ele vai estabelecendo uma complexa rede de relações e de trocas de favores, de trocas de remédios, de carneiros, de cavalos, de orientações etc. Sua curiosidade é, por vezes, extenuante, para quem o acompanha nas descrições da fabricação de sabão, na fabricação de velas, na fabricação de vinagres, na plantação do chá etc. Muitos são os seus interesses, seus objetivos de viagem, mas esses já se apresentam bem identificados no início de sua narrativa.

Passo, então, agora a deter-me, especificamente, na análise da narrativa de Bonpland, ao longo dessa sua viagem, pelo interior do Rio Grande do Sul e nela irei marcando questões, problemáticas, situações que nela estão configuradas que possibilitem discutir o olhar desse viajante-naturalista sobre a paisagem natural dessa região.

Um caminho de várias paisagens

Enfim, parti esta manhã para empreender a viagem que eu tinha interrompido há muito tempo. Esta viagem tinha diversos objetivos. O primeiro, devo dizer, é aquele de conduzir ao Senhor Antonio Rodrigues Chaves duzentas ovelhas de lã fina que ele mesmo me solicitou, e que ficou convencido de me pagar quatro patações. O segundo é de ver os bosques de erva mate, ou antes, as árvores de mate e dar a minha opinião se elas são bastante ricas para serem trabalhadas, e ver, também, se o seu terreno é próprio para plantar a árvore do mate, a fim de fazer uma plantação útil, assim como fizeram os jesuítas em todos os povos das missões. O terceiro, ir a Porto Alegre e ver se é conveniente, se eu posso enviar o meu certificado de vida para a França, a fim de receber o semestre passado de meus rendimentos.

Bonpland nos apresenta em sua primeira anotação objetivos que o levaram a empreender a viagem. E essa é, como diz no texto, uma viagem dedicada a muitas coisas. Podemos perceber que Bonpland conduz sua viagem de uma forma completamente diferente dos demais viajantes cujos relatos foram estudados nesta

³²⁵ *Ibidem*, p. 24.

Tese. A ele acompanham trezentos e noventa e oito animais de lã (os quais, ao longo da viagem ele irá vender, trocar, presentear, perder e contar e recontar várias vezes), além de outros cento e sessenta e quatro animais diversos. Por tudo isso ele se abasteceu ainda de uma carreta, de uma charrete e levou consigo peões, sendo, ao todo, seis os homens que o acompanham nessa viagem. Também já estão presentes na página inicial de seu relato duas preocupações que me pareceram ser bem características a esse viajante. A primeira diz respeito à ênfase que dá à questão da utilidade. Ao longo do relato de Bonpland encontramos trinta e sete vezes a palavra “útil”, o que indica o compromisso desse viajante em olhar as coisas ao seu redor de modo a destacar suas potencialidades produtivas. Fazer empreendimentos de forma a obter um desfecho útil, ou preocupar-se em ter um aproveitamento útil das coisas da natureza, parecem ser as maiores preocupações desse viajante-naturalista.

*Independentemente das duzentas ovelhas que foram acertadas com o senhor Chaves, eu conduzo trezentos e noventa e oito animais de lã no total, com o objetivo de preencher completamente os meus compromissos com o Senhor Chaves. Quanto ao excesso eu farei meus esforços para vendê-los **utilmente**. Se não faço um grande negócio com o Senhor Chaves para produzir a erva ou para plantar um bosque deste vegetal **útil** e produtivo eu conduzo, além disso, cento e sessenta e quatro animais em cavalos, jumentos, mulas e um burro reprodutor para obter mulas, isto é, a saber: vinte e cinco jumentos domados, um asno reprodutor, dezessete jovens jumentos, vinte e nove animais inteiros para serem domados, duas mulas domadas, cinco mulas não domadas, catorze cavalos, quatro bois. Se eu faço negócio com o Senhor Chaves para plantar, fabricar ou produzir a erva, eu pretendo conservar estes animais e, no caso contrário, eu os venderei. Quanto a minha viagem a Porto Alegre, cujo objetivo principal é enviar meu certificado de vida para a França, eu tenho por objetivo conhecer a capital da Província do Rio Grande e ver se posso fazer alguma coisa **útil** para a organização ou para do exercício da medicina em São Borja e me abastecer de remédios, etc. (p. 2, grifo meu))*

A citação anterior permite que se possa entender melhor o que significa a utilidade para Bonpland, impedindo que se caia na tentação de assumir uma visão um tanto quanto “simplista” e precoce, que implicaria em atribuir, a esse viajante, uma concepção “utilitarista” da natureza. Penso que o útil, tal como está enfocado por Bonpland pode ser relacionado a outras convenções e a outros textos, enfim a outras heranças culturais e científicas não necessariamente semelhantes àquelas que atravessam o discurso do utilitarismo, pelo menos nos tempos atuais. Ou seja, acho que é possível pensar que este útil tem a ver com uma certa urgência em resolver problemas que esse viajante identifica na Província, bem como atrela-se ao seu interesse em fazer melhoramentos, auxiliar no alcance de uma maior produção, enfim, com uma intenção de disponibilizar seus conhecimentos. Também considero que a citação anterior permite falar da segunda característica marcante do texto de Bonpland: seu “descritivismo”. Como mesmo diz esse viajante, em determinado momento do seu texto: “depois de ter falado tudo que é relativo ao sabão, resta falar sobre as fábricas de velas” (p. 59). E aqui o tudo não é apenas uma figura de linguagem a reforçar a intensidade da ação. Tudo, em Bonpland, significa páginas e páginas descrevendo, no detalhe que lhe permitiram conhecer, todas as coisas referentes aos mais diferentes processos de fabricação de tudo aquilo que chamasse sua atenção. E não foram poucas as coisas que despertaram o seu interesse, ou a sua curiosidade.

Assim, parece-me que essas duas questões “amarram” seu texto; não só isso, mais do que a viagem em si, são elas que fazem Bonpland escrever. Bonpland não escreve porque viaja, Bonpland escreve, e intensivamente, mesmo quando viaja. E a sua escrita é a sistematização de suas idéias, de seus planos, de seu conhecimento, de suas impressões. E mais, é através da escrita que Bonpland vai “inventariando” a natureza, sendo, também, na escrita, que ele materializa a sua prática de naturalista. Foi a partir dos escritos de Bonpland, que pude, finalmente, visualizar melhor, as discussões que configuram a História Natural como um importante aparato discursivo³²⁶. Ser naturalista, àquele tempo, passava pelo aprendizado – além da morfologia, taxonomia, anatomia de plantas e animais – da escrita, envolvendo a construção de

³²⁶ Refiro-me aqui aos trabalhos de Pratt(1999), Foucault (2000), Lorelai(2001), Veiga-Neto (1997)

uma retórica específica, bem como as convenções literárias necessárias para a reorganização em texto da ordenação e sistematização das coisas do mundo natural.

Neste sentido o relato de Bonpland sobre a paisagem “natural” do Rio Grande do Sul apresenta-se bem distinto dos que até aqui foram apresentados. Se em Dreys temos uma paisagem geográfica organizada na forma de um “compêndio”, além de ser idealizada e aclamada pela sua diversidade de “quadros” e, se em Isabelle, temos uma paisagem a ser conquistada e transformada segundo determinados preceitos, em Bonpland, temos uma paisagem que acompanha o viajante, uma “paisagem-panorama”, no sentido de que o seu olhar é um olhar sobre o todo da paisagem, o conjunto geológico, topográfico adicionados aos representantes faunísticos. Chama a atenção, em relação aos relatos dos demais viajantes, o quanto às questões relativas à topografia, à mineralogia, aos tipos de solo estão presentes nos escritos de Bonpland. Podemos perceber esses detalhes no trecho abaixo:

Nós continuamos nossa estrada e temos diante de nós colinas mais ou menos altas por onde passa a estrada. Sobre as partes mais elevadas encontramos, em primeiro lugar, blocos mais ou menos grossos, grandes, de quartzo colorido de cor avermelhada que se aprofundam, que entram dentro da terra, sem poder ter uma opinião sobre sua profundidade. São de areia fina cujo volume vai aumentando e, enfim, massas de grés ordinária fina. Esta grés, assim como a grés quartzosa avermelhada, penetra na terra mas tudo me faz presumir que aí há grandes camadas. As quantidades de areias fina são muito consideráveis. Enfim, mais além, mais longe, e antes de descer para chegar à casa de Feles, vê-se uma camada de rocha bastante grande que por sua decomposição forma bolas. Essas três rochas diferentes alternam-se umas com as outras e formam camadas ou blocos dos quais não posso ter uma opinião, a não ser pelo que vejo. (p. 4)

Bonpland, ao longo de toda a sua viagem, apresenta vários trechos dedicados a esse tipo de descrição, nos quais questões referentes a camadas geológicas, composição e tipos de rochas, bem como à topografia

encontrada ao longo do caminho, chamaram a sua atenção. Em alguns momentos, ele coleta alguns representantes minerais, mas referências a isso são bem mais raras do que aquelas relativas à descrição e preparação de suas plantas, que percorrem todo o relato. Penso que também vale destacar, neste trecho, que Bonpland refere-se a como o olhar pode informar. Parece que esse viajante está ciente dos limites que esse olhar oferece em relação aquilo que pode ser produzido enquanto conhecimento; além disso, ele aprendera a atentar para a mineralogia, quando acompanhara Humboldt em suas primeiras viagens. As observações de Bonpland não foram acompanhadas de medições, ou da coleta de materiais, ou da sua disposição e comparação com outros materiais que poderiam ser considerados como do mesmo tipo; enfim, ele também não se deteve na realização de identificações de amostras, o que envolveria estudos mais próprios aos espaços fechados de um museu ou de um “cabinet” de História Natural, estudo que tem suas possibilidades restringidas de ser assim realizado a campo.

Seguindo Bonpland em sua descrição, continua-se a ver o detalhamento que ele faz da topografia, atentando para os tipos de montanhas, os tipos de derrames basálticos, suas inclinações, suas direções, bem como para o solo que resulta da decomposição das rochas encontradas na região. Em meio a isso, ele relata, também, aspectos da vegetação, sempre dando destaque ao encontro de uma nova espécie de planta, e sempre reunindo e organizando as plantas já coletadas³²⁷.

Em toda essa viagem encontramos grés fina, a rocha em esfera e em todos os estados muita areia fina e, às vezes, camadas bastante extensas de terra negra. A vegetação das Missões continua, entretanto recolhi e descrevo algumas plantas que eu não tinha ainda visto nas partes altas. Muito de Urundey, de Schinus Molle: um

³²⁷ Em alguns momentos ele menciona que tal espécie foi descrita sob o número tal e se encontra em seu diário de Botânica, um dos vários que ele manteve ao longo da vida. O presente diário de viagem de Bonpland também apresenta na sua parte final exemplares de plantas e suas descrições acompanhadas por desenhos. Essas descrições de Bonpland são feitas todas em Latim, sendo esse um dos motivos pelos quais deixei de examiná-las mais detidamente.

pouco de angico (mimosa curupaynae). Em todo este trajeto a grés fina ordinária é a rocha mais comum e ocupa quase todos os pontos mais elevados e se alterna com a rocha em bola. (p. 7)

Assim, Bonpland seguia narrando a paisagem enquanto por ela se deslocava e esse seu deslocamento acontecia na medida e no ritmo em que os interesses apontados para sua viagem iam se apresentando. Várias foram as paradas e, vários são, também, os registros dos encontros e dos negócios que esse naturalista-viajante-fazendeiro-comerciante ia realizando ao longo da sua viagem. Cabe, então, considerar que, se a perspectiva do olhar “Da chegada” muda a paisagem, se o tempo de permanência em um local muda a paisagem, se a ocupação humana muda a paisagem, como já assinali anteriormente, os interesses do viajante também imprimem suas especificidades à paisagem narrada. Vejamos o seguinte excerto:

Eu visito Manuel Carvalho. Em primeiro lugar seus modos eram um pouco rudes, mas a vista de minha bússola chamou a filha para ver este instrumento útil e me pediu para lhe colocar a posição da casa. Ficou satisfeito com a minha explicação e me convidou para entrar e tomar um mate amargo, chamado chimarrão. Sua filha é uma jovem viúva que parece uma excelente pessoa. O pai e a filha, a quem eu fiz ver meus carneiros merinos ficaram satisfeitos, mas ele me pareceu longe de querer comprar algum, apesar das minhas argumentações.

Assim, a narrativa de Bonpland nos apresenta um caminho percorrido, marcado não só por suas andanças, mas, também por seus interesses, seus contatos, sendo que em passagens como essa, vamos sendo introduzidos às várias histórias dos muitos sujeitos que se atravessaram no ‘caminho’ da paisagem. No relato desses encontros podemos ir testemunhando o modo como se processam alguns cruzamentos de olhares. Bonpland não narra as pessoas de um lugar a partir de uma perspectiva generalizante e distanciada; ao contrário, as pessoas dos lugares que visitou aparecem no seu texto na medida em que participam, de alguma maneira, da sua viagem, ou de seus projetos. As considerações que Bonpland tece sobre essas

peças são sempre individualizadas. Assim, não encontramos em seu relato expressões do tipo “as mulheres são”, “os brasileiros são”, os gaúchos costumam”³²⁸, usualmente referidas em outros textos semelhantes. Cabe registrar que, principalmente em relação às mulheres, foram freqüentes as suas referências a serem elas amáveis, interessantes, receptivas, boas companhias em geral. Assim, então, a paisagem que nos apresenta Bonpland é fortemente povoada por muitos encontros e personagens. E, embora, como já tenha ressaltado anteriormente, este trabalho apresente um recorte bastante claro, no sentido de olhar mais detidamente nesses relatos de viagem, para a construção de uma, ou melhor, como já venho referindo, de várias naturezas para o Rio Grande do Sul, também estou atenta às especificidades e particularidades que posicionam sujeitos nestas naturezas das quais os relatos nos falam. Penso que não mencionar tais aspectos implicaria omitir, principalmente no caso de Bonpland, uma importante parte da sua experiência de viagem. Destaco um trecho que aponta para como tais considerações foram feitas:

Bem cedo eu enviei dois de meus peões para buscar os bois e na espera insisti com o Senhor Moura que ele pegasse os remédios em troca de outros objetos. Após uma longa conversa, sem resultado, ele me pediu para ver sua mulher que estava novamente grávida e, para meu espanto, eu vi esta jovem mulher que é uma jovem natural de Carneiro e que eu conhecia por tê-la visto algumas vezes somente. Seu estado me deu pena. Uma jovem, tão jovem senhora, recentemente casada, longe de seus pais e grávida e, ousou dizer, só e sem os pequenos socorros a que ela devia esperar mais uma fistula na face esquerda, abaixo das maçãs, e que comunica com o interior. Depois de ter bem reconhecido eu me apressei em preparar remédios indicados e lhe

³²⁸ Destaco que o mesmo não pode ser afirmado em relação aos índios e negros, sobre os quais ele falou em relação a possibilidade de empregá-los em seu projeto de montar, junto com o Senhor Chaves, um erval. Mesmo assim, na distinção e distribuição das “aptidões” naturais desses grupos humanos, ele não se utiliza de um discurso científico vigente na época que defendia a inferioridade e subordinação natural dessas raças. Ele refere aspectos tais como a “docilidade” dos índios, que parece vir mais da sua experiência e convívio com eles mais do que dos tratados científicos da época.

indicar meios de como usá-los. A jovem grávida ficou extremamente contente com minha aparição, meus conselhos e o meu prognóstico. O marido se reservou bem de perguntar o quanto valia os meus remédios e o meu trabalho e tudo foi sepultado no esquecimento. (p. 6)

Retomei a citação que apresento no início do capítulo no sentido de destacar os tipos de comentários e o olhar de Bonpland para as pessoas, no sentido de também perceber suas dificuldades, seus problemas, suas angústias. Também, mais uma vez, é possível perceber as várias interfaces de sua viagem, Bonpland, também viajava como médico e os assuntos relativos a isso também o interessavam. E assim, em meio ao seu percurso, entre coletas de plantas e herborizações, Bonpland ia, também, e, talvez, especialmente, comercializando carneiros, realizando consultas, trocando remédios, estabelecendo contatos, fazendo amigos, escrevendo cartas e registrando histórias. Enfim, em meio a esse seu percurso, histórias particulares, como essa, vão aparecendo, tomando, às vezes, inclusive, conta da cena descrita. Assim, não é sem um certo humor, mas conservando um certo “distanciamento”, que Bonpland registra, num determinado momento da viagem, o encontro do seu capataz com sua ex-mulher.

Aqui meu capataz reencontra sua verdadeira mulher da qual ele tinha se separado há onze anos e que ele acreditava morta há nove anos. Esta mulher é parenta da irmã de Juan Leal e parece não ter sofrido com a viuvez. Ela e a mulher de Juan Leal são muito vivazes. Indiferença do capataz para com a mulher legítima. Juan Leal é um brasileiro muito honesto. Me agrada dizer que é o único homem que eu reconheci ativo e trabalhador e disposto a fazer um empreendimento de merinos. Meu capataz levou sua indiferença até o ponto de não querer dormir na casa, onde ele tinha encontrado sua mulher. Nós caminhamos duas léguas a mais para dormir na casa de Ignacio Larosa, cuja pequena casa se encontra na beira do caminho à direita.(p.16)

O trecho acima assinala também um aspecto importante do relato de Bonpland que é o seu apreço por um espírito empreendedor e honesto. Aliás, Bonpland exalta a capacidade de trabalho e de empreendimento de algumas pessoas com quem conviveu, também em outras partes de seu diário, tal como quando afirma: “Eu lamento não ter visitado um homem que parece ser um grande trabalhador”³²⁹. Assim, como para ele o trabalho era um valor muito importante, há, também em seu relato, algumas observações relativas ao que deveria ser feito para melhor aproveitar as potencialidades e a capacidade de trabalho que alguns sujeitos e a própria região oferecem: a Bonpland agrada a possibilidade de ver as regiões habitadas, as pastagens sendo bem tratadas e aproveitadas de maneira “útil”. O contrário é por ele lamentado, quando constata o pouco aproveitamento de algumas regiões: “A região torna-se mais e mais acidentada e pitoresca, mas é triste ver que campos cobertos de tão boa pastagem estejam desprovidos de gado e de animais de lá”³³⁰. Mas, em outros momentos, Bonpland fala das dificuldades enfrentadas pelos viajantes que, como ele, precisam transportar animais pelas estradas, enfatizando medidas que deveriam ser tomadas pelo governo da Província para garantir uma melhor ocupação dessas terras:

Continuação do caminho sem pedras, a região tornou-se muito bela, mais povoada. Eu encontro uma espécie de raiz de Guaycuru. É em vão que todos se lamentem da falta de água para os animais e da falta de população. Por todo lugar eu encontro água e de todos os lados se vê, e se sabe, que há habitantes entre os quais há um bom número de anciãos e se deveria reclamar, antes, da falta de currais. O governo deveria encarregar os chefes dos departamentos em fazer povoar as margens da estrada que oferecem água em abundância e obrigar os moradores a construir grandes currais a fim de facilitar a segurança dos animais numerosos que todos os dias passa nesta estrada. O comércio se tornaria mais fácil e aumentaria positivamente e eu não vejo inconveniente a que os viajantes que se servissem dos currais pagassem uma soma

³²⁹ Aimé Bonplan, *op. cit.*, p. 11.

³³⁰ *Ibidem*, p.5.

proporcional a seus animais. Eu direi ainda, cada curral deveria ter uma cabana para o serviço e a refeição dos viajantes. Dormi na casa do senhor Antonio, o bicudo. (p. 11)

Destacam-se nesse relato as muitas possibilidades que a região tem, mas, também, os investimentos que se fazem necessários na região. Enfim, há muita coisa a ser feita! Mas esse seu olhar sobre a paisagem, como já foi assinalado, é sempre atravessado pelos vários interesses que esse viajante possuía, entre os quais é possível também destacar o seu interesse pela botânica. Aliás, ele o enuncia, inúmeras vezes, ao longo de seu relato de viagem tal como no seguinte excerto: “ao longo de toda a semana eu me ocupei especialmente em descrever, preparar e dissecar numerosas plantas que eu tinha recolhido (...)”³³¹. Ou seja, mesmo que ocupado em comercializar, Bonpland reservava uma parte considerável do seu tempo para ocupar-se com este tipo de atividades que o leva, ao longo do seu deslocamento pelas regiões, a investigar bosques e matas, em busca de plantas para ele ainda desconhecidas, ou de exemplares já conhecidos, que se encontrassem em melhor estado de conservação, para melhor realizar suas descrições. Além disso, ele freqüentemente trocava informações com as pessoas da região a respeito da existência e da localização de pés de erva-mate e de outras plantas que ele refere constantemente como “úteis”.

Cabe também referir que, ao longo das suas descrições, Bonpland tece comentários em relação aos trabalhos de outros botânicos, além de manifestar seu interesse em conhecer a obra escrita por Saint-Hilaire sobre o Brasil.

Depois de bastante trabalho eu pude me ocupar em descrever as flores machos e fêmeas da araucária brasiliensis, que são mal descritas no Savant Genera Plantarum, de Jussieu. Seu autor só tendo visto flores mal feitas, não pode conhecer bem o estado da flor da araucária (pinheiro des Brasiliens, Curi'y dos Guaranis). Por

³³¹ *Ibidem*, p. 32.

mais exata que seja a minha descrição eu devo observar que ela foi feita fora do tempo da floração e em flores secas que, necessariamente, é conveniente fazê-lo de novo em flores frescas. Falta descrever o fruto inteiro, um grão e finalmente toda a planta. Os pinheiros oferecem uma particularidade da qual eu não vi até agora ser feita alguma menção. É presumível que o senhor St. hilaire se tenha ocupado e eu tenho um grande desejo de conhecer as obras que o senhor St. hilaire escreveu sobre o Brasil. Eu vou falar de uma casca semelhante aquela do guembepi que cobre, seja em parte, ou em totalidade, algumas árvores que eu vi em alguns cair em partes. Já reuni algumas noções sobre esta casca, mas faltam-me muitas outras para indicar de maneira precisa a evolução desta parte interessante do pinheiro gigantesco. (p. 36-37)

A partir das considerações anteriores é possível perceber que Bonplan mostra como proceder para fazer classificações. Além disso, ele também mostra o seu conhecimento da prática científica e coloca em discussão as considerações, classificações, no caso, feitas por aqueles que conhecem poucos exemplares de uma mesma espécie (Jussieu, no caso). Penso que essa citação anterior permite também fazer algumas “especulações” em relação à questão da produção do conhecimento científico quando afirma Bonpland o que se faz necessário para se “conhecer bem o estado da flor de araucária”. Penso poder relacionar tais observações com as discussões já tecidas neste trabalho sobre a questão da delimitação dos espaços considerados mais “legítimos” e “mais adequados” para a produção de conhecimento na área da História Natural. Retomo, aqui, discussões apresentadas, anteriormente neste texto, acerca de uma ciência que se realiza de certa forma, no campo, a qual é protagonizada, neste caso, pelos viajantes-naturalistas. Tal modo investigativo consagra a observação in loco como a forma mais apropriada de alcançar o conhecimento das espécies; assim, então, essa ciência natural que permite aos cientistas lidarem com as espécies em seu próprio habitat é configurada como “melhor” do que àquela ciência feita nos laboratórios e nos museus, protagonizada por “naturalistas-sedentários”³³², mesmo que, muitas vezes, tais espécies tenham sido coletadas em lugares distantes e “exóticos”. Cabe considerar, no entanto, que, na tranquilidade do espaço

³³² Termo empregado por George Cuvier, apud Dorinda Outram, *op. cit.*, p. 260.

fechado do museu e dos laboratórios tais pesquisadores têm, a seu favor, o tempo, que lhes permite aprofundar conhecimentos pela comparação e pelo isolamento de estruturas, bem como pela possibilidade de revisão de bibliografias. E é, então, dessa forma, que tais cientistas podem descrever uma flor de araucária sem nunca ter “realmente” visto esta espécie, sem imaginar bem os contornos ou as dimensões desse vegetal, sem saber do seu entorno e, apesar de valerm-se de exemplares nem sempre muito bem conservados, que lhes foram disponibilizados pelos viajantes-naturalistas.

Assim é que, em meio a disputas sobre qual o espaço geográfico privilegiado da história natural – se o espaço aberto da própria natureza ou se o espaço fechado dos museus e seus laboratórios – os objetos coletados na viagem atrelam-se a esses diferentes modos de focalizar a produção de conhecimento discutidos nesta época e dentro desses limites.

Creio que as considerações feitas por Bonpland mostram que, mesmo herborizando “na solidão” de São Borja, Bonpland não estava fora da intrincada rede da produção do conhecimento científico de seu tempo e das disputas em torno dele processadas.

É justamente na descrição das plantas que a ênfase na utilidade aparece de forma mais marcante no relato de Bonpland. Também é freqüente em seu diário de viagem mencionar a abertura de picadas pelo caminho. Inclusive Bonpland está a pesquisar uma região adequada para que ele e o sr. Antônio Rodrigues Chaves pudessem desenvolver seu projeto “útil”.

Em determinado momento ele afirma: “quantas outras matas não terão visitado o senhor Delphino e oferecerão ao senhor Chaves lugares úteis para a realização de seus projetos úteis, honrados e valerosos.”³³³ Assim, mais uma vez destaco que em seu relato a paisagem vai sendo apresentada no ritmo de sua viagem e dos seus interesses. Mas ele também coloca em destaque a beleza e a diversidade das paisagens por onde passava. Por vezes temos uma visão panorâmica de uma região que revela um caminho com movimentos, com subidas e descidas, com extratos de rocha, acompanhados de uma descrição de sua cobertura vegetal:

³³³ Ibidem, p. 30, grifo meu.

O caminho continua muito bonito sem pedras, mas oferecendo, de distância em distância, mares de areia que tornam a passagem das carretas muito pesada. O país torna-se assim mais plano, isto é, nós viajamos sobre o cume e os contornos elevados das colinas. A vista se estende, pois, mais longe. Nesses terrenos mais uniformes a vegetação é herbácea e menos rica, menos uniforme e, quanto à vegetação arborescente, não se vê grandes bosques, ou matas. Mas há um grande conjunto nos fundos dos vales e sobre o declínio de algumas elevações. (p.15)

Outras vezes ainda Bonpland apresenta um olhar restrito ao detalhamento de alguns aspectos ou de alguns integrantes naturais desta paisagem, detalhamentos esse geralmente assinalados a partir da questão da utilidade. Questão essa que passa a ser analisadas na próxima secção.

Da utilidade da paisagem

Eu aproveitei a ocasião para me informar sobre os diversos tipos de moscas que dão mel, que aqui em toda a serra se encontram com bastante abundância. Eu naturalmente tirei estas informações do Senhor Delphino. Junto anexo o nome de diversas moscas de mel da serra, Santa Cruz e arredores. Cirati, mel amargo. Imandaguai, mel muito bom. Imiri, mel amargo. Imiri que dá nas pedras, bom mel. Ytabana, muito bom mel. Hijatay, muito bom. Gurapu, muito bom mel – é a mosca que fornece mais cera. Manduvi, o mel melhor de todos os de primeira qualidade. Mambuca, idem, idem. Mandaçaye, idem, idem. Mel do Campo, que forma uma colméia na terra. Tapezua, mel bom, tubuva dos guaranys. Vora, idem. Seria bem agradável, e sem dúvida útil, poder estudar e descrever estas espécies de bosques, conhecer seus hábitos e as maneiras como elas se reúnem, como elas fazem suas colméias, o produto que cada uma oferece em mel, em cera, ou resina odorante etc... E, além disso, fazer um ensaio sobre aquelas dentre essas moscas que podem ser tratadas como nossas moscas de mel da Europa³³⁴ que oferecem uma grande produção, mas

³³⁴ Sendo a mosca que dá mais cera, seria interessante ver se se pode reunir uma colméia com as moscas da Europa e sucessivamente outras espécies.”

esses trabalhos são impossíveis para um particular. Somente um naturalista pago pelo governo e auxiliado pelos comandantes poderia, com o tempo, realizar esta tarefa útil. (p.37-38)³³⁵

A citação acima nos dá uma dimensão do quanto esse naturalista-viajante-fazendeiro-comerciante ocupa-se com uma diversidade de coisas que vê ao longo do caminho. Mas o que considero especialmente importante nessa citação é o fato de Bonpland assinalar o tipo de trabalho “útil” que um naturalista poderia fazer para esta região, destacando que isso implicaria, no entanto, uma atividade regular e vinculada aos governantes em função da amplitude do que precisaria ser feito. Arrisco, a partir dessas considerações, a começar a perscrutar os modos como a questão da utilidade associava-se a esse processo de composição da paisagem realizado por Bonpland.

As relações entre História Natural e conhecimento “útil”, por exemplo, foram sendo compostas a partir de uma crescente preocupação com os aspectos sociais da ciência. Tais preocupações se intensificaram ainda mais na França a partir dos novos movimentos políticos e sociais e das novas demandas que o contexto da Revolução Francesa pôs em evidência. Portanto, a História Natural no cenário francês, – suscetível a uma série de mudanças que se estabeleceram tanto no contexto nacional, quanto no contexto europeu, e também tributária das heranças do Romantismo e dos escritos de Rousseau e de Bernardin de Saint-Pierre, além da complexidade advinda do deslocamento de uma concepção estática da natureza, centrada na classificação e na taxonomia dos seres, para uma concepção mais dinâmica da natureza, onde os organismos passam a ser vistos em função de seu desenvolvimento interno, suas estruturas e funções³³⁶ – tem na preocupação com a aplicabilidade do conhecimento científico, um dos seus traços marcantes. Neste sentido, o campo da Botânica, por exemplo, passou a ganhar destaque, uma vez que variadas são suas aplicabilidades. Sobre isso podemos lembrar as considerações que Kury (2001) teceu sobre as relações

³³⁵ Na nota 27 escreveu Bonpland: “sendo a mosca que dá mais cera, seria interessante ver se se pode reunir uma colméia com as moscas da Europa e sucessivamente outras espécies.”

³³⁶ Saliento que estes aspectos já foram abordados em maior detalhamento em capítulos anteriores.

entre botânica e agricultura, reforçando que a segunda resultava da aplicabilidade dos conhecimentos da primeira, a tal ponto que, ao final do século XVIII, e início do século XIX, desenvolver esse campo era considerado um dos objetivos mais importantes da História Natural. Como afirma essa autora:

A História Natural é um dos domínios científicos onde, desde o final do Antigo Regime, a busca por produtos úteis torna-se uma atividade sistemática. Assim, vemos o Jardim das Plantas consagrar uma grande extensão de sua área para a cultura de vegetais destinados às artes e à alimentação dos homens e dos animais. As instruções para as viagens científicas, freqüentemente estabelecidas pelos naturalistas da instituição, nos revelam que a pesquisa de plantas úteis era um dos principais objetivos das expedições. Os viajantes-naturalistas devem assim pesquisar e conhecer e reportar à França os produtos considerados adequados para serem utilizados com proveito na Europa e nas colônias. E além das plantas cujo valor era incontestável, tal como o quinino, os naturalistas se interessam igualmente pelos produtos de uso em outras sociedades.³³⁷

Essa autora destacou, ainda, que a História Natural praticada ou, então, valorizada durante a Revolução Francesa e o Império era uma História Natural marcada, tanto nas instituições oficiais quanto nas organizações livres, por um forte utilitarismo, muitas vezes laica, mas que, “vê na natureza a esperança de salvação da humanidade”³³⁸, aspecto também assinalado por Roche (1996). Detenho-me, agora, um pouco mais na discussão das considerações feitas por esse autor sobre as redes científicas estabelecidas na França nos séculos XVII e XVIII para contextualizá-las mais detidamente em relação ao que estou reiteradamente referindo como a questão da utilidade. Roche ressaltou que os espaços acadêmicos existentes

³³⁷Lorelai Kury, *La Nature: Source de Benheur, Element a Civilizer. Histoire naturelle et voyages scientifiques (1980-1830)*, L'armattan, 2001. p 28.

³³⁸ *Ibidem*, p. 43.

na França, nesse período, oportunizavam não só a coleta de informações, mas o envolvimento de diferentes sujeitos e interesses no trabalho de organização do conhecimento da História Natural. Para esse autor é justamente nesse encontro que a questão da utilidade se torna mais visível. Isso acontece, aponta Roche, devido à forma pela qual esses sujeitos se relacionavam com a produção do conhecimento que era engendrado nessas academias. Assim, afirma esse autor:

*Para muitos acadêmicos provinciais, era menos uma questão de uma reflexão sistemática e ordenada, e mais a possibilidade de extensão de suas atividades profissionais e das suas preocupações com o gerenciamento dos homens, da saúde, e dos espaços para a produção de um segmento de pesquisa que poderia ser densamente distinto, mas do qual todos se beneficiariam em curto tempo. Este é o motivo pelo qual os médicos e cirurgiões das cidades provinciais faziam parte do primeiro grupo de naturalistas, juntamente com grandes amadores vindos da Igreja e da nobreza em seus robes, ou da burguesia urbana em geral.*³³⁹

Portanto, ao examinar a produção científica dessas academias, destacava-se a grande quantidade de trabalhos na área de medicina e em área aproximada à agronomia. Os trabalhos do campo da medicina, por exemplo, reuniam descrições anatômicas, reflexões fisiológicas juntamente a proposições farmacológicas; e, no campo da agronomia eram realizados diversos trabalhos na área de zoologia, botânica e mineralogia. Foi, também, neste contexto que os Jardins Botânicos, dedicados ao cultivo e estudo de plantas, ganharam destaque. Roche (ibidem) assinala que desde o início do seu desenvolvimento, as academias revelaram interesse em ter espaços desse tipo e que, ao longo do século XVIII, os jardins botânicos transformaram-se em importantes locais pedagógicos onde estavam reunidas plantas exóticas de diferentes localidades. Além disso, neles organizavam-se e exibiam-se coleções, realizavam-se experimentos, construía-se laboratórios, bem como esses “se ofereciam” ao público como “um lugar de relaxamento e solicitude, uma forma de

³³⁹ David Roche. Natural History in the academies. In: JARDINE, Nicholas; SECORD, James; SPARY, Emma. *Cultures of Natural History*. London: Cambridge University Press, 1996. p.127-144, p.140.

*unir o sonho utilitarista com a moral da utopia*³⁴⁰. Assim, os Jardins Botânicos transformaram-se em locais para instrução de boticários, de médicos, de cirurgiões, de agricultores e, ainda, de grupos de amadores interessados em desenvolver estudos de História Natural.

Penso que estas considerações são importantes se lembrarmos que Aimé Bonpland chegou à Argentina em 1816, após ter-se dedicado muitos anos de trabalho ao Jardim de Malmaisom, trazendo na bagagem um projeto de desenvolver em Buenos Aires, um Jardim Botânico, onde ele pudesse climatizar plantas vindas da Europa, principalmente legumes e frutas e, ao mesmo tempo, realizar o recenseamento das plantas americanas que tanto tinham despertado a sua curiosidade e interesse ao longo de sua primeira viagem à América, em companhia de Alexander Von Humboldt. Sobre esses planos, apresento os comentários de Trystram (1995) que colocam em destaque o distanciamento ocorrido entre o que fora prometido a Bonpland e o que lhe foi efetivamente disponibilizado. Além disso, Trystram destaca como inicialmente a tarefa de Bonpland era vinculada tanto à busca de implementação de novas culturas na região, quanto ao exercício, na cidade de Buenos Aires de uma atividade mais acadêmica. Vejamos, então, o seguinte excerto:

Tinha sido prometido a ele todas as espécies de facilidades para a sua instalação. Ele encontra um país tomado por agitações políticas, sem dinheiro, mas mãos de aventureiros mais ou menos duvidosos. Há coisas mais urgentes no País, aos olhos dos que tentam governar do que criar uma Universidade e implantar sobre o solo argentino morangos e cassis! Todas estas plantas trazidas tão cuidadosamente da França, vão se perder na anarquia geral: quinhentos pés de vinha de 150 espécies diferentes, quarenta

³⁴⁰ *Ibidem*, p.138.

*variedades de laranjeiras e limoeiros, 600 pés de salgueiros, de framboeseiros, pereiras e macieiras.*³⁴¹

Volto, então, a partir dessas considerações, ao relato de viagem de Bonpland e aos seus “projetos úteis”, pois é através do filtro da utilidade que Bonpland enumera as espécies que encontra ao longo de seu caminho. E, como ele mesmo enunciou no início de seu relato, esta era uma viagem também para verificar a viabilidade de realizar um empreendimento útil relativamente à erva-mate, uma das riquezas desta região. Assim, em várias passagens do seu diário de viagem ele se ocupou em descrever as variedades de erva-mate encontradas, os tipos de erva que essas variedades produzem, em tipos de corte, locais ideais para plantar o erval, fazendo, também, considerações acerca de pessoas que deveriam ser empregadas neste tipo de serviço etc. Em meio a esses estudos, Bonpland aponta para outras árvores que poderiam ser consideradas úteis, não sendo raro encontrar-se em seu relato a palavra mata acompanhada da adjetivação “útil”.

No curso desse dia, eu vi um palmeiro novo para mim, duas espécies de “tradescantia”, uma “justicia”, o “palo de leite” e um grande número de árvores que me são desconhecidas. Desde que deixamos os pinheiros nós encontramos cedros, “apeterebis”, “lapachos”, “inciense”, e outras grandes árvores conhecidas e que servem utilmente. (p. 51)

Porém, o cultivo da erva-mate é, ao lado da constatação de tanta diversidade, o que mais parece empolgar esse naturalista. Aliás, esse interesse antigo começou logo que ele passou a herborizar no delta do rio Tigre, nas proximidades de Buenos Aires, ao conhecer essa planta e ao aprender os segredos do seu

³⁴¹ Florence Trystam. Aimé Bonpland (1773-1858) em Argentine. *Les naturalistes français en Amérique du Sud XVIe-XIX siècles*. Paris: Éditions Du CTHS, 1995.

cultivo com os índios daquela região. Então, não é sem empolgação que ele descreve em seu diário o local ideal para o Sr. Chaves realizar seus projetos de cultivo de erva-mate.

O posto é admiravelmente bem colocado. É sobre um ponto muito elevado e domina uma grande parte colocada ao pé da serra e a maior parte da estrada, onde todos os dias passam as tropas de mulas, carregadas ou não. A posição elevada do posto não é só a única vantagem que oferece. As terras são melhores que em Santa Cruz, mais úteis para pastagens – que são melhores, e mais convenientes aos trabalhos agrícolas. O solo oferece, cá e lá, a rocha em esfera em decomposição esbranquiçada, além das elevações cobertas e às vezes cercadas de grandes pedras ou de cascalhos da mesma natureza. Além disso, embora esteja no meio de ricas matas de pinheiros (araucária brasiliensis) que oferecem água em abundância e várias matas são ricas em belas árvores de mate e outras matas úteis. Eu estudei com cuidado os arredores do posto e vi, com prazer, que se poderia realizar aqui com sucesso os projetos muito úteis do Senhor Chaves, de plantar a erva. (p. 25)

Enfim, esse parecia ser mesmo um projeto caro a Bonpland. Logo após a descrição do posto considerado por ele como o local ideal para o empreendimento, Bonpland discorre em seu diário sobre as maneiras com que poderiam ser multiplicadas as plantas do mate. Sua descrição é, como sempre, bastante detalhada apresentando Bonpland um projeto na sua totalidade, pensando, inclusive, em aspectos relativos à auto-sustentação do empreendimento. Esse viajante também põe em destaque as qualidades necessárias àqueles que participariam desse empreendimento, ressaltando, mais uma vez, a honra que seria poder participar de tais trabalhos agrícolas.

Parece que, para Bonpland, assim como para grande parte dos naturalistas formados no final do século XVIII e início do século XIX, o conhecimento dos processos da natureza deveria auxiliar o homem a ter uma melhor qualidade de vida, uma vez que este conhecimento lhe permitiria o domínio e o controle do mundo natural. E, nesse sentido, ressalta Kury (2001), a consolidação da civilização se dava justamente

através desse controle dos processos da natureza. Em uma época em que questões relativas à subsistência eram muito prementes, dedicar-se aos trabalhos de investigação e ao cultivo de plantas “úteis” era não apenas fazer ciência mas estar atento e sensível às necessidades nacionais, aos problemas sociais e ao bem estar da população. Enfim, como foi visto em discussões anteriores, estar envolvido com a História Natural era, também, estar engajado num projeto que, além de científico, adquiria, muitas vezes, contornos de uma qualificação moral. Creio que no projeto de plantação de erva-mate de Bonpland encontram-se, ainda, os ecos dessas posições. Aliás, entendo, ainda, que a idéia de desenvolver um empreendimento agrícola combinava mais com as noções de progresso e de civilização, do que os trabalhos relativos a pecuária, vistos por Isabelle, e também por Saint-Hilaire (cujo trabalho será discutido mais adiante), como significando o atraso, o estado de barbárie e a indolência de um povo que exige pouco da natureza, ou que nela pouco interfere. Assim, Bonpland estabeleceu como condição para participar de tal empreendimento, tendo em vista os valores ligados às idéias de aprimoramento humano, de desenvolvimento e de progresso, um administrador que conhecesse a agricultura e que fosse muito honrado.

Até aqui eu não via a possibilidade de plantar a erva nos arredores da fazenda, mas a visita do posto, visita de suas planícies, de suas matas e de suas águas me encheram de alegria, persuadido que os projetos úteis e lucrativos do Senhor Chaves, podem ser executados de uma maneira vantajosa. O trabalho da plantação da erva-mate, tanto nos bosques quanto nas planícies montanhosas, deveria necessariamente ser acompanhada da produção da erva-mate e da procriação de merinos mestiços e de um grande chacareiro. Este trabalho deverá servir não somente para alimentar os empregados, mas o excedente deverá ser vendido para o bem do empreendimento. Com tais projetos deve-se necessariamente fazer uma pergunta que é a seguinte: Para empreender uma tarefa tão grande e tão útil é necessário três coisas. A primeira é um administrador que entenda dos diversos tipos de trabalhos agrícolas. Que seja honrado e que destine todo o seu tempo a estes trabalhos que oferecem tantas vantagens

pecuniárias, e ousa dizer, tanta honra, tanto para aquele que o empreende, como para aquele que os executa. (p,26)

Mais adiante em seu diário, Bonpland faz uma descrição ainda mais detalhada das pessoas que deveriam ser empregadas em tal projeto. Ele faz, por exemplo, considerações sobre como contratá-los e como tratá-los, dando preferência aos índios, aludindo à inclinação natural que esses teriam para o trabalho agrícola. Ao mesmo tempo, ele revela preocupações no sentido de tornar tal contratação também vantajosa para esse grupo de sujeitos. Bonpland revela já ter trabalhado com os índios e destaca o seu temperamento correto e dócil. Bonpland reforça, também, a necessidade de que esse grupo seja bem conduzido. Quanto à possibilidade da utilização do trabalho de negros escravos Bonpland destaca que isso acarretaria gastos excessivos, porém, considera que esse grupo de sujeitos seria mais útil para o trabalho com carneiros, por ter, segundo ele, maior aptidão para esse tipo de serviço. Apenas nessa situação Bonpland menciona os índios e os negros, não tecendo sobre eles nenhum outro tipo de comentário, nesse seu diário de viagem.

Creio que seria fácil reunir, seja aqui no Brasil ou na banda oriental ou em Entre Rios e, sobretudo, em Corrientes, índios casados que poderiam ser conduzidos a Santa Cruz com a sua família com qualquer idade que tenham os filhos. Se encontraria logo como empregá-los de uma maneira vantajosa para eles e para o empreendimento. Os índios são homens acostumados aos trabalhos os quais nós propomos e, além disto, eles são tão dóceis e tão corretos que se pode empregá-los em tudo. O índio ama a vida solitária e agrícola, todos amam o trabalho das matas e, sobretudo, a fabricação da erva mate, enfim os jovens índios e as jovens índias crescerão neste empreendimento, e nós os comandaremos de modo agradável e de acordo com o bem do empreendimento e o bem particular e seria fácil. (p. 27)

É interessante ressaltar, ainda, que as palavras autonomia e iniciativa não costumam aparecer associadas a esses grupos humanos nos relatos dos viajantes aqui analisados; ao contrário, o que é destacado

em relação a eles sempre é uma certa “infantilidade” e, no caso dos índios, uma posição de subserviência, uma brandura e docilidade que os tornam inofensivos, ou, ainda, uma certa apatia e indolência configuradas como naturais. Há aqui, também, neste relato, uma preocupação com o crescimento deste grupo de sujeitos que, nesse caso, atenderia tanto a necessidade de um empreendimento social, quanto individual, processado, é claro sob a orientação dos civilizados. É claro que as considerações feitas por Bonpland não estão de forma alguma descoladas das teorizações científicas vigentes sobre as raças características aos séculos XVIII e XIX, entre as quais estavam, por exemplo, aquelas postuladas por Buffon e De Pauw, em relação à infantilidade e à degenerescência do Continente Americano, tanto no sentido de sua natureza, quanto de seus habitantes, referidas no capítulo dois dessa tese. Além disso, não se deve esquecer que cabia à História Natural estabelecer o lugar do homem na natureza e que, conforme apresenta Pratt (1999), o homo sapiens passara a ser classificado em 1758 nas seguintes categorias:

a) Homem selvagem. Quadrúpede, mudo, peludo.

b) Americano. Cor de cobre, colérico, ereto. Cabelo negro, liso, espesso; narinas largas; semblante rude; barba rala; obstinado, alegre, livre. Pinta-se com finas linhas vermelhas. Guia-se por costumes.

c) Europeu. Claro, sanguíneo, musculoso; cabelo louro, castanho, ondulado; olhos azuis; delicado, perpicaz, inventivo. Coberto por vestes justas. Governado por leis.

d) Asiático. Escuro, melancólico, rígido; cabelos negros; olhos escuros; severo, orgulhoso, cobiçoso. Coberto por vestimentas soltas. Governado por opiniões.

e) Africano. Negro, fleumático, relaxado. Cabelos negros, crespos; pele acetinada; nariz achatado, lábios tímidos; engenhoso, indolente, negligente. Unta-se com gordura. Governado pelo capricho.

É, também interessante destacar que os aspectos escolhidos para diferenciar esses diferentes grupos humanos não incluem, apenas, aspectos físicos externos, mas qualidades e atributos morais e de conduta, que lhes seriam peculiares. No entanto, embora fosse extremamente interessante examinar as narrativas que

selecionei neste Estudo, também relativamente ao modo como nelas são posicionados os diferentes grupos humanos, foi necessário definir um recorte para este trabalho, até em função do tempo delimitado que este possui. Assim, apenas assinalo que nessas narrativas definem-se, ou assumem-se definições que posicionam esses diferentes grupos uns em relação aos outros, em maior ou menor escala e intensidade, em todos os relatos aqui analisados. Destaco, ainda, que é no relato feito por Saint-Hilaire que tais considerações têm maior destaque.

Sabemos hoje que o projeto de desenvolver o cultivo de erva-mate em sociedade com o Sr. Chaves, que tanto despertou o interesse de Bonpland, acabou não se concretizando, embora Bonpland tivesse permanecido na estância de Pedro Chaves por cerca de dois meses, antes de seguir em sua viagem em direção à Porto Alegre. Cabe destacar que de lá ele foi a Montevideo, de onde retornou ao Brasil por Rio Grande, chegando até São Borja³⁴². No caminho ele segue a coletar e herborizar plantas, a atender pessoas, a negociar seus carneiros e a escrever seu diário. Ao chegar em Porto Alegre, Bonpland pela primeira vez fala do seu próprio estado de saúde, não sem uma certa dose de bom humor.

Devo aos bons cuidados deste compatriota somente, e aos seus conhecimentos, o meu restabelecimento. Depois de um mês e alguns dias eu pude andar um pouco sem o recurso da sonda, mas, mesmo hoje, três de julho, eu ainda sou obrigado de recorrer a ela, isto é, quarenta e cinco dias. O menor exercício, a menor distensão, traz dores na região da bexiga e por vezes eu sofro fortemente. Ficando convalescente da paralisia, se manifestaram sintomas de uma forte gastrite, além das dores no baixo ventre acompanhadas de cólicas bastante violentas. Com a ajuda de alguns remédios os últimos sintomas enunciados cederam e, hoje, cinco de julho, eu não devo me lamentar de nada, a não ser de um resto de catarro que me causa violentas dores quando eu devo urinar. Meu estado de saúde é tal que eu me restabeleço muito lentamente. Três doses de xarope de Diacode tomado à noite, me produziram bem

³⁴² Ressalto que São Borja e Rio Grande ficam no Estado do Rio Grande do Sul.

extremo e elas - as cólicas no intestino, diminuíram consideravelmente e, parece que elas contribuíram para diminuir as dores na bexiga que são menores. A cessação, a eliminação de todo o exercício até me causou um bem extremo e quase restabeleceu ao estado normal o estado do sistema gástrico. (p. 56)

Em Porto Alegre Bonpland permaneceu três meses e quatro dias, como ele anotou em seu diário. Ao longo desse tempo, ele visitou todo o tipo de empreendimento, anotando detalhadamente os procedimentos envolvidos na fabricação de velas, de sabão, de queijo dos Alpes e, também, de cápsulas de Copaíba, cal, vinagre de vinho, lixívia, sabão medicinal etc. Após este período ele se deslocou para Montevideo de navio. Em seu relato desta viagem ele descreve a vegetação, os passageiros, a situação dos ventos e a agitação do mar, surpreendendo-se diante da forma curiosa com que o gado era trazido a bordo da embarcação. Trechos do seu diário de viagem revelam o quanto as viagens por mar podiam também ser penosas e difíceis.

O vento sudoeste, o pampeiro, soprou bastante forte toda a noite e todo mundo a bordo se lamentou, reclamou do frio. Esta manhã o ar é mais que fresco, o vento forte, mar agitado e se distingue uma maré muito forte que quebra na barra. O Capitão desce a terra e leva um fuzil para caçar. O tempo frio e o meu temor de comprometer a minha saúde me fizeram decidir ficar a bordo. O frio aumenta, o céu se cobre e todo dia o vento se faz sentir mais forte. Caiu um pouco de neve, um pouco de granizo e muita chuva. Pela uma hora da tarde o marinheiro que tinha acompanhado o Capitão leva alguns patos e nos informa que o capitão tinha montado a cavalo e ia a Rio Grande. Durante todo o dia eu, por alguns momentos, lancei os olhos sobre a terra. Todo o solo se compõe de areia cinza, muito movediça e oferecendo uma quantidade de elevações. Todo este terreno arenoso é desprovido de vegetação e se vê alguns tufos de gramínea. Tendo consultado várias pessoas sobre o estado do solo e da vegetação, soube que havia um bom número de

pequenos lagos cobertos de patos e que, meia légua ou três quartos de léguas, se encontrava arbustos conhecidos pelos habitantes por *higueras*. (p. 79)

Após deixar Montevideo, Bonpland retorna ao Rio Grande, sendo seu desejo na realidade passar para o Uruguai ou Entre rios, mas, como afirma ele, “motivos que não convém divulgar e conselhos de vários amigos prudentes, me decidiram a abandonar esses projetos de viajar ao Uruguai.” Ao retornar a Porto Alegre, passa por Rio Grande³⁴³, onde ele observa com prazer alguns jardins ao redor da cidade. Ele destaca, no entanto, que o belo jardim de morangos do Chile estava mal plantado e profetiza que, embora as árvores estejam bastante fortes, elas logo deveriam morrer. Atribui à grande quantidade de água salobra presente no solo o fato dessas plantas não poderem resistir. Depois disso, Bonpland visita a Ilha dos Marinheiros, destacando a diversidade de plantas presentes em suas matas – algumas que ele inclusive não consegue classificar – e, também, o esforço enorme que fazem seus habitantes para cultivar aquelas terras, além de referir algumas espécies de animais lá encontradas.

A Ilha do marinheiro é coberta de belas propriedades, todas têm o mesmo defeito que o jardim que visitei no lado poente do Rio Grande. Vi uma mata virgem inteiramente composta de arbustos muito altos e lamento não ter podido determinar as árvores que compõem estas matas. Entre as plantas que eu encontrei e que devo anotar particularmente, a nova espécie de erva-mate com pequenas folhas e que eu encontrei em Santa Cruz. Essa planta estava coberta de botões e eu pude me assegurar de seu gênero. No meu diário de botânica poder-se-ão ver consignadas todas as plantas recolhidas na Ilha do Marinheiro. Abundância de Chara, planta aquática que dá um odor fétido e do qual se faz adubo. Cisnes brancos com cabeças pretas, galinhas de água, biguás e Chaucres. Trabalhos enormes aos quais são obrigados os proprietários da

³⁴³ Cidade hoje localizada no RS.

Ilha do Marinheiro para chegar facilmente a eles, e desembarcar também, assim como para cultivar suas terras. (p. 88)

De Rio Grande, Bonpland retornou à Porto Alegre, onde permaneceu por alguns dias e onde descobriu, com imenso prazer, que iria acompanhar o Sr. Vasconcelos, engenheiro estrangeiro encarregado pelo presidente da Província de ver a Picada de São Martinho, na região serrana da Província, próxima a Rio Pardo. Aliás, Bonpland aprovava a escolha desse jovem engenheiro europeu para ser responsável por essas obras, após ter visto os desenhos que esse fizera das minas de Carvão de Curral Alto. Bonpland considerou precioso para o “mundo sábio” e o qual, profetizara Bonpland, o colocaria “acima de todos os engenheiros desta Província do Rio Grande”. Bonpland também menciona, nessa situação, um pequeno projeto que ele teria entregue ao Presidente da Província, projeto esse que penso ser o mesmo que Meyer (1961) referiu ao fazer a apresentação desse viajante. Vejamos o que diz esse viajante relativamente a esse assunto:

Fiz e entreguei ao Presidente o pequeno trabalho no qual eu falava da utilidade de conservar as matas de mate e aumentá-las em lugar de destruí-las e melhorar a cultura e a fabricação do mate a fim de estabelecer uma fazenda modelo para esses seus trabalhos úteis, seja por conta do governo, seja por conta da sociedade. (p. 91)

Destaco ainda, em relação a essa citação o quanto Bonpland parece engajar-se na preservação destes vegetais que alguns não consideravam importantes na época. Após alguns dias ele o Sr. Vasconcelos e sua equipe tomaram vapor para Rio Pardo, de onde Bonpland seguiu por terra até São Borja, acompanhando por algum tempo os trabalhos desse engenheiro europeu. Destaco que o diário de viagem de Bonpland não está organizado em capítulos e que, também, não há nenhuma outra forma de reunião temática de assuntos,

ou seja, o diário é composto no ritmo dos acontecimentos e das viagens e isso, de certa forma, se reflete nas análises que conduz, conferido-lhes especificidades, que acabaam por aparecer também nas análises que aqui faço, além de conferir-lhes um outro ritmo. E, mesmo na etapa final de sua viagem, Bonpland segue encontrando pessoas, visitando doentes, descrevendo e coletando plantas, localizando e conhecendo novos ervais, conhecendo novos tipos de erva-mate, caçando e preparando pássaros para serem conservados. Porém, um pedaço desse seu trajeto final de viagem apresentou uma novidade: a oportunidade que ele teve de acompanhar o jovem engenheiro recém chegado da Europa, o que nos possibilita ver a interessante situação de termos um “estrangeiro” apresentando a outro, a natureza brasileira. Tais considerações serão apresentadas mais adiante.

A Viagem pelo Faxinal

Chegando a Rio Pardo, Bonpland e o Sr. Vasconcelos e seus empregados ficaram hospedados em Rio Pardo, em uma casa vazia emprestada por um espanhol chamado Chevalier. Bonpland mandou de lá três caixas de remédios à São Borja e permaneceu em Rio Pardo na intenção de acompanhar o Sr. Vasconcelos. Na primeira exploração que o Sr. Vasconcelos fez a essa região, Bonpland não conseguiu acompanhá-lo por não ter conseguido um cavalo. Ele assim escreve em seu diário: “fiz pouco hoje”. Em outro momento, ele também refere-se a não ter podido aproveitar o tempo tão utilmente como teria desejado, revelando que a importância que atribui à utilidade se estende, inclusive, a sua própria pessoa. Isso fica bem claro diante de uma situação específica em que resolve fazer uma pequena viagem pelas proximidades da região, em função das notícias que recebe a respeito do sr. Abel.

Ontem à noite, depois de ter recebido resposta do senhor Abel Correa da Câmara e sabendo que sua mulher estava de cama em consequência de uma falsa gravidez, resolvi fazer uma visita ao Senhor Abel que se acha no Faxinal situado na entrada da picada. A viagem pequena vai preencher vários objetivos importantes. O primeiro, de ser útil à senhora Abel, se ela está gravemente enferma. O segundo é para dispor entre o senhor Vasconcelos e eu sobre a pequena viagem que nós devemos fazer ao Faxinal e na picada. A terceira é para ver se é possível organizar o meu transporte do Faxinal a Santa Cruz. (p. 92)

Bonpland então, se põe a caminho, caminho o qual ele considera “monótono e desagradável”, em função da ausência da vegetação. A distância calculada de Rio Pardo ao Faxinal é de aproximadamente cinco léguas. Ao longo do percurso o caminho vai ganhando novos contornos e Bonpland consegue fazer uma coleta de plantas, inclusive uma que lhe era ainda inteiramente desconhecida. Ele também descreve a vista que se têm do caminho, destacando que, se o mesmo é pobre em vegetação, oferece “agradáveis distrações pelos seus pontos de vista”. O que Bonpland enxerga ao contemplar tal vista são montanhas mais ou menos elevadas, cobertas de matas que ele considerou serem muito úteis, e, em toda a parte da direita, “locais deliciosos para o agricultor”. Ele narra o intenso calor, e o seu cansaço, até chegar à casa do Sr. Pedroso. Transcrevo aqui um trecho grande relativo a esse encontro e ao que acontece em seguida por considerar revelador da interessante personalidade desse viajante e da forma como ele estabelecia suas relações pessoais.

Cheguei às duas horas na casa do Coronel Pedroso. Encontrei somente a mulher do senhor Guilherme. Essa senhora interessante que eu tinha visto em Rio Pardo, me recebeu com uma afabilidade extrema. As duas

horas que eu fiquei nesta casa eu restabeleci meu ânimo e às quatro horas eu montei a cavalo para seguir e minha estrada. Esta parte do caminho é agradável por causa de suas matas, riachos, que se encontram ali. Neste curto trajeto eu recolhi várias plantas inteiramente novas para mim, mas, sobretudo, aquelas descritas sob o número 2427. Cheguei às quatro e três quartos na casa do Senhor Abel. Tive o prazer de fazer uma visita para o senhor Abel, e ele também teve muito prazer em me ver. A sua recepção não fez senão aumentar o interesse que eu tinha sempre tido com ele. Eu vi com prazer a senhora Abel em pé, e ela parecia inteiramente restabelecida da falsa gravidez. A neta do Senhor Abel, Maria de Jesus, é sempre muito gentil e apresenta belas esperanças. Esta criança é loura, sua pele é muito branca e ela tem belos olhos azuis. (p. 95)

Após esse encontro, Bonpland retornou em direção a Rio Pardo, sempre parando de quando em quando para coletar suas plantas. Chegando em Rio Pardo ele e o sr. Vasconcelos organizaram os preparativos da viagem à Santa Cruz, passando pelo Faxinal e pela nova picada. Bonpland também encontrou conhecidos que estavam indo à São Borja e apressou-se em escrever para casa, anunciando sua breve chegada. Ao longo do caminho Bonpland destaca a beleza da Serra, dizendo que o “dia era belo e a passagem um local pitoresco”. Chegando ao Faxinal, eles se dirigem para ver a picada. Bonpland relata suas reflexões sobre a impressão que a exuberância da paisagem da Serra deve ter causado em seu amigo estrangeiro.

O senhor Vasconcelos, nascido na Europa, e recentemente chegado no Brasil, não tinha ainda visto matas virgens. Encontrando-se transportado na entrada desta picada, que oferece uma estrada de dez varres espanhóis e que com o tempo terá quarenta, e cujos lados estão cobertos de matas extensas e de alturas enormes, entrelaçadas de cipós, bambus e de palmeiras, e que o olho mais penetrante não pode atingir mais que alguns passos por causa da espessura da folhagem. Acrescente-se a isso a natureza do solo e o canto de uma quantidade enorme de pássaros, diferentes dos da Europa. Enfim, a idéia que se tem sobre os pontos mais importantes da grande serra do Brasil, e que essa estrada admirável, da qual nós vemos que o começo se prolonga por quinze léguas e que este longo trajeto não oferece um só lugar vazio, nem

uniforme, e que todo o terreno se compões de elevações, descidas de encostas mais ou menos inclinadas e enfim baixadas bastantes em lama e uma passagem difficil. Poderia se conceber não somente a surpresa e a admiração do senhor Vasconcelos, mas ainda a de seus companheiros. (p. 97)

É bem interessante registrar que Bonpland difficilmente, ao longo desse seu diário de viagem, apresentou uma descrição da paisagem tal qual a apresentada no trecho acima. É a primeira vez que aparece uma composição mais adjetivada e que ele se utiliza de expressões mais marcantes e marcadas como próprias ao local onde esse viajante agora se encontra – o Brasil- tais como “mata virgem”, “de alturas enormes”, “entrelaçadas de cipós”, e “impenetráveis”. Ainda, existem referências ao canto dos pássaros, a ausência de uniformidade, a uma natureza que não deixa nenhum lugar “vazio”. Ou seja, Bonpland, ao explicar a admiração de seu amigo estrangeiro, parece deixar seu texto ser invadido por uma descrição que tenta também, de alguma forma, ser “exuberante”. E Bonpland está atento à novidade dessa experiência, ao impacto desse encontro. Este é um momento solene; diante de um dos pontos da grande Serra do Brasil, esse “Brasil-só-natureza” se re-apresenta aos olhos do estrangeiro em todo o seu desafio: elevações, descidas, encostas, lama, que traduzem uma passagem difficil, passagem essa que deve ser transformada em estrada. Dos trabalhos desse estrangeiro e de seu grupo resultará que essa porção do terreno seja medida, limpa e dividida, conforme orientação do Presidente da Província aos colonos alemães.

Após ter descrito e empalhado (com o material que ele tinha disponível) um pássaro ferreiro, morto pelo Sr. Vasconcelos, ele decide permanecer com seu amigo, na sua primeira noite na mata.

Depois de ter terminado o meu trabalho, eu decido, apesar de o sol estar quase se deitando, acompanhar o senhor Vasconcelos na sua primeira noite que ele vai passar no meio das matas, pela primeira vez na sua vida. Desde o dia dois do corrente, e da minha partida de Porto Alegre, eu tinha sempre estado com o senhor Vasconcelos e a amizade recíproca que temos um pelo outro, meditava de não deixá-lo passar sozinho no meio da

mata virgem, em uma solidão triste. Cheguei, pois, de noite na cabana de meu amigo e reconheci logo o prazer que lhe causei pela minha visita e pela minha companhia, entretanto devo dizer que não fomos os únicos. Nós nos achamos atacados por mosquitos, camundongos e, sobretudo, carrapatos. (p. 100)

À Bonpland, do alto dos seus 76 anos, parece que não faltam experiência, solidariedade, disposição e sobretudo bom humor para viver esta aventura inusitada para seu acompanhante.

Finalmente ele inicia sua viagem de volta, acompanhado apenas de um empregado, além dos “mosquitos e carrapatos e morcegos”, companheiros sempre presentes em suas andanças noturnas. Dando prosseguimento a sua atividade habitual ele em seu retorno à São Borja, Bonpland continua a colher as plantas que o interessavam “ou por sua novidade, ou por sua raridade”. Após permanecer em Santa Cruz por um tempo, ele organiza parte do seu material em caixas para serem mandadas para São Borja, assegurando-se que não perderia nada do seu precioso trabalho. Ao deixar a Serra, Bonpland anota em seu diário:

Eu devo realmente lamentar não ter podido passar mais tempo na serra. Todos os pontos oferecem a cada passo tesouros botânicos e vários anos de estada não seriam suficientes para reunir e mesmo ainda para conhecer toda a utilidade que se poderia tirar disto. (p. 109)

Bonpland permanece, portanto, bastante fiel em sua narrativa à busca de empreender, sempre, ações úteis, sendo com esses olhos que ele apresenta, ao longo dos seus diários, as paisagens, os encontros, as histórias e os projetos. Como já referi em outros momentos, não encontramos, usualmente, em seu diário, referências a uma natureza “exuberante” pintada com várias cores, cheia de intensas emoções, ou coroada de vários adjetivos que possam torná-la excepcional. Sua narrativa é sempre mais descritiva, menos “acidentada” e, de certa forma, mais “econômica”. Ela também parece ter sido escrita tendo por objetivo constituir-se em um escrito “útil”. Enfim, o

diário de viagem de Bonpland é um registro de suas observações, de seus projetos, de seus negócios, de seus encontros e das informações que coletou.

Se tantas vezes afirmei, ao longo desse trabalho, que o que possibilita imprimir a esse olhar estrangeiro sobre a paisagem uma certa “especificidade” são – a perspectiva do olhar, o tempo de permanência, a ocupação humana, os interesses do viajante – registro, também, que as diferentes leituras já feitas sobre esses diferentes textos, com certeza, também mudam as paisagens narradas. A leitura que Lourteig (1996) apresenta, por exemplo, sobre a forma como Bonpland descreveu em seu diário a paisagem do Rio Grande do Sul, é uma interessante possibilidade de contemplar essa heterogeneidade de leituras e de análises textuais. Assim, em relação ao diário de viagem aqui analisado, Lourteig – também uma “viajante” estrangeira falando de um modo de ver a paisagem brasileira – destaca:

Seus diários de viagem (MS 208 e 209) dão pinturas da paisagem, da vegetação, das rochas, pedras, configuração do terreno. A selva virgem está admiravelmente descrita com suas palmeiras, pássaros, flores, perfumes. Viajava a cavalo e se orientava pela bússola. Para transportar sua bagagem e suas coleções e também para dormir utilizava a carreta, como na grande viagem que fez a Porto Alegre pela serra (...).³⁴⁴

Ressalto, então, que nossas leituras parecem ter, de certa forma, divergido, pelo menos naquilo que foi escolhido para ser destacado. Penso, também, que a “apresentação” que Lourteig faz das descrições do relato de viagem de Bonpland aproximam-se bem mais do que esperamos encontrar em uma narrativa “idealizada” de natureza. Porém, o que pude perceber através dos estudos que empreendi para realizar este trabalho, apontou para a construção de uma paisagem que se apresenta de uma forma distinta a essa. Ou, pelo menos, não tem nessa forma de construção da paisagem, o seu caráter distintivo.

³⁴⁴ Alicia Lourteig, *op. cit.*, p. 23.

Passo a discutir em seguida o diário da Viagem ao Rio Grande do Sul, escrito por Auguste de Saint-Hilaire, destacando, mais uma vez, que a análise de seu trabalho processou-se de uma forma distinta das conduzidas sobre os demais relatos de naturalistas. Isso se deu tanto em função dessa obra ter recebido por parte da comunidade científica uma atenção maior do que as outras obras estudadas nesta Tese, em função do valor histórico que lhe tem sido atribuído, quanto por ter ela sido tomada como referência por muitos naturalistas que a consideram um trabalho científico modelar. Cabe destacar, também, que Saint-Hilaire é invocado por ter sido a ele conferida, de muitas formas, tais como concessões especiais, referências posteriores constantes, divulgação de seu trabalho através de edições e reedições, autoridade para falar, enquanto estrangeiro, das coisas do Rio Grande do Sul e também do Brasil. Em função disso é que sua narrativa foi considerada por alguns estudiosos o parâmetro a partir do qual os demais relatos de viagem foram sendo ordenados, hierarquizados e significados dentro da 'biografia rio-grandense'.

Assim, o objetivo da presente análise é o de poder trazer à tona algumas questões relativas à obra desse viajante, uma vez que seus trabalhos ocupam um lugar muito especial nos registros históricos, literários e científicos do Brasil do século XIX.

Porém, estou ciente de que neste estudo – no qual optei, como já foi registrado inicialmente, por dar maior ênfase àqueles relatos menos estudados, embora também já reconhecidos em sua importância – não estou focalizando o trabalho de Saint-Hilaire no detalhamento e profundidade exigidos por uma discussão que se dedicasse exclusivamente às suas observações, descrições, críticas, julgamentos e testemunhos por ele registrados ao longo de 385 páginas no seu diário de viagem. Ao mesmo tempo, não seria possível deixar de lado, em um estudo dedicado a discutir os modos como os viajantes estrangeiros foram construindo a paisagem natural do Rio Grande do Sul em seus diários, aspectos referidos no extenso e detalhado relato desse naturalista. E é, então, por isso, que incursiono, mesmo que de forma breve, por esta sua obra, bem como por algumas considerações feitas a posteriori por autores que sobre ela se debruçaram.

É importante registrar, ainda, que Saint-Hilaire, seus escritos, seus trabalhos e suas “andanças” eram conhecidos pelos três viajantes cujos trabalhos são aqui apresentados e discutidos. Dreys, inclusive relata, em sua Notícia Descritiva, ter experimentado, juntamente com Saint-Hilaire, na época em que esse estava em

Rio Grande, a carne do cisne de colo preto. Como esse autor refere, após tal almoço, todos passaram bastante mal, uma vez que essa “iguaria” mostrou ser venenosa, e todos foram acometidos “de vômitos e ansiedades, que não cessaram, senão depois de lançar o último átomo da substância deletéria, havendo para isso tomado abundantes bebidas resolventes.”³⁴⁵ É interessante destacar, no entanto, que no diário de viagem de Saint-Hilaire, não aparece nenhum registro desse fato, ou qualquer menção a um encontro com Dreys. Tal ausência de referência é, assim, um tanto estranha, uma vez que Saint-Hilaire anotava tudo o que ocorria ao longo da viagem. A pergunta que surge é, então, por que Saint-Hilaire deixou de registrar em seu diário o encontro com um compatriota, um homem culto e também interessado em História Natural, em meio à solidão intelectual que sentia, e a qual referia estar, por vezes, condenado? Mesmo que não tenha condições de respondê-la, não deixo de fazê-la, até para registrar o quanto era importante a todos esses outros viajantes referir qualquer tipo de relacionamento que pudessem ter com tão considerado naturalista.

Também Isabelle, como ressalta Laytano (1983), refere-se a Saint-Hilaire como um viajante muito sábio e justo, mesmo que tenha considerado que o apanhado por ele feito sobre as “províncias”, referindo-se às Províncias de São Pedro, de Entre-Rios e do Uruguaçu, não tenha se estendido suficientemente. Cabe registrar que, ao mesmo tempo que Isabelle lança essa crítica, ele, também, a contextualiza, principalmente no que se refere à discussão de fatores econômicos, assinalando que, à época de Saint-Hilaire, muitos lugares e pontos de comércio, portos e, mesmo cidades, ainda não existiam.

Bonpland também revelou conhecer o trabalho de Saint-Hilaire no seu diário de viagem, ao externar o desejo que tinha de conhecer as suas obras, especialmente os seus estudos sobre botânica. Segundo Barreto (1973), Bonpland teria escrito, em carta para o amigo Humboldt, datada de 12/07/1832, o seguinte:

³⁴⁵ Nicolau Dreys. *Notícia Descritiva da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul* – Introdução e notas de Augusto Meyer. Instituto Nacional do Livro. 1961, p. 86.

Fui bem mal pago da grande curiosidade que tinha, de conhecer as obras de Saint-Hilaire. Emprestaram-me os dois primeiros volumes de sua coleção de viagens ao Brasil. Li o prefácio e os dois primeiros capítulos dessa obra (“Voyage dans les Provinces de Rio-de-Janeiro et Minas Gerais”, Paris, Grimbert et Dorez, 1830, 2 vols.) mas vou ter a paciência de lê-la um pouco mais, ou melhor, de folheá-la, e se encontro o mesmo estilo como é de presumir, não terei coragem, certamente, de ir até o fim e ficarei decepcionado com o nosso viajante, do qual fazia outra opinião. Apesar de tudo, quero ver suas obras sobre botânica. Admira-me a segurança com que anuncia a publicação (da história) das plantas mais interessantes do Paraguai, onde jamais entrou e sobre as quais não poderá ter adquirido noções concretas senão por intermédio dos srs. Rengger e Longchamps, que nada lhe terão dado de positivo.³⁴⁶

Barreto (1973) considera inapropriado o comentário crítico de Bonpland a Saint-Hilaire, informando que esse último havia excursionado pelo território paraguaio entre 15 de janeiro e 8 de fevereiro de 1821, durante sua estada nas Missões. Tal fato Barreto considera indicativo do quanto, “na longínqua S. Borja estava Bonpland desatualizado”³⁴⁷, posto que a obra de Saint-Hilaire a que Bonpland se referia na carta, já havia sido publicada há oito anos. Trago essas questões para destacar os encontros e desencontros desses quatro viajantes e, também, para reafirmar o meu argumento de que a obra, e também a figura de Saint-Hilaire, constituem-se em referência obrigatória para todos aqueles interessados em literatura de viagem e, em *História Natural*, viajantes ou não, naturalistas ou não, que viveram no século XIX. Acrescento, também, que esse interesse persistiu no século XX, estendendo-se ao século XXI.

Meyer (1961) também traduz um pouco desse sentimento de admiração suscitado por Saint-Hilaire ao comentar a sua obra *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Afirma ele:

³⁴⁶Abeilardo Barreto, *Bibliografia Sul-Riograndense (a contribuição portuguesa e estrangeira para o conhecimento e a integração do Rio Grande do Sul)*, Rio de Janeiro, Conselho Federal de Cultura, 1973, vol. II, p. 1182.

Saint-Hilaire pertence a outra família de viajantes, e dentro de nossa Estante de Forasteiros devemos reservar-lhe um lugar especial, que é o dos cientistas farrados de boa formação humanística. Na profusão das cousas naturais e humanas, êle não enxerga apenas a “sua vitrine”, como dizia Anatole France, um estreito setor de pesquisas, para proveito imediato da ciência. A sua vitrine era o mundo inteiro e vivo, tanto que mais de uma vez, apesar da fadiga das longas jornadas sem maior conforto, esquecido das nomenclaturas latinas, comoveu-se com a sorte dos pobres índios missioneiros, chegando a traçar projetos de reforma administrativa, apiedou-se dos negros cativos, tentou compreender sem maiores preconceitos a aventura econômica e política da colonização dos grandes vazios americanos.³⁴⁸

Também Barreto (1973), ao comentar a obra de Saint-Hilaire sobre o Rio Grande do Sul, e destacar que esse viajante teria visto o gaúcho como um belo homem e valoroso, destacado por suas habilidades e coragem, compartilha do mesmo entusiasmo revelado por Meyer. Barreto apresenta detalhes importantes acerca da produtividade que “a primeira expedição Botânica ao Rio Grande do Sul”, como ele se refere à viagem de Saint-Hilaire, teria tido, reafirmando a capacidade de trabalho desse viajante. Ele refere, assim que, além das 7.608 espécies botânicas, existentes no Museu de Paris, Saint-Hilaire, sempre preocupado com o cultivo de plantas úteis, colheu várias sementes, descreveu habitats e fez com que se iniciasse na França o cultivo de muitas dessas espécies. Aliás, como ainda destaca Barreto, suas coletas se estenderam a outras áreas da História Natural:

³⁴⁷ *Ibidem.*

³⁴⁸ Augusto Meyer apud Dreys, N. *op. cit.*, p. 17

*Cerca de 2000 passáros, 16.000 insetos, 35 répeteis, 58 peixes e 129 mamíferos, e outros animais, é a sua coleta zoológica; e se a isso juntarmos a precisão de seu diário, a minúcia da descrição científica com que registra os achados, poderemos dar-nos conta da enorme capacidade de trabalho desse inigualável visitante, que ainda encontra tempo para redigir as monografias e comunicações destinadas a várias publicações de sua terra e isto sem sacrifício das obrigações sociais decorrentes de sua própria representação, permitindo-lhe, estas, aliás, o sabor anedótico e irreverente com que encanta aos leitores de seus relatos de viagem.*³⁴⁹

Cabe ressaltar que Barreto (1973) não faz nenhuma menção aos posicionamentos enunciados por Saint-Hilaire em relação à raça e à miscigenação, os quais podem ser considerados bastante polêmicos. Ele tampouco refere as comparações entre americanos e europeus, freqüentemente afirmando a superioridade desses últimos feitas por Saint-Hilaire em seu Diário. Tampouco esse autor refere as considerações por ele feitas sobre as mulheres e homens que viviam na Província, várias vezes destacando o quanto eram incultos e pouco religiosos. Penso ser importante destacar o quanto em 1973 ainda eram pouco questionadas estas visões eurocêntricas, bem como o quanto ainda os próprios relatos de viagem eram vistos – como foi discutido no capítulo dois, a partir das discussões de Zubaran (1999) – como uma interpretação prima facie da realidade.

Na leitura do diário de Saint-Hilaire percebemos que esse viajante preocupava-se com a pouca atenção que o Governo da Província dava à educação moral e religiosa dos habitantes, bem como lamentava o regime de “coronelismo”³⁵⁰ e os abusos de poder que um governo militar impunha à sociedade daquele tempo.

³⁴⁹ Abeilardo Barreto, *op.,cit.*, 1973, p. 1181.

³⁵⁰ A história da Província de São Pedro pode ser contada também como uma história de estabelecimento e disputas de território. A província, em função da política expansionista de Portugal, foi palco de uma série de batalhas com seus ‘vizinhos’ espanhóis até o estabelecimento definitivo das terras que seriam da coroa portuguesa e das terras que seriam da coroa espanhola. Assim, a sociedade rio-grandense era uma sociedade “militarizada”, e os privilégios, bem como os altos

Já Meyer (1961) destaca que, em seu ponto de vista, Saint-Hilaire não teria conseguido interpretar com a devida compreensão o comportamento do indígena “sob o choque brutal da conquista e a grave crise aculturativa em que o precipitou a colonização branca da América”. Ou seja, Meyer, apesar de também admirá-lo, parece poder olhar mais criticamente para o trabalho desse naturalista.

A partir dessas colocações, parece-me, inclusive, que seria possível discutir o relato de Saint-Hilaire sobre a sua viagem à região das Missões, focalizando, apenas, questões relativas ao modo como ele fala sobre o comportamento indígena frente ao conquistador branco, principalmente com respeito às mulheres indígenas, posto que tais considerações estão sempre bastante presentes em seu diário de viagem, como comentarei um pouco mais detidamente a seguir. Eu arriscaria a dizer, inclusive, que a questão indígena ocupa, no relato de Saint-Hilaire, um lugar especial para discussão e problematização e que essa é uma temática a qual poderei, posteriormente, dedicar um outro trabalho acadêmico.

No entanto, agora, essa questão extrapola o objetivo do presente trabalho e os seus limites de tempo. Porém, penso ser pertinente observar o quanto a legitimidade outorgada pela ciência, da qual Saint-Hilaire é reconhecido representante, permitiu aos historiadores de um certo tempo, tratar/considerar de um modo “mais brando” as afirmações bastante contundentes que tece, ao longo de todo o seu texto, não só em relação aos índios, mas, também, em relação à população de brancos brasileiros que, por várias vezes, são apontados como estando num estado inferior, mais primitivo, em relação aos homens europeus.

Assim, Saint-Hilaire apresenta-se, e é usualmente apresentado, como um observador-em-trânsito, respaldado pelo conhecimento científico, porque representante de uma importante instituição científica do seu tempo, o Museu Nacional de História Natural de Paris, bem como dotado de autorização legal, posto que era vinculado a uma missão oficial do seu governo; de qualquer forma ele é um estrangeiro que aqui esteve para inventariar o País e, principalmente, a sua flora. E como ele mesmo escreveu no prefácio de sua *Voyage dans les Provinces de Rio de Janeiro et de Minas Gerais*:

cargos, eram distribuídos entre os militares dos mais altos postos e os grandes estancieiros, os quais, muitas vezes podiam

O estudo das produções do Brasil era, sem dúvida, o primeiro de minha viagem; entretanto não desprezei nenhum fato que, sob outros pontos de vista, pudesse contribuir para uma idéia justa desta país tão interessante. Cada dia escrevia em um diário detalhado de tudo quanto se me oferecia ao olhar, e consignava, tanto quanto me permitiam os fracos conhecimentos, tudo quanto pudesse contribuir para uma idéia exata das zonas visitadas.³⁵¹

A difícil viagem de Saint-Hilaire

A viagem vai se tornando cada vez mais penosa, minhas forças e meu ânimo se esgotam; a lembrança da minha mãe não me sai do pensamento e justamente quando mais preciso de distrações, vejo-me cercado de pessoas descontentes. Torno-me pouco a pouco escravo de José Mariano; Firmino só me fala com ar insolente; Manoel é ainda o melhor, mas de uma suscetibilidade que exige as mais fatigantes precauções. Para mim é um suplício inexprimível achar-me sempre entre esses aborrecidos personagens, e se à tarde gozei de alguma tranqüilidade foi porque me refugiei sozinho nessa choupana. (p. 14)³⁵²

ser a mesma pessoa.

³⁵¹ Auguste de Saint-Hilaire apud GASTAL Jr., Cláudio Vinícius de Senna. Auguste de Saint-Hilaire. *Ciência & Ambiente*, n.13, julho/dezembro 1996.

³⁵² Transcrevo nota em que o próprio Saint-Hilaire apresenta seus companheiros de viagem: José Mariano; tropeiro, mestiço, alugado em Ubá, perto do Rio de Janeiro, encarregado de ferrar os animais, cuidar do arreamento, caçar e preparar os pássaros. Firmino ; índio botocudo, trazido pelo autor, das margens do Jequitinhonha. Era encarregado de transportar e preparar as provisões e de ajudar Manoel. Manoel; criado livre (camarada) negro forro, alugado em São Paulo. Suas obrigações consistiam em campear os animais, carregá-los e descarregá-los. In: *Viagem ao Rio Grand e do Sul*, trad . Adroaldo Mesquita da Costa. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor, 2 ed., 1997. Destaco mais uma vez que todas as citações de Saint-Hilaire serão, como já foi afirmado anteriormente, retiradas dessa obra.

Valho-me deste excerto para marcar o quanto a viagem de Saint-Hilaire pelo Rio Grande do Sul parece ter sido difícil para esse viajante. Esse viajante cruzou o Rio Grande do Sul em meio a conflitos militares, sempre presentes nessa região cujos limites fronteiriços foram causas frequentes de disputas entre portugueses e espanhóis desde a sua formação³⁵³; ele recebeu, também, do Governador Conde de Figueira, a portaria de Coronel, documento que visava facilitar a viagem de Saint-Hilaire e lhe outorgava vários direitos. Porém, esse viajante, profundamente incomodado com os abusos e “desmandes” do poder dessa província, em sua opinião excessivamente militarizada, recusava-se a utilizar-se de tal documento, o que tornou sua viagem, ainda um pouco mais penosa, uma vez que, cada vez menos, entendiam-se ele e os seus três acompanhantes, aos quais se somaram, ainda, mais dois soldados designados para acompanhá-lo. Em relação a isso ele assim escreve em seu diário:

Como me foi outorgado título de coronel, todos me supõem com direito de levar os animais dos fazendeiros sem pagar, ficando muito admirados porque eu não procedo assim. Na verdade minha portaria me autoriza a requisitar toda espécie de socorros,

³⁵³ Segundo Júlio Quevedo e José C. Tamanquevis, após varias ofensivas portuguesas sobre as Missões, essas passam a ser conquistadas em 1801, ampliando o território Rio-Grandense. A vinda da família real para o Brasil colônia teve seu reflexo na Colônia de São Pedro, uma vez que o Príncipe Regente D. João continuou a acelerar a política expansionista do Prata. Em 1809, ocorreu a primeira tentativa de conquistar essa região. Em meio a essa primeira tentativa, iniciou-se a administração da nova Capitania-Geral brasileira, com ela o Governo de D. Diogo de Souza, que governou essa região até 1814, depois substituído pelo Marques de Alegrete (1814-1818). Este último foi substituído pelo Conde de Figueira (1818-1820). Durante a administração desses três governos, essa capitania esteve envolvida em conflitos e manobras militares pela conquista da banda Oriental do Uruguai, a qual em 1820, foi anexada ao Brasil com o nome de Província Cisplatina. Nesse mesmo ano ocorreu em Portugal a revolução do Porto, exigindo o retorno de D. João VI à Corte. Essas notícias sobre a revolução provocaram agitações em todo o Brasil. É em meio a esses acontecimentos políticos e nunca estando alheio aos mesmos, que a viagem de Saint-Hilaire pelo Rio Grande do Sul aconteceu. In: Rio Grande do Sul Aspectos da História. Porto Alegre: Martins Livreiro, 7ed. 2002.

mas nunca lancei mão dela, por isso meus soldados se desgostavam de mim; teria sido para eles uma verdadeira divindade se, em vez de repreendê-los como eu fazia, os deixasse matar, diariamente uma vaca, ou tirar cavalos dos estancieiros a seu bel-prazer. A dificuldade em contentar esses homens, nutri-los, tornou-me esta viagem extremamente penosa. (p. 358)

Vários são momentos em que Saint-Hilaire relata os problemas da sua viagem, referindo, por exemplo, como ele se sentia sozinho, bem como a falta que lhe fazia ter alguém interessante com quem conversar. Certamente, a sua era uma estranha comitiva, mas foi ela que o auxiliou a conduzir seus trabalhos e a realizar suas viagens. Atravessou ele parte do Brasil-colônia acompanhado, como já foi assinalado, de um negro, de um mestiço, e de um índio botocudo e isso lhe permitiu fazer muitas anotações sobre o temperamento, os comportamentos – entre essas as considerações acerca das possibilidades de afeiçãoarem-se, de se mostrarem gratos, ou de mostrarem reconhecimento, de seus empregados. Certamente se poderia localizar nesta intrincada e peculiar zona de contato, uma discussão acerca das complexas relações estabelecidas entre o sujeito europeu e os sujeitos, que podem ser tomados como os representantes “típicos” do “povo brasileiro”, penso que, aguardando ainda uma discussão a partir dos Estudos Culturais e dos Estudos Pós-colonialistas. Assim, é a partir de um contexto que leva em conta essas complexas relações que ele estabelece com seus companheiros de viagem, que podemos melhor entender a sua satisfação em encontrar, depois de tanto tempo alguém com quem ele consegue “trocar idéias”. Este tipo de registro irá se repetir em seu diário. Vejamos como ele apresenta esses seus sentimentos

Após as refeições, mantinha longas conversas com o senhor Paulette, homem sensato, inteligente de sentimentos nobres. Tive assim um prazer de que estava privado há muito tempo: o de poder comunicar minhas idéias a um homem capaz de ouvir-me e de satisfazer-me o espírito, enquanto, por sua vez, me transmite suas idéias. (p. 277)

Através dos seus depoimentos, também é possível ter uma melhor idéia do empreendimento que era realizar, naquele tempo, e nas condições referidas, uma viagem de caráter exploratório-científico como era a sua, mesmo que seja importante referir que, à época, qualquer viagem demandava um considerável esforço. Várias vezes, Saint-Hilaire apresenta preocupação com seus materiais, suas coleções e seus diários, constantemente ameaçadas pela chuva, ou pela insegurança que era atravessar os rios na fragilidade de uma piroga.

Próximo ao final do relato de sua viagem, Saint-Hilaire apresenta, inclusive, sua opinião sobre essa questão. Diz ele:

Acabo de realizar uma viagem de, aproximadamente seiscentas léguas, em região cortada por numerosos rios, e é de se notar que não encontrei uma só ponte. Em toda a parte pirogas e essas mesmas, o mais das vezes, em péssimo estado. A passagem de uma carroça e de sua carga demanda sempre muitas horas; é preciso necessariamente descarregá-la, e em nenhum rio se pensou em construir um galpão para abrigar pessoas e mercadorias em caso de mau tempo. Não há outro recurso senão cobrir a bagagem com couros, e sabe-se que tal precaução não produz bom efeito, salvo para certos objetos; o sal, por exemplo, sofre danos. (p. 360)

Cabe registrar que afirmações como essa, feitas por Saint-Hilaire, constam, também, nos relatos de Isabelle, os quais apresentam, em vários momentos, as dificuldades envolvidas na sua viagem. Porém, evitando um certo “privilegiamento” de trechos – posto que a seleção dos mesmos é sempre uma opção arbitrária e produtora de diferentes sentidos, de diferentes viagens – quero me reportar, então, a um Saint-Hilaire mais animado, ainda no começo de sua viagem. Após ter descansado em Rio Grande por

algum tempo, acompanhando o Governador Conde de Figueira, finalmente, para seu alívio, Saint-Hilaire se coloca a caminho, declarando o seu prazer em viajar.

Ao cair do sol, o termômetro registrava 12 graus. Deixei, hoje, o Rio Grande, onde passei um mês muito agradável, em boa companhia, alimentando-me bem e tratado por todos, com a maior consideração. Era tempo, entretanto de partir, pois o repouso das cidades me torna indolente; trabalho, mas com extrema lentidão e, podendo dispor de todo o meu tempo, aproveitei-o menos. Ao contrário, o movimento das viagens me anima e, como tenho raros momentos de folga, procurei desfrutá-los bem. (p. 95)

O trecho acima nos permite vislumbrar o gosto de Saint-Hilaire pelas viagens e também uma certa “internalização” de seus ritmos. Esse viajante se diz mais lento, quando sedentário, num ritmo que o faz aproveitar menos o tempo. Penso também que essa citação assinala o quanto a viagem constitui-se como a instância privilegiada para o desenvolvimento de seus trabalhos, observações e coletas. Seus estudos dependem do deslocamento, do conhecer e percorrer regiões para que seja possível ter uma idéia ou um quadro geral da província. Também essa citação tem um contexto particular: Saint-Hilaire voltava a viajar “livremente”, uma vez que de Porto Alegre à cidade de Rio Grande ele viajara na companhia do Conde de Figueira. Tal fato mostra também o quanto esse viajante, em função do lugar de destaque que ocupava, também era ‘obrigado’ a atender a uma série de compromissos e, por vezes, como aconteceu nesse episódio com o Conde de Figueira, alterar, ou incorporar novos elementos e objetivos aos seus planos de viagem. Passo a discutir brevemente um pouco das paisagens que Saint-Hilaire percorre no caminho.

Procedendo ao ordenamento da paisagem

Meyer (1961), ao falar sobre as descrições da paisagem que Saint-Hilaire apresenta na sua Viagem ao Rio Grande do Sul, alerta aos leitores impacientes para não esperarem “deliciar-se com grandes quadros da natureza virgem, improvisações de um colorista verbal, ao modo de Chateaubriand”³⁵⁴. Em Saint-Hilaire, afirma ele, “ao primeiro relance, tudo é mediana, tudo é sêco apontamento, ruminação cautelosa das primeiras impressões”³⁵⁵. Na verdade, como já foi referido neste trabalho, o primeiro registro de Saint-Hilaire sobre as paisagens que o recebem aponta tediosamente – “sempre areia e mar” – e, mais adiante, “sempre as mesmas planícies”.

Cabe aqui retomar a questão apontada por Dreys relativamente à perspectiva da chegada, mas não só a isso, também para como o itinerário da viagem vai auxiliar na composição de diferentes paisagens. Assim, não podemos estranhar de todo que um viajante recém chegado das “Zona Tórrida” manifeste um pouco o seu desolamento frente às paisagens - sempre as mesmas planícies, sempre as mesmas areias -, que, bem mais adiante, ao longo da viagem foram substituídas por uma outra formação, a paisagística característica às regiões das Missões, a qual, por sua vez, também irá se repetir monotonamente. É nesse sentido, portanto, que o itinerário também muda a paisagem. Gastal (1996) apresenta-nos o itinerário dessa viagem de Saint-Hilaire pelo Rio Grande do Sul:

³⁵⁴ Augusto Meyer apud Dreys, N. *op. cit.*, p. 18.

³⁵⁵ *Ibidem*.

Entre 05 de junho de 1820 e 16 de maio de 1821, Saint-Hilaire visitou o Rio Grande do Sul. Entrou por São Domingos da Torres (hoje município de Torres), percorreu o litoral norte e chegou a Porto Alegre em 21 de junho de 1820, tendo passado pelos municípios de Tramandaí, Viamão e Mostardas. Após uma estada em Porto Alegre, também pelo litoral foi até Rio Grande e Pelotas, passando pelo Uruguai e entrando novamente no Rio Grande do Sul por Ribeiro de Santa Anna (hoje município de Uruguaiana). De lá alcançou São Borja e a região das Missões, voltando a Porto Alegre por Rincão da Boca do Monte (hoje município de Santa Maria), Potreiro da Estiva (hoje município de Cachoeira do Sul) e Vila do Rio Pardo (hoje município de Rio Pardo).³⁵⁶

Cabe referir, também, que, depois de passar por Porto Alegre, Saint-Hilaire iniciou seu retorno ao Rio de Janeiro. Assim, em função do trajeto percorrido, não é de se estranhar que Saint-Hilaire aponte para a uniformidade da paisagem que o acompanha até Rio Grande. Porém, isso não impede esse viajante de estabelecer comparações entre a paisagem que ele descreve no seu relato, e aquelas típicas à sua terra natal, o que faz reacender nele, várias vezes, o sentimento de saudade.

Esta manhã o dia estava radiante, mas à tarde, se cobriu de nuvens, provocando uma chuva fina, semelhante à que cai freqüentemente na França, durante o mês de novembro. O aspecto e o tempo da região me trouxeram recordações da Sologne e da viagem que minha família costuma aí fazer no outono; a minha imaginação aproveitou tudo o que me pode rememorar os meus familiares e a França; minhas saudades se renovam a cada instante; a solidão em que vivo me fatiga e entedia; tremo cada vez que me lembro de não ser possível rever minha mãe.... (p. 17)

Aproveito para assinalar que são constantes as comparações entre as paisagens naturais do Rio Grande do Sul e as de algumas regiões da Europa, principalmente da França. Isso ocorre, com frequência,

³⁵⁶ Cláudio Vinicius de Senna Gastal Jr., op. cit., p. 30.

quando Saint-Hilaire faz, por exemplo, a descrição de um rio: ele sempre o compara quanto à sua extensão, à sua forma, ou ao seu volume de águas a algum rio da França ou da Europa. A princípio, parece que esse viajante, o qual tanto reescreveu e reorganizou seu texto, apresenta a paisagem brasileira com um olhar francês e para um público francês, tantas são as comparações feitas para melhor dimensionar, geograficamente, essa região do Brasil e talvez, até, para diminuir as diferenças e até as distâncias entre elas.

Também em Saint-Hilaire a paisagem pode ser fonte de emoções, pode ser fonte de alegria ou de tristeza como o texto abaixo configura.

Cheguei à tardinha, com o tempo perfeitamente calmo e o céu sem nuvens; descortinei uma vasta planície coberta de pastagens, onde havia muitos animais e vi, além, os cumes da Serra Geral coberta de nevoeiro esbranquiçado. A natureza possuía um ar de vida e de alegria como nunca tinha visto, desde que estou no Brasil, afastando por alguns momentos a tristeza que me oprime. (p. 21)

Em outros momentos, ainda, ele afirma que “nada se iguala à tristeza desses lugares”, como ocorre, por exemplo, quando descreve as regiões costeiras. No decorrer do relato, por vezes, ele afirma que a paisagem nada apresenta que lhe possa animar os olhos, pois tudo na paisagem é nivelado. Outras vezes, ele, inclusive, afirma: “nada mais triste que a posição do Rio Grande, pois de todos os lados, só se avistam areais, pântanos e água, e em todos os arredores não há nada que possa recrear a vista, nem mesmo uma árvore.”³⁵⁷

Mas, então, pode-se perguntar: o que poderia tornar a paisagem mais agradável a Saint-Hilaire? Qual paisagem poderia traduzir melhor as suas emoções e expectativas de viajante? Qual seria a paisagem capaz de animá-lo? Que elementos estariam ausentes, em seu ponto de vista, nessas composições que ele

³⁵⁷ Auguste de Saint-Hilarie, *op. cit.*, p. 75.

descreve ao longo da viagem? Creio que podemos encontrar em seu próprio relato as pistas para ir compondo respostas a essas perguntas. Em uma das descrições da paisagem, ele nos diz, exatamente, o que pensa faltar para tornar o lugar em questão um lugar maravilhoso:

O caminho vai gradativamente se aproximando da serra e, perto de uma légua daqui, vimos o lago de que falei ontem e que se estende sobranceiro ao pé das montanhas. Até aqui desfrutamos esta magnífica vista, e a choupana, junto à qual estivemos parados, se localiza à margem do lago. Este lugar seria delicioso se os arredores do lago fossem cultivados e povoados de casa, uma vez que a mais bela paisagem precisava ser animada pela presença e trabalho do homem. (p. 15)

Como um bom naturalista e um bom erudito de seu tempo, a natureza só não bastava para a composição da paisagem; era necessário ter sobre ela ou junto a ela os frutos do trabalho da cultura para que ela, então, se tornasse digna de alguns adjetivos. De modo geral é possível delinear nos relatos dos viajantes o quanto essa postura tem sido, respeitando-se as especificidades, re-apresentada. As paisagens vão sendo continuamente construídas e representadas em meio a temáticas que problematizam questões referentes, por exemplo, ao trabalho e ao cultivo da terra e, também, à ocupação humana, à produtividade e à utilidade para os grupos humanos, ou sociedades. Assim, seguindo a trilha de Saint-Hilaire, vamos apreendendo quais são as paisagens desoladoras, quais são as paisagens que inspiram alegria, quais são as paisagens que necessitam de complementação e, também, quais são as paisagens configuradas como belas, mas o referencial segue sendo a Europa.

Nada mais belo que a região percorrida por nós. Oferece vasta planície, com alguns pontos ligeiramente ondulados. Por toda a parte o terreno apresenta gramados ligeiramente ondulados. Por toda a parte o terreno apresenta gramados com árvores e bosquetes esparsos, onde pastam cavalos e bois. Um grande número de belas casas cobertas de telhas aparece aqui e ali, tendo cada uma delas um pomar cercado de valas profundas, protegidas por um renque de bromeliáceas. Algumas cercas eram feitas de tufos de ervas, outras com crânios de bois, munidos de chifres, e comprimidos uns contra os outros. Nos pomares, na maior parte muito grandes, são plantadas laranjeiras, pessegueiros, parreiras, legumes a algumas flores. Do lado do poente, o horizonte é limitado pela Serra dos Tapes; a leste, pelo Rio São Gonçalo, que estabelece uma comunicação fácil entre esse belo recanto e todas as partes das lagoas Mirim e dos Patos. O aspecto da região recorda tudo que a Europa tem de mais pitoresco: os pomares, onde só se vêem árvores novas, e as casas recém-construídas dão a estas regiões um ar de frescura e novidade que ainda mais as embeleza. (p. 81)

Embora já tenha assinalado outras vezes, quero marcar, ainda, o quanto a existência dos pomares e dos jardins parece ser importante para os viajantes e, em especial, para Saint-Hilaire, sendo nesse sentido que a paisagem construída por Saint-Hilaire vai adquirindo suas marcas. Essa é, inicialmente, uma “paisagem conciliada”, uma vez que, constantemente, assistimos a um jogo de imagens que ora remetem Saint-Hilaire do distante Brasil para a familiaridade do seu lar europeu, ora remetem os seus leitores da domesticidade da Europa para o distante Brasil, que é tornado, neste movimento, mais próximo, mais semelhante e, também, mais assimilável aos europeus. Na descrição dessas passagens, muitas vezes as fronteiras parecem se anular, dada a facilidade com que podemos imaginar uma continuidade entre as diferentes paisagens, tantos são os pontos de contato estabelecidos pelo narrador. Porém, a descrição de tais passagens está atravessada pelas grossas lentes do olhar estrangeiro de Saint-Hilaire, e de sua história de formação naturalista, que tem na Europa o modelo de civilização, de cultura, de desenvolvimento, de ciência, de conhecimento, de natureza e, como veremos, mais adiante, de seres humanos.

Voltando à questão do cultivo, tão presente em todos estes textos, cabe invocar as considerações feitas por Thomas (1996) sobre as mudanças de sensibilidade nas relações entre os seres humano e o mundo

natural, mudanças essas que se tornaram mais intensas ao longo do século XVIII e que dizem respeito às formas de significar as áreas cultivadas e os espaços de uma natureza “selvagem”. Assinala este autor que aqueles que defendiam as questões relativas ao cultivo da terra na Inglaterra consideravam que, na verdade, estavam prestando um serviço à própria natureza, no sentido de melhorar aquilo que ela já havia oferecido aos homens. Assim, os projetos de cultivo da terra referem-se a um grande processo de “restauração da natureza”. E, dessa forma, o trabalho humano “poderia restaurar a beleza e a ordem do Éden.”³⁵⁸

Esse autor também destaca que, cada vez mais, essa paisagem cultivada foi ganhando contornos mais ordenados, regulares e simétricos, sendo que tais características, como assinala Thomas (op.cit), vão se constituindo como sinônimo da boa agricultura. Ainda complementa esse autor, em relação aos defensores dessas idéias: “para eles uma paisagem domesticada, habitada e produtiva era bela. Faziam seu o antigo ideal clássico, que associava beleza e fertilidade. Nos séculos XVI e XVII era sempre o cenário fértil e cultivado que os viajantes admiravam.”³⁵⁹

Em outro trecho do seu extenso texto, Saint-Hilaire nos oferece mais elementos que reforçam a representação de natureza cultivada como natureza bela, ao mesmo tempo que me conduzem a pensar na profusão de textos que integram as tramas que constituem os olhares desse, e dos demais viajantes estrangeiros que aqui estiveram, sobre as paisagens:

Em Minas e Goiás um pomar quase sempre configura apenas uma nesga de terra, onde se acumulam, sem ordem, laranjeiras, cafeeiros, bananeiros, para os quais não se toma nenhum cuidado. Os pomares que conheci até agora na Capitania de Rio Grande, em nada assemelham, é verdade, àqueles lugares deliciosos, onde, em nosso país, a arte embeleza a natureza e onde tudo é consagrado ao prazer dos olhos; porém ao menos aqui, se encontram ordem e simetria; vêem-se poucas flores, mas árvores frutíferas e

³⁵⁸ Keith Thomas. *O homem e o mundo natural*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 304.

³⁵⁹ *Ibidem*, p. 303.

várias hortaliças exóticas, tais como diversas espécies de couves, alfaces, ervilhas, são muito encontradas; no pomar de seu Justino, as árvores estão dispostas em quincôncio³⁶⁰ e muito bem alinhadas; os próprios legumes são plantados com simetria e o terreno, bastante limpo.(p. 97)

Penso que essa citação de Saint-Hilaire contém muitos dos aspectos apontados até aqui. Também nela há alguns enunciados que se repetem, entre esses a comparação com as paisagens francesas. Pode-se dizer, também, que as paisagens que Saint-Hilaire vai construindo para o Rio Grande do Sul são sempre paisagens “comparadas”. E aqui aproveito para referir que essa comparação nem sempre acontece apenas com a França ou com a Europa como um todo. E aí temos mais uma singularidade de Saint-Hilaire, e mais um aspecto que lhe confere lugar de destaque entre os demais viajantes: ele percorreu, também, outras províncias³⁶¹, outras regiões e as comparou, igualmente, à província do Rio Grande. Saint-Hilaire está ou posiciona-se em um lugar ideal para fazer tais comparações, uma vez que, sendo estrangeiro, ele acredita ser essa a condição que lhe permite fazer, relativamente a algumas questões, um melhor julgamento. Porém, a comparação sempre presente é com a França. E, mais uma vez, destaco que isso acontece de uma forma tal, que ele, ao mesmo tempo, assinala a semelhança, freqüentemente marcando a superioridade do seu país.

Vejamos como ele, sem nenhuma preocupação com uma contextualização mais rigorosa, tece a seguinte comparação, na qual também posiciona as potencialidades de diferentes grupos humanos:

É de notar-se que, para cuidar desse pomar, emprega ele doze negros e, no entanto, três jardineiros franceses seriam suficientes para cultivar muito melhor tal espaço de terra. Os negros são por sua natureza pouco ativos; quando livres, geralmente não

³⁶⁰ Keith Thomas (1988) assinala que esse tipo de formação era das mais apreciadas no século XVII.

³⁶¹ Rio de Janeiro, Minas Gerais, Goiás, São Paulo.

trabalham senão o estritamente necessário para não morrerem de fome; quando obrigados pelo temor, trabalham com excessiva lentidão. (p. 97)

Em outro momento do seu diário, Saint-Hilaire traça um paralelo entre as paisagens da Província e os jardins europeus

A região que atravessamos é muito arborizada; os caminhos passam sempre em pastagens mas, para evitar as matas descrevem muitas sinuosidades. Parecem caminhos de Jardim Inglês, onde ora vêem maciços bosques avançar no meio da relva. A carroça havia chegado antes de mim ao lugar em que devíamos parar. É lá onde o caminho começa a atravessar a mata e também a descida da serra. (p. 325)

Referência que se repete na página 295 de seu Diário, na qual associa os campos a um jardim e, também, mais adiante, quando a disposição simétrica das plantações é, também examinada, tendo como referência os jardins.

Gostaria de destacar, agora, como Saint-Hilaire faz algumas descrições de paisagens onde há matas, apresentando-as de uma forma diferenciada na medida em que as paisagens apresentadas se aproximam mais a uma região de mata fechada. E aqui esse viajante vai se utilizar daquelas construções já consagradas em relação a esses cenários. Ele, então se utiliza de expressões como “mata impenetrável”, “bosque virgem”, “manchas de verde” e a idéia de confusão e desordem novamente são associadas a essas paisagens.

Então, quando Saint-Hilaire dedica-se a descrever uma paisagem para a qual não encontra um referencial supostamente bem identificável para o seu leitor, é que ele se torna mais detalhista e descritivo, como no excerto abaixo.

Chama-se banhado, como indica o nome, aos terrenos banhados por uma pequena quantidade d'água que, às vezes, escoam. Neles crescem, ordinariamente, grandes ervas; são menos lamacentos que os pântanos propriamente ditos, e podem ser considerados como espécie de transição entre os pântanos e os lagos. Entre a Lagoa da Mangueira e o mar, à altura da estiva, junto à Estância do Velho Terras, o solo se eleva e forma uma espécie de corcova, que se estende à altura da Estância de João Gomes. Essa elevação recebeu, devido à sua forma o nome de Albardão, que significa albarda grande e, daí, a dominação de Lagoa do Albardão. Tais pormenores obtive dos habitantes da região que me pareceram bastante instruídos. (p. 103)

Acho que é possível apontar que a construção da paisagem no relato de Saint-Hilaire se apresenta, em alguns aspectos, bastante semelhante aos demais relatos de viagem aqui discutidos. Penso que o que o distingue, no entanto, é que nele, sua posição de estrangeiro aparece, ao longo do texto, várias vezes reafirmada, principalmente na descrição das paisagens que sempre aparecem em comparação com a Europa. Ainda outro traço que também marca a construção da paisagem que esse naturalista apresenta é a sua preocupação, a sua satisfação diante das terras cultivadas. Cabe ainda ressaltar que Saint-Hilaire vem para o Brasil vinculado ao Museu Nacional de História Natural de Paris. Esse Museu, conforme apresenta Kury (2001) tinha especificações claras quanto às viagens científicas, seus objetivos, seus propósitos. Entre essas especificações a investigação de plantas úteis à medicina e à agricultura tinha prioridade. Embora as referências a isso não sejam tão frequentes quanto acontece no diário de Bonpland, é importante lembrar que os primeiros trabalhos publicados por Saint-Hilaire no retorno da sua viagem foram, justamente, a Histoire des plantes les plus remarquables du Brésil et du Paraguay (1824) e Les Plantes usuelles des Brésiliens (1824-1828).

Portanto a construção da paisagem em Saint-Hilaire também aparece intrinsecamente ligada à idéia de uma paisagem que tem suas características naturais positivamente potencializadas pela intervenção humana.

“Os mosquitos que aqui picam, não picam como os de lá”

“Saint-Hilaire e o Brasil para Francês ver” é a chamada da reportagem da Gazeta Mercantil do dia 26 de maio de 2002 em que se anuncia que o Senado Federal irá lançar nova edição do diário desse explorador que percorreu o país pouco antes da Independência. A matéria apresenta rapidamente este viajante, assinala o valor histórico incontestável de seus trabalhos, mas alerta: é preciso cuidado com as observações de Saint-Hilaires sobre a “gente brasileira”, pois algumas observações depreciativas desse pesquisador “tentam o leitor, num primeiro momento, a satanizá-lo como preconceituoso e racista”.³⁶²

³⁶² Maurício Ribeiro. Saint-Hilaire e o Brasil para “Francês ver”. *Gazeta Mercantil*, 26 de maio de 2002.

O relato de viagem de Saint-Hilaire, como já foi algumas vezes assinalado, em função de uma série de características é aquele que se apresenta como tendo maior legitimidade, e, ao mesmo tempo, é entre os aqui analisados, o mais “eurocêntrico” de todos. Saint-Hilaire olhou o país num tempo político interessantíssimo e muito complexo e olhou a população brasileira a partir de uma intrincada rede de teorias científicas que vão a partir do século XIX tentar dar conta de uma questão bastante complexa: o lugar do homem na natureza. Berr (1996) apresenta, a partir das análises do trabalho do etnógrafo James Cowles Prichard (1786-1848) as principais discussões que atravessavam o campo da História Natural em relação a essa questão:

Quais são as fronteiras da História Natural? Estão os seres humanos dentro dos seus limites? São eles uma espécie ou várias? São eles separados de todas as outras espécies porque criados como almas, por Deus? E ainda, todos os selvagens, eles têm almas? Ou são eles – e eis o perigo – algum tipo de animal? (E se são, somos nós?).”³⁶³

Portanto, a obra de Saint-Hilaire não só foi escrita em meio a esses debates, ela também contribui para constituição de alguns discursos sobre civilização, desenvolvimento, miscigenação, degeneração. O testemunho estrangeiro que Saint-Hilaire apresenta em seu diário de viagem sobre os índios da América e, muitas vezes, sobre os próprios americanos legitima a inferioridade natural dessas populações. Em meio a discussões sobre a influência do clima, a influência benéfica dos Jesuítas, a promiscuidade “natural” das índias, a “ausência de noção de futuro”, Saint-Hilaire constrói o retrato de um povo condenado “por natureza” à degeneração; principalmente se continuassem a acontecer no Brasil cruzamentos entre raças diferentes, ou melhor, raças tão desiguais sob o olhar desse naturalista e dos diversos discursos científicos, religiosos e morais que se

³⁶³ Gilliam Beer. Travelling the other way, In: JARDINE, Nicholas; SECORD, James; SPARY, Emma. *Cultures of Natural History*. London: Cambridge University Press, 1996. p.322-337.

ocupavam, naquele tempo, dessas questões. Essa discussão é tão presente e tão forte no relato aqui discutido, que se poderia olhar para o trabalho de Saint-Hilaire só sob esse ponto de vista, considerando o quanto ele se ocupou dessas questões e o potencial de discussão que elas apresentam. Porém, mais uma vez, volto a afirmar que essas questões, por mais importantes e interessantes que possam ser, estão fora do contexto desse trabalho. Penso apenas ser necessário aqui apontá-las para não correr risco de descaracterizar por demais essa obra de Saint-Hilaire.

Portanto, é como estrangeiro, como naturalista, como religioso, como herdeiro das tendências humanistas, mas também herdeiro das teorias que apontavam a debilidade e a degeneração do Novo Mundo, entre a “edonização e a degenerescência”³⁶⁴, para utilizar termos que Schwarcz (1993) coloca em destaque, que Saint-Hilaire foi “inventariando” a população brasileira e, principalmente, no caso do relato aqui discutido, as tribos Guaranis. E essa questão toma uma grande parte do seu relato. E a ela estão atreladas, mais uma vez as questões de civilização, de desenvolvimento, de progresso. Não só os índios estão sendo devidamente observados por esse viajante estrangeiro, freqüentemente ele, em diferentes graduações, vai reproduzir, as diferenças que estabelece ente índios e brancos, nas relações entre os brancos americanos e os brancos europeus. E nessas comparações, Saint-Hilaire repete o modelo da construção da paisagem; o modelo é sempre europeu, a questão do cultivo está relacionada à questão do desenvolvimento da população, atestando o seu nível de civilidade, e a mudança/salvação/melhora se dá por uma intervenção que vem de fora, do estrangeiro. São várias as citações de Saint-Hilaire em que várias dessas questões se atravessam; vou tentar apenas indicar algumas delas, reafirmando mais uma vez, que a discussão que aqui apresento está longe de abordar a complexidade e o potencial que os escritos desse relato de Saint-Hilaire apresentam.

Passo a discutir a seguir, mais detidamente, algumas comparações que Saint-Hilaire estabelece entre americanos e europeus.

Sobre a Civilização e o cultivo

Meu hospedeiro é europeu, embora esteja aqui desde a sua infância, prefere a agricultura à pecuária. A vida pastoril, na verdadeira acepção da palavra, é o primeiro estágio da civilização, quando a região é ainda pouco habitada. Assim que a população aumenta e as terras se dividem, é necessário dedicar-se à agricultura. Esta exige maiores conhecimentos que a criação de animais, levando, por isso mesmo, o homem ao aperfeiçoamento. As magníficas pastagens que cobrem a capitania do Rio Grande e de Montevideú convidavam naturalmente os primeiros povoadores à criação de gado, mas concorreram para um retrocesso, obrigando-os a deixar os costumes da vida agrícola pelos da vida pastoril, e esta volta à barbaria acentuou-se muito mais nos espanhóis que chegam a se confundir com os índios. (p. 263)

Penso que é possível contextualizar melhor este excerto, a partir de algumas considerações que Kury (2001) faz em relação à temática civilização. Essa autora aponta, a partir das análises de Ronald Meek, a formação de uma teoria “dos quatro estados” do desenvolvimento das sociedades humanas que dominava o pensamento europeu ao final de século XVIII e o começo do século XIX. De um modo geral, relata Kury, os autores da época tendiam a considerar que a civilização progredia em função dos modos de subsistência das pessoas, que seguiriam uma seqüência natural, indo da caça a economia pastoril, depois à agricultura, para chegar, finalmente, ao comércio. A respeito dessas questões, Kury alerta, ainda:

³⁶⁴ Lilia Moritz Schwarcz. *O espetáculo das raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 4ed., 2002.

Este tipo de concepção não era consensual e as análises que fazem apelo às determinações do clima e às instituições civis, próprias a cada povo, se misturam às observações sobre os diferentes modos de subsistência. Os autores franceses com influência fisiocrática consideram a agricultura como a última etapa do processo de civilização. Dupont de Nemour propõe a seqüência seguinte: a busca das produções vegetais espontâneas, a caça e a pesca, a domesticação dos animais e a agricultura.³⁶⁵

Também, é possível indicar a complexidade do pensamento de Saint-Hilaire, detectando nele uma preocupação com a “perfectibilidade”, ou com o aperfeiçoamento dos seres humanos. Cabe considerar que tal preocupação estava em sintonia com a literatura humanista da época, principalmente com os escritos de Rousseau, os quais apontavam para uma humanidade una. Lima (2002) afirma que Saint-Hilaire, como outros botânicos, foi um leitor ávido da obra de Jean Jacques Rousseau³⁶⁶. Schwarcz aponta na direção de duas tendências de pensamento que apoiavam os teóricos que se colocavam, no início do século XIX, o desafio de pensar as origens dos seres humanos. Ela destaca que, de um lado, está Rousseau, em favor de uma humanidade una e, de outro, “autores como Buffon e De Pauw, apontados como grandes influenciadores, quando se tratava de justificar diferenças essenciais entre os homens.”³⁶⁷ Segundo Schwarcz, a ‘perfectibilidade’ é o conceito central na teoria humanista de Rousseau. Nesta acepção, é da especificidade humana

³⁶⁵Lorelai Kury, La Nature: Source de Benheur, Element a Civilizer. *Histoire naturelle et voyages scientifiques (1980-1830)*, L’armattan, 2001. p 28.

³⁶⁶Maria Emília Amarante Torres Lima. *As caminhadas de Auguste de Saint-Hilaire pelo Brasil e pelo Paraguai*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002, 165p.

³⁶⁷Lilia Moritz Schwarcz, *op. cit.*, p. 44.

tentar aperfeiçoar-se. Ou seja, é capacidade inerente do próprio homem buscar superar-se. Cabe ressaltar que, para Rousseau, conforme Schwarcz esclarece, “a ‘perfectibilidade’, não supunha, porém, o acesso obrigatório ao ‘estado de civilização’ e à virtude, como supunham os teóricos do século XIX.”³⁶⁸ Embora marque uma humanidade una, porém diversa em seus caminhos, a ‘perfectibilidade humana’, em Rousseau, anunciava os ‘vícios’ da civilização, fonte da desigualdade entre os homens.³⁶⁹ Essa preocupação com a busca da perfeição aparece em alguns comentários de Saint-Hilaire, mas, diferentemente de Rousseau, para Saint-Hilaire a civilização parece ser o caminho único desse aperfeiçoamento. Se em Rousseau o “estado de natureza”, conforme aponta Schwarcz, não significa um retorno ao paraíso perdido, mas antes, a possibilidade de crítica da própria sociedade ocidental e do seu processo civilizatório, em Saint-Hilaire é no contato com a civilização e com seus benefícios, que os seres humanos podem se aperfeiçoar, e escapar da selvageria e da barbárie.

Assim, eis um homem que se nutre unicamente de carne, e carne mais dura que se possa imaginar; mora numa choupana de sete passos de comprimento por cinco de largura, não tem outro prazer além do fumo e de tomar mate e, no entanto, é oficial de milícia. Parece, na verdade, bem satisfeito, mas não é menos verdadeiro que tal existência deva reconduzir necessariamente a uma barbaria um povo tão resignado. Restringir todas as suas habilidades a saber montar a cavalo, todos os seus costumes a comer carne, é reduzi-lo à condição de indígenas e distanciá-los da civilização que, fazendo-nos conhecer uma quantidade de prazeres, nos força a trabalhar, a exercitar nossa inteligência para conquistá-los e, por conseguinte, a aperfeiçoar-nos, pois é unicamente pelo exercício de nossa inteligência que nos aperfeiçoamos. (p. 250-251)

³⁶⁸ *Ibidem.*

³⁶⁹ *Ibidem.*

Se podemos detectar, nos escritos de Saint-Hilaire, uma aproximação às questões relativas ao aperfeiçoamento e à civilização, essas vão se compondo em relação a outras linhas de pensamento que se apresentam contrárias ao pensamento de Rousseau. Tais discussões remetem para as idéias de Buffon e De Pauw. Schwarcz afirma que é a partir de Buffon (1707-1788), que começam a se delinear os contornos de uma ciência geral do homem, a qual se apresenta marcada pela tensão existente entre “uma imagem negativa da natureza e do homem americanos, e a representação positiva do estado natural apresentada por Rosseau.”³⁷⁰ Como já foi discutido em outro momento deste trabalho, Buffon instaurava uma visão do “Novo Mundo” sob o signo da carência. A partir disso, assinala Schwarcz, novas concepções do seres humanos passam a ter espaço. Argumenta ela em relação às idéias de Buffon:

Assim, apesar de a unidade do gênero humano permanecer como postulado, um agudo senso de hierarquia aparecia como novidade. Por meio da obra desse naturalista, uma concepção étnica e cultural estritamente etnocêntrica delineava-se. O debate se vê realmente polarizado pelo jurista Cornelius de Pauw. Até então chamavam-se de *degeneradas* espécies consideradas inferiores, porque menos complexas em sua formação orgânica. A partir desse momento, porém, o termo deixa de se referir a mudanças de forma, passando a descrever ‘um desvio patológico do tipo original’.³⁷¹

³⁷⁰ Lilia Moritz Schwarcz, *op. cit.*, p. 46.

³⁷¹ *Ibidem*.

Afirma essa autora ainda que, conforme De Pauw, os americanos não eram apenas “imatuross”, mas eram também “decaídos”, segundo a tese central desse pensador que baseava-se na “fé no progresso e na falta de fé na bondade humana.”³⁷² É muito presente a idéia de “falta de noção de futuro” usada por Saint-Hilaire para explicar todos os “desvios” de conduta moral que ele observa nos índios, e principalmente nas índias, e para justificar, junto com teorizações sobre o clima, a “apatia e indolência” que configura serem naturais desses povos . Em alguns momentos, essa “falta de noção de futuro” também é usada para justificar o caráter pouco empreendedor atribuído à população branca das regiões por ele visitadas.

³⁷² *Ibidem.*

Sobre o clima, apatia e falta da noção de futuro

Asseguram-me que, em geral, os proprietários não guardam dinheiro; jogam muito menos que outrora, pergunto, continuamente, a todos, em que empregam o dinheiro. Conhecendo o caráter descuidado dos americanos, presumo que esses homens dissipam mais do que gastam, e creio que terão dificuldade em dizer, no fim do ano, o que fizeram de seus rendimentos. É preciso esclarecer, também, que a generosidade de muitos deles absorve somas consideráveis. Seus bolsos estão abertos aos parentes e amigos, a quem dão ou emprestam com extrema facilidade. Essa liberalidade é muito menos meritória entre eles do que seria entre os europeus, uma vez que estes últimos, sempre inquietos com a idéia do futuro, dão ao dinheiro um valor mais considerável. (p. 365)

Mais uma vez, as marcas do relato de Saint-Hilaire se repetem: o referencial é sempre o europeu, e, como acontece em várias outras passagens, se ele parece contextualizar as informações de modo a qualificar as ações, escolhas e hábitos da população local, logo em seguida ele desmonta tais argumentos, uma vez que tais ações são consideradas por ele, como, no caso acima, fruto da falta

de raciocínio, de previsibilidade e de preocupação com o futuro. Em outra passagem, Saint-Hilaire elogia, inicialmente, a possibilidade de os brasileiros fazerem uma revolta sem derramamento de sangue. Porém, em seguida tal elogio se perde numa explicação que naturaliza o que ele configura como a apatia e a passividade do povo brasileiro.

O que parece certo é que tudo se passou em ordem, sem derramamento de uma só gota de sangue. Este povo faz revolução com uma sabedoria que não me canso de admirar, mas cujas causas se conhecem facilmente. Os brasileiros são naturalmente frios, lentos e pouco apaixonados; desde que estou neste país, não encontrei ainda um só que mostrasse qualquer entusiasmo; as crianças mesmo têm surpreendido por seu ar grave e refletido; são homens em tamanho menor. Com este caráter e acostumado a uma cega submissão, este povo deve, naturalmente, conservar ainda respeito pela autoridade, mesmo quando se revolta contra ela. (p. 363)

As relações estabelecidas entre as condições climáticas e o “temperamento” dos brasileiros, também são referidas em um outro momento, quando esse autor afirma que, da mesma maneira, os cães do Brasil parecem não se afeiçoar tanto aos seus donos, como ocorre com os cães da Europa. Saint-Hilaire atribui ao clima tal diferença de comportamento entre animais da mesma raça e complementa, afirmando: “Os brasileiros são bons, hospitaleiros, generosos, mas de regra, creio, pouco sensíveis à amizade; raramente expansivos, e não lhes noto nenhum sinal de alegria quando, após, uma longa ausência se reencontram com seus conhecidos e amigos.”³⁷³ Porém, é em relação aos índios, que o etnocentrismo de Saint-Hilaire se configura, ainda, mais fortemente. Em seus relatos, os índios são degenerados, desprovidos de qualquer moral e de noção de futuro, sendo,

³⁷³ Saint-Hilaire, *op. cit.*, p. 356.

também, imaturos e infantis; na verdade, seria possível dizer que Saint-Hilaire não os coloca na categoria homem. Isso não implica, porém, que ele deixe de denunciar os abusos que essa população sofreu por parte dos espanhóis e dos portugueses e que não lhes reconheça o direito à terra e à manutenção da sua cultura. Ele é contundente ao dizer que, restabelecidos esses direitos, seja estabelecida, também, uma linha divisória entre índios e brancos, posto que ele vê na miscigenação e na promiscuidade que destaca ser “natural” das índias – as quais, segundo ele diz, se entregam aos homens de sua raça por dever, aos brancos por interesse e aos negros por prazer” – a explicação para muitos dos vários problemas que identifica nessa província.

Assim, diante da situação deplorável em que a maioria dos índios guaranis se encontrava àquele tempo, perguntava-se Saint-Hilaire:

Se o governo dos Estados Unidos reconhece que não podem legitimamente avançar um só passo sobre as terras dos selvagens nômades sem indeniza-los, com mais razão dever-se-ia reconhecer como sagrado o direito dos índios guaranis às terras que ocupam há tanto tempo, cultivando-as e construindo tantas benfeitorias? Eles são hoje tão pouco numerosos que poderiam cultivar a milésima parte da província; seria, pois, absurdo impedir os portugueses de aí se estabelecerem, mas seria justo exigir que pagassem aos índios uma renda anual, por outro lado, estabelecer entre os homens das duas raças uma linha de demarcação, proibida de ultrapassar por uns e por outros. (p. 323)

Mas essa é mesmo uma temática delicada no relato desse viajante, difícil de ser abordada, porque cheia de vicissitudes. Se em alguns momentos Saint-Hilaire se toma de piedade dos índios, não que necessariamente seja esse o sentimento “correto”, “esperado”, por outras vezes, ele parece

não reconhecer nenhum traço de humanidade nos mesmos, justificando, inclusive, os maus tratos a eles impingidos, que anteriormente criticava.

Enquanto permaneci na casa de Claudiano Pinheiro, recebi todas as gentilezas por parte deles e de sua mãe. Claudiano experimentou muitas desgraças e foi vítima de muitas injustiças; mas se resigna à vontade de Deus com tocante serenidade. Este homem só falava aos índios com uma dureza extrema, mas isso não é, realmente, entre os portugueses prova de maldade. Testemunhas contínuas da inferioridade dos homens dessa raça, ele se acostuma quase a confundi-los com os animais, e ninguém será considerado bárbaro, se para adestrar um cão ou domar um cavalo, tiver necessidade de lhe dar umas chicotadas. A humanidade, em certos casos, não pode ser olhada senão como fruto do raciocínio, do qual o homem sem educação não é suscetível. (p.332)

Os guaranis ocuparam, assim, bastante espaço nas anotações, preocupações e observações de Saint-Hilaire. E, em vários momentos ele registrou em seu diário ter conversado com diferentes pessoas (geralmente pessoas por ele consideradas cultas, na maioria estrangeiros) em busca de confirmar suas impressões sobre esse povo. Assim, Saint-Hilaire vai apresentando ao leitor testemunhos da verdade que está sendo apontada, e que não tem, na figura do autor, a única fonte de legitimidade.

Passei algumas horas em companhia do cura, morador do convento e que me dispensou gentilezas; disse-me, com lágrimas nos olhos, que houve tempo em que a miséria fora tão grande nesta aldeia que os índios iam roubar couro de bois para comer, e que vários haviam morrido de fome. No mais, tudo o que me contou dos guaranis coincide perfeitamente com o que venho escrevendo

neste diário. Os guaranis, disse-me, levam até a idolatria o seu respeito pelas imagens; não têm idéia perfeita dos sacramentos do altar e não parecem dignos do batismo. As mulheres não têm nenhum pudor e parecem nascidas para a perdição de nossa raça. (p. 314)

Se a temática indígena ocupou um espaço importante no diário de viagem de Saint-Hilaire, as mulheres indígenas, como já referi, foram constantemente objeto do seu olhar e das suas críticas. Descritas como promíscuas, como incapazes de se apegar aos seus maridos e familiares, como fêmeas em constante cio, indolentes e apáticas, Saint-Hilaire as configura como a encarnação da própria degeneração. Degeneração da moral, do espírito e do corpo, uma vez que eram elas as protagonistas dos cruzamentos inter-raciais, justamente por não terem nenhuma noção de pudor. Essa falta de pudor é atribuída por Saint-Hilaire, à já referida falta de noção de futuro. Sobre elas assim “testemunhava” esse viajante:

As índias são feias, tolas, sem nenhuma graça; tem riso ingênuo, andar ignóbil; não se afeiçoam ao amante; são em tudo inferiores às negras; no entanto, uma multidão de homens brancos se apaixonam por elas. Essa falta de gosto só pode explicar-se pela estupidez dessas mulheres, tornando-as estranhas a qualquer reflexão; a toda idéia presa ao futuro; levando-as a proceder como animais, entregando-se inteiramente à volúpia. Por isso, aumentam a paixão do homem rude, que delas só procura o prazer carnal. (p. 287)

Também as relações entre o índio botocudo, recolhido por Saint-Hilaire, em Minas Gerais, e esse viajante, engendram um capítulo à parte nesse relato de viagem. Sobre Firmino, escreveu Saint-Hilaire: “desejava levar comigo um botocudo para fazer conhecer na França esta tribo singular, e eu

já considerava Firmino como uma espécie de monumento da minha viagem”. Nada mais óbvio, do que entre tantas espécies coletadas, levar também um testemunho vivo da diferença e das distâncias entre os tipos humanos. Saint-Hilaire vai narrando a sua relação com Firmino, a sua confiança na possibilidade desse selvagem ir se modificando pela convivência em um meio mais civilizado. Esse viajante chega a firmar seu amor de pai por Firmino. No entanto, ao longo da viagem, Firmino foi se revelando cada vez mais intransigente e devido às más influências, ele, que tinha um caráter facilmente corruptível, foi se desviando muito do ideal do “bom selvagem” que Saint-Hilaire parece nele ter projetado. De “monumento”, utilizando as palavras de Saint-Hilaire, Firmino foi adquirindo um outro lugar posição no decorrer da viagem. Posição essa que revela o drama ético de Saint-Hilaire bem como a complexidade dos seus posicionamentos:

Mas do que me serviria falar assim a um homem ignorante, preguiçoso, sempre insatisfeito, não sabendo nada, nem mesmo contar, ignorando o valor do dinheiro, sem experiência, absolutamente jejuno a tudo que constitui as relações do homem entre si; que faria, se eu o abandonasse? E devo abandoná-lo, após ter tido a infelicidade de tirá-lo de sua terra? Acreditava, quando o tomei comigo, que um índio não diferia de nós senão pela falta de civilização; ignorava que ele era insensível, este erro me conduzia a uma quantidade de outros. (p. 345)

Essa discussão de maneira alguma se esgota aqui. Imponho um corte arbitrário, pois tantas e tantas coisas ainda poderiam ser trazidas à discussão. Porém as considerações até agora feitas ambicionavam apenas indicar o potencial de análise presente no relato de viagem desse naturalista. Muito amplas foram as dimensões abrangidas por seus relatos, muito polêmicas foram as suas observações e, por tudo isso, muito rica, foi, também, a sua viagem. Vários dos aspectos aqui

levantados demandam estudos e discussões que podem ir bem além dos limites que os interesses desse trabalho exigem. Mas creio que foi possível, pelo menos, assinalar essa complexidade. Penso, também, que olhar o relato desse naturalista-viajante permitiu-me, também, retomar e melhor contextualizar algumas considerações que se faziam presentes nos relatos dos demais viajantes cujos relatos examinei neste trabalho.

Anotações de final de viagem

*Partir!
Nunca voltarei.
Nunca voltarei porque nunca se volta.
O lugar a que se volta é sempre outro,
A gare a que se volta é outra.
Já não está a mesma gente, nem a mesma luz, nem a mesma filosofia.
(Fernando Pessoa)*

Tal como Fernando Pessoa, tive medo de partir. Tive também medo do caminho, e, muitas vezes, me acompanhou uma sensação de estar um pouco “à deriva”. Se venho narrando aqui uma viagem, ela também foi composta dessas coisas, também nela existiram alguns “naufrágios”, algumas dificuldades e, também, vários encantamentos e várias “descobertas”. Estão todos eles aqui escritos nas linhas ou entre elas, integrando uma história que se constituiu a partir de várias outras e que agora encaminha-se para a sua “conclusão”.

Sei que esse é um trabalho acadêmico e que, enquanto tal, também tem seus códigos narrativos muito claros. Mas a tentação e o desejo desse momento final é de fazer outro tipo de texto e de poder subverter essa escrita. Porém, tal tentativa exige um talento e, talvez, uma certa tranqüilidade,

que não combinam muito com o cansaço desses últimos tempos, a angústia e a solidão desses muitos dias de escrita, além do imperativo de cumprir os prazos de uma viagem que sempre teve no tempo, seu limite mais claro.

Assim, a viagem que venho aqui narrando, construindo, demarcando, argumentando termina nessas páginas. E, ao chegar nesse momento arbitrário de constituir um fim, eu ainda permaneço “em trânsito”, enfim, como eu dizia na apresentação desta Tese, num estilo bem parecido ao que me ronda agora, “no que diz respeito ao deslocamento parece que a alma sempre chega depois”. Esse “descompasso” me impede a produção de um texto articulado, completamente “coeso”, no qual eu possa reunir os “objetos coletados” e produzir reorganizar para o leitor os sentidos da viagem. A opção é por outra forma de produção dos sentidos dessa viagem. Nela, os objetos coletados são palavras, e o suporte material da sua exposição esse texto. Exponho, então, a minha coleção.

✕

“*As viagens, os viajantes – tanta espécie deles!*” grita Fernando Pessoa, em sua “Ode Marítima”. Essa frase traduz aquilo que eu quero expor com a palavra *diversidade*. Penso que essa foi uma questão que mobilizou bastante esta investigação, no sentido de estar atenta para não aprisionar as viagens e os viajantes numa apreensão totalizadora e essencialista dessas experiências. Ou seja, as viagens, embora inscritas e comprometidas com um projeto colonizador, abrigavam também, projetos particulares os quais se compunham em vários interesses. Creio que uma das opções importantes nesse estudo foi, justamente, o fato de nele investigarem-se vários relatos. Se em um momento isso me pareceu demasiado, levando-me a pensar que eu não havia dimensionado corretamente o meu percurso de viagem, lidar com essa multiplicidade permitiu-me, justamente, poder perceber e ir aprendendo uma forma de lidar com essa *diversidade*. Assim, na minha leitura desses quatro diários, pude confrontá-los e ir percebendo de que modos eles também conversavam entre si; além disso, pude ir perscrutando as histórias que se escreviam *entre* e *sobre* eles, bem como ir aprendendo as particularidades e especificidades de cada um dos seus relatos. E, é claro, nesse processo, fui compondo a minha história sobre eles. Assim, penso que uma dimensão interessante desse trabalho diz respeito a esse modo de ir compondo uma forma de articulação entre os diferentes materiais. Além disso, também os relatos dos viajantes aqui estudados demandaram

diferentes modos de aproximação. Nesse sentido, ao longo desse trabalho foi constante a sensação de *partir* e de, a cada vez, iniciar de novo uma viagem que parecia a cada vez inédita, mas que, também, era de novo a mesma. Enfim, de realizar uma viagem de múltiplas *paisagens...*

✕

“Trago em meu coração (...) todos os portos a que cheguei, todas as paisagens a que vi através de janelas ou vigias.” Paisagem certamente adquiriu, ao longo deste estudo, em relação ao seu significado, uma outra ‘consistência’, uma diferente densidade e uma certa pluralidade. Um dos aprendizados sobre ela, e penso que isso também pode ser lido nas frases do poema de Fernando Pessoa, é que as *paisagens* também se constituem a partir de outras que já nos habitam. E aqui não estou a fazer uma composição metafórica, embora essa também seja possível e freqüente, uma vez que paisagem parece “naturalmente” rimar com poesia. Estou, antes, a assinalar que a composição da paisagem é um processo cultural complexo, viabilizado por uma imbricada interpenetração de textos – esses aqui entendidos como literários, científicos, artísticos, religiosos, pedagógicos, e também como referentes a variadas manifestações culturais, tais como filmes, revistas, música, museus, documentário etc – por uma rica *intertextualidade* em meio à qual vamos negociando os sentidos que as paisagens podem adquirir. É importante ressaltar que essa negociação se dá em meio a disputas de poder, em meio a disputas entre representações por demais marcadas como *verdadeiras*, como *naturais*, a ponto dos seus processos de construção de sentido serem desconsiderados: é como se a paisagem, então, pudesse existir desvinculada e independentemente do olhar que a olha.

No presente Estudo, a partir das considerações acima, dediquei-me a investigar os modos como os viajantes franceses olharam a *paisagem natural* do Rio Grande do Sul. E mais, a investigar como, diante de uma natureza a princípio ‘desconhecida’, os viajantes franceses *transculturaram* a paisagem natural dessa região. Nesse ‘desconhecido’, cabe ressaltar, há matizes. Pois esse era um país/colônia ao mesmo tempo fortemente já assinalado, já marcado, já ensinado por tantos relatos de viagem, mapas, cartas, documentos descritivos, quadros, desenhos, enfim, esse era já um país capturado numa “*geografia dos trópicos*”. Porém, a região sul do Brasil, principalmente o Rio Grande do Sul, não facilmente, ou pelo menos, não freqüentemente compõe um *quadro* coerente

com aquilo que se aprendeu a significar como a natureza exuberante dos trópicos, que é, portanto, a natureza “típica” do Brasil. Os viajantes que aqui chegaram tiveram que se confrontar com uma outra *geografia*, a qual é característica a essa *zona de contato*. Ao mesmo tempo, também as minhas análises, também a minha investigação teve que se mover em outras direções, para além daquelas que problematizavam a produção discursiva da *tropicalidade*. Afinal, essa também não foi a ‘paisagem’ da minha viagem. Porém, mais uma vez, nessa diferença –que em alguns momentos eu também senti como se fosse uma *falta* –, fui aprendendo que no processo de viajar por regiões desconhecidas existem diferentes modos de produção do “outro”, ou quem sabe melhor, que há diferentes “graus” de alteridade, seja nos modos de representar os negros escravos e libertos, as mulheres, os índios, os brancos americanos, ou, no que diz respeito especificamente a esse trabalho, a natureza. E como, então, o *olhar* dos viajantes aqui estudados se organizou nesse contexto? Numa região não facilmente marcada pelo signo da *tropicalidade*, que outras palavras puderam ser inscritas em seus territórios?

✕

Como é o lugar quando ninguém passa por ele? Existem as coisas sem ser vistas? Pergunta Carlos Drumond de Andrade. Como passaram a ser os lugares depois que os viajantes passaram por eles? De certa forma essa também foi uma pergunta desse trabalho. Como tentei mostrar, os viajantes franceses, que passaram pelo Rio Grande do Sul, transculturaram a paisagem do Rio Grande do Sul de diferentes formas. Alguns a enalteceram pela *variedade* de *seus recursos naturais*, por ser uma região marcada justamente por conter *diferentes paisagens*, sendo, então a alternância dessas que assinala o seu potencial, a sua *produtividade*. Uma *variedade* que, ao mesmo tempo que torna essa região única, é também a reorganização/reapresentação de tudo aquilo que existe ao redor do globo (um globo, vinculado à Europa, cabe dizer), enfim, um novo *Éden* num canto do mundo.

Por outros, essa é também uma natureza significada principalmente por aquilo que *não estava lá*, ou seja, por conter regiões *desérticas* nas quais o que se destacava era a *falta* de desenvolvimento, de cultivo, de progresso e de ocupação sistemática e coerente da terra. Por outros era uma “*natureza comparada*” a que aparecia, sendo que nela se destacava o que podia ser parecido com o Europeu; ou seja, com aquilo que lhes era familiar, ou como assim isso se podia fazer, pela construção

comparativa de lugares, rios, bosques, campos, jardins e pomares. Porém, de algum modo essa comparação sempre posicionava o “novo” como inferior. Por outras vezes, ainda, o que importava aos viajantes era tornar essa paisagem *útil*, bem como também útil o seu estudo, e a intervenção humana que sobre ela deveria se processar seguindo esse preceito. Enfim, a *utilidade* conduzia não só o olhar do viajante, mas, também, a sua narrativa. E os relatos *ensinam* que esse também é o papel dos *naturalistas*: dizer de que modo essa paisagem pode ser melhor aproveitada, como ela pode se tornar útil, produtiva, o que deve se plantado, de que maneira, onde, quais os cuidados que devem ser tomados etc. Tais ações aparecem sempre vinculadas a uma idéia de progresso e de civilização, a qual assim se estabelecerá para aqueles que trabalharem a natureza com afinco. Porém, isso é algo a ser ensinado e aprendido a partir do exemplo dos estrangeiros. Portanto, esses viajantes em seus encontros, em suas relações, em seus relatos, em seus contatos ao longo da viagem, na produção de um olhar sobre a natureza e sobre tantas outras coisas, não só *herborizam*, mas, também, *educam*. Mas o que os viajantes e suas produções nos ensinam?

✕

Era uma vez.... e, por muito tempo, assim começavam as histórias. As *narrativas* de viagem têm outra organização, geralmente, dependendo de *como, quando, quem, e onde* se organiza a publicação desses materiais. Porém, geralmente, *datas e lugares, e considerações meteorológicas* representam o espaço narrativo característico a esses materiais organizados para também contar histórias. *Histórias* que articuladas nas *narrativas* de viagem vão compondo os sentidos, não apenas daquele texto em particular, mas também os sentidos de como as coisas são. O *relato*, ou o *relatar* parece implicar em apenas dar conta do que lá foi visto, vivido e experimentado, como se isso fosse uma ação “desencarnada do sujeito” e, de tudo isso que ser sujeito acarreta. Os relatos foram e ainda são importantes “documentos-testemunho” cujo potencial *pedagógico* não se atém apenas às questões aqui já discutidas sobre as *representações eurocênicas* dominantes sobre *natureza* e sobre tantas outras coisas; mas penso que, também os relatos ensinam sob como os espaços foram sendo significados e ocupados, como as disputas existentes entre esses temas foram travadas, bem como que preocupações podiam ser percebidas em relação a uma distribuição mais igualitária da terra, frente à necessidade de organizar o cultivo de modo a também preservar certas espécies e

frente às complexas relações que articulavam o *aqui* (as terras riograndenses) e o *lá* (as terras européias). Também penso que podemos, a partir dos relatos, perscrutar questões que dizem respeito à ciência daquele tempo - aprender quais eram os debates travados em seu espaço e quais eram as disputas, os interesses e, principalmente, como a História Natural, suas temáticas e as discussões sobre ela travadas disciplinavam o olhar dos viajantes e como seus relatos reproduziam então, “paisagens” compostas a partir das teorias nela gestadas. Interessante também é poder perceber e estar atenta para como os viajantes reagem quando essas teorias não conseguem ser facilmente “enquadradas” nas situações e vivências que eles experimentaram ao longo da viagem. Portanto, considero os materiais dos viajantes como educativos e pedagógicos de diversos modos, posto que eles também ensinam de diversas maneiras. Talvez se pudesse dizer – eles tanto fazem a mediação das informações de um tempo para seu tempo, de um tempo para outro tempo, como produzem neste processo uma natureza que passa a ser representativa de um local e tempo...

✕

E se o lugar a que se volta é sempre outro, ao terminar esta viagem e também essa breve exposição de sua “coleção”, as lacunas também se fazem presentes. Não só aquelas que me escapam em função das condições que marcam esse momento (30 graus, um calor intenso, um cansaço profundo, a vontade de *chegar de uma vez...*) mas, também, aquelas que diziam respeito aos meus primeiros projetos de viagem, as possibilidades que eu antevia para esse estudo: a possibilidade de transitar por outros materiais, a possibilidade de investigar ainda mais os textos que poderiam se relacionar com os textos dos viajantes. Também ao longo dessa viagem houve lugar para algumas pequenas incursões, na medida em que se mostram caminhos que podem vir a ser eventualmente aprofundados em estudos posteriores. Refiro-me a investigações que se poderiam fazer, por exemplo, ainda sobre Aimè Bonpland e também sobre a obra de Saint-Hilaire, atentando para algumas questões que aqui não puderam ser discutidas, mas que foram referidas, como por exemplo, a forma etnocêntrica de representação dos índios e das índias constituída pelos seus relatos de viagem.

Queria destacar que, ao longo dessa viagem, uma das minhas maiores dificuldades correspondeu a lidar com aquilo que se produzia ao ler cada relato. Ou seja, após cada leitura os relatos já eram

outros, eu percebia o que eu não havia visto na minha primeira, nem na minha segunda leitura e, em alguns casos, em uma terceira leitura apareciam, ainda, novas paisagens. Portanto, as lacunas antes referidas não dizem respeito só ao que esse trabalho almejava ter olhado em um primeiro momento e que, em função das condições de viagem e dos seus tempos, não foi possível fazer, mas, as lacunas se referem, ainda, também, ao que foi visto, ao que foi analisado.

Se retomasse a viagem hoje, eu sei que o texto a ser composto seria completamente diferente. Talvez eu sinta aquela sensação comum a todo viajante/pesquisador, que ao terminar o trajeto pensa que aí, então, realmente *sabe* como deveria agora começá-lo, agora *conhece* o que olhar... não sei se em termos de recomeço, retomadas, tudo é sempre inédito, afinal, o lugar a que se volta, diz Fernando Pessoa, é sempre outro. Mas, nesse sentido, quero apenas destacar, ao escrever aqui a última frase dessa Tese, que estou terminado um trabalho que sempre me pareceu estar começando e que foi prazeroso,

Referências Bibliográficas

AMARAL, Marise Basso. *As representações de natureza e a educação pela mídia*. Porto Alegre: UFRGS/FACED/Programa de Pós-Graduação em Educação, 1997 (Dissertação de Mestrado).

BARRETO, Abeillard. Viajantes estrangeiros no Rio Grande do Sul, até 1900. *Fundamentos da cultura Rio-grandense*, 5ª série, Porto Alegre: Faculdade de Filosofia, UFRGS, 1962.

BARRETO, Abeillard, *Bibliografia Sul-Riograndense (a contribuição portuguesa e estrangeira para o conhecimento e a integração do Rio Grande do Sul)*, Rio de Janeiro, Conselho Federal de Cultura, 1973, vol.I e vol. II..

BORNHEIN, Gerd. A Filosofia do Romantismo. *O Romantismo*. In: J. Guinsburg (org.) São Paulo: Editora Perspectiva, 1978.

BEER, Gilliam. Travelling the other way, In: JARDINE, Nicholas; SECORD, James; SPARY, Emma. *Cultures of Natural History*. London: Cambridge University Press, 1996. p.322-337.

BELLUZZO, Ana Maria de Moraes. *O Brasil dos viajantes vol. 2: Um lugar no universo*. São Paulo: Editora Objetiva, 1999.

BURKE, Peter. *Variedades de história cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000 (capítulos 1 e 6 – “Origens da história cultural” e “O discreto charme de Milão: viajantes ingleses no século XVII”).

CÉSAR, Guilhermino. *Primeiros Cronistas do Rio Grande do Sul 1605-1801*. 2a. ed., Porto Alegre:EDURGS, 1981.

COSTA, Marisa Vorraber. *Estudos Culturais em Educação - mídia, arquitetura, brinquedo, biologia, literatura, cinema...* (org.) Marisa Vorraber Costa. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2000.

CULLER, Jonathan. *Teoria Literária – uma introdução*. São Paulo: Beca, 1999.

DETTELBAACH, Michael. Humboldtian science. In: JARDINE, Nicholas; SECORD, James; SPARY, Emma. *Cultures of Natural History*. London: Cambridge University Press, 1996. p.287-304.

DREYS, Nicolau. *Notícia descritiva da província de São Pedro do Sul*. Secretaria de Educação e Cultura, Divisão de Cultura, Instituto Estadual do Livro, 1961.

DU GAY, Paul; HALL, Stuart; JANES, Linda; MACKAY, Hugh; NEGUS, Keith. *Doing Cultural Studies: the story of Sony walkman*. London: The Open University/Sage Publications, 1997.

ESTÉS, Clarissa PínKola. *O dom da História – uma fábula sobre o que é suficiente. é suficiente*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

ETTE, Ottmar. Um culpado inocente. É correto ver no “conquistador científico” um precursor da conquista e penetração econômica da América Latina? *Alexander von Humboldt – Bicentenário da viagem americana – 1799-1804*.

EZEQUIEL, Márcio da Silva. *Visões da pobreza: Estudo temático dos viajantes no Rio Grande do Sul do início do século XIX*. Porto Alegre: CPG História/UFRGS, 1999 (Dissertação de Mestrado).

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 8ª.ed , 2000.

FISCHER, Michel L. *Yosemite – Ansel Adams*. Little, Brown&Company, 1995.

GASTAL Jr., Cláudio Vinícius de Senna. Auguste de Saint-Hilaire. *Ciência & Ambiente*, n.13, julho/dezembro 1996.

GÜINSBURG, J. *O Romantismo*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978.

HALL, Stuart. A centralidade da Cultura: notas sobre a centralidade do nosso tempo. *Educação&Realidade*. Porto Alegre, v. 22, n.2, p. 15-46, 1997.

HARAWAY, Donna. *Primate visions: gender, race and nature in the world of modern science*. New York: Routledge, Chapman & Hall, 1989.

HARAWAY, Donna. The Promises of monsters: a regenerative politics for inappropriate/d others. Pp.295-337. In: GROSSBERG, L., NELSON, C. and TREICHLER. P.(org.). *Cultural Studies*. New York/London: Routledge, 1992.

HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1989.

HOPENHAYN, Martín. Estilhaços de Utopia. Vontade de poder, vibração transcultural e eterno retorno. In: LARROSA, Jorge & SKLIAR, Carlos (orgs.). *Habitantes de Babel – Políticas e poéticas da diferença*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

JOHNSON, Richard. O que é, afinal, Estudos Culturais? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *O que é, afinal, Estudos Culturais?* Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

JUNIOR, Hilário Franco. *Cocanha, as várias faces de uma Utopia*. São Paulo: Ateliê Editorial, 1998.

KOENER, Lisbet. Carl Linnaeus in his time and place. In: JARDINE, Nicholas; SECORD, James; SPARY, Emma. *Cultures of Natural History*. London: Cambridge University Press, 1996. p.145-162.

KURY, Lorelai. Voyage et culture scientifique d'Auguste de Saint-Hilaire (1779-1853). *Les naturalistes français en Amérique du Sud XVIe-XIXe siècles*. Paris: Éditions Du CTHS, 1995.

KURY, Lorelai. Viajantes Naturalistas do Século XIX. In: Pereira, P. R. (org.) *Biblioteca Nacional – Guia de fontes sobre o Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional; Nova Fronteira, 2001.

KURY, Lorelai. *Histoire naturelle et voyages scientifiques (1780-1830)*, L'armattan, 2001. 237p.

LARROSA, Jorge. *Pedagogia Profana: danças, piruetas e mascaradas*. Porto Alegre: Contra★Bando, 1998.

LATOUR, Bruno. *A esperança de Pandora*. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

LEFEBVRE, Georges. *O Grande Medo de 1789*, Rio de Janeiro: Campus, 1979.

LEITE, Ilka Boaventura. *Antropologia da viagem: escravos e libertos em Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996a.

LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. Natureza e Naturalistas. *Imaginário*, USP, n.3, p.31-57, 1996b.

LENOIR, Thimoty. A ciência produzindo a natureza: o museu de história naturalizada. *Episteme*, Porto Alegre: ILEA/UFRGS, v.2 n.4, 1997, p.55-72.

LISBOA, Karen Macknow. *A nova Atlântida de Spix e Martius: natureza e civilização na viagem pelo Brasil (1817-1820)*. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

LIMA, Maria Emília Amarante Torres. *As caminhadas de Auguste de Saint-Hilaire pelo Brasil e pelo Paraguai*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

LOURTEIG, Alicia. Aimé Bonpland: sus manuscritos y su personalidad. *Ciência & Ambiente*, n.13, julho/dezembro 1996.

MARCHIORI, José Newton Cardoso. Arsène Isabelle. *Ciência & Ambiente*, n.13, julho/dezembro 1996.

MARTINS, Luciana de Lima. *O Rio de Janeiro dos Viajantes –O olhar britânico (1800-1850)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

- NELKIN, Dorothy. Perspectivas sobre la evolución de los estudios de la ciencia. In: ARONOWITZ, Stanley; MARTINSONS, Barbara; MENSER, Michael (comp.). *Tecnociencia y cibercultura. La interrelación entre cultura, tecnología y ciencia*. Barcelona/Buenos Aires/México: Ediciones Paidós Ibérica, 1998.
- NELSON, Cary; TREICHLER, Paula e GROSSBERG, Lawrence. Estudos Culturais: uma introdução. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Alienígenas na sala de aula. Uma introdução aos Estudos Culturais em Educação*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- NUNES, Benedito. A Visão Romântica. In: Guinsburg, J. (org.) *O Romantismo*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978, p.51-74.
- OUTRAN, Dorinda. *New spaces in natural history*. In: JARDINE, Nicholas; SECORD, James; SPARY, Emma. *Cultures of Natural History*. London: Cambridge University Press, 1996. p.287-304.
- PALMEIRO, Afonso R. *Itinerário de Bonpland*. Correio do Povo – página literária. Porto Alegre, setembro/outubro de 1958.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora Mercado Aberto, 1984.
- PÉRONNET, Michel. *Revolução Francesa – palavras-chaves*. 'l'São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.
- POPKEWITZ, Thomas S. História do currículo, regulação social e poder. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *O sujeito da educação. Estudos Foucaultianos*. Petrópolis: Vozes, 1994.

PRATT, Mary Louise. *Os olhos do Império – relatos de viagem e transculturação*. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

QUEVEDO, Júlio & TAMANQUEVIS, José C. *Rio Grande do Sul aspectos da História*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 7ª ed., 2002.

RAMINELLI, Ronald. Viagens e História natural dos Séculos XVII e XVIII. In: Pereira, P. R. (org.) *Biblioteca Nacional – Guia de fontes sobre o Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional; Nova Fronteira, 2001.

RIBEIRO, Antônio Sousa e RAMALHO, Maria Irene. Dos estudos literários aos estudos culturais? *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 52/53, nov. 1998/fev. 1999.

ROBERTSON, George et al. (orgs.). *FutureNatural. Nature, Science, Culture*. London/New York: Routledge, 1996.

ROCHE, D. Natural History in the academies. In: JARDINE, Nicholas; SECORD, James; SPARY, Emma. *Cultures of Natural History*. London: Cambridge University Press, 1996. p.127-144.

ROMARIZ, Dora de Amarante. *Humboldt e a Fitogeografia*. São Paulo: Lemos, 1996, p.6.

ROUSE, Joseph (1997) What are Cultural Studies of Scientific Knowledge?
<http://muse.jhu.edu/journals/configurations/v001/1.1rouse.htm>

- RUSCHEL, Nilo. "Turismo para o Rio Grande." In: *Rio Grande do Sul – imagem da terra gaúcha*. Porto Alegre: Cosmos, 1942, p. 109-110.
- SANTOS, Luís Henrique Sacchi dos. *Um olhar caleidoscópico sobre as representações culturais de corpo*. Porto Alegre: FAGED/UFRGS, 1998 (Dissertação de Mestrado).
- SANTOS, Luís Henrique Sacchi dos. Tem alguma utilidade estudar a utilidade dos seres vivos? In: SANTOS, Luís Henrique (org.). *Biologia Dentro e Fora da Escola*. Porto Alegre: UFRGS, 2000.
- SANTOS, Luis Alberto Brandão & OLIVEIRA, Silva Pessoa de. *Sujeito, tempo e espaços ficcionais*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- SCHAMA, Simon. *Paisagem e Memória*. São Paulo : Companhia das Letras, 1996.
- SCHIEBINGER, Londa. Gender and natural history. In: JARDINE, Nicholas; SECORD, James; SPARY, Emma. *Cultures of Natural History*. London: Cambridge University Press, 1996. p.163-177.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz *O espetáculo das raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo:Companhia das Letras, 4ed., 2002.
- SILVA, Tomaz Tadeu. *Alienígenas na sala de aula – uma introdução aos estudos culturais em educação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.
- SILVA, Tomaz Tadeu. *O currículo como Fetiche – a poética e política do texto curricular*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999a.

SILVA, Tomaz Tadeu. *O que é, afinal, Estudos Culturais?* (org.) Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 1999b.

SOPER, Kate. Nature/`nature`. In: ROBERTSON, George et al. (orgs.). *FutureNatural. Nature, Science, Culture*. London/New York: Routledge, 1996.

STADEN, Hans, séc. XVI. *Hans Staden. Primeiros registros escritos e ilustrados sobre o Brasil e seus habitantes*. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 1999.

SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

THOMAS, Keith. *O Homem e o Mundo Natural*. São Paulo: Companhia das Letras, 3ed., 1996.

TORRES, Luiz Henrique. Paradigmas da história colonial do Rio Grande do Sul. In: ALVES, Francisco das Neves e TORRES, Luiz Henrique (orgs.). *Temas de história do Rio Grande do Sul*. Rio Grande: Editora da Fundação Universidade do Rio Grande, 1994.

TRYSTAM, Florence. Aimé Bonpland (1773-1858) em Argentine. *Les naturalistes français en Amérique du Sud XVIe-XIX siècles*. Paris: Éditions Du CTHS, 1995.

VEIGA-NETO, Alfredo. *Estudos da Ciência: que é isso, afinal?* Texto digitado, 13 pp.

VEIGA-NETO, Alfredo. Michel Foucault e Educação: há algo de novo sob o sol? In: VEIGA-NETO, Alfredo (org.). *Crítica pós-estruturalista e educação*. Porto Alegre: Sulina, 1995.

VEIGA-NETO, Alfredo. Ciência e Pós-Modernidade. *Episteme*, Porto Alegre. v.3, n.5, p. 143-156, 1998.

WORTMANN, Maria Lúcia Castagna. *A educação em Ciência a partir dos Estudos Culturais*. Texto digitado, 1999.

WORTMANN, Maria Lúcia & VEIGA-NETO, Alfredo. *Estudos Culturais das Ciências e Educação*. Belo Horizonte:Autêntica, 2001.

ZUBARAN, Maria Angélica. O eurocentrismo do testemunho: relatos de viagem no Rio Grande do Sul do século XIX. *Anos 90 – Revista do Programa de Pós-Graduação em História*, n.12, dezembro 1999 (p. 17-33).